



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2060

Segunda-feira - 15 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Garuva	126	Pomerode	228
Água Doce	3	Gaspar	127	Pouso Redondo	231
Anchieta	4	Governador Celso Ramos	130	Presidente Castello Branco	237
Antônio Carlos	7	Grão Pará	131	Princesa	241
Arabutã	8	Guaraciaba	132	Rio das Antas	242
Arroio Trinta	10	Guaramirim	133	Rio do Sul	243
Ascurra	13	Herval d'Oeste	138	Rio Fortuna	247
Balneário Piçarras	14	Imarui	140	Romelândia	248
Balneário Rincão	22	Indaial	141	Santa Cecília	249
Barra Bonita	23	Iomerê	147	Santa Rosa do Sul	250
Barra Velha	25	Ipumirim	148	Santa Terezinha do Progresso	252
Blumenau	27	Irineópolis	149	São Bento do Sul	253
Bom Jesus do Oeste	35	Itá	152	São Domingos	256
Brunópolis	39	Itaiópolis	158	São Joaquim	257
Brusque	40	Itapema	159	São José	258
Caçador	49	Itapiranga	160	São José do Cedro	260
Camboriú	90	Jacinto Machado	161	São Lourenço do Oeste	261
Campo Alegre	91	Jaraguá do Sul	181	São Miguel da Boa Vista	263
Canoinhas	94	Joaçaba	196	São Miguel do Oeste	270
Capinzal	95	Lages	201	São Pedro de Alcântara	271
Catanduvas	96	Lajeado Grande	202	Schroeder	273
Caxambu do Sul	97	Leoberto Leal	203	Seara	282
Chapadão do Lageado	100	Lindóia do Sul	207	Siderópolis	283
Chapecó	101	Mafra	208	Sombrio	284
Concórdia	102	Marema	209	Sul Brasil	285
Cordilheira Alta	103	Mondaí	213	Tigrinhos	286
Coronel Freitas	104	Morro da Fumaça	216	Timbó	287
Coronel Martins	105	Navegantes	217	Treze Tilias	289
Correia Pinto	106	Palhoça	219	Trombudo Central	290
Curitibanos	107	Papanduva	220	Vargeão	291
Dionísio Cerqueira	118	Paulo Lopes	221	Videira	292
Doutor Pedrinho	119	Penha	223	Xanxerê	314
Flor do Sertão	121	Peritiba	224	Xavantina	320
Forquilha	122	Pinheiro Preto	225	Xaxim	324
Fraiburgo	124	Planalto Alegre	227		

Associações

AMAVI	325	FECAM	325
-------------	-----	-------------	-----

Consórcios

ARIS	327
CIM-AMAVI	330
CIMVI	330
CIS/AMMVI	332

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 96/2016

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 109/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 96/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 24 de agosto de 2016 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 10 de agosto de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 208/2016

PORTARIA Nº 208/2016 de 12 de agosto de 2016

“EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido, a servidora ROSANE PUTTON FERREIRA HARTCOPF, brasileira, inscrita no CPF sob Nº 022.226.099-84, ocupante do cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esporte, em 12/08/2016, conforme pedido em anexo, protocolo nº 510/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de agosto de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 209/2016

PORTARIA Nº 209/2016 de 12 de agosto de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária JESSICA MARIA FACHIN GEMELLI, inscrita sob CPF nº 077.935.159-27, funcionária efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 16/08/2016 a 14/09/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de agosto de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 210/2016

PORTARIA Nº 210/2016 de 12 de agosto de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN, inscrita sob CPF nº 027.692.789-32, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo ocupante do Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Patrimônio e Materiais, a partir de 16/08/2016 a 26/08/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 12 de agosto de 2016

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº. 121/2016, de 11 de agosto de 2016

DECRETO Nº. 121/2016, de 11 de agosto de 2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.268, de 11 de agosto de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0021.1075 – Aquisição de Equipamentos e Material permanente – FNS/MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-4 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552000/1130-04, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Relógio Ponto para uso na Secretaria de Saúde Pública de Anchieta.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0021.1.075 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente -

FNS / MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº.

11243.5520000/1130-04.

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

Total R\$ 1.900,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superávit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro, como fonte de abertura

do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente ato.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
11 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 11/08/2016

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 011_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 011/2016

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Contratação de empresa para prestação de serviço de acolhimento aos idosos carentes do município de Anchieta, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 26/08/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 12 de AGOSTO de 2016

Rozane Maria Provin

Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS - 016_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 016/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014 e Decreto 8.538/2015, para Registro de preço para Aquisição de medicamentos para livre distribuição gratuita e uso nos atendimentos realizados pelos profissionais no ambulatório aos pacientes atendidos na UBS do Centro e João Café Filho, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 26/08/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 12 de AGOSTO de 2016.

Magli Gisele Roscete – Gestora do FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS - 017_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 017/2016

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de preço para Aquisição de Leite de Arroz e Leite Nan distribuição gratuitamente para os pacientes que necessitam de um complemento alimentar extra, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 26/08/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 12 de AGOSTO de 2016.

Magli Gisele Roscete – Gestora do FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 040_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 040/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para

Registro de Preço visando a aquisição de gêneros alimentícios (Bebida Láctea, Arroz tipo 2, Pó para Pudim e Lentilha) para ser utilizado na elaboração da merenda escolas pelas Escolas Municipais do Ensino Creche/Infantil/Fundamental pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 16:00 horas do dia 26/08/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 15 de agosto de 2016.

Ari Prestes de Oliveira - Prefeito Municipal

LEI Nº. 2.268/2016

LEI Nº. 2.268/2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0021.1075 – Aquisição de Equipamentos e Material permanente – FNS/MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº. 11243.5520000/1130-4 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 11243.552000/1130-04, tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Relógio Ponto para uso na Secretaria de Saúde Pública de Anchieta.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0021.1.075 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente -

FNS / MINISTERIO SAÚDE / PROPOSTA Nº.

11243.5520000/1130-04.

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 1.900,00

Total R\$ 1.900,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento da Abertura de Crédito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério da Saúde - Superavit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 11 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.270/2016.

LEI Nº. 2.270/2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ANCHIETA A RECEBER EM DOAÇÃO BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação:

1. Parte do lote urbano n. 09 da matrícula nº 347 de propriedade da Senhora Maricler da Rosa, a área superficial de 85,00 m² (oitenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias;

2. Parte das chácaras n.º 57 e 58 da matrícula nº 5.876 de propriedade da Senhora Marzeli Pauletti, neste ato representada pelo Senhor Domingos Benatti, a área superficial de 355,00 m² (trezentos e cinquenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias.

§ 1º. Os imóveis doados descritos no caput deste artigo ficam destinados a integrar à Servidão Administrativa "Primo Humberto Facioni, do Município de Anchieta.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o registro do bem, descrito no art. 1º desta Lei, para o patrimônio do Município.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 11 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº2.269/2016.

LEI Nº2.269/2016.

ALTERA TRAÇADO DE ESTRADA VICINAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado a mudança do traçado de estrada vicinal, conforme necessidades da PCH Garça branca, de acordo com documento protocolado junto ao Paço Municipal.

Art.2º O novo traçado será implantado nas propriedades dos(as) senhores(as) abaixo relacionados(as), conforme projeto básico a ser apresentado ao setor de engenharia municipal:

1. Ana Tereza Somera Buchi, imóvel registrado sob matrícula nº 2.068;
2. Edegar Bernardi, imóvel registrado sob matrícula nº 3.416;
3. Isidori Pedro Snigura, imóvel registrado sob matrícula nº 4.261;
4. Méri Teresinha Bernardi Lorenzetti, imóvel registrado sob matrícula nº 2.109;
5. Tiago João Meneghini, imóvel registrado sob matrícula nº 4.261 e;
6. Rita Bernardi, imóvel registrado sob matrícula nº 3.683.

Parágrafo Único: A mudança do traçado visa atender reivindicação dos usuários e proprietários da área, levando em consideração as melhores condições do terreno e de conservação, conforme as autorizações entregues.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 11 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 11 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 068/2016

DECRETO N.O 0068/2016

Dispõe sobre a nomeação dos membros da comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal em Exercício de Antonio Carlos, Estado de Santa Catarina, Sr. ADELINO BONIFACIO KRETZER, no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1o – Ficam nomeados os integrantes, titulares e suplentes, abaixo relacionados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, de acordo com Decreto nº 067 de 11 de agosto de 2016, com prazo de 10 anos, com possibilidade de recondução:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANTÔNIO CALOS:

Bruna Nau – Titular

Judite Koch Schmitt – Suplente

II – REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE ANTONIO CARLOS:

José Odílio Hoffmann – Titular

Jucilene Aparecida Martendal – Suplente

III – REPRESENTANTES DO CONSELHO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Gisela Pauli Cardoso – Titular

Maria Inês Kremer – Suplente

IV – REPRESENTANTES DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Carmem Lucia Pitz Rasveiler – Titular

Elisangela Decker - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 12 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

DECRETO N 069/2016

DECRETO N.O 069 /2016

DISPÕE SOBRE Luto oficial .

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade, e;

Considerando o falecimento de GILBERTO HOFFMANN que, em vida, prestou grandes serviços ao Município de Antônio Carlos, quando exerceu com total dedicação o cargo público de Vice Prefeito nos anos de 1989/1992;

Considerando ainda a relevância dos serviços prestados como servidor público municipal, e o legado de contribuição para o desenvolvimento do nosso município quando exerceu a vereança

municipal, sendo inclusive presidente da Casa Legislativa.

DECRETA:

Art. 1º - Luto oficial por 03 (três) dias, no Município de Antônio Carlos/SC, a partir desta data (12 de agosto de 2016).

Art.2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de agosto de 2016.

Adelino Bonifácio Kretzer

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016 - LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

Edital de Processo Seletivo Nº 002/2016

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER, Prefeito Municipal em exercício de Antônio Carlos, homologa e torna pública a lista de candidatos aprovados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 002/2016:

MÉDICO PEDIATRA

NOME	NOTA
Luiza Rodrigues Cruz	8,0
Luciana Aparecida Cruz de Siqueira Pegas	7,0
Freddy Fuerte Gutierrez	Não Compareceu

Antônio Carlos, 15 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

Arabutã

PREFEITURA

ATA 002 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 46/2016

ATA 002

Processo Licitatório nº. 46/2016 – Pregão nº 32/2016

Objeto: Registro de preço de medicamentos e materiais de consumo usados nas ações e serviços das Unidades de Básica de Saúde, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

A Pregoeira e a Equipe de Apoio verificaram os documentos exigidos no item 9.4, alíneas "a" e "b", do Edital, pelas empresas vencedoras, sendo que:

a) Cumpriram com as exigências do Edital: ALTERMED-MAT. MED. HOSPITALARES LTDA, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA, DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA, A G KIENEN & CIA LTDA, CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, MEDICAMENTOS DE AZ LTDA. - ME, ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, LIFE CENTER COM. E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA, ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.

Ao verificar a Ata do Pregão e seus quadros, constatou-se um equívoco, originado de uma falha no sistema, onde a empresa S & R DISTRIBUIDORA LTDA, foi INABILITADA por falta de documentação, no entanto, sagrou-se vencedora dos itens 7, 14, 22 e 64. Assim, esta Pregoeira e Equipe de apoio, resolvem convocar os próximos classificados para assumirem como vencedores, sendo que os documentos exigidos no item 9.4, alíneas "a" e "b", do Edital, serão conferidos de ofício pela Pregoeira e Equipe (anexos à ata).

Seguem as empresas convocadas, nos respectivos itens, sendo que o Registro do Medicamento e o Certificado de Boas Práticas estão válidos. A empresa terá um prazo de dois dias para se pronunciar. Caso não seja feito, será considerada aceita a convocação acima mencionada:

- a) CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA: item 7, 22 e 64;
- b) CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA: item 14.

Ainda, na data da sessão pública da licitação, foram conferidos, em diligência realizada no portal de transparência do governo federal, os CNPJ's das empresas participantes, sendo que nenhum CNPJ apresentou cadastro no referido site.

Posteriormente, chegou notícia a esta Pregoeira e Equipe, que a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA – matriz estaria impedida de licitar/contratar.

Consultado referido site, com o CNPJ da matriz, constatamos que a empresa está impedida, nos termos do art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002, sendo que a "abrangência da sanção apenas na esfera do Município de Porto Alegre, conforme publicação no Diário Oficial do Município".

Sobre o alcance dos efeitos de proibições de contratar imposta a matriz, o Tribunal de Contas já se pronunciou, restando pacificada o entendimento, conforme a seguir exposto:

Nos procedimentos citados, a empresa participou utilizando-se do CNPJ de sua filial, em uma nítida intenção de esquivar-se da sanção

imposta. Ocorre que a proibição de contratar com a Administração Pública imposta à matriz se estende a todas as suas filiais, pois as obrigações contratuais são assumidas pela sociedade e não pelos estabelecimentos, ou seja, matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas, apenas representam estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica. (AC-3465-51/12-P-2012, Plenário, Relator: José Múcio Monteiro, Data da sessão: 10/12/2012).

No entanto, o cerne da questão está centrada no instituto da proibição imposta a empresa, ou seja, "impedimento nos termos do art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002". Neste sentido, o Tribunal de Contas da União, que assim determinou:

(...) Outro ponto levantado na representação diz respeito aos limites da sanção do art. 7º da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão).

17. Aqui também a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos do Plenário 739/2013, 1.006/2013 e 1.017/2013) é firme no sentido de que tal penalidade impede o concorrente punido de licitar e contratar apenas no âmbito do ente federativo que aplicou a sanção, em consonância com o que dispõe o art. 40, inciso V e § 3º, da IN SLTI 2/2010.

(...)

20. De todo modo, é bom registrar que no CEIS consta a base legal da sanção, assim como o órgão sancionador, significando a possibilidade de o responsável pela licitação discernir os limites da punição ali indicada. Ou seja: o simples fato de o concorrente estar inscrito no referido cadastro não quer dizer que será necessariamente eliminado do certame.

(...) Seja como for, apesar de não haver elementos suficientes para se concluir pela ocorrência de excesso no ato convocatório quanto a isso, mas diante da possibilidade de o Serpro/SP vir a conferir, por meio das regras do edital, demasiado alcance à punição da Lei do Pregão, penso que a representação deve ser considerada parcialmente procedente relativamente a esse ponto, restando conveniente que se dê ciência à entidade de que a sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar. (Acórdão 2242/2013-Plenário, TC 019.276/2013-3, relator Ministro José Múcio Monteiro, 21.8.2013). Ainda, neste sentido:

O formato desta sanção é diferente das costumeiras (concorrência, tomada de preços e convite) previstas na Lei 8666/93, neste caso é específica.

Observe que o dispositivo legal narra que o licitante "ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito federal ou Município". A expressão "ou" indica desunião, separação. Desta forma, concluímos que a sanção terá efeito tão somente no ente federativo que a aplicou.

Acerca do assunto, o jurista Marçal Justen Filho leciona:

"Portanto, um sujeito punido no âmbito de um município não teria afastada sua idoneidade para participar de licitação promovida no órbita de outro ente federal." (in Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 5º Ed, São Paulo: Dialética, 2009, p. 252).

Outrossim, o jurista Fabrício Motta versou:

Sem tomar posicionamento a respeito da celeuma, no tocante à questão que nos interessa diretamente, ou seja, a abrangência da penalidade prevista no art. 7º da Lei n. 10.520/02, há que se destacar que o impedimento de licitar e contratar referir-se-á à União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, de acordo com a expressa dicção legal. O uso da conjunção alternativa 'ou', somado à referência à entidade política, parece espantar as dúvidas tocantes à eventual extensão da sanção a todas as esferas. (in

Pregão presencial e eletrônico, Belo Horizonte: Fórum, 2006, pags. 155-156).

Então, hipoteticamente caso a empresa seja suspensa de licitar com a união, poderá participar das licitações no âmbito estadual, municipal e distrital.

O artigo 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 evidenciou com clareza o entendimento, que reza:

V – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o art. 7º da Lei no 10.520, de 2002.

(...)

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção:

I – da União, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade da União;

II – do Estado ou do Distrito Federal, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Estado ou do Distrito Federal; ou

III – do Município, caso a sanção seja aplicada por órgão ou entidade do Município. (Disponível no site <https://portal.conlicitacao.com.br/licitacao/artigos/licitacao-abrangencia-das-penalidades-lei-866693-105202002/>. Acesso em 12 de agosto de 2016).

Considerando os enunciados acima e a sanção aplicada pelo Município de Porto Alegre (anexa), mantemos HABILITADA a empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA.

Os itens 80, 103 e 104 serão CANCELADOS, tendo em vista que o registro do medicamento (item 80) e os Certificados de Boas Práticas (itens 103 e 104) estão sem validade.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Pregoeira e a Equipe de Apoio.

Arabutã, 12 de agosto de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

DELSI DRIEMEIER

Arroio Trinta

PREFEITURA

LEI Nº 1777

LEI Nº 1777, DE 08/08/2016.

Reconhece Débitos e Autoriza o pagamento de retribuição pecuniária em atraso aos servidores da Câmara de Vereadores de Arroio Trinta e da outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o débito, referente a retribuição pecuniária em atraso descrita no artigo 27 da Resolução 002/2005, no que diz respeito ao cargo de Contadora do Poder Legislativo Municipal, conforme planilha de cálculo atualizado (01), referente ao período de 01/06/2011 até 01/05/2016.

Art. 2º Fica reconhecido o débito, referente a retribuição pecuniária em atraso descrita no artigo 27 da Resolução 002/2005, no que diz respeito ao cargo de Secretária Executiva do Poder Legislativo Municipal, conforme planilha de cálculo atualizado (02), referente ao período de 01/06/2011 até 01/05/2016.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a efetuar o pagamento do valor de R\$ 14.669,67 (quatorze mil seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos) correspondente aos valores descritos nas tabelas 01 e 02 em anexo, sendo que destes valores deverão ser descontados os valores correspondentes a contribuições previdenciárias.

Art. 4º Referido pagamento poderá ser efetuado em parcela única ou parceladamente.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de agosto de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta foi publicada nesta Secretaria de Administração em 08 de agosto de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1778

LEI Nº 1778, DE 12/08/2016.

Dispõe sobre a proibição do uso, comercialização, armazenamento, transporte e distribuição de herbicida hormonal na circunscrição do Município de Arroio Trinta e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas legais atribuições, respaldadas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica proibido no território do Município de Arroio Trinta,

o uso, a comercialização, o armazenamento, o transporte e a distribuição em qualquer de suas formas, de herbicidas derivados da composição química de sal dimetilamina do ácido 2,4 Diclorofenoxiacético (2,4D), herbicida hormonal do grupo dos fenoxiacéticos, bem como daqueles que em sua composição possuam ou venham possuir o referido ácido.

Artigo 2º Toda pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não na circunscrição do Município de Arroio Trinta que for flagrada utilizando, comercializando, armazenando, transportando ou distribuindo exemplares de herbicidas objeto da proibição instituída por esta Lei, terão o produto apreendido pela fiscalização do Município de Arroio Trinta, e estarão sujeitos ao pagamento de multas fixadas nos termos desta Lei.

Artigo 3º Aquele que usar, distribuir, comercializar, armazenar ou transportar em qualquer de suas formas, herbicidas derivados da composição química de sal dimetilaminado ácido 2,4 – Diclorofenoxiacético (2,4 D), herbicida hormonal do grupo dos fenoxiacéticos, em estado líquido, sólido ou gasoso, bem como daqueles que em sua composição possuam ou venha a possuir o referido ácido, incorrerão nas seguintes penalidades:

I – Multa de 1 (um) salário mínimo Nacional ao usuário e ou transportador;

II- Multa de 3 (três) salários mínimos Nacional ao distribuidor, comerciante ou armazenador.

§ 1º Responde solidariamente com o proprietário ou possuidor a qualquer título, o profissional habilitado que prescrever, autorizar, recomendar ou participar, física ou intelectualmente da aplicação do agrotóxico descrito no artigo 1º da presente Lei.

§ 2º Em caso de reincidência, o valor da multa prevista no artigo 3º, incisos I e II da presente lei, será acrescido de 100% (cem por cento) sobre o valor da última multa aplicada ao infrator, sem prejuízo da suspensão incondicional e por tempo indeterminado, de todo e qualquer serviço prestado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

§ 3º A multa objeto da aplicação de penalidade à pessoa física ou jurídica, destacada por autoridade competente, será recolhida em favor dos cofres municipais no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua expedição, e terá caráter repressivo e educativo, sendo destinado 50% (cinquenta por cento) do valor para a confecção de cartazes e/ou folder, com distribuição gratuita e ampla divulgação dos malefícios do produto.

§ 4º Não se conformando com a aplicação da multa, tem o notificado o prazo de 30 (trinta) dias a contar do ciente da mesma, que será enviada por Aviso de Recebimento dos Correios ou através de recibo que conterá data, hora e assinatura do notificado, para apresentar recurso administrativo escrito, acompanhado de cópia da notificação e taxa de serviços gerais previsto no Código Tributário Municipal.

§ 5º O recurso será protocolado no setor de expediente da prefeitura Municipal dentro de 30 (trinta) dias e será encaminhada a autoridade competente para julgamento.

§ 6º Tem a autoridade julgadora o prazo de 15 (quinze) dias do

protocolo da reclamação paraproferir a decisão fundamentada.

§ 7º A partir da ciência da decisão, o notificado deverá efetuar o pagamento da multa no prazo estabelecido, sob pena de lançamento do débito em Dívida Ativa com todos os gravames previstos na Legislação Tributária do Município de Arroio Trinta.

Artigo 4º A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Arroio Trinta, através dos técnicos conveniados, fica autorizada, a proceder a cada 60 (sessenta) dias, levantamento, fiscalização e o acompanhamento de estoques em lojas ou estabelecimentos do ramo, podendo nelas entrar ou sair livremente, sem prejuízo de requisitar outras informações, prontuários, empenho ou notas fiscais.

Artigo 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar no que couber a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Artigo 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de agosto de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de agosto de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1779

LEI Nº 1779, DE 12/08/2016.

Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no protocolo de intenções, consubstanciado no contrato de consórcio público do consórcio de informática na gestão pública municipal (CIGA), e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas legais atribuições, respaldadas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município de Arroio Trinta e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1450/2010.

Artigo 2º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei, que está publicado na página 1495 da edição n.º 2005 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (edição de 31 de maio de 2016 - http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232_edicao_dom_2005.pdf).

Artigo 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de agosto de 2016.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 12 de agosto de 2016.

Michel Junior Serighelli
Responsável

PORTARIA Nº 122/2002

PORTARIA N.º 122/2002 DE 02/05/02

“NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVO ANTÔNIO PAGANINI, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, combinado com os Artigos 23 e 26 da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 10 da Lei n.º 257/90 de 09/02/1990, Lei n.º 811/99 de 08/12/99 e Lei n.º 897/2002 de 20/02/2002, tudo de acordo com o Edital de Concurso Público n.º 001/2002 de 25 de fevereiro de 2002,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear por Concurso Público, FERNANDO ANDRÉ MANENTI, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, portador do CPF sob n.º 027.455.819-02, para exercer o cargo de VIGILANTE SANITÁRIO – NÍVEL CE-07, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, por 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 02 de maio de 2002.

Artigo 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC, 02 de maio de 2002.

IVO ANTÔNIO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198

PORTARIA Nº 198, de 08/08/2016.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal JULIAR LUIZ MANENTI, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 3.535.487 e CPF nº 036.215.649-26, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, a partir de 08 de agosto de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de agosto de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199

PORTARIA Nº 199, de 08/08/2016.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal SIRLEI VANUSA PASSONI SPRICIGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 015.181.209-89 e Identidade nº 3.535.544, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 01/08/2016 a 24/08/2016.

Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Silvana Bolzon e Valéria Luzia Locateli.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2016.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de agosto de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200

PORTARIA Nº 200, de 09/08/2016.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Servidora Municipal VANESSA DAL PIZZOL VIGOLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 053.806.809-41 e Identidade nº 5.173.865, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR - MAGISTÉRIO, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 13:15 as 17:15 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 10/08/2016 à 23/12/2016.

Parágrafo único - A contratação se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Keli Marenti.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de agosto de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 201

PORTARIA Nº 201, de 09/08/2016.

Nomeia Secretário Municipal, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear para o Cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a Senhora DENISE ZIMMERMANN SCHULLER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 034.712.209-41, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, a partir de 09 de agosto de 2016.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de agosto de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202

PORTARIA Nº 202, de 09/08/2016.

Concede Licença Maternidade para Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município e com o Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder Licença Maternidade para a servidora THAIS PRISCILA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na forma do Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 1713/2014, pelo período de 01/08/2016 a 27/01/2017, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2016.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 09 de agosto de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 58/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 58/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 31/8/2016 às 9 horas, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS para Obras e Serviços de Engenharia, tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ÁSFALTICA NAS RUAS PADRE JOÃO ROLANDO E PADRE QUESTOR AVELINO DE BARROS, AMBAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, EM ASCURRA (SC), conforme informações no Edital.

Maiores informações poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e o edital poderá ser baixado pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 15 de agosto de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 33/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
CONTRATO Nº 33/2016-PMBP DE 12/08/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016-PMBP
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 005/2016
HOMOLOGADO EM 12/08/2016

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 027/2016 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2016-PMBP, e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial, Sinalização, Pavimentação com Paver e Lajotas Sextavada na Rua 5300 - Antônio João Batista, 5150 - Rua Souza, 5161 - Rua das Tulipas e 5170 - Rua das Dálias, conforme documentos anexos ao Processo, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memoriais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo. Empresas Participantes Habilitadas:

LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA ME - R\$843.280,42 CONTRATO 33/2016

Balneário Piçarras(SC), 12 de agosto de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº SC-38.304/BNDES AUTOMATICO BRDE MUNICÍPIOS

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO Nº SC-38.304/BNDES AUTOMÁTICO - BRDE MUNICÍPIOS

CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE E O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC.

APROVAÇÕES

APROVAÇÃO DA DIRETORIA DO BRDE	Programa BRDE Municípios Decisão do BRDE nº 156.394 Data de Aprovação: 15/07/2016
APROVAÇÃO BNDES FICHA RESUMO DE OPERAÇÃO (FRO)	Programa: BNDES/Automático FRO nº 116-00159-01-4 e 116-00160-01-2 Data de Aprovação: 23/05/2016
APROVAÇÃO DA STN Verificação de Limites e Condições para Operação de Crédito Interno	Processo nº 17944.000745/2016-97 Ofícios Autorizativos de 22/06/2016: 2053/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF 2054/2016/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

PREÂMBULO

I - AGENTE: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE, inscrito no CNPJ: 92.816.560/0001-37, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS na Rua Uruguai, 155- 4º andar, e agência nesta capital na Avenida Hercílio Luz n.º 617, Centro (CEP 88020-000).

II - CREDITADA(O): MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 83.102.335/0001-48, com endereço na Av. Emanuel Pinto, 1655, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal.

III - ORIGEM DOS RECURSOS: a ser provido com recursos ordinários do BNDES.

IV - VALOR DO CRÉDITO: R\$ 881.644,00 (oitocentos e oitenta e um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais), dividido em 02 sub-créditos:

- Subcrédito "A" [TJLP] – no valor de R\$ 489.803,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil e oitocentos e três reais);

- Subcrédito "B" [SELIC] – no valor de R\$ 391.841,00 (oitocentos e noventa e um mil e oitocentos e quarenta e um reais).

Utilização: Conforme ANEXO I - Quadro de Usos e Fontes/Orçamento

V - ENCARGOS:

a) Juros para o Sub-Crédito "A": 8,00% a.a. (oito por cento ao ano), acima da TJLP, divulgada pelo BACEN, na forma da Cláusula Quinta, aí já incluído o Del Credere do BRDE;

b) Juros para o Sub-Crédito "B": Os juros consideram o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, a qual inclui a remuneração básica do BNDES, a remuneração do BRDE, a Taxa de Intermediação Financeira e a Sobretaxa Fixa totalizando 6,56 % a.a. (seis inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, na forma da Cláusula Sétima;

c) Tarifa de Fiscalização: equivalente a 0,71% (setenta e um centésimos por cento) do valor crédito concedido, na forma da cláusula Nona.

VI - PRAZOS: DATAS DE PAGAMENTO:

Carência: 12 meses 1ª parcela de Encargos: 15/11/2016

Amortização: 48 meses 1ª parcela de amortização: 15/09/2017

Total: 60 meses Última parcela de amortização: 15/08/2021

VII - FINALIDADE DO CRÉDITO: O crédito aberto por este instrumento será utilizado para execução de obras de pavimentação com blocos de paver de três vias urbanas - Rua das Tulipas, Souza e Dália - e uma pavimentação com lajotas sextavadas - Rua Antônio João Batista - totalizando 7.726,52m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de regularização e compactação do subleito, execução de colchão de assentamento, colocação de lajotas sextavadas, meio fio, drenagem e sinalização. Na Rua das Tulipas foi incluída no orçamento a execução de uma área de CBUQ, que será realizada na rua perpendicular a Rua das Tulipas, que possui pavimentação asfáltica, para ligação da rede de água pluvial da Rua das Tulipas nesta rua.

VIII - VINCULAÇÃO DE RECEITAS – Meio de pagamento: Quotas de ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços) e do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, conforme Cláusula Décima Quinta.

Pelo presente instrumento, as partes qualificadas no preâmbulo têm, entre si, justo e contratado o crédito deferido através da Decisão da Diretoria do BRDE já mencionada no preâmbulo, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A instituição financeira qualificada no item I do preâmbulo, credenciada como Agente Financeiro do BNDES, daqui por diante denominada BRDE, com base em contrato específico existente entre ambos, repassará à CREDITADA, os recursos originados do BNDES, no âmbito do programa indicado no preâmbulo.

CLÁUSULA SEGUNDA: Assim habilitado, o BRDE contrata com a CREDITADA, uma operação de abertura de crédito cujos recursos serão utilizados exclusivamente na finalidade aprovada pela ficha Resumo da Operação – FRO, de acordo com o item VII do preâmbulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Condições de Utilização do Crédito: A liberação dos recursos está sujeita ao cumprimento, cumulativamente, das seguintes condições a serem cumpridas pela CREDITADA:

- a) Registro deste contrato e de suas garantias, na forma da lei, e sua devolução ao BRDE, com os comprovantes dos registros efetuados;
- b) Entrega ao BRDE da Procuração a que alude o parágrafo quarto da Cláusula Décima Sexta adiante;
- c) Comprovação de ter sido notificada a instituição financeira a quem couber receber e repassar ao BRDE as receitas vinculadas, sobre a existência da procuração de que trata a cláusula décima sexta deste instrumento;
- d) Entrega ao BRDE do valor equivalente às Tarifas de Análise e de Fiscalização, quando forem devidas;
- e) Adimplência perante o BRDE da CREDITADA;
- f) Comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais ou, quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, apresentação de declaração da CREDITADA a respeito; (como é feita essa comprovação)
- g) Comprovação, previamente à liberação de cada parcela do crédito subsequente à primeira, da devida aplicação da parcela anteriormente liberada, incluindo a correspondente contrapartida de recursos próprios;
- h) Comprovação da inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da CREDITADA, ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.
- i) liberação dos recursos pelo BNDES/FINAME, respeitada a sua programação financeira e a disponibilidade dos recursos;
- j) Outorga da procuração referida na cláusula décima sexta, adiante;
- k) Apresentação pela CREDITADA da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND), ou a Certidão Positiva com efeitos de Negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- l) Apresentação pela CREDITADA de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP – a ser extraído pela própria CREDITADA e verificado pelo BRDE nos endereços eletrônicos www.previdenciasocial.gov.br ou www.receita.fazenda.gov.br ressalvados os casos em que a CREDITADA apresentar declaração atestando que ela não dispõe de regime próprio de previdência social dos servidores públicos, conforme modelo publicado no site do BNDES, em www.bndes.gov.br para esses casos;
- m) Comprovação da publicação deste contrato ou seu extrato na Imprensa Oficial;
- n) Comprovação do processo licitatório (Edital; Proposta de Preço da empresa vencedora; Atas da comissão de licitação; Decreto, ou termo, de adjudicação; Decreto, ou termo, de homologação; Contratos com os vencedores da licitação; Publicações; Ordem de serviço com aceite do contratado);
- o) ART de execução da obra;
- p) Parecer do Órgão Jurídico Municipal, de data atual, atestando a regularidade de todo o procedimento licitatório e sua contratação, nos moldes solicitados pelo BRDE;
- q) Apresentar os dados bancários da conta corrente destinada à movimentação dos recursos referentes exclusivamente para a finalidade de que trata o item VII do PREÂMBULO, conforme consta da alínea q, I, da Cláusula Décima Sétima.

Parágrafo Primeiro: As liberações serão efetuadas no prazo de até um dia útil contado da entrega dos recursos pelo BNDES/FINAME ao BRDE e ocorrerão mediante transferências bancárias a crédito da CREDITADA, em conta corrente de sua titularidade ou à sua ordem.

Parágrafo Segundo: As liberações serão suspensas, com a consequente redução do financiamento no valor não liberado, caso os recursos não sejam utilizados até o primeiro dia útil do mês anterior ao da primeira amortização.

Parágrafo Terceiro – Tributos: Cada liberação de recursos estará sujeita à incidência, se for o caso, na forma da legislação pertinente, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativa a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

CLÁUSULA QUARTA – Amortização: Durante o período de amortização as prestações serão mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira e a última nas datas mencionadas no item VI do preâmbulo.

CLÁUSULA QUINTA – Juros do Subcrédito “A”: Incidirão à taxa fixada no item V, “a” do Preâmbulo (a título de “spread”), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, instituída pela Lei nº 9.365, de 16.12.96, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e FAT, e divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada Lei, observada a seguinte sistemática.

Parágrafo Primeiro: O montante correspondente à parcela da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP que vier exceder a 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado, conforme previsto no Parágrafo Único do Artigo 4º da citada Lei nº 9.365, no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência deste contrato, e, no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto sobre vencimento em dias feriados, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos ocorridos no período:

$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^n/y - 1$, sendo:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil;

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação,

considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do Contrato; e
y - número de dias do ano (365 ou 366, caso seja ano bissexto).

Parágrafo Segundo: Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano - O percentual fixado no item V "a" do Preâmbulo, acima da TJLP ("spread") referido no "caput" dessa condição, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas da exigibilidade dos juros mencionados no Parágrafo Quinto e na data do vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto no Parágrafo Primeiro, acima, e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

Parágrafo Terceiro: Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano - O percentual fixado no item V, "a", do Preâmbulo, acima da TJLP ("spread") referido no "caput" dessa condição, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas da exigibilidade dos juros mencionados no Parágrafo Quinto e na data do vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto no Parágrafo Primeiro, acima, e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

Parágrafo Quarto: O montante referido no Parágrafo Primeiro que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos e prazos previstos neste instrumento, para amortização do principal.

Parágrafo Quinto: O montante apurado nos termos do Parágrafo Segundo ou Parágrafo Terceiro, conforme o caso, será exigível trimestralmente, durante o prazo de carência, conforme fixado no item VI do Preâmbulo, passando a ter vencimento mensal após o término do referido período, juntamente com as prestações de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste contrato, observado o disposto sobre Vencimento em dias Feriados, adiante.

CLÁUSULA SEXTA – Alteração do Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT: Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS-PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, a remuneração prevista na Cláusula Quinta neste contrato poderá, a critério da FINAME/BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pela FINAME/BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BRDE comunicará a alteração, por escrito à CREDITADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – Juros do Subcrédito "B": Os juros consideram o somatório do Custo Financeiro e da Remuneração Total, a qual inclui a Remuneração Básica do BNDES, a Remuneração do BRDE, a Taxa de Intermediação Financeira e a Sobretaxa Fixa.

Parágrafo Primeiro: Os juros são devidos à taxa referida no item V "b" do Preâmbulo ao ano (à título de "spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com a sistemática a seguir:

I - O saldo devedor da CREDITADA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, e outras despesas, será capitalizado pela taxa Selic diária.

a) Para efeito da capitalização acima referida, as taxas Selic, fator diário, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a serem consideradas, estarão defasadas em 2 (dois) dias úteis em relação às datas em que ocorrer a capitalização do saldo devedor;

b) O montante apurado será incorporado diariamente ao principal da dívida e exigível juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação da cédula.

II - Os juros incidirão sobre o saldo devedor nas datas de suas exigibilidades ou na data de vencimento ou liquidação da cédula, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias úteis decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas. O montante apurado será exigível sempre no dia 15 (quinze), observadas as periodicidades constantes no item "PRAZOS" do Preâmbulo, juntamente com as parcelas de amortização do principal capitalizado, conforme estabelecido no inciso I e no presente inciso, e no vencimento ou liquidação da Cédula.

III - No caso de indisponibilidade temporária da Taxa SELIC quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na cédula, será utilizada a última taxa SELIC conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pelo credor quanto pelo devedor, quando da divulgação posterior da Taxa SELIC.

IV - A sobretaxa Fixa mencionada no "caput" é a estabelecida trimestralmente pelo BNDES, sendo disponibilizada no endereço eletrônico <http://www.bndes.gov.br> até o último dia útil anterior aos meses de janeiro, abril, julho e outubro e válida por um período de 3 (três) meses a partir do dia 1º dos referidos meses. A Sobretaxa Fixa aplicável a esta operação é a vigente nesta data.

CLÁUSULA OITAVA - Alteração do Critério de Remuneração dos Recursos: Na hipótese de indisponibilidade da Taxa SELIC, pelo período de 60 (sessenta) dias ou de extinção da Taxa SELIC, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, o BNDES escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o AGENTE comunicará a alteração por escrito à CREDITADA.

CLÁUSULA NONA – TARIFAS BANCÁRIAS

I - Tarifas dos Serviços prestados: Serão devidas as seguintes tarifas:

II - Análise do Projeto: 0,4% (quatro décimos por cento) do valor do crédito concedido, exigível no ato da primeira liberação. O montante que já houver sido pago a esse título, anteriormente à emissão deste contrato, será abatido do valor devido;

III - Fiscalização e Acompanhamento: 0,71% (setenta e um centésimos por cento) do valor crédito concedido representado por este contrato, exigível no ato da primeira liberação de recursos.

IV - Renovação de Ficha Cadastral: Exigível anualmente, somente para as pessoas jurídicas, com vencimento no dia 15 do mês de aniversário da operação mais antiga ainda em vigor, ou mediante a emissão de boleto bancário específico.

CLÁUSULA DÉCIMA - Inadimplemento: No caso de impontualidade nos pagamentos, a qualquer título, sem prejuízo do vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e demais cominações legais e convencionais, sobre os valores em atraso, serão cobrados, por dia de atraso e enquanto perdurar a inadimplência:

a) Para o Subcrédito "A": Os encargos pactuados para a adimplência, acrescidos de juros moratórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados anualmente.

b) Para o Subcrédito "B": Juros moratórios de 12% a.a. (doze por cento ao ano), capitalizados anualmente, e a atualização monetária calculada "pro rata die" com base na variação percentual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês anterior ao de competência do cálculo.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de vencimento antecipado da dívida, por qualquer motivo, os encargos incidirão sobre todo o saldo devedor.

Parágrafo Segundo - Multa de inadimplência: O BRDE terá ainda, em caso de inadimplemento, o direito à multa convencional de 2% (dois por cento), devida em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, incidente sobre o principal e acessórios em débito, ficando estabelecido que a referida multa não se destinará à cobertura de despesas administrativas, judiciais e/ou honorários advocatícios.

Parágrafo Terceiro - Multa por Inadimplemento não financeiro: Conforme disposto no artigo 47 das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", na hipótese de inadimplemento de obrigação não-financeira, o CREDITADO sem prejuízo das demais providências e penalidades cabíveis, ficará sujeito a multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o valor do contrato, atualizado pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

I - A multa a que se refere este parágrafo, incidirá a partir do dia fixado pelo BRDE, em suas normas regulamentares e neste contrato, para cumprimento da obrigação, ou na notificação judicial ou extrajudicial que comunicar a ocorrência do inadimplemento e, para os casos de obrigação de não fazer, do dia em que for executado o ato que não se deveria realizar, até a data:

- a) do cumprimento tardio da obrigação;
- b) fixada em decisão do BRDE, no caso de ser impossível ou não admitido o cumprimento tardio da obrigação; ou
- c) da declaração do vencimento antecipado do contrato.

II - No período compreendido entre a data de término da incidência da multa até a data da sua efetiva liquidação, a multa a que se refere este parágrafo será atualizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Processamento e Cobrança da Dívida: A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BRDE, com antecedência, ou por qualquer outro procedimento por este adotado, pelo qual informe à CREDITADA o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento.

Parágrafo Primeiro: O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a CREDITADA da obrigação de pagar as prestações do principal e os encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

Parágrafo Segundo: O BRDE colocará à disposição da CREDITADA as informações, dados e cálculos que servirem de base para a apuração dos valores devidos.

Parágrafo Terceiro: A CREDITADA efetuará o pagamento das obrigações pactuadas à Agência do BRDE que tiver contratado a colaboração financeira.

Parágrafo Quarto: Considerando que o Sub-Crédito "B" está sujeito à variação diária da Taxa SELIC, o Aviso de Cobrança será emitido pelo BRDE com a indicação de um valor referencial nesse indicador, cuja cotação deverá ser obtida na Gerência de Atendimento do Departamento de Cobrança da Área Financeira do BNDES (AF/DECOB), ou no portal oficial do BNDES na Internet (www.bndes.gov.br), sendo o valor do pagamento devido em moeda corrente, apurado pela respectiva cotação válida para o dia do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Vencimento em Dias Feriados: Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, municipais ou distritais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Responsabilidades por Despesas: Serão de responsabilidade da CREDITADA, os tributos incidentes sobre a presente operação, bem como todas as demais despesas relacionadas com a operação ou dela decorrentes como as cobradas pelo BNDES para a liberação dos recursos de acordo com os normativos daquela Instituição Financeira, inclusive as de registros e averbações deste contrato e de seus termos aditivos, as quais, eventualmente, poderão vir a ser adiantadas pelo BRDE.

Parágrafo Primeiro: Obriga-se a CREDITADA a reembolsar, no prazo de 10 (dez) dias da data em que forem debitadas, as despesas adiantadas nos termos desta Cláusula, assim como aquelas que o BRDE fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório, sob pena de incidência, sobre os respectivos valores, dos encargos e acessórios previstos para inadimplência, neste contrato..

Parágrafo Segundo: Na hipótese de se relacionar a despesa realizada pelo BRDE a mais de uma operação, a importância respectiva será lançada na conta referente a qualquer dos instrumentos contratuais, a critério do BRDE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Vencimento Antecipado: Poderá o BRDE suspender a utilização do crédito e considerar vencida antecipadamente a dívida, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de:

- a) Inadimplemento da CREDITADA, ou dos Intervenientes, quanto às obrigações contraídas neste instrumento, ou decorrentes de lei, bem como de outras obrigações contraídas com o BRDE;
- b) A CREDITADA ou qualquer Interveniente Prestador de Garantia ser declarado falido, requerer recuperação judicial, ou se tornar insolvente;
- c) Cessão ou transferência, a qualquer título, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como qualquer forma de alienação ou oneração dos bens financiados e/ou integrantes da garantia, sem prévia e expressa autorização do BRDE;
- d) Procedimento judicial de qualquer ordem, ou qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas;
- e) Ocorrência de qualquer hipótese de antecipação legal do vencimento;
- f) Não comprovação física e/ ou financeira da realização do projeto financiado e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste instrumento, sem prejuízo de o BRDE comunicar esse fato ao Ministério Público Federal para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16/08/86;
- g) Existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela CREDITADA, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena, observado o devido processo legal;

Parágrafo Único: Na ocorrência do mencionado na alínea "f", sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado, o EMITENTE ficará sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos não comprovados, acrescido dos encargos devidos pactuados neste instrumento, a partir do dia seguinte à data fixada em notificação judicial ou extrajudicial, até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Autorização para débito em conta corrente: O CREDITADO dá ao BRDE, em caráter irrevogável e irretratável, o direito e a autorização expressa para que este ordene ao Banco do Brasil S/A que efetue, quando do respectivo vencimento, o débito do valor total ou parcial de qualquer parcela de amortização do principal e/ou encargos de qualquer natureza, relativos ao presente instrumento, nas contas-correntes número 65.140-0 (FPM) e número 12.347-1 (ICMS), que o CREDITADO mantém na agência 3257-3, podendo para tanto o referido Banco lançar mão da disponibilidade existente, comprometendo-se igualmente o CREDITADO a manter, na conta-corrente, fundos suficientes para cobrir tal débito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO: Para o fiel cumprimento das obrigações contraídas neste instrumento, nos termos da Lei Autorizativa Municipal n.º 544/2016, de 24/02/2016, modificada pela Lei Municipal n.º 564/2016, de 18/05/2016, devidamente arquivada no respectivo processo de financiamento, o CREDITADO transfere ao BRDE, a título de vinculação de meios de pagamento, as receitas provenientes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal Comunicação – ICMS – e do Fundo de Participação dos Municípios – FMP, no montante suficiente à liquidação do débito, até total liquidação do mesmo.

Parágrafo Primeiro: O CREDITADO nomeia e constitui o BRDE seu mandatário, com bastantes poderes para, enquanto não liquidada a dívida e na eventualidade de inadimplemento das obrigações ora contraídas, reter, independentemente de qualquer notificação, ciência, ou formalidade, diretamente na conta especial bloqueada prevista referida no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, as receitas municipais decorrentes dos repasses acima descritos, em montante suficiente para o integral pagamento do valor principal da dívida e dos demais encargos dela decorrentes, previstos no presente instrumento, sem prejuízo de outros critérios legais de atualização monetária aplicáveis. Para tanto, o CREDITADO outorga ao BRDE plenos poderes para praticar todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do mandato, em caráter irrevogável e irretratável, tudo conforme parágrafo quarto, adiante.

Parágrafo Segundo: O BRDE poderá, a seu exclusivo critério, na condição de mandatário do CREDITADO e credor deste, promover o recebimento de qualquer importância devida, mediante simples apresentação dos recibos correspondentes às prestações do principal da dívida, correção monetária, juros e multa, recibos esses que o CREDITADO reconhece antecipadamente como comprovantes hábeis, líquidos e certos da dívida, mantendo o presente mandato validade em relação a tributos ou transferências correntes e de capital que, na vigência deste instrumento, venham a substituir as receitas oriundas do ICMS e do FMP.

Parágrafo Terceiro: As parcelas dos recursos do erário municipal que couberem ao BRDE por força do presente contrato serão retidas na proporção necessária ao pagamento das obrigações contraídas pelo CREDITADO, nos termos avençados nas Cláusulas “JUROS” e FORMA DE PAGAMENTO. Tais recursos serão retidos em conta especial bloqueada, junto ao Banco do Brasil S/A, de titularidade do CREDITADO, ficando o BRDE, desde já, autorizado a realizar a referida retenção, nos termos do mandato conferido, inclusive de parcelas decorrentes de mora, independentemente do motivo, consoante a Cláusula “INADIMPLEMENTO”.

Parágrafo Quarto - Outorga de Procuração: Para efeitos do disposto nas Cláusulas Décima Quinta supra, e parágrafo primeiro desta cláusula, (Décima Sexta), a CREDITADA outorgará procuração ao BRDE, previamente à solicitação de liberação dos recursos deste financiamento, por instrumento público e em modelo fornecido por este, com base nos artigos 683 a 685 do Código Civil Brasileiro, com a finalidade precípua de autorização de saque dos valores depositados nas contas corrente em questão, até o limite dos débitos decorrentes do presente contrato de financiamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Disposições Especiais: Além do cumprimento das cláusulas financeiras deste contrato, a CREDITADA fica ainda obrigada a:

- a) cumprir perante o BRDE, no que couber, as “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10.12.87, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16.12.91, pela Resolução nº 863, de 11.03.96, pela Resolução nº 878, de 04.09.96, pela Resolução nº 894, de 06.03.97 pela Resolução nº 927, de 01.04.98, pela Resolução 976, de 24.09.01 e pela Resolução 1571/2008 todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29.12.87, 27.12.91, 08.04.96, 24.09.96, 19.03.9, 15.04.98 e 31.10.01, respectivamente;
- b) cumprir, no que couber, as “Condições Gerais Reguladoras das Operações” relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto nº59.170, de 02 de setembro de 1966, microfilmadas sob o nº399.674, averbadas na coluna de anotações do Registro 4.879, do livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro;
- c) cumprir, no que couber, as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BNDES/FINAME, que declara conhecer e se obriga a aceitar;
- d) permitir ao BNDES/FINAME, diretamente ou através do BRDE, ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos, franqueando a seus representantes ou prepostos o livre acesso a qualquer documento ou registro contábil, jurídico ou de outra natureza, bem como a suas dependências, para efeito de controle da colaboração financeira, fornecendo toda e qualquer informação solicitada;
- e) mencionar, expressamente, a cooperação do BNDES/FINAME e do BRDE como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento;
- f) cumprir o disposto na legislação pertinente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, as medidas e ações adequadas para evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelos bens financiados;
- g) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato, comprometendo-se a comprovar ao BRDE, quando solicitado, o cumprimento desta condição e da alínea “f” acima;
- h) manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, compreendendo todas as fontes utilizadas, comprovando, quando solicitado, a devida aplicação dos recursos previstos no quadro de Usos e Fontes do projeto;
- i) fixar em lugar visível no local da realização do projeto, quando houver exigência pelo BRDE, placa alusiva à colaboração financeira, cabendo à CREDITADA a observação dos parâmetros de padronização fornecidos pelo BRDE;
- j) não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME sob pena de rescisão de pleno direito do contrato;
- k) observar durante o prazo de vigência deste contrato o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- l) nas operações garantidas por penhor de direitos creditórios, comprovar a ciência do devedor do(s) crédito(s) empenhado(s) a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou mediante instrumento público ou particular, registrado no referido registro público, da sede do domicílio do devedor e da sede do domicílio do credor do(s) crédito(s) empenhado(s).
- m) incluir a partir desta data até final liquidação da dívida, em cada exercício financeiro, em suas propostas de Orçamento Anual ou Plurianual de Investimento, dotações ou parcelas oriundas de receita vinculada, em montante capaz de satisfazer o pagamento do principal e encargos decorrentes desta operação;
- n) remeter, se assim dispuser a legislação aplicável, cópia deste contrato ao Tribunal de Contas competente;
- o) publicar o teor deste contrato, ou seu resumo, no Diário Oficial da União se a operação envolver a participação da União Federal, ou entidade autárquica federal, na qualidade de beneficiária ou interveniente; na hipótese da participação de Estado ou Município, ou de entidade da Administração Indireta Estadual, ou Municipal, a publicação no respectivo órgão oficial será obrigatória, se assim dispuser a legislação estadual ou municipal aplicável.

p) A CREDITADA compromete-se ainda a atender as seguintes obrigações especiais incluídas pela Circular SUP/AOI nº 04/2016-BNDES, de 02.02.2016:

I - Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da colaboração financeira e a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

II - Notificar o BRDE em até 30 (trinta dias) corridos, da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a Administração Pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal, nos termos das Leis nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976; nº 7492 de 16 de junho de 1986; nº 8137 de 27 de dezembro de 1990; nº 8429 de 2 de junho de 1992; nº 8666 de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública) nº 9613 de 3 de março de 1998; 12.529 de 30 de novembro de 2011 e nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, devendo:

a) Fornecer ao BRDE cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a CREDITADA ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estiverem envolvidos; e

b) Apresentar ao BRDE, assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência, ou afins eventualmente celebrados, em que a CREDITADA ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos.

q) Em complemento às obrigações da alínea h desta Cláusula o CREDITADO deverá também:

I - Abrir (nova conta) e manter conta corrente específica e exclusiva, da titularidade da Prefeitura, em instituição financeira de sua escolha, a qual deve ser informada (com todos os dados necessários) antecipadamente à Primeira Liberação dos recursos, exclusivamente para a finalidade de que trata o item VII do PREÂMBULO, transferindo imediatamente para a mesma os recursos provenientes de todas as fontes de financiamento e custeio do projeto financiado, e utilizando-a exclusivamente para efetuar todos os pagamentos relacionados com o objeto deste contrato;

II - Apresentar comprovação financeira, a cada etapa da obra, com os seguintes itens: extrato bancário da movimentação financeira da conta específica e exclusiva do projeto, respectivas notas fiscais e comprovantes de pagamento, entre outros documentos e medidas que possam ser exigidas pelo BRDE para sua plena comprovação;

III - Apresentar comprovação de engenharia (mapa de comprovação BNDES, disponibilizado no site do BNDES [www.bndes.gov.br]): Planilhas de medição da utilização dos recursos, ART de fiscalização e Laudo Técnico de medição com relatório fotográfico demonstrando a evolução física da obra, entre outros documentos e medidas que possam ser exigidas pelo BRDE para sua plena comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Meio ambiente: As seguintes regras regerão a relação do CREDITADO com o BRDE, no que diz respeito aos possíveis efeitos do projeto/equipamento financiado junto ao meio ambiente:

a) Caso o projeto financiado venha a provocar qualquer dano ambiental efetivo, fato assim considerado pela legislação federal ou estadual vigentes em relação à matéria, o BRDE exigirá do financiado a imediata reparação do dano ocorrido, sem prejuízo da suspensão das liberações até a total eliminação da causa do dano;

b) Na hipótese de haver sido liberada a totalidade dos recursos, poderá o BRDE decretar o vencimento antecipado deste contrato, com todas as consequências previstas na cláusula de vencimento antecipado, caso não haja imediata reparação do dano havido e a total eliminação da causa do dano;

c) Na hipótese do BRDE vir a ser acionado judicialmente, por quem quer que seja, com a finalidade de responder financeiramente por dano ambiental causado pelo projeto financiado e, em tendo que efetivamente fazê-lo, fica desde já assegurado seu direito de regresso contra o devedor, ora financiado.

d) Na qualidade de órgão repassador dos recursos, em caso de qualquer perda ou dano, em decorrência de condenação por dano ambiental, o BNDES também será indenizado, independentemente de culpa da CREDITADA, de acordo com a lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Autorização Especial: A CREDITADA autoriza o BRDE, durante a vigência do presente instrumento, a promover a abertura de cadastro em seu nome, prestar, solicitar e receber informações originadas do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil – SCR, ou de quaisquer outras fontes oficialmente constituídas, compartilhando com essas fontes as informações existentes. Por outro lado, declara ter ciência de que o BRDE, por força da determinação do Conselho Monetário Nacional, está obrigado a prestar informações ao Banco Central do Brasil – BACEN sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade. A autorização será automaticamente estendida a qualquer outra entidade que, no prazo de vigência deste instrumento, venha a substituir e/ou complementar os órgãos em sua competência e função.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Foro: O foro do presente contrato é o da Agência do BRDE que contratou esta colaboração financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Certidões: A CREDITADA apresentou as seguintes certidões e certificados: Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, código 65FD.65B7.D657.09EB, validade de 17/03/2016 a 13/09/2016; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas nº 71898192/2016, validade de 27/07/2016 a 22/01/2017; Certificado de Regularidade do FGTS nº 2016071503143507052934, validade de 15/07/2016 a 13/08/2016; Certificado de Regularidade Previdenciária nº 988251-141893, validade de 19/05/2016 a 15/11/2016; Certidão do TCE-SC nº 17884/2016, emitida em 09/06/2016 e válida até 05/10/2016; Certidões Ambientais de Atividade Não Constante números 005/2016, 006/2016, 007/2016 e 008/2016, emitidas em 30/03/2016 pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras-SC, que certificam a não sujeição a licenciamento ambiental com a justificativa de que os projetos, objetos deste contrato, não integram a Listagem de Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, aprovadas pelas Resoluções CONSEMA 01/2006 e 13/2012 e suas alterações. A CREDITADA apresentou também cópia do Protocolo de Entrega Via Internet de RAIS Ano-Base 2015, código 1349152871. Foram realizadas as seguintes CONSULTAS em 29/07/2016: ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo impedida por decisão liminar na ADI nº 5.209 do STF, conforme informação no site do MTE; ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) do CNJ suspensa por decisão judicial do processo nº 0005633-70.2010.2.00.0000, conforme informação no site do CNJ – tendo a CREDITADA apresentado cópia de Certidão de Regularidade Quanto ao Pagamento de Precatórios Judiciais do TJSC, de 19/07/2016, válido por 30 dias, no Regime Especial de Pagamento de Precatórios estabelecido pela Emenda Constitucional 62; ao

CADIP realizada pelo DECOF/BRDE, o qual informa - por meio do e-mail remetido pelo funcionário João Francisco Cé, em 29/07/2016, às 13h59min - que a CREDITADA não se encontra inscrita como inadimplente no CADIP; ao site do Tesouro Nacional (SAHEM) para Verificação do Adimplemento com a União para efeito do disposto o inciso VI do Art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, onde consta a informação que, quanto às Obrigações Financeiras, Obrigações Acessórias e SITUAÇÃO, "não há obrigações nesta data".

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Os Anexos: I - Orçamento, Quadro de Usos e Fontes; II – Minuta de Procuração Pública; e, III – Minuta de Termo de Notificação e de Autorização, são partes integrantes deste contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Florianópolis-SC, 29 de julho de 2016.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

CNPJ: 92.816.560/0001-37

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

CNPJ Nº 83.102.335/0001-48

TESTEMUNHAS:

Nome :	Nome:
CPF :	CPF:

ANEXO I

ORÇAMENTO

O crédito aberto por este instrumento será utilizado para execução de obras de pavimentação com blocos de paver de três vias urbanas - Rua das Tulipas, Souza e Dália - e uma pavimentação com lajotas sextavadas - Rua Antônio João Batista - totalizando 7.726,52m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de regularização e compactação do subleito, execução de colchão de assentamento, colocação de lajotas sextavadas, meio fio, drenagem e sinalização. Na Rua das Tulipas foi incluída no orçamento a execução de uma área de CBUQ, que será realizada na rua perpendicular a Rua das Tulipas, que possui pavimentação asfáltica, para ligação da rede de água pluvial da Rua das Tulipas nesta rua.

Beneficiário: MUNICÍPIO DE BALNEARIO DE PICARRAS						
Data Base do orçamento: 15/04/2016			Em R\$ 1 (sem centavos)			
U S O S	Total (1+2)	%	Até 6 meses anterior (1)	A Realizar Total (2)	1º Período	2º Período
					De: Out/2016	De: Jan/2017
					A : Dez/2016	A : Mar/2017
CONSTRUÇÕES CIVIS	979 605	100,0		979 605	489 802	489 803
TOTAL DE INVESTIMENTOS FIXO	979 605	100,0		979 605	489 802	489 803
TOTAL	979 605	100,0		979 605	489 802	489 803
F O N T E S						
GERAÇÃO INTERNA	97 961	10,0		97 961	48 980	48 981
AUMENTO DE CAPITAL						
BNDES/AUT-FIXO	489 803	50,0		489 803	244 901	244 902
BNDES/AUT-SELIC-SBTX	391 841	40,0		391 841	195 921	195 920
TOTAL	979 605	100,0		979 605	489 802	489 803

Florianópolis, 29 de Julho de 2016.

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

CNPJ Nº 83.102.335/0001-48

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

CNPJ: 92.816.560/0001-37

ANEXO II

(MINUTA PARA INSTRUMENTO PÚBLICO)

P R O C U R A Ç Ã O

OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 83.102.335/0001-48, com endereço na Av. Emanuel Pinto, 1655, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor LEONEL JOSÉ MARTINS, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF nº 093.550.309-91, portador do RG 307.899 SSP-SC, reside na Rua Itacolomi, 11, Centro, Balneário Piçarras -SC.

OUTORGADO: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, instituição financeira pública, com sede em Porto Alegre/RS na Rua Uruguai, 155- 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37 e agência nesta capital na Avenida Hercílio Luz n.º 617, Centro (CEP 88020-000).

CONTRATO DE FINANCIAMENTO: Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº SC-38304/BNDES AUTOMÁTICO-BRDE MUNICÍPIOS, celebrado em 29/07/2016, com o primeiro pagamento de juros na carência em 15/11/2016 e o primeiro pagamento do principal e juros com início em 15/09/2017, no valor de R\$ 881.644,00, tendo como vencimento final em 15/08/2021, para a finalidade específica de execução de obras de pavimentação com blocos de paver de três vias urbanas - Rua das Tulipas, Souza e Dália - e uma pavimentação com lajotas sextavadas - Rua Antônio João Batista - totalizando 7.726,52m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de regularização e compactação do subleito, execução de colchão de assentamento, colocação de lajotas sextavadas, meio fio, drenagem e sinalização. Na Rua das Tulipas foi incluída no orçamento a execução de uma área de CBUQ, que será realizada na rua perpendicular a Rua das Tulipas, que possui pavimentação asfáltica, para ligação da rede de água pluvial da Rua das Tulipas nesta rua; estando registrado sob número, livro, fls., do Ofício de Registro de Títulos e Documentos (Competente para o domicílio do Município)

PODERES: Em virtude do contrato firmado entre outorgante e outorgado, acima identificado, o primeiro nomeia e constitui seu bastante procurador o outorgado, aqui denominado BRDE, para o fim específico de movimentar as contas bancárias vinculadas número 65.140-0 (FPM) e número 12.347-1 (ICMS), no Banco do Brasil S/A, Agência 3257-3, na cidade de Balneário Piçarras-SC, a fim de sacar mensalmente, até final liquidação do contrato em questão, nas datas previstas no mencionado contrato, as quantias necessárias e suficientes para satisfazer o pagamento das parcelas do financiamento de que trata o referido contrato. Os poderes aqui conferidos abrangem todos os necessários, "ad judicium" e "ad negotium", para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive os poderes para consultas de saldos e extratos de movimentação financeira, podendo o outorgado substabelecer, no todo ou em parte, os poderes aqui conferidos. O outorgante declara ainda que a presente procuração é outorgada com base nos artigos 683 a 685 do Código Civil Brasileiro, não havendo reserva de poderes iguais para si, e sendo a mesma de caráter irrevogável, até o prazo final do contrato de financiamento que lhe deu causa.

LOCAL E DATA

(assinaturas dos representantes do outorgante)

ANEXO III

(Timbre da Prefeitura)

(Minuta) TERMO DE NOTIFICAÇÃO E DE AUTORIZAÇÃO AO BANCO RECOLHEDOR

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 83.102.335/0001-48, com endereço na Av. Emanuel Pinto, 1655, Centro, vem, por meio da presente Notificação, trazer ao conhecimento deste Banco que as receitas oriundas das quotas-partes do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços e do FPM – Fundo de Participação dos Municípios (ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, destinadas ao MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC), cujos depósitos feitos em nosso nome na conta número 65.140-0 (FPM – Fundo de Participação dos Municípios) e na conta número 12.347-1 (quotas-partes do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços), desta Agência (3257-3) do Banco do Brasil S/A, foram vinculadas em garantia para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- BRDE, inscrito no CNPJMF sob nº 92.816.560-000137 com sede na Rua Uruguai, 155- 4º andar, em Porto Alegre/RS e Agência na Av. Hercílio Luz, 617, Centro, Florianópolis, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no Contrato adiante descrito e por meio da Procuração Pública lavrada no Ofício de Notas

A vinculação de receitas aqui referidas foi objeto de contrato com as seguintes características:

Valor do contrato: R\$ 881.644,00 (oitocentos e oitenta e um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais).

Data de celebração: 29/07/2016.

Prazos: a) Carência: até 15/08/2017; b) Amortização: em 48 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15/09/2017 e a última em 15/08/2021.

Finalidade do contrato: execução de obras de pavimentação com blocos de paver de três vias urbanas - Rua das Tulipas, Souza e Dália - e uma pavimentação com lajotas sextavadas - Rua Antônio João Batista - totalizando 7.726,52m² de pavimentação. O projeto compreende os serviços de regularização e compactação do subleito, execução de colchão de assentamento, colocação de lajotas sextavadas, meio fio, drenagem e sinalização. Na Rua das Tulipas foi incluída no orçamento a execução de uma área de CBUQ, que será realizada na rua perpendicular a Rua das Tulipas, que possui pavimentação asfáltica, para ligação da rede de água pluvial da Rua das Tulipas nesta rua.

Com base na autonomia dos Municípios para a gestão de seus recursos, e tendo em vista a obrigação contratual assumida por este Município, o BRDE – BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL fica autorizado a receber em nome próprio as quantias a ele devidas que forem necessárias à satisfação de seu crédito que estiver vencido e não tiver sido pago em seu vencimento. A fim de atender a essa disposição de vontade entre as partes, a ora notificante determina ao notificado que se digne a pagar diretamente ao BRDE, os valores que, antecipadamente, serão mensalmente informados a essa agência bancária.

Solicitando os préstimos de V. Sa. para o cumprimento das obrigações contratuais a cargo deste Município, renovo protestos de estima e consideração.

LOCAL E DATA

(assinaturas dos representantes do Município)

CIENTE:

(assinatura dos representantes legais do banco recolhedor, carimbo e data)

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - CONSTRUTORA NELGUI

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 077/PMBR/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de execução, que prevê o termino em 22/08/2016, por mais 02 (dois) meses, ou seja, de 22/08/2016 até 22/10/2016, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. ASSINATURA: 11/08/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Nilton Guidi.

Barra Bonita

PREFEITURA

ATA LEILÃO 43/2016

ATA DE LEILÃO PÚBLICO

EDITAL DE LEILÃO N. 043/2016

Ao primeiro dia do mês de agosto de 2016, as 10:00 horas, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita-SC, localizada na Av. Buenos Aires, centro, Barra Bonita-SC, o município de Barra Bonita por meio do leiloeiro Sr. Dirceu Bernardi, devidamente assessorado pela Empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda (SUPERBID), juntamente com a presença da Comissão de Licitação, e dos participantes, realizou-se o leilão presencial e on-line conforme Edital 043/2016, para a venda de bens móveis inservíveis para a administração municipal, cujo resultado foi o seguinte:

Lote	Nome do produto	Valor Mínimo (avaliação)	Valor Arrematado	Dados do Arrematante
1	YAMAHA XTZ 125E, 2006/2006, PL.: MGC-3202 (SC), CH.: 9C6KE093060002515	R\$ 1.700,00	R\$2.100,00	Andressa Fernanda Pinto CPF 089618349-16
2	RENAULT/MASTER BUS16, 2006/2006, PL.: MDV-9366 (SC), CH.: 93YCDDUH56J756369	R\$20.000,00	R\$23.000,00	Fernando Machado Lise CPF 616448890-72
3	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, 2005/2006, PL.: MDJ-5527 (SC), CH.: 9BD15822764741210	R\$2.900,00	R\$3.900,00	Da Silva E Cia Ltda Me CNPJ 08399620000157
4	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, 2007/2008, PL.: MFE-0718 (SC), CH.: 9BD15822786039880	R\$5.400,00	R\$5.400,00	Ademir Rosseto CPF 000677210-28
5	RENAULT TF ENGESIG AMB, 2002/2002, PL.: MFQ-0130 (SC), CH.: 8A1T31NZZ2L348901	R\$5.800,00	R\$5.800,00	America Transportes E Comercio De Metais Ltda Me CNPJ 05427835000146
6	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENZ L1519, 1979, PL.: LZM-4269 (SC), CH.: 34504512473576	R\$15.000,00	R\$15.250,00	Rubens Espallargas Gimenez CPF 061978018-50
7	ÔNIBUS FORD B1618, 1995/1995, PL.: KOH-7164 (SC), CH.: 9BFY-TARB2SDB89131	R\$11.850,00		Sem lance(não arrematado)
8	TRATOR AGRÍCOLA JOHN DEERE 5600 4X4, 1998, SÉRIE: C05600A003495	R\$19.000,00	R\$24.000,00	Valcir Michelon CPF 961004439-53
9	SUCATA DE BALANÇO, ESCORREGA, GIRA GIRA (PARQUE INFANTIL), PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE MÁQUINAS CAMINHÕES E VEÍCULOS.	R\$150,00	R\$150,00	Claudiomar Deresz CPF 019684139-95
10	SUCATA DE MONITORES, CPUS, HUBS, NOTEBOOK, MODENS, ANTENAS E OUTROS (APROX. 80PÇS)	R\$190,00		Sem lance (não arrematado)
11	ENTULHOS (RESTOS) DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SENDO, 12 TELHAS CARRETÃO 6,5 METROS CADA, 600 TELHAS DE BARRO TIPO COLONIAL, 24 CAIBROS DE MADEIRA DE PINHEIRO DE 4,90MX0,16MX0,08M	R\$600,00	R\$290,00	Mustafa Mohammad Mustafa CPF 655968039-87

Encerrado o leilão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Leiloeiro Sr. Dirceu Bernardi e pelos arrematantes do leilão.

Barra Bonita, 01 de agosto de 2016.

Leiloeiro: Dirceu Bernardi

EDITAL PREGÃO Nº49/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO PREÇO Nº 49/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando contratação de Prestadoras de Serviços de atendimento fonoaudiólogo, assistencial, psicológico, pedagógico, acompanhamento escolar, ensino de LIBRAS, e todo suporte necessário para inclusão social de surdos. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 26 de agosto de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 11 de agosto de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

ERRATA EDITAL PREGÃO Nº48/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº 048/2016
Errata

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE SEGURO DE AUTOMÓVEIS E PREDIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO A FROTA DE VEÍCULOS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 25 de agosto de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 11 de agosto de 2016.
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito

PORTARIA N.º245 DE 12 DE AGOSTO DE 2016. EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA N.º245 de 12 de agosto de 2016.

Exonera servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 038/2011, de 01 de dezembro de 2011.

Resolve,

Art.1º. Exonerar a senhora, Josiane da Silva matricula nº247512, para ocupar o cargo de Diretor de Escola, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Turismo, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 12 de agosto de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

Servidor Responsável

Barra Velha

PREFEITURA

1 TA ATA 003/2016 PP 006/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME
Objeto: Aquisição de paver, meio fio, guarda corpo e banco de concreto com instalação nas academias da melhor idade do município, conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.
Valor do Contrato: R\$ 862,50
Data de Assinatura: 27/07/2016
Data de Vencimento: 05/04/2017

Barra Velha, 27 de julho de 2016.
CELSO FRANCISCO SCHIMITT
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 042/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
Contratada: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME
Objeto: aquisição de parques brinquedos e jogos para os CEIS e para a educação especial da rede municipal de ensino.
Valor do Contrato: 22.714,56
Data de Assinatura: 20/07/2016
Data de Vencimento: 20/07/2017

Barra Velha, 20 de julho de 2016.
RENATO REGIS
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 002/2016 PP 042/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016
Contratada: BRINQUEDOS CRIATIVOS LTDA
Objeto: aquisição de parques brinquedos e jogos para os CEIS e para a educação especial da rede municipal de ensino.
Valor do Contrato: 15.000,00
Data de Assinatura: 20/07/2016
Data de Vencimento: 20/07/2017

Barra Velha, 20 de julho de 2016.
WALDEMIRO KREHNKE
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

ATA 003/2016 PP 042/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016
Contratada: L. MOHR LTDA EPP
Objeto: aquisição de parques brinquedos e jogos para os CEIS e para a educação especial da rede municipal de ensino.
Valor do Contrato: 24.141,70
Data de Assinatura: 20/07/2016
Data de Vencimento: 20/07/2017

Barra Velha, 20 de julho de 2016.
HERCULANO DE CARVALHO JUNIOR
Pela Empresa Contratada
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO Prefeito

PP 012/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 026/2016 - Pregão Presencial nº 012/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Aquisição de troféus e medalhas para os campeonatos e torneios promovidos pela Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 25/08/2016 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 25/08/2016 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 11 de agosto de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

PP 013/2016 FUMTEC

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 027/2016 - Pregão Presencial nº 013/2016

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por LOTE para Contratação de empresa de transporte para os atletas da Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 25/08/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão

Pública: 25/08/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 12 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Blumenau**PREFEITURA****EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 000189/2016 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 000189/2016

CONTRIBUINTE: ANSELMO & DENISE MARKETING E CONSULTORIA LTDA. - ME
ENDEREÇO: RUA 25 DE JULHO, 557 – ITUPAVA NORTE – BLUMENAU – SC.
Inscrição no CMC: 87.878 CNPJ: 10.959.197/0001-44
Processo Fiscal: 2014/647
Sócios: ANSELMO DOS SANTOS DE ALMEIDA.

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	5.109,82
Imposto a Recolher	151,59
Atualização Monetária	60,88
Juros de Mora	128,05
Multa p/ infração	106,23
Total Geral	446,75

1 - DESCRIÇÃO DOS FATOS

1.1 - Apurada a emissão de notas fiscais eletrônicas, consoante o portal NOTABLU, FOI CONSTATADO A pendência dos recolhimentos do ISSQN. .

1.2 - Não foi identificado no sistema pagamentos referentes às mesmas notas.

2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

2.1) OS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROAPAGANDA estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 17.09 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade.

3) DA INFRAÇÃO

3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e (000044 A 0000155) infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e relacionadas no Anexo I desta Notificação Fiscal, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento.

4.2) O detalhamento mensal e anual da base de cálculo é apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, nº 10.502/2014 e nº 10.820/2015.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO
Matrícula nº 13.067-2

Anexo a Notificação Fiscal nº 000189/2016 – ANSELMO & DENISE MARKETING E CONSULTORIA LTDA. – ME

Exercício 2011	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Julho	1.350,82	40,52	40,52	56,79	16,17	34,64	91,44
Agosto	3.759,00	111,07	111,07	155,67	44,60	93,40	249,08
TOTAL	5.109,82	151,59	151,59	212,47	60,88	128,05	340,52

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-007/16

MUNICIPIO DE BLUMENAU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Concorrência nº. 03-007-16 - Contratação de empresa para execução de galeria de escoamento em concreto armado do Córrego da Rua Nelson Schramm, Bairro: Valparaíso, Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital. Recurso: Ministério da Integração/PAC GARCIA, Termo de Compromisso inserido no Processo nº 59100.000342/2009-91, Contrapartida PMB – SEMOB.

Contratada: OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

CNPJ: 07.596.381/0001-62.

No valor de R\$ 242.806,20 (duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e seis reais e vinte centavos);

PORTARIA Nº 430/2016 - GABSEMUS

PORTARIA Nº 430/ 2016 / GABSEMUS

Nomeia os representantes que irão compor a Comissão Municipal do PMAQ/AB do Município de Blumenau.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde no uso das atribuições que o cargo lhe confere através da lei nº 870, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

Os representantes que irão compor a Comissão Municipal do PMAQ/AB do Município de Blumenau, com o objetivo de acompanhar os repasses dos recursos financeiros e as tratativas dos assuntos alusivos ao PMAQ, são:

Representantes

Categoria

Nomes Titulares	Categoria	Unidade
Elis R. T. Kliemann	Enfermeira	ESF Gustavo Tribess II
Josiane Cristine Couto Bublitz	Técnica Saúde Bucal	ESF Gilson Piva II
Luciane E. C. Matteussi	Auxiliar Enfermagem	ESF Jovino I. Cardoso II
Nomes Suplentes	Categoria	Unidade
Claudete Kayser	Enfermeira	ESF Glodoaldo Amorim II
Eliziane de Souza Pereira	Técnica Enfermagem	ESF Rudolfo O. Hesse
Renoir Jesus Casagrande	Auxiliar Enfermagem	ESF Gilson Piva II

Representantes Secretaria Municipal de Saúde

Nomes	Cargo	Setor
Luiz Carlos Rocha	Diretor	Diretoria Adm-Financeira
Juliana Ludwig Quintani	Coordenadora do SGTS	Gestão de Trabalho
Marco Aurélio Georg	Gerente Atenção Básica	Diretoria de Ações em Saúde
Nomes Suplentes	Categoria	Setor
Deise Voltolini	Coordenadora FMS	Contabilidade
Dulcinéia Baehr André	Agente Administrativo	Gestão do Trabalho
Antonny Medina Tschá	Responsável Saúde Bucal	Gerência Saúde Bucal

Representante Conselho Municipal de Saúde

Nome	Categoria	Unidade
André Ricardo Gonçalves	Agente Administrativo	Câmara de Vereadores
Nome Suplente	Categoria	Unidade
Patrícia Giacomelli Stenger	Auxiliar de Enfermagem	CAPSI

Secretaria Municipal de Saúde, em 10 de agosto de 2016.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO RESULTADO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO/16 - ISSBLU
EXTRATO RESULTADO DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO

Censo Cadastral Previdenciário. Realização: Ministério da Previdência Social - MPS, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Município de Blumenau-SC e Consórcio SERCONPREV

Tipo de Beneficiário	Servidores convocados - Quantidade	Servidores recadastrados - Quantidade	Servidores não recadastrados - Quantitativo
Ativo - Poder Executivo	7010	6968	42
Ativo - Poder Legislativo	64	64	0
Aposentado	1849	1842	07
Pensionista	391	388	03
Total	9314	9262	52

EXTRATO Nº 253/2016 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 253/2016
Retificação ao Extrato nº. 226/2016
Dispensa de Licitação nº. 173/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de chapas de acrílico transparente para as estantes do mostruário de rochas e minerais do Laboratório de Geomecânica e Fundações (Sala C-008, Campus II) do Curso de Engenharia Civil da Universidade. Contratada: Zaitz – Soluções Inteligentes LTDA. – ME (CNPJ nº. 15.048.383/0001-45). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 2.128,80 (dois mil, cento e vinte e oito reais e oitenta centavos)/01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 12 de agosto de 2016.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 885

DECRETO LEGISLATIVO Nº 885

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CARIDADE PAPA JOÃO PAULO II À CASA DE ACOLHIDA SÃO FELIPE NERI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito da Caridade Papa João Paulo II à Casa de Acolhida São Felipe Neri, pela realização de trabalhos voluntários de caráter assistencial/caritativo/filantrópico e de relevância social em favor das pessoas necessitadas, no âmbito do município de Blumenau, nos termos do Decreto Legislativo nº 863, de 26 de novembro de 2015.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenagem em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 11 DE AGOSTO DE 2016.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias
1º SecretárioMarco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

DECRETO 886

DECRETO LEGISLATIVO Nº 886

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CARIDADE PAPA JOÃO PAULO II À OASE SINODAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito da Caridade Papa João Paulo II à Associação dos Grupos da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas do Sínodo Vale do Itajaí – OASE Sinodal, pela realização de trabalhos voluntários de caráter assistencial/caritativo/filantrópico e de relevância social em favor das pessoas necessitadas, no âmbito do município de Blumenau, nos termos do Decreto Legislativo nº 863, de 26 de novembro de 2015.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 11 DE AGOSTO DE 2016.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias
1º SecretárioMarco Antonio Wanrowsky
2º Secretário**DECRETO 887**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 887

CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CARIDADE PAPA JOÃO PAULO II À COZINHA COMUNITÁRIA PADRE JOÃO BACHMANN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É conferida a Comenda Municipal do Mérito da Caridade Papa João Paulo II à Cozinha Comunitária Padre João Bachmann, pela realização de trabalhos voluntários de caráter assistencial/caritativo/filantrópico e de relevância social em favor das pessoas necessitadas, no âmbito do município de Blumenau, nos termos do Decreto Legislativo nº 863, de 26 de novembro de 2015.

Art. 2º A Comenda será entregue à homenageada em sessão solene da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 11 DE AGOSTO DE 2016.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias
1º SecretárioMarco Antonio Wanrowsky
2º Secretário**MD 2562**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.562

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, a pedido, em 4 de agosto de 2016, o servidor público Felipe de Oliveira, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete da Vereadora Evelin Huscher – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2563**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.563

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, a pedido, em 4 de agosto de 2016, o servidor público Tiago Felipe da Silva, do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete da Vereadora Evelin Huscher – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2564

RESOLUÇÃO MD Nº 2.564

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 4 de agosto de 2016, o servidor público Tiago Britto Lima, do cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Sérgio Galdino – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2565**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.565

NOMEIA CARLOS ROBERTO RAULINO DOS SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 5 de agosto de 2016, Carlos Roberto Raulino dos Santos, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Sérgio Galdino – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 5 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2566**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.566

NOMEIA GISELE BRAGAGNOLO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 9 de agosto de 2016, Gisele Bragagnolo, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Robinsom Soares – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário**MD 2567**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.567

NOMEIA EDILAMAR CARLOS PEDROSO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 4 de fevereiro de 2016, Edilamar Carlos Pedroso, no cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Oldemar Luiz Becker – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 4 DE FEVEREIRO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT
PresidenteMARCOS DA ROSA
Vice-PresidenteCÉLIO DIAS
1º SecretárioMARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

MD 2568

RESOLUÇÃO MD Nº 2.568

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerado, em 9 de agosto de 2016, o servidor público Alan Ricardo da Luz, do cargo de Coordenador Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Ivan Naatz – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 9 DE AGOSTO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 02 de agosto de 2016.

Terça-Feira – 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Braz Roncáglio
Cezar João Cim	Evelin Huscher
Fábio Fiedler	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	João Francisco Beltrame
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Sérgio Vieira Galdino
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 936 e 937, ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 883 e 884, respectivamente.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 1.598, bem como suas Emendas nºs 01 a 27.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2551, 2552, 2553 e 2554. Destino: comunique-se e publique-se.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE AGOSTO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 04 de agosto de 2016.

Quinta-Feira - 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Braz Roncáglio
Cezar João Cim	Evelin Huscher
Fábio Fiedler	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	João Francisco Beltrame
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Sérgio Vieira Galdino
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nº 7.235, 7.237; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.598, 1.615 e 1.617. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.615. Destino: incorporada ao projeto.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02, 05, 07, 09, 10, 12, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 24 e 26 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.598. Destino: incorporada ao projeto.

Rejeitadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 03, 04, 06, 08, 11, 13, 15, 18, 22, 23, 25 e 27 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.598. Destino: ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1139, 1140 e 1141/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Entrada da Mensagem nº 49/2016 – encaminhando o Projeto de Lei nº 7.237, com trâmite urgentíssimo, que "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA)". Destino: processar e às Comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 941, que "CONFERE A COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA CARIDADE PAPA JOÃO PAULO II À REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.238, que "DETERMINA A INSTALAÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA MÓVEL NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ENVIO DE MENSAGENS SOBRE CONSULTAS E EXAMES MARCADOS PELOS USUÁRIOS DO SUS".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.239, que "DENOMINA DE "EMÍLIO VOIGT", PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO ITOUPAVA CENTRAL".

Entrada da Emenda nº 01, de autoria do Vereador Robinson F. Soares, ao Projeto de Lei Complementar nº 1.615.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560 e 2561. Destino: comunique-se e publique-se.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 04 DE AGOSTO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 04 de agosto de 2016.

Quinta-Feira - 12:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Braz Roncáglio
Cezar João Cim	Evelin Huscher
Fábio Fiedler	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	João Francisco Beltrame
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Roberto Tribess
Robinson Soares (Robinho)	Sérgio Vieira Galdino
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nº 7.235, 7.237; e dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.598, 1.615 e 1.617. Destino: à sanção do Executivo.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 09 de agosto de 2016.

Terça-Feira - 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovados, em única discussão e votação, os Projetos de Decreto Legislativo nºs 938, 939 e 940. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além do Requerimento nº 1165/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Entrada da Denúncia 01/2016. Destino: à Mesa Diretora.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.240, que "DENOMINA DE "RUA JOSÉ MACHADO", VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ESCOLA AGRÍCOLA". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.241, que "DENOMINA "RUA ALIDOR ZUTTER" VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2016

Reunião Ordinária do dia 11 de agosto de 2016.

Quinta-Feira - 09:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Rejeitado, em única discussão e votação, o Veto Total ao Projeto de Lei nº 7.179. Destino: ao Executivo para promulgação.

Aprovadas, em única discussão e votação, a Redação Final dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 938, 939 e 940. Destino: publique-se, ficando promulgados os Decretos Legislativos nºs 885, 886 e 887, respectivamente.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Associação de Servidores da Câmara Municipal de Blumenau – ASCAMBLU. Destino: comunique-se.

Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 7.160.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 941; e os Projetos de Lei nºs 7.232 e 7.242. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1171, 1172 e 1173/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2565. . Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Mensagem nº 50/2016 – encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 1.619, que "DISPÕE SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Entrada da Mensagem nº 51/2016 – encaminhando o Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 87/2016, que "ACRESCENTA A ALÍNEA "S" AO INCISO XXIII DO ART. 7º E O CAPÍTULO IX AO TÍTULO VI, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada da Mensagem nº 53/2016 – encaminhando o Projeto de Lei nº 7.242, que "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS N. 8.087, DE 06 DE ABRIL DE 2015, N. 8.129, DE 15 DE JULHO DE 2015, N. 8.162, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015, E N. 8.235, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015, QUE AUTORIZAM O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO JUNTO AO BANCO DO BRASIL S.A. PARA O PAGAMENTO DE CONTRAPARTIDAS DEVIDAS PELO MUNICÍPIO DE BLUMENAU."

Entrada do Projeto de Lei nº 7.243, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SANTA FÉ FUTEBOL CLUBE".

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2016

Reunião Extraordinária do dia 11 de agosto de 2016.

Quinta-Feira - 12:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.232 e 7.242. Destino: à sanção do Executivo..

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N° 10/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de expediente, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 25/08/2016 HORÁRIO: 10h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 15 de agosto de 2016.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4926/2016

DECRETO Nº 4926/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

REVOGA-SE O DECRETO Nº E 4923/16 E DISPÕE SOBRE A NOMENCLATURA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) DE BOM JESUS DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no artigo 2º da Lei Municipal nº931/14 de 04 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeado os membros do Conselho Municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (FUNDEB) de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº931/2014, conforme segue:

A) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULARE: ELISANDRA CESCHINI SENHOR

SUPLENTE: JANDREI BRUTCHER

B) REPRESENTANTES DOS DIRETORES DA ESCOLA PÚBLICAS MUNICIPAIS:

TITULAR: FABIANE AMMES MORANDINI

SUPLENTE: LORENI SALETE DIEL

C) REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS:

TITULAR: CRISTIANE DA SILVA SANSIGOLO

SUPLENTE: SELENE DOS SANTOS VENDRAME

D) REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS- ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

TITULAR: FERNANDO MELQUIOR

SUPLENTE: GABRIELA PAGLIARINI

E) REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

TITULAR: ELISANDRO VARGAS

SUPLENTE: MARCOS PITCH

F) REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

TITULAR: EDUARDA LAUX

SUPLENTE: MATEUS BRUISMANN

G) REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: ANGELITA SCHMITT

SUPLENTE: ENI RANZOLIN WESNER

H) REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

TITULAR: NOELI CECCON

SUPLENTE: ELIZABETE KESLER

I) REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE:

TITULAR: WALTER NAUJORKS

SUPLENTE: FERNANDO PAULO WESCHENFELDER

J) REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES SEGUNDARISTAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

TITULAR: CAMILA DA SILVA

SUPLENTE: CARLOS RAFAEL GELLER

Art. 2º- O mandato dos membros do Conselho do FUNDEB é de 02 anos.

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 4923/16

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, aos 12 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

DECRETO Nº. 4927/2016

DECRETO Nº 4927/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE UM TITULAR E UM SUPLENTE DE CADA INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME A LEI DE APROVAÇÃO DO PLANO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. - FICAM DESIGNADOS COMO MEMBROS DAS INSTÂNCIAS RESPONSÁVEIS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- ELISANDRA CESCHINI SENHOR
- FERNANDO WECHENFELDER

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- SANDRA FÁTIMA STEFFLER
- SOLANGE ANDREA BONNI DE BASTIANI

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

- ADRIANE ALBANI
- EDIANE DA SILVA BRUISMANN

REPRESENTANTES DOS CONSELHOS ESCOLARES DAS ESCOLAS:

- SALETE FUZINATO ZIMMERMANN
 - FABIANE REGINA NASCIMENTO
- REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS
- CRISTIANE DA SILVA SANSIGOLO
 - FABIANE AMMES MORANDINI

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

- SIRLEIA BRISIDA GARGUETTI GARDIN
- ADRIANE BAUMBACH

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS:

- IVANDRO PAULO FAÉ
- LEONIR SIMONETTI

REPRESENTANTE DO CONSELHO DO FUNDEB;

- ANGELITA SCHMITT
- LORENI SALETE DIEL

Art. 3º - Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a

sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, aos 12 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº. 1022/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1022/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1003/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 9º, passando a ter a seguinte redação:

Art. 9º. "O Sistema Municipal de Cultura de Bom Jesus do Oeste é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

- I – Conselho Municipal de Política Cultural;
- II – Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, por meio do Departamento Municipal de Cultura;
- III – Museu Público Municipal de Bom Jesus do Oeste;
- IV – Biblioteca Pública Municipal;

Art. 2º. Fica alterado o artigo 16 I, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16. O Conselho Municipal de Política Cultural de Bom Jesus do Oeste será composto por 20 (vinte) membros, sendo ele representantes do poder público e da sociedade civil, da seguinte forma:

I - 05 (cinco) conselheiros representantes do poder público municipal, sendo:

- a) 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social;

Art. 3º. Fica alterado o artigo 19, passando a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte por meio do Departamento de Cultura que constitui unidade integrante da administração municipal, fica responsável por planejar e executar políticas públicas para promover a criação, produção, formação, circulação, difusão, preservação da memória cultural, e zelar pelo patrimônio artístico, histórico e cultural do município.

Art. 4º. Revoga-se o artigo 21.

Art. 5º. Altera-se o artigo 22 o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO VI

DO MUSEU PÚBLICO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

Art. 22. O Museu Público Municipal de Bom Jesus do Oeste fica responsável por colaborar no processo de desenvolvimento educacional e cultural da comunidade através da preservação e divulgação de seu acervo, do patrimônio cultural e promoção de eventos, a exemplo de exposições multidisciplinares, mostras permanentes, exposições temporárias e itinerantes.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, aos 12 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº. 1023/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1023/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei visa à adequação do Conselho Municipal de Saúde de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina à Resolução CNS Nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que aprova as diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 2º O Conselho Municipal de Saúde terá funções consultivas, deliberativas, normativas e fiscalizadoras objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, de acordo com a legislação vigente tendo como objetivos principais:

I - Fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - Discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - Atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - Definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - Anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - Proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - Avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado

mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes conforme legislação vigente;

XIV - Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - Analisar, discutir e aprovar o Relatório Anual de Gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros e garantia do devido assessoramento;

XVII - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho na sua respectiva instância;

XIX - Estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - Estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIII - Deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXIV - Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXV - Deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVI - Acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias do Conselho de Saúde; e

XXVII - Atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde terá a sua composição de forma paritária, sendo 50% de entidades, instituições e movimentos representativos dos usuários, 25% dos trabalhadores de saúde e 25% de representação do governo e de prestadoras de serviços privados contratados ou conveniados com o SUS, no âmbito municipal.

Art. 4º O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita na forma da Lei sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária.

Art. 5º O Conselho Municipal de Saúde será integrado por 12 (doze)

membros titulares respectivos suplentes, observados os seguintes parâmetros:

· 06 (seis) membros representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários;

· 03 (três) membros representantes dos trabalhadores da área de saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

· 03 (três) membros representantes do Governo Municipal e de prestadores de serviços privados/conveniados ou sem fins lucrativos.

§ 1º O Secretário (a) Municipal de Saúde terá vaga garantida como representante do governo municipal no Conselho Municipal de Saúde;

§ 2º Caso não haja indicação de representante dos prestadores de serviços privados conveniados ou sem fins lucrativos no Conselho Municipal de Saúde, a vaga será composta por um representante do Governo Municipal.

Art. 6º Os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Saúde serão indicados por ofício pelas suas respectivas entidades, após prévio processo eletivo amplamente divulgado pelos meios disponíveis, devendo a referida indicação vir acompanhada da ata da eleição que contenha a escolha e indicação dos representantes da entidade.

Art. 7º As funções dos membros do Conselho Municipal de Saúde não serão remuneradas, sendo considerado serviço de relevância pública e garantida a dispensa do conselheiro do trabalho durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho.

CAPÍTULO IV DO MANDATO

Art. 8º Fica estabelecido que as vagas do Conselho Municipal de Saúde pertencem às entidades constantes no ato de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, as quais terão mandato de 02 (dois) anos, não devendo coincidir com o mandato do Governo Municipal.

§ 1º Em caso de vacância, a vaga no Conselho Municipal de Saúde será ocupada pelo respectivo suplente da entidade.

§ 2º Os conselheiros poderão ser reconduzidos por apenas 01 (um) mandato consecutivo, a critério das respectivas entidades que representam.

§ 3º Perderá o mandato o conselheiro que no período de 01 (um) ano faltar sem justificativa a mais de 03 (Três) reuniões consecutivas ou 05 (Cinco) alternadas, devendo ser substituído pelo conselheiro suplente.

§ 4º Fica vedada a participação do Conselheiro que tenha sido afastado do Conselho Municipal de Saúde por perda de mandato.

§ 5º A eleição para os membros do Conselho Municipal de Saúde deverá ser realizada no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos conselheiros, sob a coordenação de uma Comissão Eleitoral formada pelo próprio Conselho Municipal de Saúde nos termos do Regimento Interno.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES

Art. 9º As entidades representativas dos usuários da saúde que desejarem participar do Conselho Municipal de Saúde deverão estar de acordo com as normas que regem o registro das entidades civis e regulamentam o SUS.

Art. 10 O processo eleitoral será coordenado e conduzido por uma comissão composta por membros indicados pelo pleno do Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria simples dos votos e nos casos de falta de consenso serão submetidas ao pleno.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 11 O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte organização:

Pleno;

Mesa Diretora;

Secretaria Executiva;

Art. 12 O Conselho Municipal de Saúde funcionará segundo o que disciplina o seu regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

O órgão de deliberação máxima será o pleno do Conselho;

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário, sendo convocado, em ambos os casos, pelo Presidente ou pela maioria simples dos seus membros.

O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes, quando houver:

Convocação formal da Mesa Diretora;

Convocação formal de metade mais um dos seus membros titulares.

Cada Conselheiro terá direito a um único voto no Pleno do Conselho;

As reuniões do Pleno serão iniciadas com a presença mínima de metade mais 01 (um) dos seus membros;

As decisões do Pleno do Conselho Municipal de Saúde serão substanciadas em Ata, Resolução, Moção ou recomendação;

A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde fará os encaminhamentos no que se refere aos seus assuntos administrativos, conforme regulamentado no Regimento Interno;

A pauta e o material de apoio às reuniões deverão ser encaminhados aos conselheiros com a antecedência prevista no Regimento Interno;

As Resoluções do Conselho Municipal de Saúde serão obrigatoriamente homologadas pelo (a) Secretário (a) Municipal de Saúde no prazo de até 30 (trinta) dias, dando-lhes publicidade oficial.

As reuniões do Pleno serão abertas ao público.

Art. 13 O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora como órgão operacional de execução e implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, eleita entre os conselheiros titulares na primeira Reunião Ordinária do pleno após a posse dos mesmos, respeitando a paridade expressa nesta Lei.

Art. 14 A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde será composta por 04 (quatro) membros assim distribuídos:

Presidente;

Vice-presidente;

1º Secretário Executivo;

2º Secretário Executivo;

Parágrafo Único – O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 02 (Dois) anos.

Art. 15 Compete à Mesa Diretora a definição da pauta das reuniões ordinárias do Conselho.

Art. 16 A Secretaria Executiva tem por finalidade o apoio técnico administrativo ao Conselho, ao pleno e à Mesa Diretora, fornecendo condições para o cumprimento das competências legais.

Art. 17 Compete à Secretaria Executiva a preparação dos documentos e informações referentes a cada tema da pauta do dia, distribuição do material de apoio às reuniões e elaboração das atas, resoluções e deliberações.

Art. 18 O Presidente do Conselho Municipal de Saúde será eleito entre os seus membros, conforme normas estabelecidas nesta lei e no Regimento Interno.

Art. 19 As comissões permanentes serão compostas por conselheiros titulares, que têm por finalidade subsidiar as discussões no pleno e recomendar as políticas e programas de interesse para a saúde.

§ 1º O Regimento Interno definirá quais comissões permanentes farão parte do Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º O pleno poderá deliberar pela criação de subcomissões, comissões provisórias ou grupos de trabalho sobre temas de importância para a Política Municipal de Saúde.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20 O Conselho Municipal de Saúde deverá adequar o seu Regimento Interno no prazo de até 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta Lei.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 22 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 028 de 20 de Março de 1997.

GABINETE DO PREFEITO DE BOM JESUS DO OESTE – SC, 12 DE AGOSTO DE 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

PORTARIA Nº 145/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 145/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidor Municipal Sr. JOSÉ ROBERTO MORANDINI, matrícula nº 277-1, portador do CIC sob. nº 000.178.149-95, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Assistente de Administração, período aquisitivo de 02 de julho de 2015 a 01 de julho de 2016, período de concessão de 15 de agosto de 2016 a 03 de setembro de 2016.

Art. 2º. Fica convertido 10 (dez) dias em Abono Pecuniário conforme Art. 62 da Lei 542/06 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 29/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 36/2016 – Edital de Tomada de Preços nº 03/2016

Objeto: Obras para Implantação de Quadra de Areia. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 16h30min do dia 29/08/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no dia 30/08/2016 às 09h00. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.769/2016

PORTARIA Nº 1.769/2016

Considerando o Ofício nº 044/2013/DF, expedido pela Direção do Foro, Comarca de Brusque, na data de 15/03/2013, em que disponibiliza o Servidor Marcio José Schaefer para retornar as atividades junto a Municipalidade;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder retorno, para à Secretaria de Orçamento e Gestão na data de 25/03/2013, ao servidor MARCIO JOSÉ SCHAEFER, matrícula nº 10359, para o exercício das atividades do cargo de Agente de Obras, a contar de 25/03/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Agosto de 2016

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1267/2016

PORTARIA Nº 1267/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. MARIA CLARICE DA SILVA, matrícula nº 477214-07, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 29 dias, no período compreendido entre 14/04/2016 à 12/05/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2016.

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº 7.842, DE 08 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO nº 7.842, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

Disciplina os Procedimentos para Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável de Ativos, Depreciação e Amortização dos Bens Móveis e Imóveis do Município, suas Autarquias, Fundações e Empresa Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.9, 16.10 e 19.10, que tratam da Depreciação, Amortização, Exaustão, Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público,

Considerando os dispostos nas Portarias STN nº 406/2011 e 828/2011 e alterações, que tratam dos prazos para implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público,

Considerando o disposto na Portaria STN nº 548/2015 e alterações, que tratam dos prazos para implementação do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e,

Considerando a necessidade de implementação dos procedimentos contábeis padronizados aplicados ao Setor Público,

DECRETA:

Art. 1º Os bens móveis e imóveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso, anteriormente à vigência deste Decreto, serão primeiramente reavaliados com base nos critérios constantes do Anexo I, e posteriormente depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil a que se refere o art. 2º deste Decreto.

Parágrafo único. Os bens móveis e imóveis recebidos por doação, bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio através de tombamento, aplicando-se os critérios do art. 5º deste Decreto, iniciando-se a depreciação ou amortização a partir do seu registro no sistema de patrimônio.

Art. 2º Os bens móveis e imóveis adquiridos, incorporados e/ou em condições de uso, a partir da vigência deste Decreto, serão depreciados ou amortizados de acordo com os prazos de vida útil e taxas de depreciação e amortização previstos no Anexo II, a partir da reavaliação.

§ 1º A depreciação e a amortização dos ativos devem iniciar quando os bens estiverem em condições de uso.

§ 2º A Comissão de Cadastro Imobiliário do Município de Brusque, além de realizar a reavaliação do bem imóvel, pode solicitar, caso necessário, nova reavaliação, a ser executada por pessoa jurídica especializada.

Art. 3º A reavaliação e a redução ao valor recuperável devem estimar a vida útil econômica dos bens móveis adquiridos em exercícios anteriores e/ou reavaliados com base nos seguintes parâmetros e índices:

- I – Valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II – Estado físico do bem, de acordo com o disposto no Anexo I deste Decreto;
- III – Capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV – Obsolescência tecnológica, em anos; e
- V – Desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

Art. 4º Os procedimentos de reavaliação ficam facultados para os bens que, por ocasião da vistoria, atenderem a, pelo menos, um dos requisitos a seguir:

- I – Capacidade de vida útil inferior a 02 anos;
- II – Com valor de mercado estimado inferior a R\$ 1.000,00; ou
- III – Inservíveis por ocasião de ociosidade, antieconomicidade ou irrecuperabilidade.

Parágrafo único. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não forem baixados deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 3º deste Decreto, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 5º A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas no mínimo a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios mencionados no art. 3º deste Decreto.

Parágrafo único. A reavaliação poderá ocorrer em prazo distinto do previsto no caput, em caráter excepcional, nas seguintes situações:

- I – Para os bens móveis e imóveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;
- II – Para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil do bem, estimando-se sua vida útil remanescente; e
- III – Para os bens recebidos por doação ou transferência, a reavaliação ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio, observando-se o disposto no art. 1º deste Decreto.

Art. 6º O método a ser utilizado para a depreciação dos bens será o de quotas constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 7º A Tabela de Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis deverá ser aplicada a partir do exercício de 2017.

Art. 8º Os bens serão depreciados observando o nível e a classe constante na Tabela que visa atender o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Art. 9º Para efeitos deste Decreto ficam expresso as definições abaixo:

- I - Depreciação é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência;
- II - Vida útil econômica é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo; e
- III - Valor residual é o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

ANEXO I
Tabela de Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis
Bens Móveis

Nível Contábil	Classe de Bens / Descrição do Nível Contábil	Vida Útil Econômica (Anos)	Valor Residual %	% Ano
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.03	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e Equipamentos para Esportes e Diversões	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	15	10	6,66
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, Peças e Acessórios para Automóveis	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.13	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	5	10	20,00
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de Proteção e Vigilância Ambiental	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agropecuários e Rodoviários	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.01.99	Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10	10,00
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10	20,00
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de Tecnologia da Informação	5	10	20,00
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	10,00
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10	10,00
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em Geral	10	10	10,00
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em Geral	10	10	10,00
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	5	10	20,00
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	0	0	0
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e Filmotecas	5	10	20,00
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	5	10	20,00
1.2.3.1.1.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	0	0	0
1.2.3.1.1.04.99	Outros Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	15	10	6,66
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em Geral	5	10	20,00
1.2.3.1.1.05.03	Veículos de Tração Mecânica	5	10	20,00
1.2.3.1.1.05.06	Embarcações	30	10	3,33
1.2.3.1.1.06.01	Peças e Conjuntos de Reposição em Geral	10	10	10,00
1.2.3.1.1.99.99	Outros Bens Móveis	10	10	10,00

Bens Imóveis

Nível Contábil	Classe de Bens / Descrição do Nível Contábil	Vida Útil Econômica (Anos)	Valor Residual %	% Ano
1.2.3.2.1.01.02	Imóveis Comerciais	35	30	2,85
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	30	2,85
1.2.3.2.1.02.05	Armazéns /Galpões /Silos	30	25	3,33
1.2.3.2.1.01.21	Estacionamento / Garagens	40	30	2,50
1.2.3.2.1.05.06	Sistema de Esgoto e/ou Sistema de Abastecimento de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.05.07	Redes de Abastecimento de Energia	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.01	Administração Geral	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.02	Adução	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.03	Captação Elevatória de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.04	Estação de Tratamento de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.05	Redes e Ramais de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.06	Reservatório de Água	50	20	2,00
1.2.3.2.1.99.99.07	Unidades de Tratamento de Esgoto	50	20	2,00

ANEXO II

CRITÉRIOS PARA REAVALIAÇÃO DE BENS

1) Veículo Automotor:

- a) A Reavaliação será feita com base no valor de mercado, considerando as condições gerais de uso do veículo; e
b) O valor de referência de mercado será obtido por meio da Tabela FIPE, o qual será confrontado com as condições gerais do veículo, que contemplará a avaliação dos itens relevantes do veículo, conforme Tabela no anexo III.

2) Equipamentos e Mobiliários em Geral:

A Reavaliação necessitará de vistoria para avaliar o bem, utilizando a Tabela no Anexo IV.

3) Bens Imóveis:

A Reavaliação necessitará de laudo emitido pela Comissão de Cadastro Imobiliário do Município de Brusque.

ANEXO III

ÓRGÃO	
SETOR	
DATA AVALIAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO DO BEM	
DOCUMENTOS SE NECESSÁRIO	

ANEXO IV

FATORES DE INFLUÊNCIA PARA EFEITO DE REAVALIAÇÃO - EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL

ÓRGÃO	
SETOR	
DATA AVALIAÇÃO	
LOCALIZAÇÃO DO BEM	
DOCUMENTOS SE NECESSÁRIO	

Fator de Reavaliação FR = 4 EC + 6 PVU – 3 PUB

Valor Reavaliado = Valor do bem novo x fator de reavaliação
100

a) Estado de conservação do bem – (EC);

b) Período de vida útil futura do bem, em anos (PVU);

c) Período de utilização do bem, em anos (PUB).

ANEXO V

MODELO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO PARA BENS MÓVEIS

1. NÚMERO DO LAUDO/PARECER TÉCNICO:

Código Orçamentário/Descrição Contábil	
Descrição do Bem	
Localização do Bem	
Data de Aquisição	
Documentação Respectiva	

2. Objetivo da Avaliação/Parecer Técnico:

3. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADO:

5. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA DE REFERÊNCIA:

6. ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

Ótimo ()	Bom ()	Regular ()	Péssimo ()
-----------	---------	-------------	-------------

7. VALORES:

Valor de Aquisição:
Valor de Mercado:
Valor Atribuído:
Vida Útil Remanescente:

8. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES IMPORTANTES:

Local, Data: ____/____/____.

Nome:	Matrícula:	Assinatura:
Nome:	Matrícula:	Assinatura:
Nome:	Matrícula:	Assinatura:

EXTRATO DO CONTRATO 098/2016 SAMAE**1. EXTRATO DO CONTRATO 098/2016**

ESPÉCIE: aquisição de motores e bombas para substituição em ETAs e EATs do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 042/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.3339030990000.6000000; VIGÊNCIA: 90 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 11/08/2016; VALOR: R\$ 53.194,00. CONTRATADA: Centrão Comercio de Equipamentos Ltda ME. Diretora do SAMAE.

Brusque, 11 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 099/2016 SAMAE**1. EXTRATO DO CONTRATO 099/2016**

ESPÉCIE: aquisição de motores e bombas para substituição em ETAs e EATs do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 042/2016 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.2293.3339030990000.6000000; VIGÊNCIA: 90 DIAS. DATA DA ASSINATURA: 11/08/2016; VALOR: R\$ 4.054,35. CONTRATADA: G-Tec Comercio e Assistencia Tecnica de Bombas e Motores Eletricos EIRELI EPP. Diretora do SAMAE.

Brusque, 11 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 1264/2016**PORTARIA Nº 1264/2016**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. VIVIANA DE SOUZA PAVESI, matrícula nº 719420-00, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 01/02/2016 à 01/03/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2016.
Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1268/2016**PORTARIA Nº 1268/2016**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. LAURA CAVILHA KOHLER, matrícula nº 442925-03, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 15 dias, no período compreendido entre 11/03/2016 à 25/03/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2016.

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1276/2016**PORTARIA Nº 1276/2016**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. ANA PAULA OLINGER ELTERMANN PAVESI, matrícula nº 15695-15, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 10 dias, no período compreendido entre 04/04/2016 e 13/04/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de junho de 2016.

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1277/2016**PORTARIA Nº 1277/2016**

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. CLARICE FARIAS DUTRA, matrícula nº 17841-01, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Agente

Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 15 dias, no período compreendido entre 27/05/2016 e 10/06/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de junho de 2016.
Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.209, 10 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.209, 10 DE AGOSTO DE 2016.
Exonera Agente Político.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Rodrigo Cesari do cargo de Agente Político, Símbolo AP, Secretário de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.211, 10 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.211, 10 DE AGOSTO DE 2016.
Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 145/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Dário Hoefelmann para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-6, como Chefe Operacional, lotado na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/

SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.214, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.214, 11 DE AGOSTO DE 2016.
Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, por motivo de aposentadoria .

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pelo servidor LUIZ CARLOS TORREZANI, matrícula nº 4928, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.219, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.219, 11 DE AGOSTO DE 2016.
Exonera servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sonia Knihs Crespi do cargo em comissão, Padrão CC-IV, Diretora, lotada na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11000/2016 ERRATA

ERRATA - PORTARIA nº 11000/2016

Na Portaria nº 11.000, de 14 de junho de 2016, publicada no DOM/SC nº 2031, em 20 de junho de 2016, onde se lê:

"Revoga as Portarias nºs 10.762/2016, 10.737/2016, 10.768/2016 e 10.774/2016 que concederam gratificação de função de confiança aos servidores que mencionam."

"Art. 1º Ficam revogadas as Portarias nºs 10.762/2016, 10.737/2016, 10.768/16 e 10.774/2016, que concederam gratificação de função de confiança às servidoras Andreia de Modesti Pruner, Cilene Angelina Fantini Dada, Deise Freitas de Oliveira Pereira e Sonia Maria da Silva, respectivamente, lotadas na Secretaria de Educação do Município."

Leia-se:

"Revoga as Portarias nºs 10.762/2016, 10.767/2016, 10.768/2016 e 10.774/2016 que concederam gratificação de função de confiança aos servidores que mencionam."

"Art. 1º Ficam revogadas as Portarias nºs 10.762/2016, 10.767/2016, 10.768/16 e 10.774/2016, que concederam gratificação de função de confiança às servidoras Andreia de Modesti Pruner, Cilene Angelina Fantini Dada, Deise Freitas de Oliveira Pereira e Sonia Maria da Silva, respectivamente, lotadas na Secretaria de Educação do Município."

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registra-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.840, 29 DE JULHO DE 2016

DECRETO nº 7.840, 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre aprovação de Projeto do LOTEAMENTO RESIDENCIAL JARDIM DAS ALAMANDAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 38 da Lei Complementar nº 138/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Loteamento denominado LOTEAMENTO RESIDENCIAL JARDIM DAS ALAMANDAS, localizado na Rua Luiz Zen, bairro Limeira Baixa, área total de 43.723,43 m², matrícula nº 47.296, livro 2.

Art. 2º O referido loteamento é constituído de 43 lotes, sendo 14.620,14m² de quadras e lotes, 5.033,39m² de ruas e passeios, 3.820,77m² de Área Pública – AP 01, AP 02 e AP 03, perfazendo uma área total de 23.474,30 m².

Art. 3º As obras a serem realizadas sob responsabilidade do loteador para implantação do loteamento são:

I - abertura e terraplenagem das vias de circulação com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

II - demarcação dos lotes, quadras e logradouros por intermédio de marcos, de acordo com projeto aprovado pelo IBPLAN;

III - implantação dos meios-fios em granito ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento;

IV – pavimentação das pistas de rolamento das vias;

V - rede de energia elétrica e iluminação pública, conforme projeto aprovado pela CELESC;

VI - rede de água potável, conforme projeto aprovado pelo SAMAE;

VII - rede de drenagem/águas pluviais, conforme projeto aprovado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

VIII - rede de esgotamento sanitário, conforme projeto aprovado e de acordo com as normas da empresa ou concessionária pública;

IX - recomposição vegetal de todos os taludes gerados pelos cortes efetuados, caso ocorram;

X - visando minimizar a erosão e o carreamento de materiais para os cursos d'água e canalizações das vias existentes, elaborar um plano de obra adequado a condições locais, garantindo que seja mantido o maior número de lotes em seu relevo natural e vegetação;

XI – execução de passeios públicos, conforme plano diretor e NBR 9050, nas testadas das áreas públicas.

Art. 4º Como garantia das obras mencionadas no art. 3º, o Município caucionará os lotes nºs C6 e C7 da Quadra C; lotes D3, D4, D5 e D6 da Quadra D; lotes E3, E4 e E5 da Quadra E.

Art. 5º As obras mencionadas no art. 3º deste Decreto serão supervisionadas pelo órgão competente do Município com poder fiscal e deverão ser executadas no prazo máximo de 02 (dois) anos, a partir da data de aprovação do projeto de Loteamento, sem qualquer ônus para a Prefeitura.

Art. 6º Os lotes somente poderão receber construções após a conclusão das obras referidas no artigo 3º deste Decreto.

Art. 7º Uma vez realizada todas as obras, o Município, a requerimento do interessado, e após as competentes vistorias, liberará a área de terra caucionada, dada em garantia.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2016.
JOSE LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1265/2016

PORTARIA Nº 1265/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 681334-03, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 05 dias, no período compreendido entre 29/02/2016 e 04/03/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 29/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2016.
Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1275/2016

PORTARIA Nº 1275/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 16 (dezesesseis) dias, a Licença por motivo de doença em Pessoa da Família concedida pela portaria nº 1265/2016, à servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 681334-03, nomeado por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido entre 14/03/2016 e 29/03/2016.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de junho de 2016.
Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1282/2016

PORTARIA Nº 1282/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. NILMA MARIA MARQUES, matrícula nº 723622-00, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 15 dias, no período compreendido entre 17/02/2016 e 03/03/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de junho de 2016.
Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.213, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.213, 11 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Agente Político.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária Municipal nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcelo Pavan para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretário de Obras e Serviços Públicos, a partir de 11 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.217, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.217, 11 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo IV – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Cristiano Olinger para ocupar o cargo em comissão, Padrão CC-II, como Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir da vigência do termo de posse.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.218, 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.218, 11 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo IV – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Carlos Henrique Beuting para ocupar o cargo em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos/Setor de Iluminação Pública, a partir de 11 de agosto de 2016..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.220, 12 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 11.220, 12 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Procuradora Geral do Município.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia Sonia Knihs Crespi para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Procuradora Geral do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de agosto de 2016.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013 – FAMPEC

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2013 – FAMPEC, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E OBSTÉTRICOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SEUS DEPENDENTES – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2013, o FAMPEC – FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 195, nesta cidade de Caçador, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, CONTRATADA: UNIMED CAÇADOR - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DA REGIÃO DO CONTESTADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.569.902/0001-06, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2013 datado de 22 de julho de 2013 e seus aditamentos, O valor estimado mensal do presente contrato é de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 23 de julho de 2016 e findando dia 23 de julho de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

DECRETO 6.877

DECRETO Nº 6.877, de 12 de agosto de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 6.134,00 (seis mil, cento e trinta e quatro reais):

01 - MUNICÍPIO DE CAÇADOR

01.2001 - GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.4 - MANUTENÇÃO DO PROCON

4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas (6) R\$ 6.134,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 6.134,00 (seis mil, cento e trinta e quatro reais), conforme segue:

01 - MUNICÍPIO DE CAÇADOR

01.2001 - GABINETE DO PREFEITO

4.122.2.2.4 - MANUTENÇÃO DO PROCON

3.3.90. 00.00.0100 - Aplicações Diretas (119) R\$ 6.134,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 6.878

DECRETO Nº 6.878, de 12 de agosto de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais):

4001– FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.8.2.62 – Bloco de Investimentos

3.3.90.00.0102(196) – Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), na fonte de Recurso 102.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de Agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO 6.879

DECRETO Nº 6.879, de 12 de agosto de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

01 - MUNICÍPIO DE CAÇADOR
01.2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
6.181.4.2.16 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
3.3.90.00.00 - 37 - Convênio de Trânsito - Militar - 0.1.10 (103)
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme segue:

01 - MUNICÍPIO DE CAÇADOR
01.2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
6.181.4.2.16 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
4.4.90.00.00 - 37 - Convênio de Trânsito - Militar - 0.1.10 (26)
..... R\$ 70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de agosto de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO

EDITAL DE REVOGAÇÃO

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO, que está em vigor o edital de Contribuição de Melhoria n.º 36/2014, para pavimentação na modalidade caução, da RUA DAS ORQUÍDEAS, BAIRRO BOM SUCESSO, por conta de requerimento dos moradores daquela via, protocolado sob o n.º 10.192/2013;

CONSIDERANDO, que em 02/08/2015 recebeu requerimento protocolado sob o número 12.205/2016, solicitando a restituição de valores recolhidos a título de caução para pavimentação; e

CONSIDERANDO, que até a presente data que não houve o atendimento do disposto no art. 71, § 2.º do Código Tributário Municipal, qual seja, a integralização de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor da obra, tendo sido recolhido o equivalente a 23,48% (vinte e três vírgula quarenta e oito por cento) do valor necessário ao início das obras

RESOLVE

REVOGAR o edital de Contribuição de Melhoria n.º 36/2014, para pavimentação na modalidade caução, da RUA DAS ORQUÍDEAS, BAIRRO BOM SUCESSO.

A Secretaria Municipal da Fazenda, por intermédio do setor de tributação, providenciará a baixa de eventuais lançamentos existentes nos seus registros, assistindo aos proprietários que já integralizaram a sua participação individual o direito de reaver os valores pagos, por meio de requerimento ao qual deverá ser anexado comprovante do pagamento e/ou depósito efetuado.

E, para que chegue ao conhecimento do interessado, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural oficial da Prefeitura Municipal de Caçador e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 08 de agosto de 2016.
GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA
Sec.Adj.Ass.Fazenda

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL - PROCON

PAD Nº 21/2015 Cip nº 42.006.001.15.0003839

Reclamante: Rosmari Ferreira

Reclamado: R F ANDRADE - EIRELI

CNPJ nº 16.560.254/0001-02

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 21/2015, figurando como reclamada R F ANDRADE - EIRELI, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou tecidos, no valor de R\$ 575,00, com pagamento realizado no dia 14/10/15, através de boleto bancário. A consumidora não recebeu a mercadoria.

Certificamos que através das fls.22/23 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 21/2015, em face ao não atendimento ao pleito da consumidora, referente a não entrega do produto adquirido.

Caçador (SC), 11 de agosto de 2016.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON

Município de Caçador (SC)

PAD Nº 20/2015 Cip nº 42.006.001.15.0003640

Reclamante: Jane Cachuboski

Reclamado: Blue Systems Infomatica Ltda _ ME

CNPJ nº 59.304.576/0001-95

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 20/2015, figurando como reclamada Blue Systems Informatica Ltda - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou um IPHONE 5C 8GB, desbloqueado, em data de 31/08/2015, conforme pedido nº 171892. Realizou o pagamento via boleto, no valor de R\$ 713,90. Não recebeu a mercadoria.

Certificamos que através da fl.12 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 20/2015, em face ao não atendimento ao pleito da consumidora, referente a não entrega do produto adquirido.

Caçador (SC), 11 de agosto de 2016.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON

Município de Caçador (SC)

PAD Nº 17/2015 Cip nº 42.006.001.15.0003677

Reclamante: Naiana Aparecida Chicovski

Reclamado: Vision Escola e Agência de Elenco Ltda

CNPJ nº 13.152.587/0001-04

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através

do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 17/2015, figurando como reclamada Vision Escola e Agência de Elenco Ltda, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora contratou os serviços da reclamada para o curso de modelo, com o fornecimento de carteira de identificação profissional. A reclamante realizou o curso, mas, não recebeu o certificado e nem a carteira profissional.

Certificamos que através da fls.14/16 dos autos, as tentativas de notificação ao reclamado, restaram ineficazes.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 17/2015, em face ao não atendimento ao pleito do consumidor, referente ao não fornecimento do certificado de conclusão do curso de modelo e nem a entrega da carteira de modelo profissional, da reclamante.

Caçador (SC), 03 de agosto de 2016.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON
Município de Caçador (SC)

PORTARIA Nº 27.193

PORTARIA Nº 27.193, de 10 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, incisos I e VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

CONSIDERANDO as divergências apuradas entre a Portaria nº 21.647, de 10 de maio de 2012, que defere averbação de tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria, e as Certidões de Tempo de Contribuição nº 239/2008 e nº 20022010.1.00016/08-1, emitidas, respectivamente, pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC) e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);

RESOLVE:

Art. 1º. DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, da Servidora Pública Municipal TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI, ocupante dos cargos de Professor Ensino Fundamental I, matrícula nº 655 e Especialista em Assuntos Educacionais, matrícula nº 6950, lotada na Secretaria Municipal da Educação, conforme segue:

I – do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, correspondente a 5.122 (cinco mil cento e vinte e dois dias), ou 14 (quatorze) anos, 00 (zero) mês e 12 (doze) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00016/08-1, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 21 de agosto de 2008;

II – do Tempo de Contribuição, prestado na Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – SED, correspondente a 930 dias (novecentos e trinta dias), ou 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 239/2008, expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, datada de 02 de abril de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº 21.647, de 10 de maio de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de agosto de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.194

PORTARIA Nº 27.194, de 11 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR, a pedido, os efeitos da Portaria nº 27.142, de 29 de julho de 2016, que concedeu afastamento para concorrer a cargo eletivo pelo período de 03 (três) meses – de 02 de julho a 02 de outubro de 2016 –, ao Servidor Público Municipal ANDRÉ AUGUSTO CARNEIRO, matrícula 5063, ocupante do cargo efetivo de Operador de Usina de Asfalto, lotado na Secretaria Municipal de infraestrutura, com efeitos a contar de 08 de agosto de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de agosto de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

COMPRAS MÊS 07 - 2016 - PREFEITURA, ESPORTE, CULTURA, FUNDEMA, SAÚDE, SOCIAL, FIA, IPPUC, FAMPEC E IPASC.

Município de Caçador				Usuário: Liziane Prandini	Chave de Autenticação 1933-9899-028	Página 1 / 11
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Unidade Gestora: Município de Caçador						
04/07/2016	2136	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Próprios	8287 - ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS - ME
	2137	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Próprios	7120 - 3/5 MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
	2138	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Próprios	11078 - JOÃO PAULO DEBARBA
	2139	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Próprios	8326 - VILMAR GOES
	2140	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Próprios	8326 - VILMAR GOES
	2141	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.26	37 - Convênio de Trânsito - Militar	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA
	2142	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Próprios	2127 - EDJANEZ BORTOT FAORO
	2143	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Próprios	5035 - LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA
	2144	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	2073 - FATMA - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE
	2145	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	1924 - C R E A - SC
	2146	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	13363 - KELY REGINA SCHMIDT
	2147	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	1921 - DETRAN TRANSITO
	2148	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
	2149	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
	2150	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
	2151	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
08/07/2016	2152	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	360 - 3.3.90.93.02	164 - Outras Transferências de Convênio do Estado	7419 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CAÇA
	2153	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	105 - 4.4.90.93.02	56 - Transferências de Convênios - Outros - União	11260 - MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIM
	2154	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	19 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	13367 - Almor Alvor Ribeiro
	2155	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Próprios	4774 - COLUSSI & CIA LTDA
12/07/2016	2156	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Próprios	10832 - VISANTO VISTORIAS LTDA- EPP
	2157	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	147 - 4.4.90.51.91	101 - Recursos Próprios - Educação	5078 - ENGENHO CONSTRUÇÕES LTDA- EPP
	2158	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Próprios	410 - SAFRA DIESEL LTDA
	2159	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Próprios	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
	2160	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Próprios	3469 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
18/07/2016	2161	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.16	47 - Salário Educação	568 - DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA
	2162	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.16	47 - Salário Educação	10847 - ELMO PAPELARIA LTDA - EPP
	2163	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.16	47 - Salário Educação	816 - MARCOS BULLE DA COSTA
	2164	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	4882 - FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA
	2165	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	360 - 3.3.90.30.51	164 - Outras Transferências de Convênio do Estado	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA
	2166	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.24	47 - Salário Educação	4810 - CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME
	2167	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.16	47 - Salário Educação	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA
	2168	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.24	47 - Salário Educação	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA
	2169	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA
	2170	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID
	2171	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	79 - 3.2.90.91.02	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID
	2172	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	79 - 3.2.90.91.02	100 - Recursos Próprios	13331 - CARLOS FAGUNDES
	2173	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	79 - 3.2.90.91.02	100 - Recursos Próprios	3482 - EDSON DE SOUZA CARNEIRO
	2174	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	63 - 3.3.90.39.41	100 - Recursos Próprios	8335 - RESTAURANTE E CAFÉ BOM SABOR LTDA - ME
	2175	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Próprios	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPF)
	2176	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Próprios	2584 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
	2177	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	29 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Próprios	10765 - GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA- EPP
	2178	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Próprios	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA
	2179	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	360 - 3.3.90.30.51	164 - Outras Transferências de Convênio do Estado	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA
	2180	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.16	47 - Salário Educação	7261 - ORBENK - ADMINISTRACAO E SERVIÇOS LTDA
	2181	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Próprios	3261 - MINEROCHA CATARINENSE LTDA
20/07/2016	2182	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	121 - 3.3.90.30.14	100 - Recursos Próprios	7571 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA
	2183	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.59	100 - Recursos Próprios	2975 - MAURINA FOTOGRAFIAS LTDA
	2184	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13196 - COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIR
	2185	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.17	34 - Convênio de Trânsito - Civil	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME
29/07/2016	2186	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO E	44 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	1924 - C R E A - SC
	2187	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	12626 - FAS SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA - ME
	2188	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Próprios	427 - FUNDO DE MATERIAIS - PUBLICACOES IMPRESSOS OFICIAIS
	2189	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	1171 - SERRALHERIA AVENIDA LTDA ME
						149,17

Município de Cacador					Usuário: Liziene Prandini		Chave de Autenticação 1913-9899-628	Página 2 / 11
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão					Credor/Fornecedor		Valor (R\$)	
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos			
2190	Ordinário	2190	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	11380 - MARCOS ANTONIO MANDELLE GIZLE A. BONASSA MA	205,46	
2191	Ordinário	2191	GABINETE DO PREFEITO	9 - 3.3.90.33.01	100 - Recursos Próprios	4353 - CVT-CACADOR VIAGENS E TURISMO LTDA.	948,31	
2192	Ordinário	3001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	13354 - OSVALDO SIDNEI GROBE	154,26	
2193	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Próprios	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	88,50	
2194	Estimativa	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Próprios	121 - CLINICA DR. BRIDI LTDA.	423,00	
2195	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Próprios	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	59,00	
2196	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.39.41	47 - Salário Educação	2730 - AIRTON CARLOS LEITE	120,00	
2197	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Próprios	1871 - BANCO DO BRASIL SA	100,00	
2198	Ordinário	2004	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.81	34 - Convênio de Trânsito - Civil	1871 - BANCO DO BRASIL SA	3.000,00	
2199	Ordinário	2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	138 - 3.3.90.47.12	61 - Contribuição de Intervenção do Domínio Público - C	2794 - RECEITA FEDERAL	1.000,00	
2200	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	161 - 3.3.90.39.26	51 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	5492 - ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME	409,25	
2201	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.47.12	100 - Recursos Próprios	2794 - RECEITA FEDERAL	15.000,00	
2202	Estimativa	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.47.12	100 - Recursos Próprios	2794 - RECEITA FEDERAL	15.000,00	
2203	Ordinário	2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Próprios	5722 - RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	2.614,00	
2204	Ordinário	2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Próprios	5722 - RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	231,00	
2205	Ordinário	2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Próprios	5722 - RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA - EPP	1.050,98	
2206	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da E	13004 - DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO CRU LTDA - ME	1.200,00	
2207	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da E	13004 - DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO CRU LTDA - ME	1.880,00	
2208	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da E	7796 - NELSON TOMASI EPP	920,00	
2209	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.14	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da E	7796 - NELSON TOMASI EPP	480,00	
2210	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	155 - 3.3.50.41.99	47 - Salário Educação	8258 - APP - EMBE WALCIN NUNES GARCIA	739,70	
2211	Ordinário	2001	GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	97.353,98	
2212	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	127 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	246.410,28	
2213	Ordinário	2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	422.533,93	
2214	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.11.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	446.857,45	
2215	Ordinário	2007	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	113 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	118.332,28	
2216	Ordinário	2009	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E32 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	17.344,52	
2217	Ordinário	2001	GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	71.737,58	
2218	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.11.01	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	1.220.722,59	
2219	Ordinário	2011	SECRETARIA DA FAZENDA	76 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	159.992,17	
2220	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.11.01	101 - Recursos Próprios - Educação	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	98.716,98	
2221	Ordinário	2001	GABINETE DO PREFEITO	10 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	4.994,57	
2222	Ordinário	2004	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	28 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	109.525,42	
2223	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.11.01	101 - Recursos Próprios - Educação	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	466.791,58	
2224	Ordinário	2008	GABINETE DO VICE-PREFEITO	171 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	5.723,09	
2225	Ordinário	2001	GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	18.293,80	
2226	Ordinário	2003	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	137 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	20.929,60	
2227	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.94.01	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	1.061,27	
2228	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.94.01	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	12.252,86	
2229	Ordinário	2004	DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	28 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Próprios	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	10.715,52	
2230	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.94.01	101 - Recursos Próprios - Educação	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	1.922,99	
2231	Ordinário	3001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	12063 - RITA SALETE DANIELUZ E ALMIR PAGANINI	3.963,16	
2232	Ordinário	3001	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	82 - 3.3.20.47.12	100 - Recursos Próprios	7471 - PASEP (PROGRAMA DE FOM. DO PATRIMÔNIO DO SERVI	36.885,90	
2233	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Próprios	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL	182,22	
2234	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Próprios	427 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES IMPRESSOS OFICIAIS	233,50	
2235	Ordinário	2001	GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	11.999,87	
2236	Ordinário	2002	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	39.159,12	
2237	Ordinário	2005	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	64.487,96	
2238	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	151 - 3.1.91.13.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	53.219,75	
2239	Ordinário	2007	SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	108 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	17.763,21	
2240	Ordinário	2009	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E70 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	1.241,62	
2241	Ordinário	2001	GABINETE DO PREFEITO	7 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	9.951,38	
2242	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	149 - 3.1.91.13.03	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	141.705,70	
2243	Ordinário	2011	SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	23.071,30	
2244	Ordinário	2005	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	101 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV	16.369,34	

Município de Cacador				Usuário: Liziane Prandini	Chave de Autenticação 1913-9899-628	Página 3 / 11
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
2245	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	15.740,28
2246	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	58.942,35
2247	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	498,21
2248	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	272,44
2249	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	96,01
2250	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.090,90
2251	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	3.559,92
2252	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.862,54
2253	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	151 - 3.1.91.13.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.838,16
2254	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABAST.	108 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.614,84
2255	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E70 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	112,87
2256	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	904,67
2257	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	149 - 3.1.91.13.03	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	12.892,34
2258	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.097,39
2259	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.488,12
2260	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.430,93
2261	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.358,40
2262	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.459,07
2263	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	14.551,28
2264	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	23.963,31
2265	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	151 - 3.1.91.13.03	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	19.776,11
2266	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABAST.	108 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.600,69
2267	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	E70 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	461,38
2268	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	3.697,87
2269	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	149 - 3.1.91.13.03	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	52.656,92
2270	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	8.573,15
2271	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.082,74
2272	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.848,99
2273	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	21.902,60
2274	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.605,29
2275	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	83.922,68
2276	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	23.593,62
2277	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	40.323,64
2278	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	38.747,88
2279	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80 - 4.6.91.71.99	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	48.550,72
2280	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	93 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	45,29
2281	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	24,77
2282	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	143 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	8,73
2283	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	1921 - DETRAN TRANSITO	68,10
2284	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Próprios	8326 - VILMAR GOES	160,00
2285	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Próprios	8326 - VILMAR GOES	150,00
2286	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	145 - 3.3.90.08.01	100 - Recursos Próprios - Educação	8124 - ELISANGELA CRISTIANE DOMINGUES	1.575,85
2287	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13236 - P2 INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	3.427,00
2288	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Próprios	13236 - P2 INDUSTRIA E COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	3.427,00
2289	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de E	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	3.471,00
2290	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Próprios	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	3.017,50
2291	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	3.107,80
2292	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de E	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	2.548,00
2293	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de E	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	23.570,00
2294	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Próprios	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	3.335,00
2295	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	3.335,00
2296	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de E	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	1.673,50
2297	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Próprios	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	507,00
2298	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	507,00
2299	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de E	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	15.150,00

Município de Cacador				Usuário: Liziene Prandini	Chave de Autenticação 1913-9899-628	Página 4 / 11
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
2300	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Próprios	11460 - SUPER VAREJO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME	4.950,00
2301	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	11460 - SUPER VAREJO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME	5.329,00
2302	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	144 - 3.3.90.30.07	162 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da E	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	1.575,00
2303	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	168 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Próprios	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	472,50
2304	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	167 - 3.3.90.30.07	38 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	472,50
2305	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	3.346,00
2306	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	1.584,00
2307	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	682 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	9.517,50
2308	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	13183 - VIDEPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE PA	576,00
2309	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	11.830,00
2310	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	4.244,00
2311	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	7699 - ROBERTO MISTURA - ME	10.538,50
2312	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.22	47 - Salário Educação	10686 - SIPROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-	2.038,00
2313	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Próprios	6541 - MARCIO GONÇALVES CORDEIRO	5.172,50
2314	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	81 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	120,00
2315	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	7421 - FERNANDO ANTONIO SINHORIN	462,54
2316	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	13394 - MARCOS ROBERTO GOMES	650,00
2317	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	117 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	9620 - ANDRE LUIZ FRACARI KINDERMANN	977,81
2318	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	10948 - HENRIQUE LUIS BASO	672,00
2319	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	9887 - ALESSANDRO GONÇALVES	672,00
2320	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	10693 - LUCIANA GARCEZ COELHO	672,00
2321	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	7.299,25
2322	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	127 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	5.479,59
2323	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.973,35
2324	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	113 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.908,24
2325	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.	137 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.538,54
2326	Ordinário	2009 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	132 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	2.571,45
2327	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	120 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.094,29
2328	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	76 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	743,30
2329	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	10 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.474,64
2330	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	28 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.219,27
2331	Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	171 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	3.988,41
2332	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	87 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	30.410,57
2333	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.13.02	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	94.663,15
2334	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	24.913,89
2335	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.13.02	101 - Recursos Próprios - Educação	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	99,17
2336	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	150 - 3.1.90.13.02	58 - Transferências do FUNDEB - 40%	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.941,20
2337	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	148 - 3.1.90.13.02	59 - Transferências do FUNDEB - 60%	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	199,22
2338	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	142 - 3.1.90.13.02	101 - Recursos Próprios - Educação	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	105,25
2339	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Próprios	1921 - DETRAN TRANSITO	16.720,00
2340	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	117 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	11584 - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE CH	5.280,00
2341	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	94 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	1516 - MAGALAD MADEIRAS LTDA	825,00
2342	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.99	37 - Convênio de Trânsito - Militar	338 - AGROPECUARIA BARZA LTDA - ME	403,90
2343	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	103 - 3.3.90.30.18	37 - Convênio de Trânsito - Militar	6724 - GABRIEL DELANO DOS SANTOS	10.102,38
2344	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	119 - 3.3.90.36.15	100 - Recursos Próprios	2584 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	365,37
2345	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	25 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Próprios	190 - MARCIA APARECIDA DA SILVA MATTOS COMERCIANTE	550,00
2346	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.16	34 - Convênio de Trânsito - Civil	13201 - MARIANA SELLA CLAUDINO 083.245.879-18	94,00
2347	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.30.99	34 - Convênio de Trânsito - Civil	13201 - MARIANA SELLA CLAUDINO 083.245.879-18	335,00
2348	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	25 - 3.3.90.39.99	34 - Convênio de Trânsito - Civil	3643 - EMBRATEL A EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÃO	9,34
2349	Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	21 - 3.3.90.39.58	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	468,80
2350	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15 - 3.3.90.04.04	100 - Recursos Próprios	13337 - VILMAR ZOLLNER	6.558,78
2351	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	13397 - ADRIANO MEZALURA	502,32
2352	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	2.316,20
2353	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	156 - 3.3.90.30.24	47 - Salário Educação	13999 - EDUARDO GOIS DE OLIVEIRA	4.648,34
2354	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	44 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Próprios		


DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div>Município de Caçador</div></div></div></div><div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div></div></div>				<div><div>Usuário: Liziane Prandini</div><div>Chave de Autenticação1933-9899-628</div><div>Página6 / 11</div></div>			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	
29/07/2016	235	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Próprios	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	
	236	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Próprios	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	
	237	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Próprios	1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP- TORTELI	
	238	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	
	239	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.94.01	100 - Recursos Próprios	13054 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEI	
	240	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	214 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	241	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	214 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	242	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	
	243	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	213 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	
	244	Global	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Próprios	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	
29/07/2016	245	Estimativa	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Próprios	9824 - STANG E STANG LTDA	
	246	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Próprios	1921 - DETRAN TRANSITO	
	247	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	1921 - DETRAN TRANSITO	
	248	Ordinário	14001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	215 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Próprios	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
Total da Unidade Gestora:						1.145.529,56	
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde							
01/07/2016	1232	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.39.77	102 - Recursos Próprios - Saúde	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	
	1233	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	
	1234	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.14.14	366 - Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	2219 - PAULA BRUSTOLIN XAVIER	
	1235	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.02	44 - Atenção Básica	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA	
	1236	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5648 - AGUINALDO LUIZ BRUSCO & CIA LTDA - ME	
	1237	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	5648 - AGUINALDO LUIZ BRUSCO & CIA LTDA - ME	
	1238	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.39.19	366 - Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	806 - BORRACHARIA CALMON - FRANÇA & CIA LTDA	
	1239	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	806 - BORRACHARIA CALMON - FRANÇA & CIA LTDA	
	1240	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	806 - BORRACHARIA CALMON - FRANÇA & CIA LTDA	
	1241	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	806 - BORRACHARIA CALMON - FRANÇA & CIA LTDA	
06/07/2016	1242	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	806 - BORRACHARIA CALMON - FRANÇA & CIA LTDA	
	1243	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	935 - SUPERMERCADO SANTA CATARINA LTDA	
	1244	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
	1245	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
	1246	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
	1247	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	
	1248	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	179 - 4.4.90.51.91	102 - Recursos Próprios - Saúde	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	
	1249	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	179 - 4.4.90.52.08	102 - Recursos Próprios - Saúde	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	
	1250	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.07	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7754 - HORA H HOSPITALAR LTDA - EPP	
	1251	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	
15/07/2016	1252	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5348 - CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	
	1253	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	10727 - INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME	
	1254	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	
	1255	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5679 - CLAMED - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA	
	1256	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	
	1257	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5625 - A.G. COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	
	1258	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	
	1259	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	5348 - CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	
	1260	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13275 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	
	1261	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	
18/07/2016	1262	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	
	1263	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10391 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	
	1264	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13275 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	
	1265	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	13009 - VISÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	
	1266	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	4840 - LICMED DISTRIB. DE MED. E MAT. MED. HOSPIT. LTDA	
	1267	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	13091 - ILG COMERCIAL LTDA ME	
	1268	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	
	1269	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.02	44 - Atenção Básica	5348 - CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	
	1270	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	201 - 3.3.90.32.02	36 - Assistência Farmacêutica Básica	13356 - M.U BACKES E CIA LTDA	
						2.247,50	

Município de Cacador					Usuário: Liziane Prandini		Chave de Autenticação 1913-9899-628	Página 7 / 11
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão					Credor/Fornecedor		Valor (R\$)	
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos			
	1271	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	7.312,90	
	1272	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10161 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	5.644,14	
	1273	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	6680 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	1.100,00	
	1274	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	194 - 3.3.90.14.14	43 - Transferências de Convênios - Saúde	4084 - SILVIA LINHARES MARTELO	250,00	
	1275	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	6.183,93	
	1276	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.11.01	44 - Atenção Básica	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	184,84	
	1277	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	7615 - IONEI GONÇALVES TUKISHMO - ME	19.999,67	
	1278	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	3.614,79	
20/07/2016	1279	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.35	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	8205 - DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATORIAS LTDA	4.977,05	
21/07/2016	1280	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	11096 - DE MARCO LTDA	490,68	
	1281	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4.125,00	
	1282	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	13091 - ILG COMERCIAL LTDA ME	3.205,40	
	1283	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTD	10.671,00	
22/07/2016	1284	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	648,00	
	1285	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.77	44 - Atenção Básica	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	1.130,00	
25/07/2016	1286	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.77	44 - Atenção Básica	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	4.320,00	
	1287	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.39.19	366 - Vigilância em Saúde - Tesouro-ExAnt.	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	558,00	
27/07/2016	1288	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	196 - 3.3.90.39.19	102 - Recursos Próprios - Saúde	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	496,00	
	1289	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.26	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	596 - ABOY ELETROTENICA LTDA	123,13	
	1290	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.16	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	596 - ABOY ELETROTENICA LTDA	274,13	
	1291	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	6.572,00	
	1292	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	465,00	
	1293	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	2.322,00	
	1294	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	496,00	
	1295	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	558,00	
	1296	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	12955 - ANAURY EDITON BARBOSA - ME	3.292,00	
	1297	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1921 - DETRAN TRANSITO	170,26	
	1298	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	204 - 3.3.90.30.36	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10645 - PLUSMEDIC COM DE MAT PARA USO MÉDICO E LAB LTDA	212,50	
29/07/2016	1299	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.50	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	160 - ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA - HOSPITAL MAICE	3.500,00	
	1300	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.36.06	102 - Recursos Próprios - Saúde	8704 - ADRIANA RIBAS	6.000,00	
	1301	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	2909 - T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	219,58	
	1302	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	321 - 4.4.90.51.98	1043 - Superávit - Transferências de Convênio da Saúde	7223 - ESE CONSTRUÇÕES LTDA	347.493,45	
	1303	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	11096 - DE MARCO LTDA	709,32	
	1304	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.19	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	5443 - AUTO VIDROS LOMBADA - ME	120,00	
	1305	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.30.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	816 - MARCOS RULLE DA COSTA	79,98	
	1306	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	194 - 3.3.90.14.14	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10691 - LARISSA STRAPASSON BINDER	1.000,00	
	1307	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	7524 - JOSE RICARDO KUHN	3.000,00	
	1308	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.443.987,11	
	1309	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.11.01	44 - Atenção Básica	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	122.024,89	
	1310	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.11.01	44 - Atenção Básica	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	144.934,30	
	1311	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.30.36	43 - Transferências de Convênios - Saúde	6303 - FIJAF-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	15.820,00	
	1312	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	321 - PROPARMA SPECIALTY S.A	8.048,00	
	1313	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10721 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME	15.528,00	
	1314	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	1745 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	11.303,50	
	1315	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.3.90.32.02	43 - Transferências de Convênios - Saúde	8293 - ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	16.000,00	
	1316	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.02	44 - Atenção Básica	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	579,00	
	1317	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	13142 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME	105,27	
	1318	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.03	44 - Atenção Básica	10936 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	25.388,00	
	1319	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.03	44 - Atenção Básica	10250 - MERC SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA	8.856,00	
	1320	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.99	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.356,00	
	1321	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.13.03	44 - Atenção Básica	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.236,41	
	1322	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	188 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	199.482,47	
	1323	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.13.03	44 - Atenção Básica	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.599,23	
	1324	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.13.03	44 - Atenção Básica	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	566,95	
	1325	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	188 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	18.134,77	



Município de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: Liziene Prandini

Chave de Autenticação
1933-9899-628

Página
8 / 11

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão					Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	
1326	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.13.03	44 - Atenção Básica	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVID	145,38
1327	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	204 - 3.3.90.30.10	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10323 - L.M. SUPRIMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP	3.269,15
1328	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	204 - 3.3.90.30.10	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10968 - ELISWANDIA MATOS DONINI - ME	1.688,30
1329	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	204 - 3.3.90.30.10	43 - Transferências de Convênios - Saúde	10623 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTO. E HOSP. LTDA - EP	217,50
1330	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	204 - 3.3.90.30.10	43 - Transferências de Convênios - Saúde	13207 - DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A	885,00
1331	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.32.02	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	2549 - A. G. KIENEN E CIA LTDA	314,40
1332	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.32.99	44 - Atenção Básica	13391 - SUPERMERCADO JOTA LTDA	63,00
1333	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	187 - 3.1.90.13.02	44 - Atenção Básica	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	22.805,19
1334	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.13.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	96.396,61
1335	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	44 - Atenção Básica	9824 - STANG E STANG LTDA	53.290,00
1336	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.30.04	366 - Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	147 - IVONICE TERESINHA PERDONA ME	65,12
1337	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	192 - 3.3.90.04.04	102 - Recursos Próprios - Saúde	2737 - I N S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	1.260,00
1338	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1921 - DETRAN TRANSITO	296,80
1339	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	1921 - DETRAN TRANSITO	296,80
1340	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	328 - 3.3.90.39.99	366 - Vigilância em Saúde - Tesouro-Ex.Ant.	1921 - DETRAN TRANSITO	296,80
1341	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	45 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	1921 - DETRAN TRANSITO	421,00
1342	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	186 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.726,56
1343	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	1895 - SERVICO FUNERARIO SAO PEDRO LTDA	400,00
1344	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.69	44 - Atenção Básica	2584 - PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	14.245,24
1345	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.39	44 - Atenção Básica	5149 - AUTO MECANICA GERAL LTDA	709,95
1346	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.19	44 - Atenção Básica	5149 - AUTO MECANICA GERAL LTDA	316,80
1347	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.39.99	44 - Atenção Básica	2909 - I.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA (TUCANO)	1.040,13
1348	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	10623 - ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTO. E HOSP. LTDA - EP	15.016,24
1349	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	1524 - METROMED COM DE MAT MED HOSPITALAR LTDA	46.777,80
1350	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	13142 - ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - ME	1.344,92
1351	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	5358 - DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	47.032,76
1352	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.36	44 - Atenção Básica	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	4.845,01
1353	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.16	44 - Atenção Básica	6710 - DICAPAL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	8.730,00

Total da Unidade Gestora:

3.050.655,55

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social						
07/07/2016	515	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.32.03	3391 - Superávlt Recurso 54	1.579,36
	516	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.17	3391 - Superávlt Recurso 54	230,00
	517	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.95	3391 - Superávlt Recurso 54	740,00
08/07/2016	518	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.39.63	55 - Bolsa Família	1.845,00
13/07/2016	519	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.30.17	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	61,00
	520	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.95	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	60,00
18/07/2016	521	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.80	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	506,00
	522	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.39.41	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	150,00
	523	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.63	3391 - Superávlt Recurso 54	2.310,00
	524	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.99	3391 - Superávlt Recurso 54	2.735,00
	525	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	345 - 3.3.90.30.17	3385 - Bolsa Família - Conselho	304,00
	526	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.39	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	799,96
	527	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.58	3391 - Superávlt Recurso 54	3.148,00
	529	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	339 - 3.1.90.11.01	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	30,00
25/07/2016	530	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.39.48	55 - Bolsa Família	4.104,27
	531	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.48	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	4.104,27
	532	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.39.48	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	4.104,93
	533	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.48	3391 - Superávlt Recurso 54	4.104,27
	534	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	331 - 3.3.90.30.17	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	304,00
	535	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.01	3391 - Superávlt Recurso 54	2.449,50
	536	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.01	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	4.260,00
	537	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	257 - 3.3.90.30.22	98 - Transferências de Convênios - Assistência Social	36,40
	538	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	2.126,10
	539	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	899,10
	540	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	357 - 3.3.90.30.99	3389 - Superávlt SUAS - Recurso 54	38,40

**Município de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.caçador.sc.gov.br>

Usuário: Liziane Prandini

Chave de Autenticação
1933-9899-628


Página
9 / 11

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)	
26/07/2016	541	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.30.07	55 - Bolsa Família	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA.	686,15	
	542	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.30.07	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA.	322,11	
	543	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	345 - 3.3.90.30.22	3385 - Bolsa Família - Conselho	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	231,10	
	544	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	345 - 3.3.90.30.21	3385 - Bolsa Família - Conselho	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	14,50	
27/07/2016	545	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	345 - 3.3.90.30.22	3385 - Bolsa Família - Conselho	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	194,15	
	546	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	345 - 3.3.90.30.07	3385 - Bolsa Família - Conselho	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	78,00	
	547	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	344 - 3.3.90.30.07	3386 - Gestão do SUAS - Conselho	455 - SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	47,80	
	548	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	344 - 3.3.90.30.22	3386 - Gestão do SUAS - Conselho	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	28,00	
	549	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	344 - 3.3.90.30.22	3386 - Gestão do SUAS - Conselho	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	19,65	
	550	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	258 - 3.3.90.39.99	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	10969 - WIDDOO TECNOLOGIA LTDA - ME	1.022,60	
	551	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	251 - 3.3.90.39.99	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	10969 - WIDDOO TECNOLOGIA LTDA - ME	1.022,60	
	552	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	350 - 3.3.90.30.01	3387 - Superávlt Bolsa Família - Recurso 63	9824 - STANG E STANG LTDA	2.130,00	
	553	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	350 - 3.3.90.39.99	3387 - Superávlt Bolsa Família - Recurso 63	10969 - WIDDOO TECNOLOGIA LTDA - ME	1.227,12	
	554	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	337 - 3.1.90.11.01	54 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Asil	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	21.233,55	
28/07/2016	555	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	19.592,30	
	556	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	153.947,76	
	557	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	14.328,92	
	558	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ	4.727,55	
	559	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	23.511,56	
	560	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	3.084,35	
	561	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	4.374,05	
	562	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.024,66	
	563	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.137,41	
	564	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	280,40	
29/07/2016	565	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	397,64	
	566	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	264 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	93,15	
	567	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	263 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	8.749,48	
	568	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	246 - 3.3.90.04.04	100 - Recursos Próprios	2737 - IN S S - INSTITUTO NAC DO SEGURO SOCIAL	353,43	
	569	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.07	3391 - Superávlt Recurso 54	9416 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	1.526,00	
	570	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.07	3391 - Superávlt Recurso 54	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA.	2.669,49	
	571	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.07	3391 - Superávlt Recurso 54	586 - PANIFICADORA E CONFEITARIA SATELMO LTDA.	3.930,92	
	572	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.21	3391 - Superávlt Recurso 54	682 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	1.330,00	
	573	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.99	3391 - Superávlt Recurso 54	10969 - WIDDOO TECNOLOGIA LTDA - ME	1.022,60	
	574	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.99	3391 - Superávlt Recurso 54	2230 - FOTO BONI LTDA - ME	700,00	
28/08/2016	575	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.99	3391 - Superávlt Recurso 54	56 - EVALDO MARTIN SCHULZE-ME/NOVA ERA - COMUNICAÇÃO	600,00	
	576	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.99	3391 - Superávlt Recurso 54	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	25,15	
	577	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	357 - 3.3.90.30.24	3389 - Superávlt SUAS - Recurso 54	3986 - VIDRACARIA SANRAFAEL LTDA	45,00	
	578	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.24	3391 - Superávlt Recurso 54	750 - PERSIANAS REQUINTE LTDA - ME	1.340,50	
	579	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.30.99	3391 - Superávlt Recurso 54	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA ME	145,80	
	580	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	352 - 3.3.90.39.12	3391 - Superávlt Recurso 54	108 - LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI- EPP	1.196,00	
	581	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.30.39	55 - Bolsa Família	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	266,00	
	582	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	346 - 3.3.90.39.19	55 - Bolsa Família	7099 - MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	142,50	
	Total da Unidade Gestora:							320.829,51

Unidade Gestora: Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA

07/07/2016	28	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	359 - 3.3.90.39.99	3392 - Superávlt - FIA	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEN	1.000,00
	29	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	359 - 3.3.90.14.14	3392 - Superávlt - FIA	1145 - MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI	100,00
13/07/2016	30	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	359 - 3.3.90.14.14	3392 - Superávlt - FIA	13069 - MARIA AUGUSTA NHOATO MOREIRA	100,00
	31	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	359 - 3.3.90.14.14	3392 - Superávlt - FIA	13330 - ADRIANA PEGORARO DONATTI	100,00
	32	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Próprios	1871 - BANCO DO BRASIL SA	16,90
28/07/2016	33	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	359 - 3.3.90.39.99	3392 - Superávlt - FIA	9578 - ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEN	13.500,00
31/07/2016	34	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	7776 - MAREZA GOMES DA LUZ	880,00
	35	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	13401 - CRISTIANE PATRÍCIA WEBER	1.192,18
	36	Ordinário	7001 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE	274 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Próprios	13301 - JULIANA APARECIDA SOWENZI	880,00
Total da Unidade Gestora:							17.769,08

<div><div><div><div><div><div></div><div><div><div><div><div><div>Município de Caçador</div></div><div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC</div></div></div></div><div><div><div>CPF: 83.074.302/0001-31</div><div>http://www.caçador.sc.gov.br</div></div></div></div></div></div></div></div></div></div>				Usuário: Liliane Prandini		Chave de Autenticação 1933-9899-628	Página 10 / 11
--	--	--	--	---------------------------	--	--	-------------------

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Valor (R\$)
Unidade Gestora: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano						
12/07/2016	49	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	302 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Próprios	4.667,95
18/07/2016	50	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	302 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	9.800,00
22/07/2016	51	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	303 - 4.4.90.52.35	100 - Recursos Próprios	394,90
29/07/2016	52	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	300 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Próprios	59.093,87
	53	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	301 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	9.854,89
	54	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	301 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Próprios	895,90
	55	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	300 - 3.1.90.13.02	100 - Recursos Próprios	2.731,67
	56	Ordinário	16001 - IPMUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	302 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Próprios	74,20
Total da Unidade Gestora:						87.513,38
Unidade Gestora: Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador						
04/07/2016	17	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	312 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Próprios	132.588,65
	18	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	312 - 3.3.90.03.02	100 - Recursos Próprios	169,39
15/07/2016	19	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	312 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Próprios	183,17
Total da Unidade Gestora:						132.941,21
Unidade Gestora: IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador						
03/07/2016	234	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.07	65 - Contribuição ao RPPS	78,00
05/07/2016	235	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.07	65 - Contribuição ao RPPS	343,50
06/07/2016	236	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.39.77	65 - Contribuição ao RPPS	3,88
07/07/2016	237	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.33.01	65 - Contribuição ao RPPS	608,72
15/07/2016	238	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.39.47	65 - Contribuição ao RPPS	169,00
	239	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.39.48	65 - Contribuição ao RPPS	1.200,00
	240	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.39.96	65 - Contribuição ao RPPS	500,00
18/07/2016	241	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.14.14	65 - Contribuição ao RPPS	1.750,00
	242	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.14.14	65 - Contribuição ao RPPS	1.750,00
	243	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.07	65 - Contribuição ao RPPS	86,16
	244	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.22	65 - Contribuição ao RPPS	30,17
19/07/2016	245	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.16	65 - Contribuição ao RPPS	628,40
	246	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.26	65 - Contribuição ao RPPS	58,90
	247	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.99	65 - Contribuição ao RPPS	4,50
22/07/2016	248	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	316 - 4.4.90.52.36	65 - Contribuição ao RPPS	418,00
	249	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.25	65 - Contribuição ao RPPS	196,00
	250	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.39.20	65 - Contribuição ao RPPS	45,00
25/07/2016	251	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.16.99	65 - Contribuição ao RPPS	100,00
	252	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.16.99	65 - Contribuição ao RPPS	200,00
27/07/2016	253	Global	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.30.47	65 - Contribuição ao RPPS	6.308,54
28/07/2016	254	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.01	65 - Contribuição ao RPPS	19.498,43
	255	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.05.03	65 - Contribuição ao RPPS	5.701,31
	256	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.37	65 - Contribuição ao RPPS	1.800,31
	257	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.33	65 - Contribuição ao RPPS	5.539,98
28/07/2016	258	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.31	65 - Contribuição ao RPPS	6.356,52
	259	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.05.70	65 - Contribuição ao RPPS	58,32
	260	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.46.01	65 - Contribuição ao RPPS	303,33
	261	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.01	65 - Contribuição ao RPPS	3.757,94
	262	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.31	65 - Contribuição ao RPPS	1.878,92
	263	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.11.37	65 - Contribuição ao RPPS	450,94
	264	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.46.01	65 - Contribuição ao RPPS	700,00
	265	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.04.99	65 - Contribuição ao RPPS	680,85
	266	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.46.01	65 - Contribuição ao RPPS	70,00
	267	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	313 - 3.1.90.04.99	65 - Contribuição ao RPPS	3.131,10
	268	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	315 - 3.3.90.46.01	65 - Contribuição ao RPPS	28,00
	269	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	317 - 3.1.90.01.01	65 - Contribuição ao RPPS	796.673,97
	270	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	317 - 3.1.90.01.01	65 - Contribuição ao RPPS	54.519,37
	271	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	317 - 3.1.90.03.01	65 - Contribuição ao RPPS	181.257,32

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017**

LEI Nº 3.314, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Caçador para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no art. 57, § 7º da Lei Orgânica do Município de Caçador e no art. 129, § 8º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador, promulga a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos, e as prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2017, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Caçador para o exercício de 2017, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, de acordo com o Plano Plurianual 2014/2017;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública do Município;

V - as disposições sobre despesas do Município com pessoal e seus encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;

VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas especificadas no Anexo Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, desta Lei (art. 4º, § 1º da LRF), podendo na medida das necessidades, serem incluídos novos programas, desde que previstos no Plano Plurianual.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016 (LOA) serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017 (LOA) o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e

desenvolvimento de ensino fundamental e infantil, nos termos do art. 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo 15% das referidas receitas.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º O orçamento fiscal para o exercício financeiro de 2017 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura obedecendo-se à classificação por função e subfunção, em conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, com alterações posteriores, quanto à natureza das despesas.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º A Lei do Orçamento Anual - LOA, evidenciará a Receita por rubrica em cada Unidade Gestora e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto atividade, na forma dos seguintes Adendos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III - resumo geral natureza da despesa (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - programa de trabalho (Anexo VI, da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - programa de trabalho de governo - demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes, conforme disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

IX - demonstrativo da evolução da despesa realizada por elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois exercícios seguintes;

X - demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social;

XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2017 (Art. 5º, III);

XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2017 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF).

§ 1º Os Orçamentos dos Fundos, Fundações e Autarquias que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Os subprojetos e as subatividades poderão ser agrupados em projetos e atividades contendo a descrição sucinta dos respectivos objetivos.

Art. 5º A mensagem que encaminhará ao Poder Legislativo até 31 de agosto de 2016 o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2013 a 2015 previsão para 2016 e projeção para 2017, 2018 e 2019 com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Art. 12 da LRF)

II - quadro demonstrativo da evolução da despesa por categoria econômica, dos exercícios de 2013 a 2015, fixada para 2016 e projetada para o exercício de 2017;

III - quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/2015, programa de desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;

IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2017;

V - quadro demonstrativo das receitas correntes líquidas nos exercícios de 2013 a 2015, previstas para 2016, despesas com pessoal por Poder no mesmo período e percentual de comprometimento;

VI - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a LDO;

VII - demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VIII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º O Orçamento para o exercício de 2017 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias. (Art. 1º, § 1º e Art. 4º, I, "a" da LRF)

Art. 7º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2017 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita municipal nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 12 da LRF.

Art. 8º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, e forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas: (Art. 9º da LRF)

I - redução de despesas com manutenção e custeio;

II - redução no ritmo dos investimentos programados.

Art. 9º As despesas obrigatórias, de caráter continuado, deverão ter no exercício de 2017 dotações orçamentárias suficientes e suas expansões deverão observar os índices de crescimento da RCL apurada no exercício de 2016. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. (Art. 4º, §3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 11. O Orçamento para o exercício de 2017 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. (Art. 5º, III, "d" da LRF)

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas à menor.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF)

Art. 13. O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras. (Art. 8º da LRF)

Art. 14. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando ao desenvolvimento do programa de governo.

Art. 15. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Art. 8º, parágrafo único da LRF)

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, são as constantes do Anexo desta Lei, Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF)

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial de saúde, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica. (Art. 4º, I, "f" da LRF)

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas as entidades associativas municipalistas, a que o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

§ 3º O Poder Executivo disciplina a liberação dos recursos financeiros a entidades beneficiadas através de Decreto nº 5.143, de 07 de fevereiro de 2012 e suas alterações.

§ 4º As entidades interessadas deverão apresentar o plano de trabalho e demais documentos requeridos pelo Decreto citado no § 3º, até o dia 31 de março de 2017.

§ 5º Com base nos requerimentos protocolados na forma do § 4º, o Executivo estabelecerá o cronograma de desembolso dos recursos.

Art. 18. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação, fixado nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para 2017 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou subelemento de despesa que o compõem por Decreto do Poder Executivo. (Art.167 VI da CF)

Art. 23. As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do Orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º Poderá o Poder Executivo incluir na proposta de Lei Orçamentária para o exercício 2017, autorização para movimentação do excesso de arrecadação através de decreto, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito.

§ 2º Poderá o Poder Executivo incluir na proposta de Lei Orçamentária para o exercício 2017, autorização para utilização do superávit financeiro do exercício anterior para suplementar dotações orçamentárias através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. Obedecidos os limites estabelecidos em legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinadas a financiar despesas de capital previstas no Orçamento ou incluídas por créditos adicionais.

Art. 26. As operações de crédito deverão constar da proposta orçamentária e serão autorizadas por lei específica.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante lei autorizada, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, parágrafo único, V da LRF)

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites previstos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que são de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, calculados sobre a Receita Corrente Líquida.

Parágrafo único. Para assegurar tais limites, o Executivo Municipal, se necessário, adotará medidas pela seguinte ordem:

- I - eliminação das despesas com horas extras;
- II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- III - eliminação de despesas com ampliação de jornada;
- IV - supressão de vantagens concedidas a servidores;
- V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 30. Considerar-se-á despesas de pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros do poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º As despesas de pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos constantes do quadro de cargos e salários da

administração municipal, serão contabilizados em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 31. Os critérios de fixação dos limites das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo serão estabelecidos de conformidade com o art. 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. A autorização para o Poder Executivo ceder servidores efetivos mediante convênio a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, será concedida através de lei específica para cada convênio no decorrer do exercício de 2017, relevado o imprescindível caráter e interesse público.

Art. 33. A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda, até 31 de julho do corrente, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2017, determinados pelo § 1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago;

VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2017, para pagamentos de precatórios será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - precatórios alimentícios atualizados monetariamente;

II - precatórios não-alimentícios, de créditos individualizados por ação judicial, cujos valores venham a ser superiores a 20 (vinte) salários mínimos vigentes, equivalentes a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais) ou outro valor que venha a ser definido em lei específica, objetos, ou não, de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º do art. 100 da Constituição Federal e das parcelas resultantes, observará, no exercício de 2016, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo considerá-los nos cálculos da receita e apresentar estudos de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. O Poder Executivo poderá encaminhar ao legislativo, até o dia 30 de novembro de 2016, projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui no artigo anterior, alterações sobre

a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI, bem como a fixação do VRM.

Art. 36. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37. Ocorrendo assistência pela União, prevista no art. 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para até o exercício de 2016, elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará até o dia 31 de agosto de 2016, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará observando o prazo regimental.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e envio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 39. A receita total do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - pessoal e encargos sociais e demais custeios administrativo e operacional;

II - pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III - contrapartida das operações de crédito;

IV - garantir o cumprimento dos princípios constitucionais com a saúde e o ensino fundamental, bem como a garantia no que se refere à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Somente após serem atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Para atendimento ao art. 54 da LRF, deverá o Município ao final de cada quadrimestre emitir relatório de gestão fiscal e submetê-lo à Câmara Municipal.

Art. 42. Para atendimento do § 3º do art. 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 43. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com a iniciativa privada, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da administração municipal, publicando-se no Diário Oficial Eletrônico, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 47. É autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2017, a incluir novos elementos de despesas e novas fontes de recursos para a execução dos orçamentos.

Art. 48. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/00 e de Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, da Lei 4.320/64.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Caçador, em 12 de agosto de 2016.

Valmor de Paula,
Presidente.

ANEXO 1 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017

Município de Caçador/SC
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 2017

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Demandas Judiciais	95.048,00	Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Reserva de Contingência.		95.048,00
SUBTOTAL	95.048,00	SUBTOTAL		95.048,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS		
Descrição	Valor	Descrição	Valor	
Outros Riscos Fiscais	23.762,00	Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Reserva de Contingência.		23.762,00
SUBTOTAL	23.762,00	SUBTOTAL		23.762,00
TOTAL	118.810,00	TOTAL		118.810,00

ARF - (LRF, art. 4º, § 3º)

Fonte: Sistema e-Pública (2144-2103-053). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:35.

ANEXO 10 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017**Município de Caçador/SC**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2017

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1263-9290-327). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:41.

ANEXO 11 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 20171**Município de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Rafael Garcia

Chave de Autenticação Digital
1615-5198-844Página
1 / 3**Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações**

Operações Especiais		LDO 2017
0.1	PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA	R\$ 413.458,80
0.2	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	R\$ 5.821.690,00
0.3	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 633.210,73
0.4	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 150.000,00
0.5	PAGAMENTO AO PASEP	R\$ 780.106,45
Total		R\$ 7.798.465,98
Projetos		
1.1	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	R\$ 1.000,00
1.2	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 565.535,60
1.3	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 57.722,65
1.4	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO PROCON	R\$ 50.000,00
1.5	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 16.000,00
1.7	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 41.000,00
1.9	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	R\$ 30.000,00
1.14	CONSTRUÇÃO DO CRAS	R\$ 10.000,00
1.18	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	R\$ 50.000,00
1.21	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS	R\$ 1.000,00
1.25	BLOCO DE INVESTIMENTOS	R\$ 434.756,30
1.30	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	R\$ 1.269.090,40
1.31	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	R\$ 307.817,70
1.32	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	R\$ 21.000,00
1.36	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 270.967,59
1.39	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	R\$ 1.000,00
1.40	PARQUE CENTRAL 3. ETAPA	R\$ 1.000,00
1.46	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 50.000,00
1.47	SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SÓLIDO	R\$ 2.972.150,00
1.48	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	R\$ 132.038,40
1.51	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	R\$ 131.000,00
1.52	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	R\$ 50.000,00
1.53	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 237.620,00
1.57	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	R\$ 87.000,00
1.61	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	R\$ 66.000,00
1.64	CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	R\$ 1.000,00
1.77	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	R\$ 55.000,00
1.78	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	R\$ 16.000,00
1.82	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	R\$ 381.000,00
1.88	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	R\$ 31.000,00
1.106	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	R\$ 173.344,74
1.180	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	R\$ 10.000,00
1.191	MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL	R\$ 1.362.500,00
Total		R\$ 8.883.543,38
Atividades		
2.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS	R\$ 4.926.800,00
2.2	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	R\$ 3.432.674,00
2.3	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	R\$ 30.000,00
2.4	MANUTENÇÃO DO PROCON	R\$ 180.000,00
2.5	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 5.172.225,10
2.6	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$ 1.262.357,20
2.11	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR	R\$ 110.000,00
2.12	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.	R\$ 5.000,00
2.13	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.	R\$ 59.405,00
2.14	MANUTENÇÃO DO IPPUC	R\$ 1.054.837,00
2.15	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO	R\$ 17.000,00
2.16	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 713.359,00
2.17	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.	R\$ 855.432,00
2.19	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CAÇADOR	R\$ 2.018.292,00
2.20	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	R\$ 120.000,00
2.21	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL	R\$ 30.000,00
2.32	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS	R\$ 139.007,70
2.33	MANUTENÇÃO DO FAMPEC	R\$ 1.400.000,00
2.34	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC	R\$ 1.277.480,00
2.35	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS	R\$ 9.534.230,00



Município de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>


Usuário: Rafael Garcia

Chave de Autenticação Digital
1615-5198-844

Página
2 / 3

Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações

2.36	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO	R\$ 366.528,85
2.37	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 29.998.729,07
2.39	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL	R\$ 20.000,00
2.40	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	R\$ 399.102,75
2.41	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA	R\$ 614.950,68
2.42	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	R\$ 297.000,00
2.45	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	R\$ 8.458.809,13
2.46	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%	R\$ 16.409.787,98
2.47	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%	R\$ 8.512.842,94
2.48	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO	R\$ 1.194.515,74
2.49	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 2.172.561,56
2.51	MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA	R\$ 10.000,00
2.52	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA	R\$ 1.000,00
2.55	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$ 100.000,00
2.56	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEIAS	R\$ 2.750.000,00
2.58	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA	R\$ 5.000,00
2.62	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$ 496.737,10
2.63	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO	R\$ 85.000,00
2.64	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	R\$ 1.472.854,30
2.68	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	R\$ 796.265,00
2.69	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.	R\$ 892.860,00
2.71	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	R\$ 13.895.273,91
2.72	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	R\$ 1.212.671,90
2.75	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.	R\$ 20.000,00
2.76	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	R\$ 10.000,00
2.77	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	R\$ 10.000,00
2.78	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL	R\$ 30.000,00
2.79	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.	R\$ 2.177.787,30
2.80	Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários	R\$ 2.000,00
2.83	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	R\$ 131.000,00
2.84	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	R\$ 100.000,00
2.85	MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO E LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS	R\$ 100.000,00
2.91	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	R\$ 2.395.019,50
2.92	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL	R\$ 10.000,00
2.93	PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS	R\$ 20.000,00
2.95	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO	R\$ 250.000,00
2.97	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL	R\$ 360.000,00
2.98	PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS	R\$ 11.000,00
2.99	MANUTENÇÃO SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	R\$ 321.382,00
2.100	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS	R\$ 11.000,00
2.101	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	R\$ 102.000,00
2.104	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	R\$ 3.188,10
2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL	R\$ 301.000,00
2.109	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	R\$ 1.425.040,40
2.113	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM	R\$ 297.025,00
2.149	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.	R\$ 118.810,00
2.151	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FAMACEUTICA	R\$ 811.286,10
2.154	PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR	R\$ 1.000,00
2.156	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL	R\$ 378.107,69
2.157	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	R\$ 214.741,85
2.158	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$ 294.906,38
2.159	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC	R\$ 1.000,00
2.160	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC	R\$ 1.000,00
2.161	MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR	R\$ 632.200,00
2.162	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS	R\$ 95.048,00
2.163	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	R\$ 327.000,00
2.164	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES	R\$ 25.000,00
2.171	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 2.240.466,70
2.172	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS	R\$ 5.000,00
2.174	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$ 4.613,81
2.175	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS	R\$ 1.000,00
2.176	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	R\$ 2.000,00
2.181	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA	R\$ 340.000,00

 Município de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br	Usuário: Rafael Garcia	Chave de Autenticação Digital 1615-5198-844	Página 3 / 3

Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações

2.185	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR	R\$ 3.480.344,10
2.191	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$ 488.716,00
2.192	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 388.457,30
2.193	BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 757.224,20
2.194	BLOCO DA GESTÃO MUNICIPAL	R\$ 4.030.931,50
2.195	BLOCO DA GESTÃO DO SUAS	R\$ 14.257,20
2.196	BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO	R\$ 110.493,30
2.777	RESERVA LEGAL - RPPS	R\$ 118.810,00
2.778	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	R\$ 2.994.511,00
2.779	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE	R\$ 213.858,00
2.780	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	R\$ 100.000,00
2.781	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL	R\$ 20.000,00
2.782	COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER	R\$ 5.000,00
2.783	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ARTES - CIRCO	R\$ 50.000,00
Total		R\$ 148.853.815,34

Não Orçamentárias

9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 118.810,00
Total		R\$ 118.810,00
Total Geral		R\$ 165.654.634,70

ANEXO 12 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017

Município de Caçador					LDO 2017
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br					
Usuário: Rafael Garcia Guilardi		Chave de Autenticação 1915-6628-230		Página 1 / 1	
Relação de Valores LDO por Fonte de Recursos					
Código	Fonte de Recurso - Id-Usso	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a-b)	
16	Convênio de Trânsito - Prefeitura -	261.382,00	261.382,00	0,00	
24	Outras Transferências da União -	4.000,00	4.000,00	0,00	
34	Convênio de Trânsito - Civil -	231.679,50	231.679,50	0,00	
36	Assistência Farmacêutica Básica -	779.205,50	779.205,50	0,00	
37	Convênio de Trânsito - Militar -	231.679,50	231.679,50	0,00	
38	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE -	1.072.854,30	1.072.854,30	0,00	
39	Outras Transf. Decor. Compes. Financ. Expl. Rec. N -	19.603,65	19.603,65	0,00	
40	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo -	430.686,25	430.686,25	0,00	
43	Transferências de Convênios - Saúde -	320.787,00	320.787,00	0,00	
44	Atenção Basica -	4.548.046,80	4.548.046,80	0,00	
45	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial -	3.338.561,00	3.338.561,00	0,00	
46	Vigilância em Saúde -	434.656,50	434.656,50	0,00	
47	Salário Educação -	3.267.275,00	3.267.275,00	0,00	
51	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE -	155.047,05	155.047,05	0,00	
54	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi -	971.321,10	971.321,10	0,00	
55	Bolsa Família -	110.493,30	110.493,30	0,00	
56	Transferências de Convênios - Outros - União -	76.038,40	76.038,40	0,00	
57	Transferências de Convênios - Educação -	1.024.142,20	1.024.142,20	0,00	
58	Transferências do FUNDEB - 40% -	9.590.212,02	9.590.212,02	0,00	
59	Transferências do FUNDEB - 60% -	16.409.787,98	16.409.787,98	0,00	
60	Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - -	2.177.787,30	2.177.787,30	0,00	
61	Contribuição de Intervenção do Domínio Público - C -	18.415,55	18.415,55	0,00	
65	Contribuição ao RPPS -	10.930.520,00	10.930.520,00	0,00	
67	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -	10.593,10	10.593,10	0,00	
98	Transferências de Convênios - Assistência Social -	5.940,50	5.940,50	0,00	
100	Recursos Próprios -	71.375.745,45	71.375.745,45	0,00	
101	Recursos Próprios - Educação -	11.596.189,13	11.596.189,13	0,00	
102	Recursos Próprios - Saúde -	25.799.407,77	25.799.407,77	0,00	
162	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Tesouro-Ex.Cor. -	451.478,00	451.478,00	0,00	
170	Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor. -	1.188,10	1.188,10	0,00	
183	Operações de Credito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor. -	2.188,10	2.188,10	0,00	
189	Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor. -	7.722,65	7.722,65	0,00	
Total Geral		165.654.634,70	165.654.634,70	0,00	

ANEXO 13 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017

 Município de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br			
	Usuário: Rafael Garcia	Chave de Autenticação Digital 1034-8274-544	Página 1 / 6

Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos

RECEITAS		
Natureza	Especificação Fonte de Recursos	LDO 2017
1	Receitas Correntes	R\$ 159.965.536,66
1.1	Receita Tributária	R\$ 25.739.454,80
1.1.1	Impostos	R\$ 18.934.749,70
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	R\$ 11.877.435,70
1.1.1.2.02	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	R\$ 5.548.427,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 2.796.407,21
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 1.514.720,57
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 1.237.299,22
1.1.1.2.04	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	R\$ 4.255.774,20
1.1.1.2.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	R\$ 3.008.269,20
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.498.118,06
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 830.282,30
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 679.868,84
1.1.1.2.04.34	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	R\$ 1.247.505,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 621.257,49
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 344.311,38
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 281.936,13
1.1.1.2.08	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	R\$ 2.073.234,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.044.910,19
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 565.993,02
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 462.331,29
1.1.1.3	Impostos sobre a Produção e a Circulação	R\$ 7.057.314,00
1.1.1.3.05	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 7.057.314,00
1.1.1.3.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$ 7.057.314,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 3.556.886,26
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 1.926.646,72
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 1.573.781,02
1.1.2	Taxas	R\$ 6.091.845,10
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	R\$ 1.569.480,10
1.1.2.1.17	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	R\$ 237.620,00
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 237.620,00
1.1.2.1.25	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadoras de Serviços	R\$ 1.330.672,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.330.672,00
1.1.2.1.27	Taxa de Apreensão e Depósito	R\$ 1.188,10
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.188,10
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	R\$ 4.522.365,00
1.1.2.2.99	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	R\$ 4.522.365,00
1.1.2.2.99.01	Taxa de Expediente	R\$ 760.384,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 760.384,00
1.1.2.2.99.02	Taxa de Serviços Urbanos	R\$ 178.215,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 178.215,00
1.1.2.2.99.03	Taxa de Coleta de Lixo	R\$ 3.326.680,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 3.326.680,00
1.1.2.2.99.04	Taxa Horas Máquina	R\$ 11.881,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 11.881,00
1.1.2.2.99.06	Taxa de Coleta de Lixo	R\$ 213.858,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 213.858,00
1.1.2.2.99.99	Outras Taxas de Prestação de Serviços	R\$ 31.347,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 31.347,00
1.1.3	Contribuição de Melhoria	R\$ 712.860,00
1.1.3.0.04	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	R\$ 712.860,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 712.860,00
1.2	Receitas de Contribuições	R\$ 6.216.733,25
1.2.1	Contribuições Sociais	R\$ 4.042.510,25
1.2.1.0.29	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	R\$ 2.622.730,75
1.2.1.0.29.01	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	R\$ 2.970,25
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 2.970,25
1.2.1.0.29.07	Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio	R\$ 2.530.653,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 2.530.653,00
1.2.1.0.29.09	Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio	R\$ 59.405,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 59.405,00
1.2.1.0.29.11	Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio	R\$ 17.821,50
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 17.821,50
1.2.1.0.29.99	Outras Contrib. Previdenciárias	R\$ 11.881,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 11.881,00
1.2.1.0.49	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	R\$ 1.419.779,50
1.2.1.0.49.01	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	R\$ 1.199.981,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.199.981,00
1.2.1.0.49.02	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	R\$ 219.798,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 219.798,50
1.2.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	R\$ 2.174.223,00
1.2.2.0.29	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	R\$ 2.174.223,00
	60 Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública -	R\$ 2.174.223,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 2.942.260,34

**Município de Caçador**

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Rafael Garcia

 Chave de Autenticação Digital
 1034-8274-544

 Página
 2 / 6
Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos

RECEITAS		
Natureza	Especificação Fonte de Recursos	LDO 2017
1.3.1	Receitas Imobiliárias	R\$ 17.821,50
1.3.1.1	Aluguéis	R\$ 5.940,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 5.940,50
1.3.1.9	Outras Receitas Imobiliárias	R\$ 11.881,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 11.881,00
1.3.2	Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 2.924.438,84
1.3.2.5	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 2.924.438,84
1.3.2.5.01	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	R\$ 2.607.216,14
1.3.2.5.01.00.16	Remuneração de Rendimentos - 16	R\$ 594,05
	61 Contribuição de Intervenção do Domínio Público - C	R\$ 594,05
1.3.2.5.01.00.17	Remuneração de Rendimentos - 17	R\$ 3.564,30
	60 Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública -	R\$ 3.564,30
1.3.2.5.01.00.22	Remuneração de Rendimentos - 22	R\$ 2.376,20
	57 Transferências de Convênios - Educação	R\$ 2.376,20
1.3.2.5.01.00.24	Remuneração de Rendimentos - 24	R\$ 42.771,60
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 42.771,60
1.3.2.5.01.00.42	Remuneração de Rendimentos - 42	R\$ 2.970,25
	40 Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	R\$ 2.970,25
1.3.2.5.01.00.45	Remuneração de Rendimentos - 45	R\$ 1.782,15
	39 Outras Transf. Decor. Compes. Financ. Expl. Rec. N	R\$ 1.782,15
1.3.2.5.01.00.54	Remuneração de Rendimentos - 54	R\$ 3.564,30
	37 Convênio de Trânsito - Militar	R\$ 3.564,30
1.3.2.5.01.00.55	Remuneração de Rendimentos - 55	R\$ 3.564,30
	34 Convênio de Trânsito - Civil	R\$ 3.564,30
1.3.2.5.01.00.56	Remuneração de Rendimentos - 56	R\$ 4.752,40
	16 Convênio de Trânsito - Prefeitura	R\$ 4.752,40
1.3.2.5.01.00.58	Remuneração de Rendimentos - 58	R\$ 71.286,00
	47 Salário Educação	R\$ 71.286,00
1.3.2.5.01.00.60	Remuneração de Rendimentos - 60	R\$ 3.564,30
	38 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	R\$ 3.564,30
1.3.2.5.01.00.61	Remuneração de Rendimentos - 61	R\$ 594,05
	51 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	R\$ 594,05
1.3.2.5.01.00.83	Remuneração de Rendimentos - 83	R\$ 1.118,81
	183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 1.118,81
1.3.2.5.01.00.89	Remuneração de Rendimentos - 89	R\$ 7.722,65
	189 Alienações de Bens destinados a Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 7.722,65
1.3.2.5.01.02	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB	R\$ 42.771,60
1.3.2.5.01.02.01	Rend. Remuneração FUNDEB - 40%	R\$ 17.108,64
	58 Transferências do FUNDEB - 40%	R\$ 17.108,64
1.3.2.5.01.02.02	Rend. Remuneração FUNDEB - 60%	R\$ 25.662,96
	59 Transferências do FUNDEB - 60%	R\$ 25.662,96
1.3.2.5.01.03	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo de Saúde	R\$ 59.405,00
1.3.2.5.01.03.23	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 23	R\$ 23.762,00
	43 Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 23.762,00
1.3.2.5.01.03.64	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 64	R\$ 11.881,00
	44 Atenção Básica	R\$ 11.881,00
1.3.2.5.01.03.65	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 65	R\$ 11.881,00
	45 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	R\$ 11.881,00
1.3.2.5.01.03.66	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 66	R\$ 5.940,50
	46 Vigilância em Saúde	R\$ 5.940,50
1.3.2.5.01.03.67	Remuneração de Depósitos Banc. Vinculados - 67	R\$ 5.940,50
	36 Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 5.940,50
1.3.2.5.01.04	Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	R\$ 2.197.985,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 2.197.985,00
1.3.2.5.01.06	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 35.642,98
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 35.642,98
1.3.2.5.01.10	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	R\$ 3.564,30
1.3.2.5.01.10.50	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - 50	R\$ 1.188,10
	67 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	R\$ 1.188,10
1.3.2.5.01.10.52	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - 52	R\$ 1.188,10
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 1.188,10
1.3.2.5.01.10.63	Rec. de Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinc - 63	R\$ 1.188,10
	55 Bolsa Família	R\$ 1.188,10
1.3.2.5.01.99	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	R\$ 117.621,90
1.3.2.5.01.99.00.99	Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	R\$ 117.621,90
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 1.188,10
	100 Recursos Próprios	R\$ 116.433,80
1.3.2.5.02	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	R\$ 317.222,70
1.3.2.5.02.03	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 17.821,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 17.821,50
1.3.2.5.02.04	Remuneração de Depósitos Bancários	R\$ 11.881,00
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 11.881,00

 Município de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br			
	Usuário: Rafael Garcia	Chave de Autenticação Digital 1034-8274-544	Página 3 / 6

Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos

RECEITAS		
Natureza	Especificação Fonte de Recursos	LDO 2017
1.3.2.5.02.99	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados	R\$ 287.520,20
	100 Recursos Próprios	R\$ 287.520,20
1.4	Receita Agropecuária	R\$ 53.464,50
1.4.1	Receita da Produção Vegetal	R\$ 53.464,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 53.464,50
1.6	Receita de Serviços	R\$ 47.524,00
1.6.0.0.42	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final de Esgotos	R\$ 47.524,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 47.524,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 119.127.762,11
1.7.2	Transferências Intergovernamentais	R\$ 118.065.600,71
1.7.2.1	Transferências da União	R\$ 47.851.647,31
1.7.2.1.01	Participação na Receita da União	R\$ 31.772.486,91
1.7.2.1.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	R\$ 30.260.035,61
1.7.2.1.01.02.10	Cota-Parte do FPM	R\$ 30.260.035,61
	100 Recursos Próprios	R\$ 19.889.072,98
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 1.700.543,43
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 8.670.419,20
1.7.2.1.01.03	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	R\$ 1.342.553,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 976.036,03
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 366.516,97
1.7.2.1.01.05	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	R\$ 152.076,80
	100 Recursos Próprios	R\$ 95.808,38
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 13.877,01
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 42.391,41
1.7.2.1.01.13	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	R\$ 17.821,50
	61 Contribuição de Intervenção do Domínio Público - C	R\$ 17.821,50
1.7.2.1.22	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 445.537,50
1.7.2.1.22.20	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 17.821,50
	39 Outras Transf. Decor. Compes. Financ. Expl. Rec. N	R\$ 17.821,50
1.7.2.1.22.40	Cota-parte Royalties pelo Excedente da Produção do Petróleo - Lei nº 9.478/97, artigo 49, I e II	R\$ 427.716,00
	40 Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	R\$ 427.716,00
1.7.2.1.33	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	R\$ 9.042.252,90
1.7.2.1.33.10	Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	R\$ 2.376.200,00
	44 Atenção Básica	R\$ 2.376.200,00
1.7.2.1.33.11	Atenção Básica	R\$ 558.407,00
1.7.2.1.33.11.10	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	R\$ 558.407,00
	44 Atenção Básica	R\$ 558.407,00
1.7.2.1.33.12	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	R\$ 1.247.505,00
	44 Atenção Básica	R\$ 1.247.505,00
1.7.2.1.33.13	Saúde Bucal - SB	R\$ 106.929,00
	44 Atenção Básica	R\$ 106.929,00
1.7.2.1.33.14	Compensação das Especificidades Regionais	R\$ 9.504,80
	44 Atenção Básica	R\$ 9.504,80
1.7.2.1.33.15	PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade	R\$ 237.620,00
	44 Atenção Básica	R\$ 237.620,00
1.7.2.1.33.20	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	R\$ 3.302.918,00
	45 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	R\$ 3.302.918,00
1.7.2.1.33.33	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Control Doen	R\$ 213.858,00
	46 Vigilância em Saúde	R\$ 213.858,00
1.7.2.1.33.34	Ações Básicas Farmácia Básica	R\$ 773.265,00
	36 Assistência Farmacêutica Básica	R\$ 773.265,00
1.7.2.1.33.36	Vigilância sanitária	R\$ 214.858,00
	46 Vigilância em Saúde	R\$ 214.858,00
1.7.2.1.33.50	Qualificação da Gestão do SUS	R\$ 1.188,10
	170 Gestão do SUS - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 1.188,10
1.7.2.1.34	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 946.271,20
1.7.2.1.34.01	Programa Assistência para Idoso - API	R\$ 404.954,00
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 404.954,00
1.7.2.1.34.02	Transferências FNAS - Ações Compl. Prot. Soc. Bási	R\$ 154.453,00
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 154.453,00
1.7.2.1.34.03	Programa para Deficiente	R\$ 201.977,00
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 201.977,00
1.7.2.1.34.04	Programa PFM III	R\$ 109.305,20
	55 Bolsa Família	R\$ 109.305,20
1.7.2.1.34.05	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	R\$ 8.000,00
	67 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	R\$ 8.000,00
1.7.2.1.34.06	Programa do FNAS	R\$ 61.424,60
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 61.424,60
1.7.2.1.34.07	Transferências FNAS - Transf. Renda PETI	R\$ 1.405,00
	67 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	R\$ 1.405,00
1.7.2.1.34.08	Transferências FNAS - BCP	R\$ 4.752,40
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 4.752,40
1.7.2.1.35	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	R\$ 4.871.210,00
1.7.2.1.35.01	Transferências do Salário-Educação	R\$ 3.195.989,00
	47 Salário Educação	R\$ 3.195.989,00



Município de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador / SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>


Usuário: Rafael Garcia

Chave de Autenticação Digital
1034-8274-544

Página
4 / 6

Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos

RECEITAS		
Natureza	Especificação Fonte de Recursos	LDO 2017
1.7.2.1.35.03	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE 38 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	R\$ 1.069.290,00 R\$ 1.069.290,00
1.7.2.1.35.04	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE PNATE 51 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	R\$ 154.453,00 R\$ 154.453,00
1.7.2.1.35.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	R\$ 451.478,00
1.7.2.1.35.99.01	Transf. Diretas do FNDE - Man. Educação Infantil	R\$ 213.858,00
1.7.2.1.35.99.02	162 Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 213.858,00
1.7.2.1.35.99.02	Transf. Diretas do FNDE - PAR - Transf. Direta 162 Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 237.620,00 R\$ 237.620,00
1.7.2.1.36	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	R\$ 175.838,80
1.7.2.1.36.01	ICMS Desoneração LC 87/96	R\$ 175.838,80
	100 Recursos Próprios	R\$ 110.778,44
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 16.045,29
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 49.015,07
1.7.2.1.99	Outras Transferências da União	R\$ 598.050,00
	24 Outras Transferências da União	R\$ 4.000,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 594.050,00
1.7.2.2	Transferências dos Estados	R\$ 44.256.725,00
1.7.2.2.01	Participação na Receita dos Estados	R\$ 43.793.366,00
1.7.2.2.01.01	Cota-Parte do ICMS	R\$ 35.500.428,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 22.365.269,64
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 3.239.414,06
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 9.895.744,30
1.7.2.2.01.02	Cota-Parte do IPVA	R\$ 7.755.916,80
	100 Recursos Próprios	R\$ 4.886.227,58
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 707.727,41
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 2.161.961,81
1.7.2.2.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	R\$ 537.021,20
	100 Recursos Próprios	R\$ 338.323,36
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 49.003,18
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 149.694,66
1.7.2.2.33	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	R\$ 320.787,00
1.7.2.2.33.01	Farmácia Básica - Estado	R\$ 297.025,00
	43 Transferências de Convênios - Saúde	R\$ 297.025,00
1.7.2.2.33.02	MAC - Estado	R\$ 23.762,00
	45 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	R\$ 23.762,00
1.7.2.2.34	Transferências FEAS	R\$ 142.572,00
1.7.2.2.34.00.01	Transferências de Recursos FEAS - Estado	R\$ 142.572,00
	54 Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi	R\$ 142.572,00
1.7.2.4	Transferências Multigovernamentais	R\$ 25.957.228,40
1.7.2.4.01	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	R\$ 25.957.228,40
1.7.2.4.01.00.01	Transf. de Recursos do FUNDEB	R\$ 25.957.228,40
	58 Transferências do FUNDEB - 40%	R\$ 9.573.103,38
	59 Transferências do FUNDEB - 60%	R\$ 16.384.125,02
1.7.6	Transferências de Convênios	R\$ 1.059.785,20
1.7.6.1	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	R\$ 1.055.032,80
1.7.6.1.02	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	R\$ 1.021.766,00
	57 Transferências de Convênios - Educação	R\$ 1.021.766,00
1.7.6.1.98	Transferência de Convênios da União	R\$ 5.940,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 5.940,50
1.7.6.1.99	Outras Transferências de Convênios da União	R\$ 27.326,30
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 14.257,20
	98 Transferências de Convênios - Assistência Social	R\$ 1.188,10
	100 Recursos Próprios	R\$ 11.881,00
1.7.6.2	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	R\$ 4.752,40
1.7.6.2.99	Outras Transferências de Convênio dos Estados	R\$ 4.752,40
1.7.6.2.99.99	Outras Transferências de Convênios dos Estados	R\$ 4.752,40
	98 Transferências de Convênios - Assistência Social	R\$ 4.752,40
1.7.7	Transferências para o Combate à Fome	R\$ 2.376,20
1.7.7.2	Provenientes de Pessoas Jurídicas	R\$ 1.188,10
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.188,10
1.7.7.3	Provenientes de Pessoas Físicas	R\$ 1.188,10
	100 Recursos Próprios	R\$ 1.188,10
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.838.337,66
1.9.1	Multas e Juros de Mora	R\$ 1.366.315,00
1.9.1.1	Multas e Juros de Mora dos Tributos	R\$ 142.572,00
1.9.1.1.38	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	R\$ 35.643,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 17.964,07
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 9.730,54
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 7.948,39
1.9.1.1.40	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	R\$ 35.643,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 17.964,07
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 9.730,54
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 7.948,39

<div><div><div>Município de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br</div></div></div>			
<div>Usuário: Rafael Garcia</div>	<div>Chave de Autenticação Digital 1034-8274-544</div>	<div>Página 5 / 6</div>	

Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos

RECEITAS		
Natureza	Especificação Fonte de Recursos	LDO 2017
1.9.1.1.99	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	R\$ 71.286,00
1.9.1.1.99.01	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	R\$ 71.286,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 71.286,00
1.9.1.3	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	R\$ 510.883,00
1.9.1.3.11	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	R\$ 297.025,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 149.700,60
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 81.087,82
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 66.236,58
1.9.1.3.13	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	R\$ 23.762,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 11.976,05
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 6.487,03
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 5.298,92
1.9.1.3.99	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	R\$ 190.096,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 190.096,00
1.9.1.9	Multas de Outras Origens	R\$ 712.860,00
1.9.1.9.53	Multas Decorrentes de Serviços de Migração	R\$ 712.860,00
1.9.1.9.53.01	Convênio de Trânsito - Civil	R\$ 712.860,00
1.9.1.9.53.01.01	Convênio de Trânsito - Prefeitura	R\$ 256.629,60
	16 Convênio de Trânsito - Prefeitura	R\$ 256.629,60
1.9.1.9.53.01.02	Convênio de Trânsito - Polícia Civil	R\$ 228.115,20
	34 Convênio de Trânsito - Civil	R\$ 228.115,20
1.9.1.9.53.01.03	Convênio de Trânsito - Polícia Militar	R\$ 228.115,20
	37 Convênio de Trânsito - Militar	R\$ 228.115,20
1.9.2	Indenizações e Restituições	R\$ 17.821,50
1.9.2.2	Restituições	R\$ 17.821,50
1.9.2.2.99	Outras Restituições	R\$ 17.821,50
	100 Recursos Próprios	R\$ 17.821,50
1.9.3	Receita da Dívida Ativa	R\$ 1.259.386,00
1.9.3.1	Receita da Dívida Ativa Tributária	R\$ 1.259.386,00
1.9.3.1.11	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	R\$ 712.860,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 359.281,44
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 194.610,78
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 158.967,78
1.9.3.1.13	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	R\$ 71.286,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 35.928,14
	101 Recursos Próprios - Educação	R\$ 19.461,08
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 15.896,78
1.9.3.1.99	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	R\$ 475.240,00
1.9.3.1.99.01	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	R\$ 475.240,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 475.240,00
1.9.9	Receitas Diversas	R\$ 3.194.815,16
1.9.9.0.99	Outras Receitas	R\$ 3.194.815,16
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 427.716,00
	100 Recursos Próprios	R\$ 2.707.694,16
	102 Recursos Próprios - Saúde	R\$ 59.405,00
2	Receitas de Capital	R\$ 7.009,79
2.1	Operações de Crédito	R\$ 1.069,29
2.1.1	Operações de Crédito Internas	R\$ 1.069,29
2.1.1.4	Operações de Crédito Internas - Contratuais	R\$ 1.069,29
2.1.1.4.99	Outras Operações de Crédito Internas – Contratuais	R\$ 1.069,29
	183 Operações de Crédito Internas - Outros Programas - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 1.069,29
2.4	Transferências de Capital	R\$ 5.940,50
2.4.7	Transferências de Convênios	R\$ 5.940,50
2.4.7.1	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	R\$ 2.376,20
2.4.7.1.04	Transferências de Convênios da União destinadas a Programas de Meio Ambiente	R\$ 1.188,10
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 1.188,10
2.4.7.1.99	Outras Transferências de Convênios da União	R\$ 1.188,10
2.4.7.1.99.99	Outras Transferências de Convênios da União	R\$ 1.188,10
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 1.188,10
2.4.7.2	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	R\$ 3.564,30
2.4.7.2.04	Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Programas de Meio Ambiente	R\$ 3.564,30
	56 Transferências de Convênios - Outros - União	R\$ 3.564,30
7	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$ 5.588.228,35
7.2	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 5.183.086,25
7.2.1	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 5.183.086,25
7.2.1.0.29	Contrib. Previd. do Regime Próprio - Intra-Orçam.	R\$ 5.183.086,25
7.2.1.0.29.01	Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	R\$ 2.934.607,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 2.934.607,00
7.2.1.0.29.13	Contribuição Previdenc para Amortiz do Déficit Atu	R\$ 2.174.223,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 2.174.223,00
7.2.1.0.29.15	Contr Previd em Regime de Parcelamento de Débitos	R\$ 71.286,00
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 71.286,00
7.2.1.0.29.99	Contrib Patronais - Outras Contribuições Previdenc	R\$ 2.970,25
	65 Contribuição ao RPPS	R\$ 2.970,25



Município de Caçador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-000 - Caçador/ SC
 CNPJ: 83.074.302/0001-31
<http://www.cacador.sc.gov.br>

Usuário: Rafael Garcia
 Chave de Autenticação Digital
 1034-8274-544
 Página
 6 / 6

Valores Previstos na Receita LDO/Fonte de Recursos

RECEITAS

Natureza	Especificação	Fonte de Recursos	LDO 2017
7.9	Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias		R\$ 405.142,10
7.9.1	Multas e Juros de Mora		R\$ 405.142,10
7.9.1.2	Multas e Juros de Mora das Contribuições		R\$ 405.142,10
7.9.1.2.29	Multas e Juros de Mora da Contribuição para o RPPS		R\$ 215.046,10
7.9.1.2.29.01	Multas e Juros de Mora das Contribuições Patronais		R\$ 213.858,00
	65 Contribuição ao RPPS		R\$ 213.858,00
7.9.1.2.29.02	Multas e Juros de Mora das Contr do Servidor		R\$ 1.188,10
	65 Contribuição ao RPPS		R\$ 1.188,10
7.9.1.2.99	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições		R\$ 190.096,00
7.9.1.2.99.01	Multas e Juros de Mora de Outras Contrib-Principal		R\$ 190.096,00
	65 Contribuição ao RPPS		R\$ 190.096,00
8	Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		R\$ 93.859,90
8.3	Amortização de Empréstimos		R\$ 93.859,90
8.3.0.0.99	Amortização de Empréstimos Diversos		R\$ 93.859,90
	65 Contribuição ao RPPS		R\$ 93.859,90
Total Geral			R\$ 165.654.634,70

ANEXO 2 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017



Município de Caçador/SC

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
2017

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) X 100
Receita Total	159.972.546,45	159.972.546,45	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Receitas Primárias (I)	159.971.477,16	159.971.477,16	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesa Total	165.654.634,70	165.654.634,70	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesas Primárias (II)	159.419.485,90	159.419.485,90	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Resultado Primário (III) = (I - II)	551.991,26	551.991,26	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Resultado Nominal	(9.150.000,00)	0,00	0,000	7.000.000,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(7.000.000,00)	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Receitas Primárias advindas por PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto do saldos das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

FONTE: Sistema e-Pública (1484-0651-813). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:35.

1 / 1

ANEXO 3 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017**Município de Caçador/SC**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação		R\$ 1,00
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100	
Receita Total	158.245.675,00	0,00	153.249.942,97	0,00	(4.995.732,03)	(3,16)	(3,16)
Receitas Primárias (I)	158.244.694,00	0,00	153.249.942,97	0,00	(4.994.751,03)	(3,16)	(3,16)
Despesa Total	192.047.610,06	0,00	166.624.114,85	0,00	(25.423.495,21)	(13,24)	(13,24)
Despesas Primárias (II)	188.369.290,06	0,00	163.110.196,90	0,00	(25.259.093,16)	(13,41)	(13,41)
Resultado Primário (III) = (I - II)	(30.124.596,06)	0,00	(9.860.253,93)	0,00	20.264.342,13	(67,27)	(67,27)
Resultado Nominal	500.000,00	0,00	0,00	0,00	(500.000,00)	(100,00)	(100,00)
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	0,00	0,00	0,00	(250.000,00)	(100,00)	(100,00)
Dívida Consolidada Líquida	(7.000.000,00)	0,00	0,00	0,00	7.000.000,00	(100,00)	(100,00)

FONTE: Sistema e-Pública (1745-2785-034). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:36.

ANEXO 4 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017



Município de Caçador/SC

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	133.386.337,37	158.245.675,00	18,64	158.476.307,43	0,15	159.972.546,45	0,94	0,00	(100,00)	0,00
Receitas Primárias (I)	133.385.437,37	158.244.694,00	18,64	158.475.238,14	0,15	159.971.477,16	0,94	0,00	(100,00)	0,00
Despesa Total	165.444.728,02	192.047.610,06	16,08	153.929.770,28	(19,85)	165.654.634,70	7,62	0,00	(100,00)	0,00
Despesas Primárias (II)	162.103.728,02	188.369.290,06	16,20	151.140.111,48	(19,76)	159.419.485,90	5,48	0,00	(100,00)	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(28.718.290,65)	(30.124.596,06)	4,90	7.335.126,66	(124,35)	551.991,26	(92,47)	0,00	(100,00)	0,00
Resultado Nominal	(7.500.000,00)	500.000,00	(106,67)	9.150.000,00	1.730,00	(9.150.000,00)	(200,00)	7.000.000,00	(176,50)	0,00
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	250.000,00	-	9.400.000,00	3.660,00	250.000,00	(97,34)	0,00	(100,00)	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(7.500.000,00)	(7.000.000,00)	(6,67)	2.150.000,00	(130,71)	(7.000.000,00)	(425,58)	0,00	(100,00)	0,00
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019
Receita Total	133.386.337,37	158.245.675,00	18,64	158.476.307,43	0,15	159.972.546,45	0,94	0,00	(100,00)	0,00
Receitas Primárias (I)	133.385.437,37	158.244.694,00	18,64	158.475.238,14	0,15	159.971.477,16	0,94	0,00	(100,00)	0,00
Despesa Total	165.444.728,02	192.047.610,06	16,08	153.929.770,28	(19,85)	165.654.634,70	7,62	0,00	(100,00)	0,00
Despesas Primárias (II)	162.103.728,02	188.369.290,06	16,20	151.140.111,48	(19,76)	159.419.485,90	5,48	0,00	(100,00)	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	(28.718.290,65)	(30.124.596,06)	4,90	7.335.126,66	(124,35)	551.991,26	(92,47)	0,00	(100,00)	0,00
Resultado Nominal	(7.500.000,00)	500.000,00	(106,67)	7.000.000,00	1.300,00	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	250.000,00	-	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(7.500.000,00)	(7.000.000,00)	(6,67)	0,00	(100,00)	0,00	-	0,00	-	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1905-5234-175). Unidade Responsável: Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:37.

ANEXO 5 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017

Município de Caçador/SC
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2017

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2015	%	2014	%	2013	%	R\$ 1,00
Patrimônio/Capital		153.295.789,08	100,00	-136.933.364,88	100,00	94.400.383,16	100,00	
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		153.295.789,08	100,00	-136.933.364,88	100,00	94.400.383,16	100,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2015	%	2014	%	2013	%	
Patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1704-3901-515). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:37.

ANEXO 6 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017**Município de Caçador/SC**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)	R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00

	2015 (d)	2014 (e)	2013 (f)	
DESPESAS EXECUTADAS				
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	16.900.849,69	18.132.189,27	0,00	0,00
Investimentos	16.900.849,69	18.132.189,27	0,00	0,00
Inversões Financeiras	13.388.181,38	14.387.668,23	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	610.198,03	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	3.512.668,31	3.134.323,01	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00

	2015 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	2014 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	2013 (i) = (Ic - IIIf)	
SALDO FINANCEIRO				
VALOR (III)	(35.033.038,96)	(18.132.189,27)		0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1972-1117-278). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:38.

1 / 1

ANEXO 7 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017**Município de Caçador/SC**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Anual	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00
--	-------------	-------------	-------------

Continua 1 / 2



Município de Caçador/SC

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

Continuação

R\$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Anual	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1509-0899-761). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:39.

ANEXO 8 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017**Município de Caçador/SC**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 2

**Município de Caçador/SC**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

Continuação

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2594-0333-828). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:40.

ANEXO 9 LEI Nº 3.314-16 - LDO - 2017

Município de Caçador/SC
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2017

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ 1,00
			2017	2018	2019		
TOTAL			0,00	0,00	0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1092-0146-679). Unidade Responsável: . Data da emissão: 12/08/2016 e hora de emissão: 11:40.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 083/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 058/2016 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/08/2017

1ª Publicação.

IL 06/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 006/2016 – PMC

Data: 12/08/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONserto DE MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 215-B UTILIZADA NOS SERVIÇOS DE ESCAVAÇÃO DE MACADAME E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM NAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$: 13.799,84 (Treze Mil Setecentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos

Contratado: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 12 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

IL 07/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 007/2016 – PMC

Data: 12/08/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DA MOTONIVELADORA 140-B, UTILIZADA NOS SERVIÇOS DE ESPALHAMENTO DE MACADAME E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$: 25.947,30 (Vinte e Cinco Mil Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Trinta Centavos).

Secretaria: Obras e Serviços Urbanos

Contratado: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 12 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos doze dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de asfalto frio para realização de pequenos reparos em vias pavimentadas do município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa OHTEC MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 20.072.327/0001-86, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 69/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	500	Saco	Reparador de pavimento asfáltico, usinado a quente para aplicação a frio. Preparado com agregados pétreos, CAP 50/70, modificado por aditivo retardador de cura, podendo ser estocado por até 24 meses. Capaz de ser aplicado em buracos com água sem a perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo, dispensando pintura de ligação. Sacos de 25 KG.	25,60	12.800,00
VALOR TOTAL				R\$ 12.800,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

OHTEC MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA
Representante legal

ATA PREGÃO 71/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 71/2016)

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 71/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços para contratação de mão de obra para corte e varrição de grama para diversos setores da Prefeitura. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI – CNPJ:25.075.446.0001-06 e ASSOCIAÇÃO VILAS BOAS – CNPJ: 09.194.360.0001-46. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo o Sr. Ananias Correa dos Santos Neto, representante da empresa SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI, a licitante ASSOCIAÇÃO VILAS BOAS não credenciou representante na sessão. A licitante SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou o enquadramento como micro empresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR LOTE.

LOTE 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI	11.900,00	11.840,50	1ª	HABILITADA
ASSOCIAÇÃO VILAS BOAS	11.900,00	11.900,00	2ª	-----

LOTE 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI	8.300,00	8.258,50	1ª	HABILITADA
ASSOCIAÇÃO VILAS BOAS	8.300,00	8.300,00	2ª	-----

LOTE 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI	6.000,00	5.970,00	1ª	HABILITADA
ASSOCIAÇÃO VILAS BOAS	6.000,00	6.000,00	2ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada conforme tabela acima. Estando de acordo com o exigido no edital, a licitante SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI foi declarada vencedora da presente licitação com os valores acima descritos na tabela.. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 72/2016**RESUMO DA ATA**

(Pregão Eletrônico nº 72/2016)

Às 10h do dia 12/08/2016, reuniu-se o Pregoeiro deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de grelhas para boca de lobo nas vias do município.

A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 9.937 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.937 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 600,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339014.00.519 -	Diárias – Civil	R\$ 600,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.938 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.938 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial dos seguintes Elementos de Despesas da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil		
300000.00.140 -	Despesas Correntes		
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.140 -	Aplicações Diretas		
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	
339036.00.140 -	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 2.000,00	
339039.00.140 -	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
	Total	R\$ 4.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 15/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 778/2016

PORTARIA Nº. 778/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990;
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o cargo do profissional JUALES MOISSA, para atuar como Supervisor III, a partir de 15/08/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme Comunicação Interna nº 434/SMAFO/2016.

Art. 2º - Permanece o Adicional de Tempo Integral de 30% concedido ao servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 779/2016

PORTARIA Nº. 779/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 12/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 435/SMAFO/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capinzal

PREFEITURA

Decreto nº 103/2016

DECRETO Nº 103, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.196, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

1301.04.122.0165.2091	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003		400.000,00
1301.17.512.0165.2092	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO TÉCNICA DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003		400.000,00
	Total			800.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o cancelamento parcial em igual importância, nas seguintes dotações orçamentárias.

1301.04.122.0165.2091	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SISTEMAS DE AGUA E ESGOTO	FTE	DR	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003		400.000,00
1301.17.512.0165.2092	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO TÉCNICA DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR	0,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	003		400.000,00
	Total			800.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de agosto de 2016.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário Interino de Administração e Finanças

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 029/2014

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 029/2014

Nome: CARLA NUNES DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR SÉRIES INICIAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item 14.5 do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 029/2014 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos documentos constantes do anexo I do Edital 029/2014.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama

Diretora de Recursos Humanos

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2016 - PREGÃO Nº 0051/2016 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2016
PREGÃO Nº 0051/2016

Objeto: Aquisição de medicamentos e materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 30 de agosto de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 15 de agosto de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 12 de agosto de 2016.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 03 CT 01/2014

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 03 AO CONTRATO Nº. 01/2014

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 615 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na(o) Rua João Pessoa, nº 134, centro na Cidade de Criciúma - SC, inscrita no CNPJ sob o nº.00.456.865/0001-67, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, I, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem, aditar o Contrato Originário nº 01/2014 vinculado ao Processo de Licitação Nº. 22/2013, Pregão Presencial Nº 09/2013, visando à correção dos valores, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas,

ü Considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos",

ü Considerando ainda, entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que "É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, 'b' da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionabilíssimas, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites preestabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário" (Decisão TCU nº 215/1999 – Processo nº 930.039/1998-0).

ü Considerando ainda, que seria antieconômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias.

ü Considerando ainda, que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais,

ü Considerando ainda, que a contratação de serviços para armazenamento e hospedagem do banco de dados do sistema de Atendimento ao Cidadão via internet, bem como, serviços de back-ups automáticos e armazenamentos respectivos faz-se necessária diante da constatação de que não fazem parte do objeto do contrato original, representando, a toda prova, mais do que um mero incremento às tecnologias inicialmente contratadas,

ü E considerando também, o premente interesse público em disponibilizar aos contribuintes, contadores, fiscais, uma ferramenta web de Atendimento ao Cidadão com banco de dados único hospedado em datacenter sob responsabilidade da CONTRATADA, com atualizações automáticas, cruzamento de informações em real-time reduzindo-se o tempo e os custos inerentes às atividades técnicas internas de manutenção, atualização e configuração contínua das bases replicadas, unificando-se assim, as rotinas, aumentando-se

a performance e consequentemente a produtividade dos usuários e agilidade aos munícipes, além de conferir maior padronização, segurança e celeridade às transações realizadas, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Pelas razões de interesse público acima elencadas e também demais circunstâncias afetas à conveniência e oportunidade administrativa, a CONTRATANTE resolve contratar e migrar o sistema de Atendimento ao Cidadão via internet, para as novas respectivas versões disponibilizadas pela CONTRATADA, devendo atender aos seguintes requisitos técnicos, em acréscimo ao disposto no Anexo I – Projeto Básico do Pregão Presencial n.º 09/2013:

Sistema de Atendimento ao Cidadão via internet:

1. Permitir atendimento ao contribuinte em ambiente web, utilizando protocolo de comunicação seguro, denominado de HTTPS;
2. Possibilitar o acesso através dos seguintes navegadores Google Chrome 30 ou superior, Mozilla Firefox 25 ou superior, Microsoft Internet Explorer 9 a 11, Safari 6 ou superior
3. Possuir cadastro de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas) com, no mínimo, os seguintes campos, Nome/Razão Social, CPF/CNPJ, Telefone/Celular, e-mail, Endereço completo, Senha, anexos.
4. Possuir cadastro de logotipos de bancos para emissão das guias e carnês de pagamentos
5. Possuir controle de acesso de usuários nas respectivas funcionalidades considerando o perfil de cada usuário para o acesso a estas funcionalidades;
6. Possuir logon interativo, que possibilite aos contribuintes acessar vários serviços on-line disponibilizados pela entidade através do CPF, ou CNPJ, ou código do contribuinte, ou código do econômico, ou código do imóvel, ou inscrição imobiliária.
7. Possuir logon interativo, que possibilite a alteração da senha de acesso, e a solicitação de reenvio da senha por e-mail em caso de esquecimento.
8. Possibilitar aos contribuintes cadastrar seus dados no cadastro de contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas) utilizando assinatura digital e anexar arquivos digitais em PDF. (cópias de documentos)
9. Possibilitar aos contribuintes o acompanhamento da respectiva situação do cadastro fiscal permitindo consulta de débitos, emissão de extratos, carnês e certidões com valores atualizados.
10. Possibilitar aos contribuintes acompanhar a situação do cadastro fiscal dos imóveis e econômicos do Município, permitindo consulta de débitos, emissão de extratos, carnês e certidões com valores atualizados.
11. Possibilitar aos contribuintes consultar os créditos tributários disponíveis do exercício vigente e anteriores.
12. Possibilitar aos contribuintes solicitar serviços diversos disponibilizados pela entidade. Ex. taxa de coleta de lixo, taxa de demolição, taxa de resíduos sólidos.
13. Possibilitar aos contribuintes emitir e gerar as guias de pagamento de Alvará de Licença e Localização e/ou funcionamento, Alvará de Licença do corpo de bombeiros, Alvará de Licença da vigilância Sanitária, Alvará de Meio Ambiente.
14. Possibilitar aos contribuintes gerar o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para imóveis urbanos ou rurais, informando dados da transação.
15. Possibilitar aos contribuintes consultar as solicitações de Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para imóveis urbanos ou rurais realizadas anteriormente com possibilidade de

filtrar por código e ano da solicitação, código do imóvel, situação da solicitação, CPF/CNPJ do comprador vendedor ou responsável, e data de solicitação.

16. Possibilitar aos contribuintes gerar a certidão e guia de pagamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI para imóveis urbanos ou rurais, em sendo rural, sem necessidade deste estar cadastrado no sistema tributário do município.

17. Possibilitar aos contribuintes emitir a Certidão de Baixa de atividade, informando o CPF, CNPJ ou código de contribuinte, ou código econômico.

18. Permitir aos contribuintes emitir e confirmar a veracidade das CND através do código de controle gerado automaticamente. (Certidão Negativa de Débitos Municipais: Certidão Negativa, Positiva ou Positiva com efeito de Negativa).

19. Possibilitar aos contribuintes emitir a 2ª via da Certidão de Isenção, informando o CPF, CNPJ ou código de contribuinte.

20. Possibilitar aos contribuintes emitir a guia de pagamento de débitos de ISS.

21. Possibilitar aos contribuintes emitir a guia de pagamento de débitos diversos.

22. Possibilitar aos contribuintes solicitar a coleta seletiva para seu imóvel, com possibilidade de benefício de redução da taxa de coleta do lixo.

23. Possibilitar aos contribuintes solicitar a emissão de carnês via internet isentando o pagamento da taxa referente a emissão e impressão dos carnês.

24. Possibilitar aos contribuintes apontar os imóveis que receberão benefícios de créditos tributários disponíveis.

25. Possibilitar aos contribuintes do tipo Contador, Imobiliária e Cartório consultar informações de seus clientes.

26. Permitir a configuração de vínculo e acesso ao cadastro de imóveis e econômicos para os Contadores, Imobiliárias e Cartórios respectivos.

27. Permitir a emissão de guias de pagamento de tributos municipais, permitindo emissão parcelada ou parcela única, com descontos e acréscimos, com valores atualizados.

28. Permitir a configuração do acesso aos serviços disponibilizados ao contribuinte: (CPF/CNPJ, Código dos referentes, exigência ou não de senha).

29. Possuir área para que a entidade vincule hiperlinks aos principais serviços a serem disponibilizados aos contribuintes para acesso nos sites que a entidade julgar necessário.

30. Permitir a configuração das solicitações de serviços a serem disponibilizadas aos contribuintes, possibilitando informar quais deverão ser tramitados com registro de protocolo.

31. Permitir a configuração da forma de cadastro de contribuintes em automática ou condicionada ao deferimento de servidor da entidade, possibilitando informar exigência de assinatura digital ou ainda anexo de arquivos digitais (cópias de documentos).

32. Permitir configuração dos layouts das certidões municipais e alvarás conforme modelo específico da entidade.

33. Permitir configuração das certidões de contribuinte e imóvel possibilitando informar a exibição de imóveis englobados.

34. Permitir configuração das guias de pagamento possibilitando informar quais dados do endereço do sacado deverão ser exibidos.

35. Permitir configuração dos alvarás de bombeiro, da vigilância sanitária e de licença e localização, possibilitando condicionar a emissão à verificação do lançamento do exercício com situação de aberto, pago, isento, imune ou ainda sem esta verificação para Microempreendedor individual em respeito à Lei Complementar 147.

36. Permitir configuração dos alvarás de bombeiro, da vigilância sanitária e de licença e localização, possibilitando definir a validade do documento em data fixa ou intervalo de tempo.

37. Permitir configuração da solicitação de coleta seletiva, possibilitando cadastrar critérios dos imóveis exigidos para esta solicitação.

38. Permitir configuração da solicitação de emissão de carnês via internet, possibilitando cadastrar critérios dos imóveis exigidos para esta solicitação.

39. Permitir configuração da solicitação de abatimentos dos créditos

tributários, possibilitando cadastrar critérios dos imóveis exigidos para esta solicitação.

40. Permitir a configuração de fórmulas para cálculo de multas, juros, correção monetária, descontos para pagamentos antecipados e ainda para controle de emissão de documentos.

41. Permitir a configuração de mensagens fixas aos contribuintes para fins de obtenção de senha de acessos.

42. Permitir a configuração de quais informações devem ser apresentadas nas consultas de informações cadastrais de imóveis e econômicos.

43. Possibilitar o cadastro de cabeçalhos para apresentação dos documentos emitidos pela internet.

44. Possibilitar a configuração da verificação da situação dos lançamentos de Alvará como requisito para emissão do documento pela internet.

45. Possibilitar a configuração da verificação de pendências de sócios ou responsáveis para emissões de Certidões Negativas de Débitos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Ao preço certo e ajustado do sistema acresce-se o valor mensal de R\$ R\$ 90,58 (noventa reais e cinquenta e oito centavos), passando o valor do licenciamento do Atendimento ao Cidadão via internet para R\$ 400,00 (quatrocentos reais) totalizando R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) até a vigência final do contrato (01/01/2018).

O preço de implantação e treinamento permanece o menciona no aditivo 02 de 2016.

Cláusula Terceira – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente termo Aditivo correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Descrição	Item Orçamentário
2.003	Manutenção Geral da Secretaria de Administração	3.3.90.39.11 D.R. 0.001

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo, em 03 vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para quer surtam seus jurídicos e legais efeitos. obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Caxambu do Sul, 11 de agosto de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada

Testemunhas:

1) Nome:
CPF:

2) Nome:
CPF:

PORTARIA 76/2016

PORTARIA N° 076/2016

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar n° 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. RESOLVE

Art. 1° - Conceder férias ao Servidor IVAN LUIZ POMPEO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 01/08/2015 a 31/07/2016.

Art. 2° - O período de gozo das férias que trata o art. 1° será do dia 15/08/2016 a 13/09/2016.

Art. 3° - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2016.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 12 de Agosto de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 316/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 316/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15, (quinze) dias, datado de 08.08.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública ISOLETE SEBOLD PEREIRA, Professora nível III – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 08.08.2016 a 22.08.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08.08.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 317/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 317/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário RITA DE CÁSSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma de 1 ano, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 15.08.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 12 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 318/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 318/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar Nº 007, de 23.12.99, Lei Complementar Nº. 008, de 23.12.99 e Lei Complementar N º 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar MARIO DA SILVA, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, na condição de Agente Político, nomeado pela portaria nº 155/2015 de 10.03.2015, a partir 15.08.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 016/2016

EDITAL SEDUC Nº 016/2016

Convoca candidatos interessados para inscrição e respectiva escolha de vagas visando à contratação de pessoal em caráter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016 e apresenta correspondente Quadro de Vagas mediante Chamada Pública, conforme Edital SEDUC Nº 005/2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA, Secretário de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público n. 002/2015, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 005/2016, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 18 de dezembro de 2015, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 005/2016 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
16/08/2016	13:30h	Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)
	14:00h	Educação Física
	14:30h	Matemática

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNO	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
Atendimento Educacional Especializado (Sala de Recursos Multifuncionais)	40	MAT/VESP	EBM HERBERT DE SOUZA/EBM SERENO SOPRANA	17/08 a 06/09/2016
Educação Física	40	MAT/VESP	EBM VILA RICA	17/08 a 20/12/2016
Matemática	10	MAT	EBM MARIA BORDIGNON DESTRI	17/08 a 20/12/2016

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 15 de agosto de 2016.

NEMÉSIO CARLOS DA SILVA

Secretário de Educação

Concórdia

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E ABERTURA DO ENVELOPE N° 3 PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS - Nº 02/2016 – PMC -CS

CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 3 PROPOSTA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia de software para prestação de serviços para elaborar projeto e construção de um software para gerenciamento de atividades e de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para o gerenciamento de dados e emissão de relatórios para a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" deste Edital

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa ao participante e demais interessados na licitação, que no dia 22 (vinte e dois) de agosto de 2016, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a abertura do Envelope nº 03 – Proposta de Preços conforme determina o item 9.1.6 do edital.

Concórdia, SC, 11 de agosto de 2016.

MAURO FRIGO

Vice Presidente CPL

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 236/2016 - PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2016 - PMC

Objeto: A contratação de empresa especializada visando à realização de pesquisa de opinião pública referente aos serviços públicos municipais bem como para o levantamento de informações e opiniões sobre o uso atual e futuro do transporte coletivo urbano de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, torna-se público que o processo em referência foi ANULADO.

Concórdia, SC, 12 de agosto de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 448/2016

DECRETO Nº 448 DE 10 DE AGOSTO DE 2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1180/2015.

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 4.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

Da: Secretaria Municipal de Cultura e Esportes

06.01 – Secretaria Municipal de Cultura e Esportes

27.812.2508.2.005 – 4.4.90.00 – 70 R\$ 4.000,00

Para: Secretaria Municipal de Cultura e Esportes

06.01 – Secretaria Municipal de Cultura e Esportes

27.812.2508.2-005 - 3.3.90.00 – 69 R\$ 4.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N.446/2016

DECRETO Nº 446/2016

“NOMEIA EQUIPE TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO, EXECUÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (LEI COMPLEMENTAR N. 1.001/2012) - E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e atendendo ao disposto no artigo 70 da Lei Orgânica Municipal - em conformidade com a Lei Complementar n. 1.001/2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica de desenvolvimento, execução e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei Complementar n. 1.001/2012) os seguintes servidores:

a - Valdemar Martins;

b - André Rodrigues;

c - Solange Maria Dervanoski Lanzarin;

d - Afranio Campagnolo;

e - Jacir Felini;

f - Bruno de Cesaro;

g - Carlos Maggioni; e

h - Madian Gleicon Romanini.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão serão relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração aos seus membros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 10 de agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito de Cordilheira Alta

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE CANCELAMENTO CONCORRÊNCIA 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2016
CONCORRÊNCIA Nº 04/2016

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016, CONCORRÊNCIA Nº04/2016 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos doze dias do mês de agosto de Dois Mil e dezesseis, as 09h00min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista Que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo licitatório, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 12 de Agosto de 2016
MARCELO J. RITTER CASIANE F. CARVALHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO MEMBRO

PAULO C. STRADA FLAVIA ROLIM DE MOURA
MEMBRO MEMBRO

SIDNEY GERSON ROSALEM
MEMBRO

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 57/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2016
Contratado: WK SERVIÇOS E OBRAS EIRELI - ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.
Valor: R\$ 26.411,10 (vinte e seis mil quatrocentos e onze reais e dez centavos).
Vigência: 31/12/2016

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 34/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
1º TERMO ADITIVO Nº 34/2016 AO CONTRATO Nº 15/2016
Contratado: SAMI CONTRUÇÕES LTDA
Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS, SUAS PRORROGAÇÕES E VIGÊNCIA do Contrato nº 15/2016, prorrogando-se a execução do contrato para 31/12/2016, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.
Vigência: 31/12/2016

Coronel Martins

PREFEITURA

DÉCIMO OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

DÉCIMO OITAVO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2013, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 062, DE 15 DE ABRIL DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, até dia 12 de setembro de 2016, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
SERVENTE	MARIZETE PASA DO PRADO	14º

A candidata supra relacionada deverá apresentar-se até o dia 9 de setembro de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), a candidata deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 25 de agosto de 2016, às 10:00 horas, a qual será atendida para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão da candidata aprovada e convocada.

Caso a candidata, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

A candidata empossada e nomeada entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 12 de agosto de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

ERRATA - EXTRATO DE CONTRATO ADT DE TEMPO - PROCESSO 37/2011 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2011

EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE TEMPO – DOM

ERRATA

Instrumento: 0548/2016

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao extrato de contrato, vinculado ao Processo Licitatório 37/2011, onde se lê: “Vigência: 01/08/2016 à 31/12/2016”, passa a ser lido: “Vigência: 01/08/2016 à 17/10/2016”.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 0485, de 09 de junho de 2011, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Vigência: 01/08/2016 à 17/10/2016

Correia Pinto/SC 15 de agosto de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 162/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 162/2016

Contrato Nº.: 162/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME
Valor : 74.799,86 (setenta e quatro mil setecentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (66) Saldo: 100.000,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E FANTOCHES PARA USO COLETIVO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 163/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 163/2016

Contrato Nº.: 163/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: WALLY GERTRUDES HOEPERS - ME
Valor : 7.099,95 (sete mil e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (66) Saldo: 100.000,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E FANTOCHES PARA USO COLETIVO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 164/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 164/2016

Aditivo Nº : 164/2016 - Contrato Nº: 111/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 16/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS NOS NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO E NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 165/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 165/2016

Contrato Nº.: 165/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: MECANICA ATLAS LTDA
Valor : 936,83 (novecentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos)
Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 07/09/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2016
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 189.103,13

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DE UM ANO DO ÔNIBUS PLACA QHJ2013, EM USO NO TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 166/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 166/2016

Contrato Nº.: 166/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP
Valor : 21.890,00 (vinte e um mil oitocentos e noventa reais)
Vigência : Início: 08/07/2016 Término: 08/08/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2016
Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (55), 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (56)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL UHT PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, TENDO EM VISTA O CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2016, SENDO ESTE USO CONDICIONADO ATÉ A ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2016, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 24, INCISO XII DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 167/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 167/2016

Contrato Nº.: 167/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
Valor : 53.395,20 (cinquenta e três mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 131/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA CONSUMO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 168/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2016

Aditivo Nº : 168/2016 - Contrato Nº: 111/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - ME
Valor : 3.597,50 (três mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 20/07/2016 Término: 16/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 416.872,39

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 3.597,50 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS NOS NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO E NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 169/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 169/2016

Aditivo Nº : 169/2016 - Contrato Nº: 154/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNC
Valor : 105.000,00 (cento e cinco mil reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 25/02/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 173.152,18

Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY, DURANTE O PERÍODO DE EXECUÇÃO DA OBRA, REFEDENTE A CONCORRÊNCIA Nº 17/2015, CONFORME CHAMADA PÚBLICA 001/2015, PELO PERÍODO DE 25/05/2015 A 25/01/2016, PODENDO SER PRORROGADO OU RESCINDIDO CONFORME CRONOGRAMA DA OBRA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 170/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 170/2016

Aditivo Nº : 170/2016 - Contrato Nº: 245/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 2.700,00, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 25 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 171/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 171/2016

Aditivo Nº : 171/2016 - Contrato Nº: 249/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME
Valor : 4.275,00 (quatro mil duzentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 4.275,00 REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 28 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 172/2016

Aditivo Nº : 172/2016 - Contrato Nº: 253/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 1.936,00 (um mil novecentos e trinta e seis reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : TERMO DE SUPRESSÃO DE R\$ 1.936,00, REFERENTE A TRANSFERÊNCIA DO ITEM Nº 15 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME MEMORANDO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 173/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 173/2016

Aditivo Nº : 173/2016 - Contrato Nº: 245/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 885,36 (oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 27/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.053.3.3.90.00.00.00.00.00 (56), 2.054.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 885,36 PARA A AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL, TENDO EM VISTA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 175/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JUIHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 175/2016

Contrato Nº...: 175/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 231.376,50 (duzentos e trinta e um mil trezentos e

setenta e seis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE LEITE PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 22/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 22/2016

Contrato Nº.: 22/2016
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: DIEGO ANTUNES 08160501986
Valor : 2.000,00 (dois mil reais)
Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 122/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA HIDRÁULICA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE E OBRAS, ESPORTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 1 ANO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 23/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE HABITAÇÃO INTERESSE SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 23/2016

Contrato Nº.: 23/2016
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 275,80 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE LEITE PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 250/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 250/2016

Aditivo Nº : 250/2016 - Contrato Nº: 43/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AB VILLEROY - ME
Valor : 299,39 (duzentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos)
Vigência : Início: 06/07/2016 Término: 05/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 299,39 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO SEGURO DE DADOS (BACKUPS) E CONFIDENCIALIDADE PARA A PREFEITURA DE CURITIBANOS, TENDO EM VISTA O REAJUSTE IGPM 12,2193% ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES COM DATA BASE JUNHO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 251/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 251/2016

Aditivo Nº : 251/2016 - Contrato Nº: 69/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: D O C COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME
Valor : 9.389,92 (nove mil trezentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos)
Vigência : Início: 06/07/2016 Término: 16/07/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 142/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA DA CASA DA TRADIÇÃO LOCALIZADA NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA DE 31,15M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 252/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 252/2016

Aditivo Nº : 252/2016 - Contrato Nº: 69/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: D O C COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME
Valor : 17.373,50 (dezesete mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/07/2016 Término: 16/07/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 142/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA DA CASA DA TRADIÇÃO LOCALIZADA NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA DE 31,15M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 253/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 253/2016

Contrato Nº.: 253/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
Valor : 3.575,06 (três mil quinhentos e setenta e cinco reais e seis centavos)
Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 07/08/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 143/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONCERTO DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416-E, TENDO EM VISTA A EMPRESA SER A ÚNICA CAPAZ DE REALIZAR O REPARO CONFORME OFÍCIO Nº 86/2016 DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 25 INCISO II DA LEI 8.666/93.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 254/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 254/2016

Contrato Nº.: 254/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PHENIX SERVIÇOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AEREO LTD
Valor : 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 17/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 116/2016
Recursos : Dotação: 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (88)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA REGULARIZAR E VIABILIZAR A OPERACIONALIZAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL DE CURITIBANOS LAURO ANTONIO DA COSTA (IDENTIFICADOR SSKU), SITUADO NAS COORDENADAS 27 17 14S/050 36 14W PARA ELABORAÇÃO DO PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DO AERÓDROMO DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 957/GC3, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 255/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 255/2016

Contrato Nº.: 255/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 5.502,00 (cinco mil quinhentos e dois reais)
Vigência : Início: 08/07/2016 Término: 08/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO 1622, PLACAS MCJ8629 EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 256/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 256/2016

Contrato Nº.: 256/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: NATALICIO DE JESUS GERALDO - ME
Valor : 1.470,00 (um mil quatrocentos e setenta reais)
Vigência : Início: 08/07/2016 Término: 08/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2016
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00.00 (20)

Objeto : AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PROTOCOLADOR DE DOCUMENTOS PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 257/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 257/2016

Aditivo Nº : 257/2016 - Contrato Nº: 760/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 08/07/2016 Término: 08/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA DA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 258/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 258/2016

Contrato Nº.: 258/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIEGO ANTUNES 08160501986
Valor : 56.600,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 122/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA HIDRÁULICA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE E OBRAS, ESPORTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 1 ANO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 259/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 259/2016

Aditivo Nº : 259/2016 - Contrato Nº: 69/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: D O C COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 15/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 142/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPLEMENTAÇÃO DE OBRA DA CASA DA TRADIÇÃO

LOCALIZADA NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, BAIRRO ÁGUA SANTA EM CURITIBANOS - SC, COM ÁREA DE 31,15M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 260/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 260/2016

Aditivo Nº : 260/2016 - Contrato Nº: 25/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - M
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 244/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE PRAZO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 261/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 261/2016

Contrato Nº.: 261/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 3.409,51 (três mil quatrocentos e nove reais e cinquenta e um centavos)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 138/2016
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA CONFECÇÃO DE MURO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 262/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 262/2016

Contrato Nº.: 262/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
Valor : 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 131/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA CONSUMO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 263/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 263/2016

Contrato Nº.: 263/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: HENRY EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS LTDA
Valor : 12.800,00 (doze mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 20/07/2016 Término: 20/09/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2016
Recursos : Dotação: 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (88), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO EM USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 264/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 264/2016

Contrato Nº.: 264/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 14.200,00 (quatorze mil duzentos reais)
Vigência : Início: 20/07/2016 Término: 20/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2016
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E

MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 265/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 265/2016

Contrato Nº.: 265/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP
Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 20/07/2016 Término: 20/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2016
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 266/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 266/2016

Contrato Nº.: 266/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TRATOR PECAS COM DE PECAS P TRATOR LTDA
Valor : 1.177,96 (um mil cento e setenta e sete reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 20/07/2016 Término: 20/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2016
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (64), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (127)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 267/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 267/2016

Aditivo Nº : 267/2016 - Contrato Nº: 122/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA
Valor : 37.393,80 (trinta e sete mil trezentos e noventa e três reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 08/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 59/2016
Recursos : Dotação: 1.013.4.4.90.00.00.00.00 (119)

Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR DE R\$ 37.393,80 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RODOVIA BR 470 KM 247,6 A 251,1 CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 268/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 268/2016

Aditivo Nº : 268/2016 - Contrato Nº: 122/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA
Valor : 16.416,00 (dezesseis mil quatrocentos e dezesseis reais)
Vigência : Início: 25/07/2016 Término: 08/10/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 59/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO NO VALOR DE R\$ 16.416,00 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RODOVIA BR 470 KM 247,6 A 251,1 CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 269/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 269/2016

Contrato Nº.: 269/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba
Valor : 1.656,00 (um mil seiscentos e cinquenta e seis reais)
Vigência : Início: 26/07/2016 Término: 26/09/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 148/2016
Recursos : Dotação: 2.081.3.3.90.00.00.00.00 (48)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 120.000 KM VA VIATURA CHEVROLET S10 PLACAS MLU9556, EM USO NA GUARNIÇÃO DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 270/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 270/2016

Contrato Nº.: 270/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA - CURITIBANOS
Valor : 1.184,00 (um mil cento e oitenta e quatro reais)
Vigência : Início: 26/07/2016 Término: 26/09/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 147/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00 (33)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 40.000KM DA VIATURA FORD RANGER, ANO 2014, PLACA QHF2437 DENOMINADA ATM 157, EM USO NO 2º BBM/SEDE, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93 E CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 271/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 271/2016

Aditivo Nº : 271/2016 - Contrato Nº: 682/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 27/07/2016 Término: 27/08/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 144/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME PLANILHA, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 272/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 272/2016

Contrato Nº.: 272/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
Valor : 4.089,90 (quatro mil e oitenta e nove reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 27/07/2016 Término: 27/09/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 150/2016
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONCERTO DO ABRT-75 DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, TENDO EM VISTA SER O PRINCIPAL CAMINHÃO DE SOCORRO DA UNIDADE DE CURITIBANOS UTILIZADO EM COMBATE DE INCÊNDIOS, RESGATE VEICULAR, ENTRE OUTROS. EM CONFORMIDADE COM O ART 24 INCISO IV DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 273/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 273/2016

Contrato Nº.: 273/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS
Valor : 9.974,00 (nove mil novecentos e setenta e quatro reais)
Vigência : Início: 28/07/2016 Término: 28/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 120/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 274/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 274/2016

Contrato Nº.: 274/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS
Valor : 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 28/07/2016 Término: 28/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 142/2016
Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (46)

Objeto : AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 275/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 275/2016

Contrato Nº.: 275/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 4.066,08 (quatro mil e sessenta e seis reais e oito centavos)
Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE LEITE PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 81/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 81/2016

Contrato Nº.: 81/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SENAC. SERV. NAC. DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - CURI
Valor : 15.480,00 (quinze mil quatrocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2016
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (36) Saldo: 24.279,41

Objeto : INEXIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PROFISSIONALIZANTE COM CERTIFICAÇÃO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO E LEI Nº 8.666/93, ART. 25, INCISO II.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 82/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 82/2016

Contrato Nº.: 82/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: DIEGO ANTUNES 08160501986
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 122/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA HIDRÁULICA E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, TRANSPORTE E OBRAS, ESPORTE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, HABITAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 1 ANO CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 83/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 83/2016

Contrato Nº.: 83/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: RICARDO RODRIGUES
Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2016
Recursos : Dotação: 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (41) Saldo: 5.498,74

Objeto : INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA CURSO DE MUSICALIZAÇÃO: VIOLÃO DESTINADO AO CRAS, COM PERÍODO DE 15 SEMANAS SENDO DE 20/07/2016 A 31/10/2016 COM DURAÇÃO DE ATÉ 8 HORAS SEMANAIS. NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 84/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 84/2016

Contrato Nº.: 84/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ELISANGELA VEIGA DO PRADO COELHO
Valor : 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2016
Recursos : Dotação: 2.088.3.3.90.00.00.00.00.00 (41) Saldo: 5.498,74

Objeto : INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA CURSO DE MUSICALIZAÇÃO: VIOLÃO DESTINADO AO CRAS, COM PERÍODO DE 15 SEMANAS SENDO DE 20/07/2016 A 31/10/2016 COM DURAÇÃO DE ATÉ 8 HORAS SEMANAIS. NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO 002/2015 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 85/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 85/2016

Contrato Nº.: 85/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA
Valor : 2.851,20 (dois mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 19/07/2016 Término: 19/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 131/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA CONSUMO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 86/2016

Contrato Nº.: 86/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA GERAL LTDA - Curitiba
Valor : 488,32 (quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 27/07/2016 Término: 27/09/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 20/2016
Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (36) Saldo: 8.881,27

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE REVISÃO MECANICA REFERENTE AOS 20.000 KM DO VEICULO CHEVROLET SPIN PLACA QHM4967 DA FROTA DA SECRETARIA , EM USO DO EQUIPAMENTO BOLSA FAMÍLIA, DE ACORDO COM O ART. 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 87/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 87/2016

Aditivo Nº : 87/2016 - Contrato Nº: 125/2015
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: PAROQUIA DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE
Valor : 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 04/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2015
Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (22), 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (38)

Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR DE R\$ 5.200,00 PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DO CREAS, LOCALIZADA NA RUA JOÃO CAETANO DA SILVA Nº 98, CENTRO, CURITIBANOS, PELO PERÍODO DE 4 MESES A CONTAR DA DATA DE 04/08/2016.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 88/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC JULHO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 88/2016

Contrato Nº.: 88/2016
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Valor : 2.671,32 (dois mil seiscentos e setenta e um reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 29/07/2016 Término: 18/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE LEITE PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público aos interessados que se encontra aberto o Processo n. 033/2016. Pregão: 033/2016. Objeto: Aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalar para uso nos pacientes do Hospital Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 25/08/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413, Dionísio. Cerqueira, 12/08/2016.
Maria C. w.Schirmbech.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Processo nº 108 - Pregão nº. 108/2016. Objeto: Prestação de serviços para locação de palco, som e luzes para realização de atividades previstas para a Secretaria de Educação- (Feira do Livro - Zumba Festivals - Atividades o dia da criança e Formaturas). Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 26/08/2016. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.
Dionísio Cerqueira, 12/08/2016
Altair Rittes – Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 032/2016

DECRETO Nº 032, de 01 de agosto de 2016.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 862, de 18 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015).

06.001.10.301.0150.2024	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1380500	PMAQ	10.000,00
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300	APLICAÇÕES DIRETAS	
1020000	RECEITAS IMPOSTO DA SAÚDE	20.000,00
TOTAL		30.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		30.000,00

Art. 2º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 862, de 18/12/2015):

06.001.10.301.0150.2024	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE		
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
300000	DESPESAS CORRENTES		
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
339000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1380500	PMAQ	10.000,00	
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
1020000	RECEITAS IMPOSTO DA SAÚDE	20.000,00	
TOTAL		30.000,00	
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		30.000,00	

Art.3º- O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 01 de agosto de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 033/2016

DECRETO nº 033, de 05 de Agosto de 2016.

Abre novas vagas para emprego público de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, e autoriza o recrutamento de remanescentes do Concurso Público nº 01/2016.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nas Leis Complementares nº 32, de 06/04/2004, e nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se que o Edital de Concurso Público nº 01/2016, de 11/01/2016, prevê a convocação dos classificados remanescentes no caso de abertura de novas vagas durante seu prazo de validade;

Considerando-se a necessidade de pessoal para manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertas vagas de emprego público para provimento efetivo, conforme abaixo especificado, e autorizado o recrutamento de candidatos remanescentes do Concurso Público nº 01/2016:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Nº de Vagas	Denominação do Emprego Público
01	Auxiliar de Recreação Infantil

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de Agosto de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 05 de agosto de 2016.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

PORTARIA Nº 062/2016

PORTARIA nº 062, de 21 de Julho de 2016.

Instaura Sindicâncias Administrativas para apurar denúncias contra a atuação funcional de servidoras públicas e designa Comissão Especial para condução dos procedimentos.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento no artigo 122 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e Considerando-se as denúncias de agressão e falta de urbanidade no trato com alunos, conforme expedientes recebidos do Conselho Tutelar, cujos fatos caracterizam, em tese, infração a deveres e proibições estabelecidas em Lei;

Considerando-se a necessidade de apuração das denúncias, com respeito ao interesse público, ao contraditório e a ampla defesa; resolve:

1 – INSTAURAR INQUÉRITOS ADMINISTRATIVOS destinados a apurar denúncias contra a atuação funcional das servidoras MERCI GESSNER, ocupante do emprego público de Professora, e de MARCELA FLORÊNCIO, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, que caracterizam, em tese, a infração aos artigos 105, I, II, V e XI, e 106, XV, cominados com as sanções estabelecidas nos artigos 110 e seguintes, todos da Lei Complementar nº 50/2006;

2 – DESIGNAR as servidoras abaixo identificadas para comporem COMISSÃO ESPECIAL encarregada de conduzir os Inquéritos Administrativos, na forma do § 3º do art. 122 c/c art. 115 da LC nº 50/2006, sob a presidência do primeiro e sem ônus para municipalidade:

Nome servidor(a)	Emprego Público
EDIR FRAINER MAZZI	Técnica em Contabilidade
MARIANE LÚCIA BOWENS	Professora
TASSIANA OURIQUES BECKER	Agente Administrativo II

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de Julho de 2016; 28º ano de Fundação; 27º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO Nº. 957/2016

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 957/2016

Modalidade: Tomada de Preço Nº. 09/2016

No dia 11 de agosto de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a comissão de licitação designada pela portaria nº. 115/2016 para o recebimento da documentação exigida na ata anterior do processo licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MEDICO CLINICO GERAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE. A Comissão reuniu-se para analisar a documentação apresentada pelo proponente ORLANDO SHOJI KONO, que apresentou a Certidão Negativa de Débitos Estaduais, com data de validade ate dia 11/10/2016 dentro do prazo estipulado na ata anterior, sendo que no dia 01 de agosto 2016 o proponente apresentou a mesma vencida, sendo assim o proponente foi habilitado, pois, cumpriu com as exigências impostas pela comissão de licitação.

Findos os trabalhos o presidente da comissão encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos onze dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Presidente da comissão	Membro da comissão

De acordo:

PORTARIA Nº 186/2016

PORTARIA Nº 186/2016
EXONERA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Funcionária Municipal JAQUELINE STEFANELLO GIGLIOLI, ocupante do cargo de Professora com Licenciatura Especifica – ACT substituta, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a mesma estava substituindo a professora efetiva Dediane Falkoski de Ben.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 15 dias do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 165 DE 12 DE AGOSTO 2016.

DECRETO Nº. 165 DE 12 DE AGOSTO 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I e IV da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal, de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal Saúde
2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ,
023 – 4490.00.02.0071 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
085 – 4490.00.06.0071 – Aplicações DiretasR\$ 1.399,71
TOTAL R\$ 11.399,71

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 085, será utilizado como fonte de recursos, o superávit apurado no exercício de 2015, conforme saldo da conta nº 624.011-2 e na despesa 023 será utilizado como fonte de recursos, a anulação de valores da dotação da seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal Saúde
2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde ,
019 – 3390.00.02.0071 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 11.399,71

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de agosto de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 60/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 60/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 190/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – PONTO CERTO CONSTRUÇÕES EIRELI

DO OBJETO – Construção da Escola de Educação Básica - Jardim Eldorado, localizada na Avenida dos Papagaios, Bairro Santa Libera, Município de Forquilha/SC, conforme Projeto Espaço Educativo II do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 150 (cento e vinte) dias no prazo de execução do contrato 190/PMF/2014 de 03/08/2016 para 31/12/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para

31/03/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 29 de julho de 2016.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 61/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 61/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 183/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para realizar/ adaptar as instalações elétricas nos centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescido o valor de R\$ 5.896,56 (cinco mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos).

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 183/PMF/2015 de 03/08/2016 para 02/09/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 01/12/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 01 de agosto de 2016.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 12/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 06/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de pneus, a fim de atender as necessidades de diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 05/02/2017

3ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 31/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 73/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 31/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para fornecimento de materiais para ampliação de rede de iluminação pública, para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/05/2017

2ª Publicação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 30/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 74/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 30/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 11/05/2017

2ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037_2016-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0037/2016– SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para construção da estação de tratamento de esgoto do Bairro Liberata. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 26.08.2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 12 de agosto de 2016.

João Albino de Barros – Presidente da SANEFRAI

PORTARIA Nº 1647/2016

PORTARIA Nº 1647, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0014 de 05 de abril de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1164/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a Auxiliar de Alimentação e Nutrição NOELI MARIA COLOMBELLI, que aposentou-se;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE ESQUINCA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 918.670.969-00, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1648/2016

PORTARIA Nº 1648, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0014 de 05 de abril de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1165/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais ROSELI DE OLIVEIRA, que pediu rescisão contratual;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSIANE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 049.471.089-67 na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1649/2016

PORTARIA Nº 1649 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 01162/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais o Professor SANDRO EMANUEL CARIPUNA, que afastou-se para atividade política;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ROSELI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 15 de agosto de 2016 até 30 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1650/2016

PORTARIA Nº 1650, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 01163/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 20 horas semanais auxiliando aluno que possui necessidades especiais, matriculado na Escola Padre Biagio;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARIA ALEXSANDRA BORGES DO NASCIMENTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 728.239.095-91, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 15 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1651/2016

PORTARIA Nº 1651, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1166/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora VALERIA CLARA RIBEIRO, que está em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BRUNA SUELLEN SARTORI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 108.410.849-63 na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2016 até 23 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1652/2016

PORTARIA Nº 1652, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 023.537.759-77, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1653/2016

PORTARIA Nº 1653, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor JULVAN JOÃO BRAGHI-ROLLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 039.849.839-30, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 12.08.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
10.08.2016	FNS	MAC UNIÃO	102.558,31
10.08.2016	FNS	CAPS	28.305,00
10.08.2016	FNS	MAC UNIÃO	7.500,00

Secretaria de Finanças

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL PMG Nº 030/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório PMG nº030/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de engenharia para execução de reconhecimento hidrogeológico da área do antigo lixão, ensaio de permeabilidade, planta georreferenciada da matrícula nº 98.024 Comarca de Joinville, área do CENTRAG, de acordo com as exigências do Ministério Público Federal no Parecer Técnico nº29/2015 do processo: 2002.72.01.002588-4 do Tribunal Regional Federal da 4ª região.

Devido a alteração no item 6.4 do edital e no memorial descritivo, o credenciamento, entrega e abertura dos envelopes do processo licitatório em epígrafe será dia 26/08/2016 às 08:30 horas. A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 12 de agosto de 2016.
IVANDRO SÉGIO LOPES
Pregoeiro

Gaspar

PREFEITURA

ERRATA AO DECRETO Nº 7.112, DE 26 DE JULHO DE 2016

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAS, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 7.112, de 26 de julho de 2016, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2049, de 29 de julho de 2016, nos seguintes termos:

Onde se lê no artigo 1º o CPF da servidora:

CPF sob o nº 682.010.499-91

Leia-se:

CPF sob o nº 682.010.449-91

Gaspar (SC), 10 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.089, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 4.089, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DETERMINA A REINSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA L. E. V.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, com fundamento nos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n. 1.305, de 09 de outubro de 1991 e, Considerando o teor do memorando n. 011/2016, remetido pelo Secretário Municipal de Saúde, bem como o despacho administrativo, de 02 de agosto de 2016, proferido nos autos do processo administrativo disciplinar n. 03/2016,

RESOLVE

Art. 1º Fica reinstaurado o Processo Administrativo Disciplinar destinado a apurar a responsabilidade da servidora L.E.V., ocupante do cargo de provimento efetivo de cirurgia dentista, inscrita sob a matrícula n. 13064, pelos fatos, em tese, de ter apresentado 29 (vinte e nove) faltas sem justificativa no período entre 01/02/2015 a 09/03/2016, e de gerar prejuízo e transtornos ao serviço público municipal em virtude de não cumprir a demanda de pacientes agendados.

Art. 2º Ficam preservados os atos praticados na vigência das Portarias n. 3.983, de 30 de março de 2016, e n. 4.014, de 23 de maio de 2016.

Art. 3º O Processo Administrativo Disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Mari Janete Voigt Paim da Silva e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 4º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará a servidora sujeita à penalização, com fundamento nos incisos III e X do artigo 146, inciso XIV do artigo 147, inciso III do artigo 162

e artigo 169, todos da Lei Municipal n. 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 5º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 6º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensadas de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.090, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 4.090, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA JUNTA MÉDICA OFICIAL DESTINADA A APURAR SE A SERVIDORA L.E.V., QUE RESPONDE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR REINSTAURADO PELA PORTARIA Nº 4.089, DE 05 DE AGOSTO DE 2016, SOFRE DA ENFERMIDADE DISTÍMIA CRÔNICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 191 da Lei Municipal n. 1.305 de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada Junta Médica Oficial destinada a apurar se a servidora L.E.V., que responde processo administrativo reinstaurado pela portaria nº 4.089, de 05 de agosto de 2016, sofre da enfermidade distímia crônica (depressão), e em caso positivo, se esta interfere na sua capacidade para o trabalho.

Art. 2º A Junta Médica Oficial designada no artigo 1º desta Portaria será composta pelos seguintes membros:

I - Dr. Antonio Regis Jesus de Carvalho – Matrícula 13229 – Médico Psiquiatra

II - Dr. Max Eloi da Silva – Matrícula 1065 – Médico Clínico Geral

III - Dr. Valdir Testoni – Matrícula 13075 – Médico Clínico Geral

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de agosto de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.097, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 4.097, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ROSEANI PEIXER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSEANI PEIXER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Orientadora Educacional IV, lotada

na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 01/08/2016 a 12/08/2016 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de agosto de 2016.

Gaspar, 08 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 4.098, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 4.098, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA MICHELLE DAIANE ZUGE MARCOLINO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MICHELLE DAIANE ZUGE MARCOLINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 01/08/2016 a 30/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de agosto de 2016.

Gaspar, 10 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 4.099, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 4.099, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

REMOVE POR PERMUTA A SERVIDORA kátia rozana spengler.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, por permuta com a servidora Romilda Schramm, a partir de 10 de agosto de 2016, a servidora Kátia Rozana Spengler, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais DOC IV – 8, lotada com 20 horas semanais na E.E.B Angélica Costa e com 20 horas semanais na E.E.B. Ervino Venturi, ficando com 40 horas semanais na EEB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de agosto de 2016.

Gaspar, 10 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 5.000, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 5.000, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

REMOVE POR PERMUTA A SERVIDORA ROMILDA SCHRAMM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Remover, por permuta com a servidora Kátia Rozana Spengler, a partir de 10 de agosto de 2016, a servidora Romilda Schramm, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais DOC IV – 8, lotada com 40 horas semanais na EEB Norma Mônica Sabel, ficando com 20 horas semanais na E.E.B Angélica Costa e com 20 horas semanais na E.E.B. Ervino Venturi.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de agosto de 2016.

Gaspar, 10 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2016 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 44/2016

Data vigência: 04/08/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 35/2016 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: MARTGRAF INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA.

Objeto: Aquisição de bobinas de faturas, para a cobrança dos serviços de fornecimento de água.

Valor R\$ 23.920,00 (vinte e três mil, novecentos e vinte reais)

=====

Gaspar (SC), em 04 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2015- SAMAE GASPAR

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 2/2015 Número do Aditivo: 3 (Repactuação)

Data vigência: 01/06/2016

Data vencimento: 31/12/2016

Número da Licitação: 64/2014 - Modalidade: Concorrência Publica

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. - CNPJ do contratado: 07.336.801/000-71.

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos recicláveis provenientes de domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais com características de domiciliares, das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar/SC.

Valor acrescido: R\$ 15.608,06 (Quinze mil, seiscentos e oito reais e seis centavos).

=====

Gaspar (SC), em 02 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Concorrência Pública 002/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM E OUTROS DE RUAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DO FINANCIAMENTO BADESC CIDADES.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/09/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 14/09/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 11 de Agosto de 2016.

Valmor Antônio Kair Filho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 48/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 048/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 048/2015.

Pregão Presencial nº 30/2015

Processo nº 60/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: MAGNA CONSULTORIA EM GESTÃO MUNICIPAL LTDA-EPP.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 23/07/2016 bem como aditar em 9,49% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC(FGV) tendo como referência o Mês de Junho/2016 conforme previsão contratual. O valor do contrato foi alterado para R\$ R\$ 131.388,00 (cento e trinta e um mil trezentos e oitenta e oito reais), restando no pagamento de parcelas mensais referentes à prestação dos serviços no valor de R\$ 10.949,00 (Dez noventa e quatro e nove reais). O contrato original tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 060/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 060/2014.

Dispensa de Licitação nº 05/2014

Processo nº 80/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: JOSÉ OTILIO DE OLIVEIRA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar por 12 (doze) meses a partir de 05/07/2016 e atualizar o valor global do contrato original pelo INPC(FGV)(9,49%) passando o mesmo para R\$ 26.277,60 (vinte e seis mil duzentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), restando no pagamento de parcelas mensais referentes à locação do valor de R\$ 2.189,80 (dois mil cento e oitenta e nove reais e oitenta centavos). O contrato original tem por objeto a Locação imóvel, situado na Rua: Joaquim Zeferino Santos, s/nº, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos, constituído de 01 sala comercial de alvenaria, medindo aproximadamente 120m², para uso da Secretaria da Educação.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 273/2016 CMDCA

PORTARIA Nº 273/2016
DE 08 DE AGOSTO DE 2016

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n. 1.954/2014, 06 de maio de 2014,

RESOLVE

Substituir a Representantes da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, MERI TERESINHA KÜELKAMP SCHLICKMANN, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, constituído pela Portaria nº 107/2015 de 10 de março de 2015, consoante adiante descrito:

[...]

Representantes da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social

Titular: ROSIANE GIL STEINBACK
Suplente: ANA PAULA AVELINO LÚCIO

[...]

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 08 de agosto de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 08 de agosto de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (D. OFICIAL - CENTRAL DE PUBLICAÇÕES)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que D. OFICIAL – CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que a prestação de serviço de que tratam os Empenhos abaixo citados vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: D. OFICIAL – CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Ordem de Pagamento: 2057

Valor: R\$ 653,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de agosto de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (DELAMAR)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa Delamar Alberton Demay EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2015, condicionando o fornecimento de produtos, neste exercício de 2016, mediante o pagamento de valores em atraso; considerando que se faz necessário o fornecimento de produtos e que esse fornecimento contempla o interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Delamar Alberton Demay EPP

Restos a Pagar de 2015: 0190, 0201, 0202, 0203, 0214, 0215, 0216, 0224, 0249, 0267, 0279, 0271, 0272, 0273, 0274, 0275, 0276, 0277, 0278, 0306, 0307, 0312, 0369, 0372, 0373, 0374, 0375, 0378, 0379, 0382, 0383, 0368, 0371, 0386, 0387, 0388, 0389, 0390, 0391, 0392, 0476, 0488, 0489, 0490, 0450, 0451, 0452, 0453, 0454, 0455, 0456, 0457, 0458, 0459, 0477, 0479, 0480, 0481, 0482, 0483, 0485, 0486, 0487, 0493, 0496, 0497, 0513.

Valor: R\$ 13.282,54

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA (PUBLIDIAS)

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que PUBLIDIAS PUBLICIDADE LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que a prestação de serviço de que tratam os Empenhos abaixo citados vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: PUBLIDIAS PUBLICIDADE LTDA
Ordem de Pagamento: 3012

Valor: R\$ 343,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 94.16 AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E RECAPAGENS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº94/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 115/16, Edital de Pregão Presencial Nº 94/16, Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Pneus Novos e Recapagens para veículos máquinas e caminhões; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 25/08/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 25/08/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 15 de agosto de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

2ª AVALIAÇÃO AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 - FMS

Processo Licitatório nº 25/2016 - FMS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

2ª Avaliação das amostras entregues pelas empresas

ITEM	2º CLASSIFICADO	
05	PRIME	APROVADA
06	DENTÁRIA PORTO ALEGRENSE	NÃO ENTREGUE
21	PRIME	REPROVADA
22	PRIME	REPROVADA
23	PRIME	REPROVADA
24	PRIME	NÃO ENTREGUE
26	PRIME	REPROVADA
27	PRIME	REPROVADA
28	PRIME	REPROVADA
29	PRIME	REPROVADA
30	PRIME	REPROVADA
32	PRIME	NÃO ENTREGUE
34	DENTARIA PORTOALEGRENSE	NÃO ENTREGUE
40	PRIME	REPROVADA
42	SILMES	NÃO ENTREGUE
50	DENTARIA PORTOALEGRENSE	NÃO ENTREGUE
54	PRIME	APROVADA
55	PRIME	NÃO ENTREGUE
56	PRIME	NÃO ENTREGUE
80	DENTARIA PORTOALEGRENSE	NÃO ENTREGUE
81	PRIME	APROVADA
85	PRIME	APROVADA
86	PRIME	APROVADA
89	PRIME	APROVADA
105	PRIME	REPROVADA
107	PRIME	APROVADA
114	PRIME	APROVADA

Os laudos de avaliação encontram-se juntados ao processo licitatório, estando a disposição das licitantes junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Guaramirim, 12 de agosto de 2016.

Avaliação realizada pela Equipe Técnica Nomeada pela Portaria nº 191/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 132/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 132/2016 PMG

Processo Licitatório: 132/2016 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE E DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 26/08/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 26/08/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 70/2016

Processo Licitatório: 70/2016

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE WEB CAM (CÂMERAS) PARA USO DAS OITIVAS NOS CARTÓRIOS PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 05/09/2016 às 11h00min

Abertura dos Envelopes: 05/09/2016 às 11h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 117/2016 – PMG

Processo Licitatório: 117/2016 – PMG

Tipo: Menor preço por Item

Objeto: Aquisição de camada de rolamento com C.B.U.Q. faixa "c" DNIT execução de pavimentação asfáltica com C.B.U. faixa "c" DNIT (e = 4cm compactado), carga, manobra e descarga de mistura a quente com caminhão basculante 6m³ para o município de Guaramirim (SC).

Comunicamos que está SUSPENSO o Pregão Presencial nº 117/2016 – PMG para análise de questionamentos e possível alteração no seu Edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de comunicação utilizados anteriormente.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO - APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LICITAÇÃO Nº 25/2016 - FMS

Convocação para Apresentação de Amostras – 3ª Chamada
Processo Licitatório nº 25/2016.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Tendo em vista a que algumas amostras dos segundos colocados não foram entregues para avaliação da comissão técnica (Designada pela Portaria nº 191/2016) e que outras foram reprovadas pela referida comissão, ficam convocados as licitantes abaixo relacionados para apresentarem suas amostras, no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local e horários indicados no item 3b.4 do instrumento convocatório:

ITEM	LICITANTE 3ª COLOCADA/CONVOCADA
06	PRIME
21	DENTARIA PORTOALEGRENSE
22	DENTARIA PORTOALEGRENSE
23	DENTARIA PORTOALEGRENSE
24	DENTARIA PORTOALEGRENSE
26	DENTARIA PORTOALEGRENSE
27	DENTARIA PORTOALEGRENSE
28	DENTARIA PORTOALEGRENSE
29	DENTARIA PORTOALEGRENSE
30	DENTARIA PORTOALEGRENSE
32	DENTARIA PORTOALEGRENSE

42	PRIME
50	PRIME
55	DENTARIA PORTOALEGRENSE
56	DENTARIA PORTOALEGRENSE
80	PRIME
105	DENTARIA PORTOALEGRENSE

Guaramirim, 12 de agosto de 2016.

Carlos Felipe Fischer
Pregoeiro
Portaria nº 67/2016

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 - FMS.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016 - FMS.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao Edital do Pregão nº. 94/2016 - PMG que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE DOS BAIRROS VILA AMIZADE E GUAMIRANGA.

1. ALTERAÇÃO NO DESCRITIVO DO ITEM 06 REFERENTE AO OBJETO[...]:

Onde lê-se: "[...]CAPACIDADE MÍNIMA DE 250 KG [...]"

Leia-se: "[...]CAPACIDADE APROXIMADA DE 250 KG [...]"

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)
A data de abertura fica marcada para o dia 05 de setembro de 2016 às 09h00min.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 12/08/2016.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 118/2016 - PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE GRAXA NGLI 2 170 KG PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS PESADOS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 118/2016 PMG

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: DYSPEF COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o no 02.747.714/0001-93, estabelecida na Rua Maringá, n.º 533, Galpão 04, Bairro Salto do Norte, em Blumenau/SC.

Vigência: Início: 09/08/2016 Término: 08/08/2017

Fornecedor: 408271 - DYSPEF COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	5	TB	GRAXA NGLI 2 (CHASSIS , PINO E BUCHA) 170 KG	870,00	4.350,00
Total				R\$4.350,00	

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº08/2016 -HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM	
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO	
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2016 - HSA	
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2016	
Objeto: Aquisição de medicamentos.	
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 12/2016 - HSA	
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o no 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º 005, Município de Guaramirim (SC).	
Fornecedor: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, em Rio do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 00.802.002/0001-02	
Valor: R\$98.029,74 (noventa e oito mil vinte e nove reais e setenta e quatro centavos).	
Fornecedor: ANDRÔMEDA DIST DE MED LTDA EPP, com sede na Avenida Nereu Ramos, 1268, em Chapecó, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 13.568.558/0001-10	
Valor: R\$ 237,50 (duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).	
Fornecedor: CENTERMEDI COM DE PROD HOSP LTDA, com sede na Rod BR 480, 795, em Barão do Cotegipe, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 03.652.030/001-70	
Valor: R\$ 88.463,35 (oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos).	
Fornecedor: CRISTÁLIA PROD QUIM FARM LTDA, com sede na Rod Itapita-Lindóia, s/n KM 14, em Itapira, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 44.734.671/0001-51	
Valor: R\$ 146.641,86 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos)	
Fornecedor: DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA, com sede na Rod BR 480, 180, em Barão do Cotegipe, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 02.520.829/0001-40	
Valor: R\$ 75.716,00 (setenta e cinco mil setecentos e dezesseis reais).	
Fornecedor: INOVAMED COM DE MED LTDA, com sede na Rua Rubens Derks, 105, em Erichim, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 12.889.035/0001-02	
Valor: R\$ 141.860,00 (cento e quarenta e um mil e oitocentos e sessenta reais).	
Fornecedor: MAURO MARCIANO COM DE MED LTDA, com sede na Rua Samuel Kruchim, 200, em Santa Maria, RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 94.894.169/0001-86	
Valor: R\$ 13.043,90 (treze mil quarenta e três reais e noventa centavos).	
Fornecedor: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA, com sede na Rua Breschia, 184, em Colombo, PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 05.912.018/001-83	
Valor: R\$ 129.590,00 (cento e vinte e nove mil e quinhentos e noventa reais).	
Vigência: Início: 01/08/2016 Término: 31/06/2017.	
Guaramirim-SC, 12 de agosto de 2016.	
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE	
GESTORA HSA	

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 128/2016-PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 128/2016 – PMG
CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 33/2016 PMG

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA 163, ROMALDUS OSCAR FISCHER S/Nº, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, PARA A INSTALAÇÃO DO PROCON.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Baseada no inciso X, art. 24 da Lei 8.666/93 e ao disposto na Lei nº 8.245 de 18/10/91.

Locatário: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Locadora: DE BEM PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS E SERVIÇOS DE INTERMEDIações LTDA, inscrito no CNPJ nº 17.058.713/0001-09, com sede na Rua Gerônimo Corrêa, nº 175, sala 02, Bairro Centro, Município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Valor: O aluguel mensal será de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), sendo o valor total de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais) para o período de 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 03/08/2016 Vigência: 02/08/2017

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 03/2016 – FCG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO 03/2016 – FCG
Processo Licitatório nº: 03/2016 – FCG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDA E PALCO PARA O DESFILE DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC) E LOCAÇÃO DE TENDA PARA COMEMORAÇÃO DO DIA DOS PAIS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: LIND GUIMAR MACHADO ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.010.737/0001-50, estabelecida na Rua Rodolfo Engelhardt, nº 162, sala 01, bairro Salto, Blumenau (SC).

Valor: R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 02/08/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 12/08/2016
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 04/2016 – FCG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DO CONTRATO 04/2016 – FCG
Processo Licitatório nº: 03/2016 – FCG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTATAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE TENDA E PALCO PARA O DESFILE DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC) E LOCAÇÃO DE TENDA PARA COMEMORAÇÃO DO DIA DOS PAIS.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: LGP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.090.864/0001-77, estabelecida na Rua Hipólito Henrique Pfleger, nº 2889, bairro Rio Caveiras, Biguaçu (SC).

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 02/08/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 12/08/2016
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2012 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2012 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2012 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 1 (UM) LINK DEDICADO COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10 MB'S.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: TPA Informática Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.255.187/0001-08, estabelecida na Rua General Osório, nº 311, bairro Centro, município de Timbó, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato referente ao serviço de 1 (um) link dedicado por 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 03/07/2016 Vigência: 13/08/2017

Guaramirim (SC), 12 de agosto de 2016.
Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 502/2016

PORTARIA Nº. 502/2016

Prorroga o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 415/2016.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria nº. 415/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 415/2016, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 924/2016

PORTARIA Nº 924/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional de Incentivo ao Magistério, aos servidores abaixo relacionados, os quais ocupam o Cargo de Provimto Efetivo de Professor, Anexo XI da LC Nº. 316/2013, nos termos do artigo 17, e seus parágrafos da Lei Complementar Nº. 286/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 316/2013, num percentual acumulado de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do vencimento do cargo de provimento efetivo.

Matrícula	Nome
219	Adriana Lúcia Gandin Parizzi
597	Adriane Bernardo
3772	Alini Alves Cabral
1523	Ana Fernanda Martinazzo Giacomini
3722	Ana Piovesan
3884	Analie Pasquali
3028	Angela Cristina Bilibio
60	Aparecida Milani Slongo
27	Arlene Meneguzzi Rático
3723	Arlene Trevisol Guindani
1115	Beatriz Aparecida Benincá Ciarnoschi
3643	Carla Aparecida Vargas Correa
59	Carmen Teresinha Ghiggi
62	Clara Maria Sabotka Tiepo
1550	Claudete Bertotti
89	Claudete de Deus e Silva Godoy
1085	Claudia Andréa Dahmer Rossi
3882	Cleci Leonete Marafon Cantelli
3739	Cleusa Campagnollo Cecatto
3732	Cristiane Canuto Bertelli
532	Cristiane Zabott Garvin
3733	Cristina Wasserberg
3831	Daiana Fachin
576	Deonice Maria C Parizze
24	Dirlei Zarpelon Bettoni
2952	Edna Scalabrin Martini
2576	Elaine Zanezi
1012	Elenari Aparecida Cassul de Menezes Fiorin
382	Eliziane Rodrigues da Silva
2564	Fátima Aparecida Pinheiro
2851	Fernanda Marquenze Mott
3740	Francia Talita Cyrino Ramos
3642	Francieli Prando Dacás Lokstein
568	Gisele Bulh
2565	Ieda Salete Vergani Barbosa
486	Inezita Rosana Deuerling Brunetto
2562	Ivo Guindani
574	Jael Maria dos S. Carletti
1042	Janaina David
2573	Jaqueline Bressan da Silva
2570	Jorge Adriano dos Santos
44	Julio Romano Hermes

332	June Bahú Rovêa
1103	Keli Mineia Camaroto Bacaltchuk
2575	Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho
2578	Leila César
3742	Lenir Terezinha Begnini
3741	Livonir Mendes Balestrin
3094	Luciana Soraia Costenaro Carrer
2579	Lucila Brinkmann
423	Lucinéia Regina Machado
584	Luzinete Oliveira
32	Mara Regina Heberle
58	Mara Terezinha R. Santos Kulh
34	Márcia Gonçalves
3737	Márcia Proner Rebelatto
94	Márcia Ribeiro dos Santos Zambiazzi
1013	Margarete Volpato Proner
2561	Maria Carolina Pereira
414	Maria Raquel Aguiar Barbosa
3590	Marilene de Lurdes Alves
428	Marilene Tanelo Gomes
61	Marilene Zanini Milani
149	Marines Aparecida Gonçalves
92	Marinêz Couto Oliveira Alves
3736	Marisa Lorenzoni
57	Maristela Crestani
2569	Marizete Aparecida Merlini Fransozi
23	Marizete Andolphacto
386	Marizete Aparecida Dalmedico
3746	Marizete Comaretto
490	Marlene Maria de Oliveira
363	Michele da Silva Coelho
3743	Michele Deola
3744	Naiara Segalin
95	Neide Ribeiro dos Santos
2560	Nilce Bortoluzi
1570	Odete Elisa Peruzzo
38	Odete Maria Kruger Esper
2563	Patrícia de Sordi
90	Regina Augusta Steffani Parize
3898	Regina Inês Reisdorfer
3883	Rejane Aparecida Severgnini Kremer
1569	Renata Parenti
2577	Rosane Aparecida Pereira
2559	Rosangela Durigon Ceroni
3734	Rosangela Maria Lamperti Kieling
2567	Rosemilda Hericks Rampon
603	Rosi Maria Hilla
3881	Rosinalda G.Dalpizzol Dorini
590	Rozemari Aparecida Danieli Hack
3156	Sabrina Rover
3731	Sandra Mara Pilatti Serena
2571	Silvana Lazzarini Bulla
3735	Silvia dos Santos de Oliveira
370/1010	Simara Pasinato
233	Simone Aparecida Radavelli
1808	Simone Roseli Martins
2572	Sirlanda Maria Rodrigues Pasinato
274	Solange de Fátima Pontes

1824	Soniamar Seben Wasen
3738	Talita Pereira Dias de Moraes
26	Teresinha Ema Sutil
2555	Valdecir Pereira da Silva
2568	Vanuza de Oliveira
88/492	Vilmar Varella de Oliveira
575	Viviane Aparecida Campanhol Sbrusi
45	Wilson Roberto de Mattos

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Agosto de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 925/2016

PORTARIA Nº 925/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 10 de agosto de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, a Servidora MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA (Matr. 3866), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Agosto de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 025/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Empresa: Gambatto Adm. e Corretora de Seguros Ltda.
CNPJ/MF Nº 01.977.238/0001-34
Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 1873 - Centro
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 025/2016 de 09 de agosto de 2016.
Termo Aditivo ao Contrato nº 0043/2011, que faz o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica

de direito público, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, representado pelo Senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal inscrito no CPF/MF sob nº 501.589.459-72, em decorrência do Processo Licitatório nº 0074/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 0024/2011, mediante sujeição às normas do Edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato com a renovação das apólices de seguros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde conforme proposta nº 12171000084509202.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Valor do presente termo aditivo será de R\$ 14.273,42 (quatorze mil duzentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos), que será pago a primeira parcela no valor R\$ 3.568,34 e mais três parcelas no valor de R\$ 3.568,36

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Este termo aditivo terá vigência até 08/08/2017, em conformidade com a cláusula quarta do contrato nº 043/2011.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 57 inciso II e no artigo 65, inciso I alínea a da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 0043/2011, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, e anteriores, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de agosto de 2016.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 687.857.399-87 CPF: 600.730.049-87

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 057 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 057 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$ 125.000,00, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.115	TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	44	1.065	Aplicações Diretas	125.000,00
Total				125.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do recurso do Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de agosto de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 058 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 058 DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$ 175.348,66, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	136	1.034	Aplicações Diretas	175.348,66
Total Suplementação			175.348,66	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior (a) serão utilizados recursos provenientes do convênio nº028/2012 e Processo: 00350.005430/2012-90 firmado entre o Município de Imaruí com a União através do Ministério da Pesca e Aquicultura tendo como objeto "Capacitação e Acompanhamento de Pescadores e Aquicultores no Município de Imaruí/SC" no valor de R\$ 175.348,66.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de agosto de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2082/16

. DECRETO Nº 2082/16

. De 11 de agosto de 2016

Homologa Resolução nº 16/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 16/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que dispõe sobre a aprovação de projetos a serem custeados com recursos do FIA □ Fundo da Infância e Adolescência, conforme Edital nº 001/2016 do CMDCA.

Art. 2º - A Resolução nº 16/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 16/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE PROJETOS A SEREM CUSTEADOS COM RECURSOS DO FIA- FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA CONFORME EDITAL Nº 001/2016 DO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e a reunião Plenária do dia 04 de Agosto de 2016.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do FIA para o exercício de 2015;
- A Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedido a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional,

Estatuais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

– Processo Licitatório nº 075/2016, Edital de Concurso nº 001/2016-25331, EDITAL FIA Nº 01/2016 deste conselho, que dispõe sobre o Edital para projetos na área da Infância e Adolescência a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente □ FIA para o ano de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º – APROVADOS os seguintes projetos a serem custeados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial – FIA para o ano de 2016, da seguinte forma:

01 – PEAL INDAIAL (Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais), com o Programa Espaço Alternativo Indaial, visa atender a criança e adolescente e sua família no contra turno escolar, totalizando o valor do projeto em R\$ 5.000,00.

05 - SENAC – Curso Preparação para o Mundo do Trabalho, curso para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 20 horas/aula, totalizando o valor do projeto em R\$ 4.990,00.

07 – CBVI – Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial - com o projeto: Complemento Pedagógico dos Bombeiros Mirins, público-alvo: 70 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 17 anos, totalizando R\$ 6.500,00.

08- SENAI – Curso Educação em Forma de Desenvolvimento, curso para trinta e cinco adolescentes, com idade mínima de 14 anos, com Ensino Fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 36 horas/aula, totalizando o valor do projeto em R\$ 5.000,00.

09- MEI Pochyua Andrade dos Santos Silva – com o projeto: Ações de Valorização Cultural para a Comunidade do Bairro Encano do Norte, público-alvo: crianças e adolescentes, totalizando R\$ 5.000,00.

NÃO APROVADOS:

02- APAE Indaial - com o projeto: Quem Ama Previne, público-alvo: atingir 1.527 pessoas entre crianças, adolescentes e suas famílias, totalizando R\$ 5.000,00.

03- 17º Grupo de Escoteiros Duque de Caxias - com o projeto: Incentivo/Formação para os Adultos, Multiplicando o Conhecimento, público-alvo: a participação de 30 adultos voluntários, para multiplicar o conhecimento para 120 crianças e jovens entre 07 e 21 anos de idade, totalizando R\$ 4.970,00.

04- Escola de Pais do Brasil Seccional de Timbó, com o projeto: Família na Escola, Escola para Pais, público-alvo: grupos de 25 pessoas no mínimo, 7 encontros, duas horas cada encontro, totalizando R\$ 5.000,00.

05 - SENAC – Curso Básico em Rotinas Administrativas, curso para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 16 horas/aula (4 dias), totalizando o valor do projeto em R\$ 4.616,00.

05 - SENAC – Curso Ética e Trabalho, curso para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou

cursando ensino médio. Curso de 20 horas/aula (05 dias), totalizando o valor do projeto em R\$ 4.990,00.

05 - SENAC – Curso: Informática Básica, Processados de Textos e Internet, curso para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 20 horas/aula (05 dias), totalizando o valor do projeto em R\$ 4.990,00.

05 - SENAC – Curso Fotografia Digital, curso para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 20 horas/aula (05 dias), totalizando o valor do projeto em R\$ 4.990,00.

05 - SENAC – Curso Processos de Recepção e Secretariado, curso para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 20 horas/aula (05 dias), totalizando o valor do projeto em R\$ 4.990,00.

05 - SENAC – Curso Workshop, Comportamentos, Atitudes e Motivação para trinta adolescentes, idade mínima 14 anos, com ensino fundamental completo ou cursando ensino médio. Curso de 08 horas/aula, totalizando o valor do projeto em R\$ 4.990,00.

06 - MEI Micro Empreendedor Individual, Pedro Maurício Dias - com o projeto: Fantoches e a Comunidade, parceria com o CRAS Estrada das Areias, Comunidade atingida: Loteamento Cipriano e Morro da Fumaça (Warnow), público-alvo: crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos de idade atendidas totalizando R\$ 4.740,00.

09 - MEI Pochyua Andrade dos Santos Silva – com o projeto: Ações de Valorização Cultural para a Comunidade do Bairro Arapongas, público-alvo: crianças e adolescentes, totalizando R\$ 5.000,00.

09 - MEI Pochyua Andrade dos Santos Silva – com o projeto: Ações de Valorização Cultural para a Comunidade do Bairro Mulde Baixa, público-alvo: crianças e adolescentes, totalizando R\$ 5.000,00.

Art. 2º - A procuradoria geral do município ficará responsável pelo contrato.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 05 de Agosto de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 2083/16

. DECRETO Nº 2083/16

. De 11 de agosto de 2016

Homologa Resolução nº 17/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei 8069/90, Lei 12.696/2012, Resolução Conanda 152/2012, 113/2006 e 170/2014, Lei Municipal 4.321/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 17/2016 exarada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre a aprovação da LDO para o exercício de 2017.

Art. 2º - A Resolução nº 17/2016 faz parte integrante deste Decreto, para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 17/2016

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA LDO PARA O ANO DE 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 1428/15 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e a reunião Plenária de 04 de Agosto de 2016.

CONSIDERANDO:

– O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;

– A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

– O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

– A previsão orçamentária do Fundo para os exercícios de 2016 e 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a LDO/FIA - Fundo da Infância e Adolescência para o ano de 2017, da seguinte forma:

Descrição	Valor R\$
1551 - Estudos e Diagnósticos	R\$ 47.000,00
2550 - Formação de Recursos Humanos	R\$ 50.000,00
2551 - Manutenção de Projetos Pontuais	R\$ 135.000,00
2552 - Divulgação do ECA e Incentivo a Guarda e a Adoção	R\$ 35.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 267.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 05 de Agosto de 2016.

Luiz Cláudio S. T. M. Altenburg

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 2084/16

. DECRETO Nº 2084/16

. De 11 de agosto de 2016

Homologa Resolução 006/16 do Conselho Municipal de Saúde, que aprova a nova representatividade do Conselho Municipal de Saúde - 2016/2018.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 8142/90 e de mais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 006/16 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial □ CMS/Indaial 006/15, que aprova a nova representatividade do Conselho Municipal de Saúde □ 2016/2018.

Art. 2º - A Resolução nº 006/2016 do CMS é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL

RESOLUÇÃO 06/2016

APROVAR A NOVA REPRESENTATIVIDADE DO CONSELHO MUNICIPAL

DE SAÚDE – 2016/2018

O Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião em 01 de agosto de 2016, oficializa a nova representatividade no período de 2016/2018 e RESOLVE:

I - REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO E PRESTADORES DE SERVIÇOS PRIVADOS E CONVENIADOS, OU SEM FINS LUCRATIVOS:

a) Secretário Municipal de Saúde

Titular: Adriane Machado Ferrari

Suplente: Gislaine Ruthes

b) Secretaria Municipal de Educação

Titular: Luciana Carla Grahl Lanznaster

Suplente: Hamilton de Andrade Teixeira

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

Titular: Ivan Carlos Pereira

Suplente: Mari Silva Goularte

d) Hospital Beatriz Ramos (HBR)

Titular: Edson Roberto Milbratz

Suplente: Valéria Cristine de Macedo

e) Laboratórios de análises Clínicas

Titular: Felipe Gustavo Espíndola

Suplente: Marise Ferrari Hering

II - REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE:

a) Serviço de Atendimento Integral à Saúde (SAIS)

Titular: Alexandre Dalabrida

Suplente: Dilmara Aparecida Oliveira

b) Atenção Básica

Titular: Leny Maria Wagner Garcia

Suplente: Márcia Aparecida de Quadros Pedroso

c) Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)

Titular: Luiz Carlos da Silva

Suplente: Juliana Bocci Zandona

d) Vigilância Epidemiológica e/ou Sanitária

Titular: Melita Guinther Kalk

Suplente: Paulo Ricardo Dornelles

e) Farmácia Básica

Titular: Brian Rhrat

Suplente: Silvani Maria Sehnem Amaral

III – REPRESENTAÇÃO DE ENTIDADES E MOVIMENTOS REPRESENTATIVOS DOS USUÁRIOS DA SAÚDE:

a) Associação de Moradores

Titular: Reintraud Schwartz

Titular: Pedro Loch

Suplente: Iida Molverstet Eger

Suplente: Sandra Stedile

b) Conselhos Locais de Saúde

Titular: Ivaldo José Bartocz

Titular: Rosane G. Pereira

Titular: Ivone Dreger Korz

Suplente: Artur Hofemann

Suplente: Enalva Andreatta

Suplente: Eliane Bisehnen

c) Rede Feminina de Combate ao Câncer

Titular: Marlen Cláudia Tafner

Suplente: Jussaná Nagel

d) Associação dos Deficientes Físicos de Indaial (ADEFI)

Titular: Deise Mafrá

Suplente: Luzia Ridieri

e) Associação Empresarial de Indaial (ACIDI) e/ou Associação de

Micro e Pequenas Empresas de Indaial (AMPE) e/ou Câmara de

Dirigentes Lojistas (CDL)

Titular: Edgar Cardoso

Suplente: Sidomar Loos

f) Pastoral da Criança

Titular: Osni Mantau

Suplente: Isolda Knippers Merini

g) Clubes e Serviços

Titular: Lothar Stange

Suplente: Otavio Nickhorn

Assim, homologo a presente resolução nos termos do artigo 24 do Regimento do Conselho Municipal de Saúde para que seja publicada e produza seus efeitos.

Indaial, 09 de agosto de 2016

Angela Machado

Vice-Presidente

Conselho Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2085/16

. DECRETO Nº 2085/16

. De 11 de agosto de 2016

Homologa Resolução 007/16 do Conselho Municipal de Saúde, que aprova a nova diretoria do Conselho Municipal de Saúde □ Gestão 2016/2018.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 8142/90 e de mais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 007/16 do Conselho Municipal de Saúde de Indaial □ CMS/Indaial 007/15, que aprova a nova Diretoria do Conselho Municipal de Saúde □ Gestão 2016/2018.

Art. 2º - A Resolução nº 007/2016 do CMS é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL

RESOLUÇÃO 07/2016

APROVAR A NOVA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – GESTÃO 2016/2016

O Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião em 01 de agosto de 2016, por unanimidade de seus conselheiros presentes, RESOLVE:

Art. 1º – Presidente do Conselho Municipal de Saúde 2016/2018: Leny Maria Garcia.

Art. 2º - Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde 2016/2018: Rosane Pereira.

Assim, homologo a presente resolução nos termos do artigo 24 do Regimento do Conselho Municipal de Saúde para que seja publicada e produza seus efeitos.

Indaial, 09 de agosto de 2016

Angela Machado

Vice-Presidente

Conselho Municipal de Saúde

LEI Nº 5332/16

. LEI Nº 5332

. de 12 de agosto de 2016

Altera a lei nº 5134/2015 – que CRIA ORQUESTRA DE CÂMARA DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o §1º e acrescido o § 4 ao artigo 1º da Lei nº 5.134/15, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

§ 1º A Orquestra poderá contar, além dos alunos músicos bolsistas, com alunos músicos voluntários, não remunerados, que devem assumir os mesmos compromissos dos alunos músicos bolsistas, porém sem a necessidade de passarem por processo seletivo.

...

§ 4º As bolsas destinadas aos alunos músicos bolsistas, poderão ser concedidas pelo prazo de até 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação dos pré-requisitos exigidos para a vaga.”

Art. 2º Ficam alterados o caput e os §§ 1º e 2º do artigo 3º da Lei nº 5.134/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Aos alunos bolsistas executantes e integrantes da Orquestra de Câmara de Indaial serão concedidas bolsas de estudo no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) cada.

§1º - A bolsa de estudo será automaticamente cancelada se o aluno:

I - não acatar a disciplina inerente ao trabalho em orquestra de câmara;

II - não comparecer ou chegar atrasado a concertos e apresentações agendadas pela FIC, sem justificativa convincente, após análise da Comissão de Avaliação e Julgamento nomeado por ato da própria fundação;

III - faltar, sem justificativa, a mais de 01 (um) ensaio no período de 01 (um) mês;

IV - deixar de apresentar as condições exauridas no artigo 2º.

§2º - Os alunos músicos cederão definitivamente os direitos conexos de imagem e áudio à FIC.”

Art. 3º Fica revogado o §5º do artigo 3º da Lei nº 5.134/15.

Art. 4º Fica alterado o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 5.134/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Os alunos músicos bolsistas deverão participar de todas as apresentações agendadas pelo Poder Público Municipal.”

Art. 5º Fica acrescido parágrafo único do artigo 5º da Lei nº 5.134/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único – Os requisitos para acesso às vagas de músicos serão objeto do regulamento interno previsto no caput.”

Art. 6º Fica alterado o caput do artigo 2º da Lei nº 5.134/15, que passa a vigorar com a seguinte redação:

-Art. 2º - Os alunos músicos bolsistas ingressarão na Orquestra mediante aprovação em processo de seleção, pelo qual serão submetidos regularmente a testes técnicos coordenados por uma comissão formada pelo Professor e Regente de Orquestra e mais dois professores de música dos quadros da FIC indicados pela direção da FIC, de caráter classificatório e eliminatório, com regras da seleção dispostas em edital próprio e específico publicado em Diário Oficial do Município.-

Art. 7º Fica acrescido o artigo -5º-A- à Lei nº 5.134/15, com a seguinte redação:

-Art. 5º-A - Fica instituída a Comissão de Avaliação e Julgamento da Orquestra de Câmara de Indaial, composta por 3 (três) representantes da FIC, a serem designados e com competências a serem definidas no ato a que se refere o art. 5º desta Lei.”

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 12 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016 REVOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Saúde

Terno de Revogação

Licitatório nº 103/2016

Pregão Presencial nº 007/2016-19208

Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares, eletrônicos e móveis em geral.

Entrega dos envelopes: 10/08/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 10/08/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2016
PRORROGAÇÃO

MUNICIPIO DE INDAIAL
Termo de Prorrogação de datas
Processo Licitatório nº 107/2016
Edital de Pregão Presencial nº 032/2016-10430
Com Registro de Preços
Objeto: Aquisição de materiais de limpeza.
Entrega dos envelopes: 18/08/2016 as 14:15h.
Abertura das propostas: 18/08/2016 as 14:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL
Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial
Processo Licitatório nº 114/2016
Inexigibilidade nº 005/2016-18201
Objeto: Capacitação para os profissionais do CREAS com entidade que acolhem adolescentes..
Entrega dos envelopes: 11/08/2016
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 35/2016**

Portaria Nº 35/16
Concede Licença / Vereador Altair Brassiani.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 42, inciso III, 43, inciso II, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Indaial, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 54/2016, aprovado pelo Plenário na reunião do dia 01 de agosto de 2016, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, ao vereador Altair Brassiani, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 16 de agosto de 2016 a 15 de setembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 12 de Agosto de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 36/2016

Portaria Nº 36/16
Concede Férias / OSMAR DA SILVA

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 (vinte) dias de férias, a serem usufruídas a partir de 12 de setembro de 2016, ao servidor OSMAR DA SILVA, Assessor de Gabinete, símbolo CC6-AG, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, relativas ao período de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - Com a presente Portaria, o servidor OSMAR DA SILVA zera o saldo de férias, relativo ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 12 de Agosto de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 37/2016

Portaria Nº 37/16

Concede Férias / RODRIGO RAFAEL GIOVANELLA

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, a serem usufruídas a partir de 21 de setembro de 2016, ao servidor RODRIGO RAFAEL GIOVANELLA, Assessor de Gabinete, símbolo CC6-AG, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, relativas ao período de 2015/2016.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - Com a presente Portaria, o servidor RODRIGO RAFAEL GIOVANELLA zera o saldo de férias, relativo ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 12 de Agosto de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1674/2016

DECRETO Nº. 1674 DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2035 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas

1164.00 Transferências de Convênios – Estado/Outros

R\$ 50.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente pelo repasse do Convênio nº 2016 TR 000265 firmado por este município com o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira, para a compra de pedras britas e óleo diesel para a recuperação das estradas vicinais do município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 10 de agosto de 2016.

MILTO LUIZ BORGA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2016

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0007/2016

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para locação de caminhão guindaste.

Contratado: Guindastes Videirense Ltda - EPP.

Valor: 7.000,00 (sete mil reais)

Iomerê, 12 de agosto de 2016.

Milto Luiz Borga

Prefeito Municipal em exercício

Ipumirim

PREFEITURA

LEI Nº 1783/2016

LEI Nº 1783, de 12 de agosto de 2.016

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R\$ 45.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e § 2º do artigo 34 da Lei 1765/2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 45.000,00.

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

I. Código reduzido 22, Projeto/Atividade 10.302.0004.2.086 - Participação em Consórcios Públicos, elemento 33930000000000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 45.000,00.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 12 de agosto de 2.016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

LEI Nº 1784/2016

LEI Nº 1784, de 12 de agosto de 2.016

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO VALOR DE R\$ 20.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e § 2º do artigo 34 da Lei 1765/2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 132, Projeto/Atividade 27.812.0025.1.029 - Estruturação e Modernização do Desporto Amador, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

I. Código reduzido 123, Projeto/Atividade 20.606.0019.1.024

- Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 12 de agosto de 2.016

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 271/2016 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA

IARA DOS SANTOS WOLFF, matrícula 49, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 1.557.262 e CPF sob o nº. 657.517.449-34, residente e domiciliada na Rua 7 de abril, no cargo Efetivo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxilio doença por prazo indeterminado.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de Agosto de 2016.

Ipumirim – SC, 11 de Agosto de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 19/2016
PREGÃO PRESENCIAL 09/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 19/2016, Pregão Presencial nº 09/2016, para Registro de Preços, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 001/2016; Sr. Altair Fabro - representante da empresa Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP; Sr. Luciano Kulkamp- representante da empresa Fatima Representações Comerciais Ltda; Sr. Maicon Monteiro - representante da empresa Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, e Marciano Wiggers Meurer - representante da empresa Casa do Pica Pau Ltda - EPP. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.

Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame.

Os representantes das empresas Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP; Fatima Representações Comerciais Ltda; Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda e Casa do Pica Pau Ltda - EPP não manifestaram interesse de interposição de recursos. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 19/2016, Pregão Presencial nº 09/2016, para Registro de Preços, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand; Sra. Marcia Maria Kerscher e Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 001/2016; Sr. Altair Fabro - representante da empresa Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP; Sr. Luciano Kulkamp- representante da empresa Fatima Representações Comerciais Ltda; Sr. Maicon Monteiro - representante da empresa Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, e Marciano Wiggers Meurer - representante da empresa Casa do Pica Pau Ltda - EPP. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fatima Representações Comerciais Ltda e Casa do Pica Pau Ltda - EPP, foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope das empresas Dimáquinas Máquinas e Equipamentos Ltda EPP e Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, permanecem lacrados no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Casa do Pica Pau Ltda

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR R\$
02	01	Unidade	Caçamba carregadeira traseira, nova, capacidade mínima de carga de 220 litros, peso mínimo de 180 kg, altura mínima do levante de 2000 mm.	ALMEIDA	1.600,00
03	01	Unidade	Distribuidor de calcário e adubo, novo, capacidade mínima de 1,4 m³, com comprimento total mínimo de 3.500 mm, largura total mínima de 1.700 mm e altura total mínima de 1.500 mm, com rodado fixo, pneus novos 11 L 15, contendo esteira de no mínimo 0,60 cm, Potência requerida de no mínimo 60 CV.	BUDNY	12.090,00
05	01	Unidade	Betoneira, nova, capacidade mínima de 200 litros, com rotação mínima do tambor de 28 rpm, com cremadeira segmentada com proteção total, volante com reforços, sistema de pedal com mola, pás com parafusos e borda do bocal reforçada.	MAQTRON	1.500,00
06	01	Unidade	Plataforma basculante, nova, com dimensões mínimas de 2 x 1 x 0,40 m.	FOLMAQ	2.100,00
VALOR TOTAL R\$					17.290,00

Fatima Representações Comerciais Ltda EPP

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	MARCA	VALOR R\$
01	01	Unidade	Lâmina traseira hidráulica, nova, com reversão hidráulica, para engate no 3º ponto largura da lâmina de no mínimo 3 metros, altura da lâmina de no mínimo 49 cm, ângulos: vertical mínimo de 30 graus, horizontal de no mínimo 25 graus, de giro no mínimo 360 graus. Estrutura do chassi e da concha em chapa lisa com espessura mínima de 5/16" em aço carbono SAE-1020, com cantoneira de reforço traseiro de no mínimo 1/2 x 6" e giro de ângulo em chapa lisa de no mínimo 7/8" em aço carbono SAE-1020. Peso mínimo de 500 kg. Potencia requerida de no mínimo 95 CV.	SCARABE-LOT LNRII 30	6.490,00
04	01	Unidade	Desintegrador, novo, com acessórios para trator, cardan universal, martelos móvel, rotor com no mínimo 2 navalhas, Potência requerida de no mínimo 15 CV.	NETZ TR 800	3.275,00
VALOR TOTAL R\$					9.765,00

Irineópolis, 04 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal



EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2016 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 41/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de setembro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 03 LÂMINAS TRASEIRAS, 02 DISTRIBUIDOR DE FERTILIZANTE, 02 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO, 01 COLHEDORA DE FORRAGENS E 01 RASPO TRANSPORTADOR TRASEIRO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 833358/2016/MAPA/CAIXA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 12 de Agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de setembro de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE, PARA O PERÍODO DE 01(UM) ANO. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 11 de agosto de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 04/2016 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 04/2016/CMDCA

Dispõe sobre o Plano de Ação e aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do ano de 2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE na forma da Lei 647/92 de 27 de novembro de 1992, em reunião ordinária no dia 02 de agosto de 2016, ata nº 07/2016, nos usos de suas atribuições legais, resolve:

Considerando o § 2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), a saber: "Os Conselhos Municipais, Estaduais e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação da doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado [...]";

Considerando o Art. 2º da Resolução nº 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos [...]";

Considerando o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA: "A definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º, deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos;"

Considerando o Art. 9º da Resolução nº 137/CONANDA: "Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições: [...] IV – elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação; [...] VII – monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica".

RESOLVE

Art. 1º aprovar o Plano de Ação e Aplicação Financeira dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano de 2017, conforme segue:

5 CRONOGRAMA - AÇÃO E APLICAÇÃO

AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO
Proporcionar o regate de vínculos familiares, sociais e comunitários, por meio de ações que visem a reaproximação familiar, junto a indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, através do Programa Família Integrada, Família Feliz	2017	CRAS e SMDC	CMDCA, Secretaria da Saúde, Secretaria M. da Educação e o Conselho Tutelar	R\$ 2.000,00
Fortalecer o CMDCA de Irineópolis e Conselho Tutelar para a efetivação de suas atribuições fiscalizadoras, deliberativas e controladoras da política municipal dos direitos da criança e do adolescente. Realizar encontros de formação sobre a função e as atribuições dos conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente e sobre a manutenção do FIA.	2017	CMDCA	SMDC	R\$ 4.000,00

Proporcionar atendimento qualificado as crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, através da inserção em oficinas, grupos de serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos, música, atividades esportivas, visitas domiciliares, etc.	2017	SMDC	CRAS e CMDCA	
Acompanhar mensalmente a evolução e aplicação dos recursos do FIA	2017	CMDCA	SMDC e Secretaria M. da Fazenda	
Captação de fundos para investimentos de recursos para dedução no IR, divulgando o Fundo para a Infância e Adolescência no Município de Irineópolis, com campanhas para a arrecadação de fundos de pessoas físicas e jurídicas, bem como, realização de palestra para contadores e empresas com objetivo de orientar;	2017	CMDCA	CMDCA/Poder Executivo	R\$ 2.000,00
Articular e apoiar ações que Implementem programas de esporte e lazer para crianças e adolescentes.	2017	Setor de Esporte e SMDC	CMDCA	
Incentivar a formação de profissionais do ESF para acompanhamento de adolescentes "grávidas" e estimular na prevenção da gravidez na adolescência.	2017	Secretaria Municipal da Saúde	CMDCA	
Incentivar a divulgação dos direitos humanos de crianças e de adolescentes, com foco na garantia dos direitos, através dos meios de comunicação.	2017	CMDCA	SMDC, CRAS, Conselho Tutelar e rádios locais	
Articular e/ou apoiar eventos e/ou campanhas mundiais, nacionais, estaduais e Municipais alusivos a datas e temáticas específicas, dentre outras, como as exemplificadas abaixo: 1. Dia Nacional do Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (18 de maio); 2. Dia 24 de Setembro - Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. CAMPANHAS: Prevenção a deficiência.	2017	CMDCA, Conselho Tutelar	SMDC	R\$ 4.000,00
Atender crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social através de um projeto de dança com o nome: "Dança e Movimento".	2017	CMDCA	Fundação Itaú Social	R\$ 73.820,00
Valor total				R\$ 85.820,00

Art. 2º Informar que os valores podem ser realocados nas ações de acordo com as demandas apresentadas ao Conselho.

Art. 3º esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 10 de agosto de 2016.

Patrícia Fabiane Fronczak
Presidente do CMDCA

Itá

PREFEITURA

ADENDO 01 AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2016

ADENDO 01

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que em razão da necessidade, houve alteração no Anexo "E", Planilha Orçamento, do Processo Licitatório nº 049/2016, Toma de Preços nº 010/2016, para a contratação de empresa para perfuração de um poço tubular profundo e instalação de duas redes de água. Em consequência das alterações, as propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 31 de agosto de 2016 e abertas nesta mesma data. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital. O edital e o Adendo nº 01 encontram-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 12 de agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 070/2016

DECRETO N.º 070, de 11 de Julho de 2016.

"DELEGA COMPETÊNCIAS A SERVIDORA QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o Art. 70 c/c o Art. 69, Incisos VII, IX, e XXIV da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei nº 2.294 de 19 de Novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a Servidora CLAUDINÉIA ALVES CARDOSO, ocupante do cargo de Gerente da Secretaria Municipal de Assistência Social, como Gestora do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família no Município de Itá-SC.

Parágrafo único. Ficam vedadas práticas dos atos administrativos privativos do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 087/2015 de 09 de Outubro de 2015.

Itá - SC, 11 de Julho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Certifico que este decreto foi registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 071/2016

DECRETO Nº 071 DE 14 DE JULHO DE 2016

"Designa Comissão Especial para Conduzir Processo Administrativo e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento na legislação de regência, e,

Considerando o Processo Licitatório n. 046/2015, Pregão Presencial n. 029/2015, que culminou no Contrato Administrativo nº 096/2015, firmado entre as partes;

Considerando que conforme comprovam e-mails em anexo, houve a reclamação por parte dos usuários dos equipamentos de que os pneus dos equipamentos adquiridos eram de péssima qualidade, apresentando defeito.

Considerando que realizado laudo pela empresa fabricante a mesma se manifestou no sentido de que os pneus não possuíam defeitos.

Considerando que depois de conversas com vossa empresa a mesma se comprometeu a efetuar a troca dos pneus, troca esta que até o presente momento não ocorreu.

Considerando e-mails anexos que comprovam o longo período que o Município vem aguardando tal entrega, sem haver qualquer previsão por parte da empresa Contratada.

Considerando que em resposta a notificação apresentada pelo Município a empresa METALÚRGICA FREITAS LTDA EPP afirma serem improcedentes os argumentos apresentados por este Município, aduzindo ainda que nunca prometera a troca dos pneus.

DECRETA:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo, a fim de apurar a responsabilidade da empresa METALÚRGICA FREITAS LTDA EPP na troca de pneus com defeito de equipamentos vendidos ao Município de Itá em conformidade com o disposto na Lei 8.666/93 e no Contrato Administrativo nº 096/2015.

Art. 2º Para apuração dos fatos descritos no artigo primeiro, desde já fica nomeada a Comissão de Inquérito, composta por quatro servidores municipais, que deverão conduzir o processo disciplinar, sob a presidência do primeiro, a saber:

I – Jair Francisco Moschetta;

II - Felipe UbaChupel;

III – Julcimar Zotti;

IV – Leocir Haach;

Parágrafo Único – A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do Processo Administrativo, bem como, ouvirá as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimentos a respeito dos fatos imputados, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, a técnicos e peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições públicas municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário a elucidação do fato ou exigido ao interesse da

administração.

Art. 3º O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, 14 de julho de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 072/2016

DECRETO Nº 072, de 19 de julho de 2016

"Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o disposto na Lei 2.473, de 19 de julho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), conforme descrito a seguir:

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

2.027- Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral S/A	
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	170.000,00

08.03 – Departamento de Cultura

2.029- Manutenção do Departamento de Cultura	
3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00

Art. 2º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

1.033- Adequação do Centro Administrativo Municipal

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.004- Aquisição de equipamentos rodoviários e agrícolas

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

07.00 – Secretaria Assistência Social

07.01 – Departamento de Assistência Social

1.013- Subvenção a Entidades sem fins lucrativos

4.4.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições	30.000,00
--	-----------

2.022- Manutenção Atividades Dpto Promoção Social

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições	10.000,00
--	-----------

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.055 – Festival de Inverno de Itá

3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

2.028 – Manutenção departamento de Indústria, Comércio e Serviços

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

08.03 – Departamento de Cultura

1.022 – Construção do Centro de Cultura

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

1.027 – Replica em miniatura da antiga cidade de Itá

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 19 de julho de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 073/2016

DECRETO Nº 073/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com a legislação em vigor.

Considerando a aprovação das Resoluções CMS números 006/2016 e 007/2016, de 05 de julho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções CMS números 006/2016 e 007/2016, de 05 de julho de 2016 do Conselho Municipal de Saúde, conforme Anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, em 20 de julho de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria de Administração e Fazenda

DECRETO N. 076/2016

DECRETO Nº 076, 02 de Agosto de 2016.

"Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Agosto de 2016 e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Agosto de 2016;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Agosto de 2016, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 02 de Agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2016

Período: 01 a 31 de Agosto de 2016

Andréia-88323299

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901 Eni- 8829 4457

Edite-88270415 Névio-99842500

Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/ Agosto - Segunda	Isabel		Edite	
2/ Agosto - Terça	Clarice		Nadia	
3/ Agosto - Quarta	Andreza		Edite	
4/ Agosto - Quinta	Eni		Nadia	
5/ Agosto - Sexta	Isabel		Edite	
6/ Agosto - Sábado	Clarice		Nadia	
7/ Agosto - Domingo	Andreza		Edite	
8/ Agosto - Segunda	Eni		Nadia	
9/ Agosto - Terça	Isabel		Edite	
10/ Agosto - Quarta	Clarice		Nadia	
11/ Agosto - Quinta	Andreza		Edite	
12/ Agosto - Sexta	Eni		Nadia	
13/ Agosto - Sábado	Isabel		Edite	
14/ Agosto - Domingo	Clarice		Nadia	
15/ Agosto - Segunda	Andreza		Edite	
16/ Agosto - Terça	Eni		Nadia	
17/ Agosto - Quarta	Isabel		Edite	
18/ Agosto - Quinta	Clarice		Nadia	
19/ Agosto - Sexta	Andreza		Edite	
20/ Agosto - Sábado	Eni		Nadia	
21/ Agosto - Domingo	Isabel		Edite	
22/ Agosto - Segunda	Clarice		Nadia	
23/ Agosto - Terça	Andreza		Edite	
24/ Agosto - Quarta	Eni		Nadia	
25/ Agosto - Quinta	Isabel		Edite	
26/ Agosto - Sexta	Clarice		Nadia	
27/ Agosto - Sábado	Andreza		Edite	
28/ Agosto - Domingo	Eni		Nadia	
29/ Agosto - Segunda	Isabel		Edite	
30/ Agosto - Terça	Clarice		Nadia	
31/ Agosto - Quarta	Andreza		Edite	

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM HORÁRIO DE ESF Agosto 2016

Período: 01 DE AGOSTO A 31 De AGOSTO

HORÁRIO: 07:30 HS AS 11:30 HS

13:00 HS AS 17:00 HS

ISABEL: 8878-1090 ANDREZA: 9902-4788

Data	MANHÃ	TARDE
1/ Agosto - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
2/ Agosto - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
3/ Agosto - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
4/ Agosto - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
5/ Agosto - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
6/ Agosto - Sábado		
7/ Agosto - Domingo		
8/ Agosto - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
9/ Agosto - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
10/ Agosto - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
11/ Agosto - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
12/ Agosto - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
13/ Agosto - Sábado		
14/ Agosto - Domingo		
15/ Agosto - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
16/ Agosto - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
17/ Agosto - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
18/ Agosto - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
19/ Agosto - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
20/ Agosto - Sábado		
21/ Agosto - Domingo		
22/ Agosto - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
23/ Agosto - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
24/ Agosto - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
25/ Agosto - Quinta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
26/ Agosto - Sexta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
27/ Agosto - Sábado		
28/ Agosto - Domingo		
29/ Agosto - Segunda	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
30/ Agosto - Terça	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)
31/ Agosto - Quarta	ISABEL (07:30 AS 11:30 HORAS)	ANDREZA (13:00 AS 17:00 HORAS)

ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2016

Período: 01 a 31 de Agosto de 2016

Médicos: Márcio Stumpf –88339570

Izabel Dalcin –99892162

Arlindo Barzotto – 99891413 Cleomar Wagner - 9960-6967

Elzio Putzel – 9918-2724

Data	Clínica Médica Responsável
1/ Agosto - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
2/ Agosto - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
3/ Agosto - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
4/ Agosto - Quinta	ELZIO PUTZEL (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
5/ Agosto - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
6/ Agosto - Sábado	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 19:30) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30 hs)
7/ Agosto - Domingo	IZABEL DALCIN (07:30 as 07:30 hs)
8/ Agosto - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
9/ Agosto - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
10/ Agosto - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
11/ Agosto - Quinta	ELZIO PUTZEL (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
12/ Agosto - Sexta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00) CLEOMAR WAGNER (17:00 as 07:30)
13/ Agosto - Sábado	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
14/ Agosto - Domingo	CLEOMAR WAGNER (07:30 as 07:30 hs)
15/ Agosto - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
16/ Agosto - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
17/ Agosto - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
18/ Agosto - Quinta	ELZIO PUTZEL (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)

19/ Agosto - Sexta	ELZIO PUTZEL (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
20/ Agosto - Sábado	ARLINDO BARZOTTO (07:30 as 19:30) IZABEL DALCIN (19:30 as 07:30 hs)
21/ Agosto - Domingo	IZABEL DALCIN (07:30 as 07:30 hs)
22/ Agosto - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
23/ Agosto - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
24/ Agosto - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
25/ Agosto - Quinta	ELZIO PUTZEL (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
26/ Agosto - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
27/ Agosto - Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 19:30) ELZIO PUTZEL (19:30 as 07:30 hs)
28/ Agosto - Domingo	ELZIO PUTZEL (07:30 as 07:30 hs)
29/ Agosto - Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
30/ Agosto - Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
31/ Agosto - Quarta	ARLINDO BARZOTTO (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)

DECRETO N. 077/2016

DECRETO N.º 077 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

"INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE ITÁ-SC"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Itá/SC, conforme a Lei n.º 2.398/2015 de 23/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2.º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

- I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;
- II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
- III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Publicizar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3.º Ficam designadas as seguintes instituições e representantes de classe/órgão/entidade para indicarem representante que formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

- I – Secretaria Municipal de Educação;
- II – Conselho Municipal de Educação;
- III – Representante do Conselho do FUNDEB.

Parágrafo único: As entidades, órgãos e instituições citadas neste artigo, serão convocados por ofício a indicar os respectivos nomes dos representantes para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME, que serão nomeados por Portaria Municipal.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá-SC, 12 de Agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 078/2016

DECRETO N.º 078 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

"INSTITUI E NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE ITÁ/SC"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir e nomear a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Itá/SC, conforme a Lei n.º 2.398/2015 de 23/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2.º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação;

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3.º Nomear, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Viviani Vanessa Devalle Maroso;

b) Lucinei Deves.

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

a) Elton José Thomas;

b) Silvia Bender Magri.

III – Representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Jaqueline Sartoretto;

b) Helena Resmini.

IV – Representante do Conselho do FUNDEB:

a) Rosiméri Wolmann;

b) Elaine Corbari Bondan.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá-SC, 12 de Agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Responsável pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIOPOLIS/SC

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 18/2016 – Pregão Eletrônico nº 16/2016. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve revogar a presente licitação, que tem por objeto a aquisição de medicamentos para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Farmácia Básica da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Fundamentação: art. 49 da Lei 8.666/93. Esta licitação terá nova data que será publicada. Itaiópolis 12 de agosto de 2016.

José Heraldo Schritke.- Prefeito Municipal.

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 134 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.093.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO EVENTUAL DE VAN, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 134 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.093.2016

Objeto: Registro de Preços – prestação de serviço de locação eventual de van, micro-ônibus e ônibus.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00 (quatorze) horas do dia 25 de agosto de 2016.

Abertura do Pregão: 25 de agosto de 2016, às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.093.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 12 de agosto de 2016.

EVERALDO DARÓS

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

PROCESSO Nº 135 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.094.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (RELES).

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 135 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.094.2016

Objeto: Registro de preços para fornecimento de materiais elétricos (reles).

Entrega dos envelopes: Até às 15:00 (quinze) horas do dia 25 de agosto de 2016.

Abertura do Pregão: 25 de agosto de 2016, às 15:00 (quinze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.094.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 12 de agosto de 2016.

EVERALDO DARÓS

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 128, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 128, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Comissão para avaliação de imóveis e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea p, do inciso I, do art. 75 da Lei Orgânica Municipal, com base no Parecer Jurídico nº 134/2016, da Procuradoria Municipal, e considerando a contestação do representante da Mitra Diocesana de Chapecó, Pe. Dionísio Körbes, Pároco da Paróquia São Pedro Canísio de Itapiranga;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os corretores de imóveis ROQUE PAULI, PEDRO HECK e ODIR PREIS para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para avaliação dos seguintes imóveis:

I – Parte do lote rural nº 25 da Linha Coqueiro, situado neste município de Itapiranga, com área de 1.000m² (hum mil metros quadrados), confrontando: ao NORTE, por linha seca, em 39,24 metros; ao LESTE, em 20,52 metros, por uma estrada; ao SUESTE, em 40,24 metros, por uma estrada, sempre com terras do mesmo lote nº 25, de propriedade da Mitra Diocesana de Chapecó; e ao OESTE, por linha seca, em 40,00 metros, com parte do mesmo lote nº 25, de propriedade do Estado de Santa Catarina, com benfeitorias conforme matrícula nº 6.771 do CRI de Itapiranga SC;

II – Parte do Lote Rural nº 25 da Linha Coqueiro assim denominado: Lote Rural nº 25-B, formado por parte do lote rural nº 25, da Linha Coqueiro, situado no município de Itapiranga-SC, sem benfeitorias, perfazendo uma área total 20.000,00 m² (Vinte mil metros quadrados), confrontando: ao NORDESTE, em 219,00 metros com terras do Lote Rural nº 26; ao SUDESTE, 92,10 metros com o Lote Rural nº 25-A; ao SUDOESTE, em 219,00 metros com o Lote Rural nº 25-A; ao NOROESTE, em 94,20 metros com o Lote Rural nº 25-A.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do tesouro municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 123, de 13 de julho de 2015.

Itapiranga – SC, 11 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 03/08/2016 a 15/08/2016

Itapiranga – SC, 03 de agosto de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 137/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 137/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JULIANE INES HOFER GHILARDI.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 35/2016/RH de 03/02/2016, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 30 horas semanais.

Itapiranga – SC, 04 de agosto de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO_RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 2º BIMESTRE DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 3º Bimestre de 2016, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 075 DE 04 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº. 075 DE 04 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os art. 5º e 6º, da Lei nº. 106/95, de 19.12.1995.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Saúde, que fica assim constituído:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Titular: ANA MARIA BACK MACHADO

Suplente: DAIANA ROSSO WATERKEMPER

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

Titular: ELIETE GOMES JUST

Suplente: JOSE CARLOS POSSAMAI DELLA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Titular: ELIGIANE MATIAS

Suplente: NOECI BORGES ROSSO

II – REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

UNIDADES DE SAÚDE

Titular: SANDRA TEREZINHA DA ROSA

Suplente: EDI RODRIGUES PADILHA

HOSPITAL SÃO ROQUE

Titular: VALCIANO DAMIANI (Enfermeira do Hospital São Roque)

Suplente: ALCILANE RONSANI BURIN CLARINDA (contadora do Hospital São Roque)

III – REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE VINCULADOS AO SUS

Titular: GISELI MARTINS PETERLE ANTONELI (Laboratório Antonelli)

Suplente: ISIS VITALI (Laboratório Vitali)

IV – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

SINDICATOS

Titular: VALDIR BARBOSA DE OLIVEIRA (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)
Suplente: LEDIO JOAO LUCIETTI (Sindicato dos Produtores Rurais)

ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES

Titular: MARIA DE LOURDES BRATTI DA SILVA
Suplente: DEISI MARCOS ARCENEGO

PATOLOGIA E DEFICIÊNCIA

Titular: MARLENE BRISTOT ZANATTA
Suplente: SUSANA TREVISOL AMORIM

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE JACINTO MACHADO

Titular: LIDIA RZATKI ROVARIS
Suplente: MARLI APARECIDA ROSSO TRAMONTIN

Titular: MARIA ELVIRA FRASSETTO CASAGRANDE (Assoc. Moradores Bairro Figueira)
Suplente: MILEIDI DA SILVA GOMES (Assoc. Moradores Bairro Araçá).

V – REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Titular: VALDIR PAULINO (Assembléia de Deus)
Suplente: ADRIANA DE BRITTOS EDUARDO EUZÉBIO (Assembléia de Deus)

Titular: ERNESTA APOLINARIO VOLOSKI (Igreja Católica)
Suplente: JANETE MARIA SARTOR (Igreja Católica)

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos, permitindo a recondução.

Parágrafo Único: O desempenho da função de membro do Conselho Municipal de Saúde, não será remunerado, considerando-se serviço público relevante.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 25/05/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 04 de julho de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 077, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº. 077, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

ALTERA A ESCALA DE FUNCIONAMENTO DO PLANTÃO, PELO SISTEMA DE RODÍZIO, NAS FARMÁCIAS E DROGARIAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO - SC.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com a Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Jacinto Machado, datada de 28/04/2016, combinada com o Art. 4º da Lei nº 784 de 25 de agosto de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a escala de funcionamento do plantão, pelo sistema de rodízio, nas farmácias e drogarias localizadas no perímetro urbano do município de Jacinto Machado – SC no período de 01 de maio de 2016 a 24 de outubro de 2016 (de segunda-feira à segunda-feira), sendo que a troca dos plantões ocorrerá sempre as 07:00h da manhã:

PERÍODO DE PLANTÃO	FARMÁCIA
01/05/16 (07:00h) a 02/05/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
02/05/16 (07:00h) a 09/05/16 (06:59h)	Farmácia Bem Popular
09/05/16 (07:00h) a 16/05/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
16/05/16 (07:00h) a 23/05/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
23/05/16 (07:00h) a 30/05/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
30/05/16 (07:00h) a 06/06/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
06/06/16 (07:00h) a 13/06/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
13/06/16 (07:00h) a 20/06/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
20/06/16 (07:00h) a 27/06/16 (06:59h)	Farmácia Bem Popular
27/06/16 (07:00h) a 04/07/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
04/07/16 (07:00h) a 11/07/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
11/07/16 (07:00h) a 18/07/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
18/07/16 (07:00h) a 25/07/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
25/07/16 (07:00h) a 01/08/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
01/08/16 (07:00h) a 08/08/16 (06:59h)	Farmácia Gávea
08/08/16 (07:00h) a 15/08/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
15/08/16 (07:00h) a 22/08/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
22/08/16 (07:00h) a 29/08/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
29/08/16 (07:00h) a 05/09/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
05/09/16 (07:00h) a 12/09/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
12/09/16 (07:00h) a 19/09/16 (06:59h)	Pelucia's Farma
19/09/16 (07:00h) a 26/09/16 (06:59h)	Farmácia Antonelli
26/09/16 (07:00h) a 03/10/16 (06:59h)	Farmácia Fortaleza
03/10/16 (07:00h) a 10/10/16 (06:59h)	Farmácia São Roque
10/10/16 (07:00h) a 17/10/16 (06:59h)	Drogaria Cararo
17/10/16 (07:00h) a 24/10/16 (06:59h)	Pelucia's Farma

Art. 2º - As farmácias e drogarias que iniciarem suas atividades após a data de publicação deste Decreto somente poderão ser incluídas no plantão da próxima escala, mediante manifestação de interesse através de requerimento protocolado junto à Administração Municipal.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se o Decreto nº 058, de 29 de abril de 2016.

Jacinto Machado – (SC), 11 de agosto de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: MARCOS DE FARIAS ZANATTA

Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Vigência: Início: 25/07/2016 Término: 25/10/2016

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 006/2016 - DL

Dotação: 2.026.3390.00 - 303 - 22/2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE CAPOEIRA E MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 25 de Julho de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 094/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

Valor Global: R\$ 8.690,00 (oito mil seiscentos e noventa reais).

Vigência: Início: 03/08/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016/PMJM

Dotação: 2.013.4490.00 - 695 - 44/2016 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.013.4490.00 - 711 - 133/2016 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.013.3390.00 - 94 - 41/2016 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.013.4490.00 - 94 - 132/2016 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHÕES E ELETROELETRÔNICOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS CRECHES MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 3 de Agosto de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 149/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 149/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Vigência: Início: 02/08/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 002/2014 - IL

Objeto: FICA REAJUSTADO PELO ÍNDICE IGP-M (FGV) UM PERCENTUAL DE 11,63% DO VALOR MENSAL DO PRESENTE CONTRATO.

Jacinto Machado – SC, 1º de Agosto de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

ANEXO 13_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre (b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JACINTO MACHADO , 01/08/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
ORDENADOR DA DESPESA

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4

ANEXO 14_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	30.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	30.000.000,00	
Receitas Realizadas		4.354.311,85	13.835.739,63	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	760.565,71	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	30.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	3.099.255,58	
Dotação Atualizada		—	33.099.255,58	
Despesas Empenhadas		4.163.615,06	13.319.129,41	
Despesas Liquidadas		4.281.499,10	13.017.770,67	
Superavit Orçamentário		—	817.968,96	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.163.615,06	13.319.129,41	
Despesas Liquidadas		4.281.499,10	13.017.770,67	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			23.811.400,80	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-951.397,30	0,00
Resultado Primário		0,00	565.472,09	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	121,48	0,00	0,00	121,48
EXECUTIVO	121,48	0,00	0,00	121,48
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	205.325,56	0,00	205.325,56	0,00
EXECUTIVO	205.325,56	0,00	205.325,56	0,00
TOTAL:	205.447,04	0,00	205.325,56	121,48
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.499.339,78	25%	16,24
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.350.134,87	60%	95,45
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.070.000,00	

Continua 1/2

Município de JACINTO MACHADO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			2.118.816,61	5.632.844,73
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			139.950,00	-55.950,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	1.516,84
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.630.621,74	15,00	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JACINTO MACHADO , 01/08/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	30.000.000,00	30.000.000,00	4.354.311,85	14,51	13.835.739,63	46,12	16.164.260,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	27.455.000,00	27.455.000,00	4.035.184,72	14,70	12.472.427,74	45,43	14.982.572,26
IMPOSTOS	1.833.000,00	1.833.000,00	188.717,05	10,30	1.255.248,74	68,48	577.751,26
TAXAS	1.300.000,00	1.300.000,00	168.342,59	12,95	1.040.175,17	80,01	259.824,83
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	498.000,00	498.000,00	20.374,46	4,09	215.073,57	43,19	282.926,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	259.000,00	259.000,00	59.682,31	23,04	156.930,78	60,59	102.069,22
RECEITA PATRIMONIAL	259.000,00	259.000,00	59.682,31	23,04	156.930,78	60,59	102.069,22
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	523.500,00	523.500,00	59.118,54	11,29	159.716,24	30,51	363.783,76
RECEITA AGROPECUÁRIA	523.500,00	523.500,00	59.118,54	11,29	159.716,24	30,51	363.783,76
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00	193.671,61	17,61	531.876,52	48,35	568.123,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.943.500,00	22.943.500,00	3.499.706,91	15,25	10.159.350,90	44,28	12.784.149,10
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	22.324.000,00	22.324.000,00	3.422.913,00	15,33	9.973.394,18	44,68	12.350.605,82
TRANSF. DE PESSOAS	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
TRANSF. DE CONV.	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	615.000,00	615.000,00	76.793,91	12,49	185.956,72	30,24	429.043,28
MULTAS E JUROS DE MORA	777.000,00	777.000,00	34.288,30	4,41	209.304,56	26,94	567.695,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	205.000,00	205.000,00	7.561,75	3,69	22.322,20	10,89	182.677,80
RECEITA DA DIVIDAATIVA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	2.512,94	1,68	147.487,06
RECEITAS DIVERSAS	240.000,00	240.000,00	22.169,77	9,24	170.108,23	70,88	69.891,77
RECEITAS DE CAPITAL	182.000,00	182.000,00	4.556,78	2,50	14.361,19	7,89	167.638,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.545.000,00	2.545.000,00	319.127,13	12,54	1.363.311,89	53,57	1.181.688,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	84.000,00	84.000,00	139.950,00	166,61	139.950,00	166,61	-55.950,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	64.000,00	64.000,00	139.950,00	218,67	139.950,00	218,67	-75.950,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.391.000,00	1.391.000,00	179.177,13	12,88	1.223.361,89	87,95	167.638,11
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.391.000,00	1.391.000,00	179.177,13	12,88	1.223.361,89	87,95	167.638,11
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	—	—	—	—	—	—	—
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	30.000.000,00	30.000.000,00	4.354.311,85	14,51	13.835.739,63	46,12	16.164.260,37
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.000.000,00	30.000.000,00	4.354.311,85	14,51	13.835.739,63	16.164.260,37
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.000.000,00	30.000.000,00	4.354.311,85	14,51	13.835.739,63	16.164.260,37
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.212.585,05	—	—	760.565,71	—
Superávit Financeiro	—	1.212.585,05	—	—	760.565,71	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	19.780.126,17	4.281.499,10	13.017.770,67	20.081.484,91	12.002.189,61
DESPESAS CORRENTES	24.767.000,00	25.297.594,24	3.643.718,62	11.118.369,78	14.179.224,46	3.776.159,26	10.898.954,06	14.398.640,18	10.069.626,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.005.000,00	13.987.556,84	2.210.628,59	6.420.170,18	7.567.386,66	2.210.628,59	6.417.436,91	7.570.119,93	6.122.396,96
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	50,64	183,81	49.816,19	50,64	183,81	49.816,19	183,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.712.000,00	11.260.037,40	1.433.039,39	4.698.015,79	6.562.021,61	1.565.480,03	4.481.333,34	6.778.704,06	3.947.045,94
DESPESAS DE CAPITAL	5.183.000,00	7.751.661,34	519.896,44	2.200.759,63	5.550.901,71	505.339,84	2.118.816,61	5.632.844,73	1.932.562,90
INVESTIMENTOS	4.483.000,00	7.151.661,34	503.593,42	2.153.774,07	4.997.887,27	489.036,82	2.071.831,05	5.079.830,29	1.885.577,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	700.000,00	600.000,00	16.303,02	46.985,56	553.014,44	16.303,02	46.985,56	553.014,44	46.985,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	19.780.126,17	4.281.499,10	13.017.770,67	20.081.484,91	12.002.189,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	19.780.126,17	4.281.499,10	13.017.770,67	20.081.484,91	12.002.189,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	817.968,96	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	—	4.281.499,10	13.835.739,63	—	12.002.189,61

FONTE:

JACINTO MACHADO , 27/07/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI ORDENADOR DA DESPESA	MÁRCIO LUIZ ABATTI SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS	KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4
MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS CONTROLE INTERNO		

ANEXO 2_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)			
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	100,00	19.780.126,17	4.281.499,10	13.017.770,67	100,00	20.081.484,91
	Ação Legislativa	1.230.000,00	1.230.000,00	162.307,08	478.263,47	3,59	751.736,53	160.041,78	446.913,25	3,43	783.086,75
	Administração	1.230.000,00	1.230.000,00	162.307,08	478.263,47	3,59	751.736,53	160.041,78	446.913,25	3,43	783.086,75
	Administração Geral	2.595.000,00	2.596.516,84	299.325,51	1.323.100,03	9,93	1.273.416,81	339.705,62	1.205.613,97	9,26	1.390.902,87
	Defesa Civil	2.520.000,00	2.521.516,84	298.581,90	1.321.733,56	9,92	1.199.783,28	338.962,01	1.204.247,50	9,25	1.317.269,34
	Assistência Social	75.000,00	75.000,00	743,61	1.366,47	0,01	73.633,53	743,61	1.366,47	0,01	73.633,53
	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.245.000,00	1.339.879,64	133.686,24	498.756,59	3,74	841.123,05	134.700,36	495.714,23	3,81	844.165,41
	Assistência Comunitária	150.000,00	150.000,00	14.532,08	38.218,38	0,29	111.781,62	14.532,08	38.218,38	0,29	111.781,62
	Saúde	1.095.000,00	1.189.879,64	119.154,16	460.538,21	3,46	729.341,43	120.168,28	457.495,85	3,51	732.383,79
	Atenção Básica	5.090.000,00	5.602.749,44	982.602,81	2.623.662,43	19,70	2.979.087,01	995.247,38	2.590.452,09	19,90	3.012.297,35
	Educação	5.090.000,00	5.602.749,44	982.602,81	2.623.662,43	19,70	2.979.087,01	995.247,38	2.590.452,09	19,90	3.012.297,35
	Alimentação e Nutrição	9.960.000,00	10.325.041,84	1.567.855,13	4.508.195,95	33,85	5.816.845,89	1.574.707,89	4.488.591,67	34,48	5.836.450,17
	Ensino Fundamental	480.000,00	480.149,79	84.819,49	160.045,76	1,20	320.104,03	84.819,49	160.045,76	1,23	320.104,03
	Educação Infantil	8.695.000,00	9.044.162,95	1.290.454,73	3.831.701,50	28,77	5.212.461,45	1.296.152,53	3.815.562,10	29,31	5.228.600,85
	Educação de Jovens e Adultos	655.000,00	670.729,10	172.177,31	473.698,29	3,56	197.030,81	173.332,27	470.233,41	3,61	200.495,69
	Cultura	130.000,00	130.000,00	20.403,60	42.750,40	0,32	87.249,60	20.403,60	42.750,40	0,33	87.249,60
	Difusão Cultural	390.000,00	580.586,52	24.236,53	46.221,04	0,35	534.365,48	24.236,53	46.221,04	0,36	534.365,48
	Urbanismo	390.000,00	580.586,52	24.236,53	46.221,04	0,35	534.365,48	24.236,53	46.221,04	0,36	534.365,48
	Serviços Urbanos	3.545.000,00	3.692.215,54	437.957,71	1.244.319,01	9,34	2.447.896,53	436.451,71	1.242.813,01	9,55	2.449.402,53
	Saneamento	3.545.000,00	3.692.215,54	437.957,71	1.244.319,01	9,34	2.447.896,53	436.451,71	1.242.813,01	9,55	2.449.402,53
	Saneamento Básico Urbano	1.290.000,00	1.462.500,00	303.071,69	672.266,44	5,05	790.233,56	357.668,81	662.993,36	5,09	799.506,64
	Gestão Ambiental	1.290.000,00	1.462.500,00	303.071,69	672.266,44	5,05	790.233,56	357.668,81	662.993,36	5,09	799.506,64
	Preservação e Conservação Ambiental	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
	Agricultura	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
	Extensão Rural	671.000,00	671.000,00	104.837,57	346.083,20	2,60	324.916,80	111.004,23	327.583,22	2,52	343.416,78
	Indústria	671.000,00	671.000,00	104.837,57	346.083,20	2,60	324.916,80	111.004,23	327.583,22	2,52	343.416,78
Administração Geral	168.000,00	255.941,92	17.865,00	17.865,00	0,13	238.076,92	17.865,00	17.865,00	0,14	238.076,92	
Propriedade Industrial	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	
Comércio e Serviços	145.000,00	232.941,92	17.865,00	17.865,00	0,13	215.076,92	17.865,00	17.865,00	0,14	215.076,92	
Turismo	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Transporte	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Serviços Urbanos	2.280.000,00	3.751.294,77	0,00	1.154.309,61	8,67	2.596.985,16	0,00	1.086.923,19	8,35	2.664.371,58	
Transporte Rodoviário	630.000,00	630.000,00	0,00	1.555,00	0,01	628.445,00	0,00	1.555,00	0,01	628.445,00	
Desporto e Lazer	1.650.000,00	3.121.294,77	0,00	1.152.754,61	8,65	1.968.540,16	0,00	1.085.368,19	8,34	2.035.926,58	
Desporto Comunitário	430.000,00	485.529,07	49.834,95	159.813,64	1,20	325.715,43	49.834,95	159.813,64	1,23	325.715,43	
Encargos Especiais	430.000,00	485.529,07	49.834,95	159.813,64	1,20	325.715,43	49.834,95	159.813,64	1,23	325.715,43	
Outros Encargos Especiais	1.000.000,00	1.000.000,00	80.034,84	246.273,00	1,85	753.727,00	80.034,84	246.273,00	1,89	753.727,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00	80.034,84	246.273,00	1,85	753.727,00	80.034,84	246.273,00	1,89	753.727,00	
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	

Continua 1/2

Município de JACINTO MACHADO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	100,00	19.780.126,17	4.281.499,10	13.017.770,67	100,00	20.081.484,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	30.000.000,00	33.099.255,58	4.163.615,06	13.319.129,41	100,00	19.780.126,17	4.281.499,10	13.017.770,67	100,00	20.081.484,91

FONTE:

JACINTO MACHADO , 27/07/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI ORDENADOR DA DESPESA	MÁRCIO LUIZ ABATTI SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS	KATIANE DA CUNHA MAFOLETTI CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4
MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS CONTROLE INTERNO		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	TOTAL (JUL.12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.963.421,07	2.153.178,11	2.132.384,15	1.988.765,39	2.080.072,51	2.461.527,33	2.265.171,51	2.488.985,92	2.451.865,14	2.284.449,49	2.406.783,49	2.186.414,09	26.873.918,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	81.524,63	173.449,82	108.825,46	61.814,20	60.197,45	86.902,25	51.582,96	122.625,94	577.982,98	314.359,91	105.828,43	83.088,62	1.827.982,55
I.P.T.U.	26.990,97	3.762,61	4.755,06	3.022,34	2.843,09	5.968,37	868,63	48.397,21	44.015,71	134.891,03	23.059,28	4.646,92	701.211,42
I.R.R.F.	13.231,57	12.307,35	21.380,66	12.296,34	11.769,24	26.968,15	6.753,51	28.061,63	14.581,17	14.853,07	13.431,24	18.385,65	193.999,78
I.S.S.	26.703,40	51.163,70	44.348,52	33.132,96	35.632,97	45.754,26	28.119,02	24.958,81	31.103,21	38.378,36	33.173,91	30.073,66	423.142,78
I.T.B.I.	5.515,51	8.429,42	18.127,11	4.753,79	7.366,84	5.390,84	6.338,04	4.173,99	15.687,96	32.690,83	22.384,55	23.187,38	154.916,26
Outras Receitas Tributárias	9.093,18	97.786,74	19.614,11	8.606,77	2.585,31	2.830,63	9.503,56	17.034,00	74.614,93	93.546,62	13.579,45	6.795,01	355.392,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.721,30	17.465,00	18.838,35	18.920,03	18.718,59	22.797,62	24.396,12	24.725,25	21.335,94	26.791,16	33.270,32	26.411,99	271.391,87
RECEITA PATRIMONIAL	30.953,06	28.347,43	29.773,60	19.670,42	20.871,95	15.476,10	19.315,38	23.894,48	30.046,15	27.341,69	25.905,78	33.212,76	304.808,80
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	80.385,54	91.608,53	89.332,07	86.813,56	80.643,50	83.188,15	80.051,14	72.726,98	95.723,85	89.702,94	104.540,84	89.130,77	1.043.448,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.739.463,56	1.829.481,33	1.873.522,12	1.782.793,24	1.872.828,66	2.197.919,79	2.069.023,82	2.173.562,78	1.673.044,63	1.797.241,80	2.121.206,82	1.936.512,95	23.066.801,50
Cota-Parte do F.P.M.	508.048,76	594.198,55	495.387,02	563.832,53	636.611,19	732.029,81	695.628,13	870.825,84	529.955,81	628.614,87	836.171,98	690.813,51	7.791.318,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	523.523,14	502.898,90	524.896,00	542.736,68	545.994,27	533.013,65	631.393,13	516.953,94	520.606,87	535.298,98	517.753,54	511.537,66	6.406.576,86
Cota-Parte do I.P.V.A.	91.470,54	86.892,30	82.337,23	85.545,64	78.655,86	45.915,75	38.597,46	63.846,06	103.466,38	89.764,40	102.938,77	111.800,39	981.242,98
Cota-Parte do I.T.R.	125,32	196,33	4.496,09	8.115,62	1.149,01	338,14	338,61	327,75	1.496,67	239,74	280,28	357,35	17.461,11
Outras Transferências Correntes	289.868,89	309.590,24	445.748,14	241.681,44	274.412,86	541.063,30	248.052,51	310.813,65	123.297,30	129.293,02	236.835,94	215.885,47	3.366.512,76
Transferências da LC 61/1989	7.579,48	8.065,76	8.042,01	9.326,07	8.498,70	8.391,96	10.003,20	7.755,49	7.542,51	7.739,25	8.798,56	5.229,60	96.834,59
Transferências da LC 87/1996	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.197,40	0,00	2.197,40	2.197,40	2.197,40	2.197,40	24.563,90
Transferências do FUNDEB	316.593,78	325.415,60	310.351,98	329.289,01	325.243,12	334.903,53	442.813,38	403.068,15	385.461,69	403.924,14	416.240,35	398.691,57	4.680.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.372,98	12.826,00	12.092,55	28.753,94	26.812,36	55.242,22	20.802,09	71.450,59	53.751,59	29.011,99	16.231,30	18.057,00	358.404,61
DEDUÇÕES (II)	226.601,98	238.900,25	223.484,22	242.364,32	254.634,36	264.390,37	275.631,39	291.936,01	232.856,94	252.804,70	293.625,89	264.386,97	3.061.617,40
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	226.601,98	238.900,25	223.484,22	242.364,32	254.634,36	264.390,37	275.631,39	291.936,01	232.856,94	252.804,70	293.625,89	264.386,97	3.061.617,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.736.819,09	1.914.277,86	1.908.899,93	1.746.401,07	1.825.438,15	2.197.136,96	1.989.540,12	2.197.049,91	2.219.008,20	2.031.644,79	2.113.157,60	1.922.027,12	23.811.400,80

FONTE:

JACINTO MACHADO, 01/08/2016

ANTÔNIO JOÃO DE FAVERI
ORDENADOR DA DESPESAMÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFOLETTI
CONTADOR-CP/CPSC 0381270/4MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

ANEXO 4_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	25.000,00	25.000,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
APORTES REALIZADOS						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
PERÍODO DE REFERÊNCIA			2015			
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS						
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

JACINTO MACHADO , 01/08/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI	MÁRCIO LUIZ ABATTI	KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI	MELÂNIA COLARES PAULO MARTI
ORDENADOR DA DESPESA	SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇ	CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4	CONTROLE INTERNO

ANEXO 5_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	585.948,90	560.999,26	545.595,48
DEDUÇÕES (II)	1.940.518,11	2.817.910,50	2.891.915,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.145.843,67	3.789.810,97	3.907.496,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	205.325,56	971.900,47	1.015.581,06
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.354.569,21	-2.256.911,24	-2.346.319,93
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	585.948,90	560.999,26	545.595,48
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.940.518,11	-2.817.910,50	-2.891.915,41

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	-74.004,91	-951.397,30

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

JACINTO MACHADO , 01/08/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

ANEXO 6_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	26.931.500,00	12.312.711,50	11.555.730,22
Receita Tributária	1.833.000,00	1.255.248,74	1.092.480,70
I.P.T.U.	600.000,00	653.878,98	624.726,80
I.S.S.	400.000,00	185.806,97	159.455,93
I.T.B.I.	100.000,00	104.442,75	50.340,43
I.R.R.F.	200.000,00	96.046,47	52.659,07
Outras Receitas Tributárias	533.000,00	215.073,57	205.298,47
Receita de Contribuição	259.000,00	156.930,78	122.393,20
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	259.000,00	156.930,78	122.393,20
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	523.500,00	159.716,24	210.981,12
(-) Aplicações Financeiras	523.500,00	159.716,24	210.981,12
Transferências Correntes	22.943.500,00	10.159.350,90	9.678.767,78
F.P.M.	7.680.000,00	3.400.968,27	3.459.929,72
I.P.V.A	680.000,00	408.348,86	367.358,99
I.C.M.S.	6.000.000,00	2.586.811,71	2.629.254,19
Convênios	615.000,00	185.956,72	174.936,39
Outras Transferências Correntes	7.968.500,00	3.577.265,34	3.047.288,49
Demais Receitas Correntes	1.896.000,00	741.181,08	662.088,54
Dívida Ativa	240.000,00	170.108,23	109.430,37
Diversas Receitas Correntes	1.656.000,00	571.072,85	552.658,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.545.000,00	1.363.311,89	1.652.225,59
Operações de Crédito (III)	1.070.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	84.000,00	139.950,00	0,00
Transferências de Capital	1.391.000,00	1.223.361,89	1.652.225,59
Convênios	1.391.000,00	1.223.361,89	1.652.225,59
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.391.000,00	1.223.361,89	1.652.225,59
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.322.500,00	13.536.073,39	13.207.955,81

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.297.594,24	11.118.369,78	9.772.351,43	10.898.954,06	9.463.975,89
Pessoal e Encargos Sociais	13.987.556,84	6.420.170,18	5.690.270,30	6.417.436,91	5.690.270,30
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	183,81	298,51	183,81	298,51
Outras Despesas Correntes	11.260.037,40	4.698.015,79	4.081.782,62	4.481.333,34	3.773.407,08
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.247.594,24	11.118.185,97	9.772.052,92	10.898.770,25	9.463.677,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.751.661,34	2.200.759,63	2.651.815,51	2.118.816,61	2.651.815,51
Investimentos	7.151.661,34	2.153.774,07	2.612.640,13	2.071.831,05	2.612.640,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	46.985,56	39.175,38	46.985,56	39.175,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.151.661,34	2.153.774,07	2.612.640,13	2.071.831,05	2.612.640,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.449.255,58	13.271.960,04	12.384.693,05	12.970.601,30	12.076.317,51

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.126.755,58	264.113,35	823.262,76	565.472,09	1.131.638,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	760.565,71	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	760.565,71	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

JACINTO MACHADO , 01/08/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

ANEXO 7_RREO_3º BIMESTRE_2016

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)														
EXECUTIVO														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	205.325,56	205.325,56	0,00	0,00	0,00	121,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,48	121,48
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINA	0,00	204.753,16	204.753,16	0,00	0,00	0,00	121,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,48	121,48
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	996,80	996,80	0,00	0,00	0,00	121,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,48	121,48
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHAT	0,00	203.756,36	203.756,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	572,40	572,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)														
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	205.325,56	205.325,56	0,00	0,00	0,00	121,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,48	121,48

FONTE:

JACINTO MACHADO - 01/08/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
ORDENADOR DA DESPESAMÁRCIO LUIZ ABATTI
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFOLETTI
CONTADOR(A)-CRC/SC 038127/O-4MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS
CONTROLE INTERNO

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.978/2016

DECRETO Nº 10.978/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 211.000,00 (Duzentos e onze mil reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.128.04232.256 - Realização de campanhas educativas para humanizar o trânsito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.388 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

33.02.389 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

33.02.15.452.04242.260 - Manutenção e investimentos em equipamentos

de controle de tráfego

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.271 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 141.000,00

TOTAL R\$ 211.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal do Urbanismo (Semur), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.128.04232.256 - Realização de campanhas educativas para humanizar o trânsito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.266 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

33.02.15.452.04242.260 - Manutenção e investimentos em equipamentos

de controle de tráfego

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.02.273 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 141.000,00

TOTAL R\$ 211.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2016

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXCLUSIVO ME/EPP

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Constituem objeto da presente licitação, a seleção de propostas, visando ao Registro de preços à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo I e Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 6.737/2009 de 09 de julho de 2009, Decreto Municipal nº 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.791/2016 de 1º de abril de 2016 e Lei Complementar 147/2014.

DA CONDIÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO: Somente poderão participar deste edital empresa que atenderem a todas as exigências deste edital e estiver nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES (Habilitação e Proposta): Até às 08:45 hs do dia 25 de agosto de 2016, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

ABERTURA DOS ENVELOPES 01-PROPOSTA - às 09:30 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. Após, a sessão será suspensa para análise das PROPOSTAS (obs: Para esta fase não há necessidade da presença dos representantes).

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes 02-HABILITAÇÃO serão as 08:00 hs do dia 08 de setembro de 2016, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 165.474,49 (Cento e sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br

Jaraguá do Sul (SC), 15 de julho de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CM HOSPITALAR S.A.

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	600	Lata	DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 01 A 10 ANOS – CÓDIGO 28506 Dieta para uso oral ou enteral, nutricionalmente completa, normocalórica, normolipídica, normoprotéica, com proteínas do soro do leite, isenta de glúten indicada para a faixa etária de 03 a 10 anos. Sabor chocolate e baunilha. Embalagem mínima de 400g. MARCA: NUTREN JR - Processo Judicial nº 036.14.000647-3	49,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Elisângela de Oliveira Rodrigues dos Santos.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PFG COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
04	300	Pacote	MALTODEXTRINA – CÓDIGO 19458 Módulo de carboidratos para dieta enteral e oral tendo como fonte os oligossacarídeos (maltodextrina). Indicado como aporte energético, poupador de proteínas, situações de intolerância de dissacarídeo; dietas para pacientes diabéticos. Embalagem mínima de 250g. MARCA: MALTODEXTRINA - Processo Judicial nº 036.10.001014-3	16,10
07	600	Lata	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE ANTI-REGURGITAÇÃO – CÓDIGO 26160 Fórmula anti-regurgitação indicada desde o nascimento para lactentes que apresentem sintomas de regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico. Apresentação: Embalagem mínima 400g.	14,75
08	2000	Lata	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE – C/ PREBIÓTICOS – CÓDIGO 26161 Fórmula infantil de partida, com proteína otimizada e prebióticos, para aumento do número de evacuações e efeito bifidogênico, reduzindo o risco de diarreia. Específica para lactentes no primeiro semestre de vida. Embalagem mínima de 400g.	19,00
09	600	Lata	FÓRMULA INFANTIL 2º SEMESTRE - CÓDIGO 17564 Fórmula infantil à base de proteína láctea, em pó, enriquecida com ferro e prebióticos ou probióticos, indicada para lactentes a partir de 06 meses de vida, que atenda todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação: Embalagem mínima de 800g.	18,28

12	600	Lata	LEITE EM PÓ ESPECIAL PARA RISCO DE ALERGIA – CÓDIGO 30047 Fórmula infantil hipoalergênica, a base de proteína do soro do leite, parcialmente hidrolisada (100%). Indicada para lactentes com risco de manifestações alérgicas. Embalagem mínima de 400g.	30,00
15	400	Lata	MÓDULO DE PROTEÍNAS – CÓDIGO 30044 Módulo de proteína para dieta enteral ou oral, sem sabor, 100% proteínas. Sem glúten. Embalagem mínima de 250g.	60,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Talita Marino André.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
06	600	Frasco	FÓRMULA INFANTIL HIPERCALÓRICA 0-12 MESES – CÓDIGO 34153 Fórmula infantil nutricionalmente completa hipercalórica em pó para crianças de 0 a 12 meses. Adicionada de LCPufas, nucleotídeos e prebióticos (GOS/FOS) Isenta de sacarose e glúten. Indicações: Pacientes com necessidades nutricionais aumentadas e/ou com restrição de volume (Cardiopatas congênitas, Doença pulmonar crônica, Fibrose cística, Paralisia cerebral, Déficit de crescimento, Desnutrição, Pré e pós-operatório). Embalagem mínima: 400g.	125,00
11	60	Lata	LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 30046 Denominação comum Brasileira:- Fórmula infantil em pó, para crianças desde o nascimento, nutricionalmente completa a base de aminoácidos, não alergênicos, com LC PUFAS e nucleotídeos. Isento de sabor. Apresentação: Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE LCP - Processo Judicial nº 5001645 – 05.2015.4.04.7209/SC, Processo Judicial nº 5001621 - 74.2015.4.04.7209/SC e Processo judicial nº 5001619 – 07.2015.4.04.7209/SC.	259,00
16	800	Lata	DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 01 A 10 ANOS SEM SABOR – CÓDIGO 28511 Dieta para uso oral ou enteral para crianças de 03 a 10 anos, nutricionalmente completo. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Diluição de 1,0 a 1,5 kcal/ml. Sem sabor. Embalagem mínima de 325g A 400g. MARCA: FORTINI SEM SABOR - Processo Judicial nº 0900142-03.2015.8.24.0036	80,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Renato Hornburg.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, segundo as conveniências da administração direta:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
10	540	Lata	LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 30046 Denominação comum Brasileira:- Fórmula infantil em pó, para crianças desde o nascimento, nutricionalmente completa a base de aminoácidos, não alergênicos, com LC PUFAS e nucleotídeos. Isento de sabor. Apresentação: Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE LCP - Processo Judicial nº 5001645 – 05.2015.4.04.7209/SC, Processo Judicial nº 5001621 - 74.2015.4.04.7209/SC e Processo judicial nº 5001619 – 07.2015.4.04.7209/SC.	185,00
17	270	Lata	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 33628 Fórmula elementar de aminoácidos, nutricionalmente completa para crianças acima de 03 anos com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose. Galactose e ingredientes de origem animal. Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE ADVANCE - Processo Judicial nº 5002119-73.2015.4.04.7209/SC	179,05

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fac símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Karine de Souza Rodrigues.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016-Froagro

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do Froagro

CONTRATADA: AGROVETERINARIA E PET SHOP DA ROSA LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 002/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Unid.	Quant.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	2	Unid.	OXITETRACICLINA AVES – cloridrato de oxitetraciclina 810mg – Frasco c/ 10 ml.	14,00
04	15	Unid.	IMIDOCARB – Dipropionato de imidocarb 12g – Frasco c/ 15 ml.	20,00
06	600	Unid.	PENICILINA LIOFILIZADA – Benzilpenicilina benzatina (3.000.000 UI) Benzilpenicilina procaína (1.500.000 UI) Benzilpenicilina potássica (1.500.000 UI) Diidroestreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Estreptomicina base (sulfato) (1.250 mg) Ampola com diluente água destilada estéril (15ml) – Frasco 8,6 g pó + 15ml.	17,90
08	300	Unid.	OXITETRACICLINA – Oxitetraciclina base (10g) Lidocaína. (2g) – Frasco c/ 50ml	10,10

10	90	Unid.	TRISTEZA – Diaceturato de 4,4-diazoaminodibenzimidina (2,1g) Pirazolona. (antipirina) (11,1g) – Frasco c/ 20 ml.	18,90
11	40	Unid.	TILOSINA 50ml – Tilosina (sob forma base) (20g)- Frasco c/ 50ml	11,90
13	5	Unid.	LINCOMICINA – Cloridrato de lincomicina 5.000 mg – Frasco c/ 50 ml.	38,00
14	1	Unid.	GENTAMICINA – Gentamicina (base) 4g, Sulfato de atropina 0,05g – Frasco c/ 20 ml	10,30
15	10	Unid.	TÔNICO RECONSTITUINTE – Metilarsinato de sódio 300mg, Citrato de ferro amoniacal verde 300mg, Solução milesimal de adrenalina 1,5ml – Frasco c/ 15 ml.	6,70
16	2	Unid.	POMADA ANTIBIÓTICA – Penicilina G benzatina 1.250.000 UI , Penicilina G procaína 1.250.000 UI, Dihidroestreptomicina (sulfato) 1,25 g, Uréia 2,50 g – Bisnaga c/ 50 g.	18,90
17	15	Unid.	FLORFENICOL 30ml – Florfenicol 30g - Frasco 30ml.	17,30
18	25	Unid.	FLORFENICOL – Florfenicol 30g - Frasco 50ml	59,90
19	3	Unid.	SOL. LIMPEZA FERIDAS – Lauril dietileno glicol éter sulfato de sódio (28%) 1,25mg - Frasco 250 ml	21,90
20	3	Unid.	SPRAY CASCO – M.M.D.H.(Monometilol dimetil hidantoína) 27,5g - Tubo Aerosol 400 ml	32,10
21	2	Unid.	ANTIMASTÍTICO – Flumetasona 0,0025g, Neomicina (sulfato) 2g, Espiramicina (adipato) 7.692.300 UI - Frasco 100ml	38,90
22	5	Unid.	AMOXICILINA – Amoxicilina (trihidratada) 15g – Frasco 100 ml.	28,10
24	2	Unid.	POMADA LARVICIDA – Óxido de Zinco 15g, Ácido Cresílico 2g, Excipiente q.s.p 100g - Pote 200g.	8,60
28	15	Unid.	DEXAMETASONA 2MG – Dexametasona (2mg) - Frasco 10ml	3,05
30	5	Unid.	FLUNEXINA 10ML – Flunixinina meglumina (50mg) - Frasco 10ml	10,20
31	20	Unid.	CETOPROFENO – Cetoprofeno 10mg - Frasco 50ml	33,30
32	20	Unid.	DIPIRONA – Dipirona Sódica (500mg) - Frasco 50ml	5,70
33	50	Unid.	DICLONENACO – Diclofenaco sódico 5g - Frasco 50ml	11,00
34	10	Unid.	FLUMETASONA – Flumetasona (0,5mg) - Frasco 10ml	7,80
35	60	Unid.	FLUNEXINA 50ML – Megluminato de flunixinina 8,3 g (Equivalente a 5,0 g de flunixinina) - Frasco 50ml	25,10
36	60	Unid.	MELOXICAM – Meloxicam (2g) - Frasco 50ml	56,90
37	10	Unid.	DIURÉTICO + CORTICOIDE – Triclorometiazida 10,0 mg; Dexametasona (como acetato) 0,5 mg - Frasco 10ml	11,60
38	10	Unid.	ALBENDAZOLE ORAL – Albendazole micronizado 10g - Frasco 200ml	10,90
39	2	Unid.	ALBENDAZOL ORAL – Albendazol 10g - Frasco 250ml	11,10
40	15	Unid.	DORAMECTINA – Doramectin 1g - Frasco 50ml	10,90
41	3	Unid.	IVERMECTINA FASCÍOLA – ivermectina 1% + clorsulon 10% - Frasco 50ml	20,90
42	5	Unid.	ALBENDAZOL INJ. - Sulfóxido de albendazol 10g - Frasco 250ml	36,90
43	10	Unid.	CLOSANTEL – Closantel sódico 10 g - Frasco 250ml	34,90
44	6	Unid.	SPRAY MIÍASE – R-S(Cis-Trans)-3-(2,2 diclorovinil) 2,2 dimetilciclo-propanocarboxilato de (RS) alfa ciano-3-fenoxibenzil (Cipermetrina) 2g, Fosfato de 0,0-dimetil-0-(2,2-diclorovinil) (Diclorvos) 1g - Frasco Spray 500ml.	27,90
47	6	Unid.	IVERMECTINA POUR-ON – Ivermectina 1% - Frasco 1L	105,90
48	20	Unid.	ACEPROMAZINA – Acepromazina 10g - Frasco 20ml	11,30
49	20	Unid.	KETAMINA – Cloridrato de ketamina 1,16 g - Frasco 10ml	9,90
50	20	Unid.	ANESTÉSICO LOCAL – Lidocaína (2,06g) bitartarato de epinefrina (1,001mg) - Frasco 50ml	5,50
51	20	Unid.	XILASINA – Cloridrato de xilazina 2g - Frasco 10ml	6,30
52	8	Unid.	VITAMINAS ADE – Vitamina E (alfa tocoferol) (5.500 U.I). Vitamina D-2 (ergocalciferol) (6.000.000 U. I.) Vitamina A (palmitato) (27.000.000 U.I.) - Frasco 100ml	6,50
55	8	Unid.	VIT A – Vitamina A 2.000.000 UI - Frasco 20 ml	18,10
56	6	Unid.	VIT C – Vitamina C 15 g - Frasco 20 ml	11,30

60	30	Unid.	MODIFICADOR ORGÂNICO – Vitamina E: 100 UI, Vitamina D2: 2.000.000 UI, Vitamina B12: 5.000 µg, Cloridrato de L-arginina:200mg, Cloridrato de L-histidina:210mg, Cloridrato de L-lisina: 1.000mg, L-leucina: 210mg, L-triptofano: 50mg, L-valina: 200mg, DL-metionina: 210mg, Glicina: 420mg, Cloreto de cobalto: 13mg, Sulfato de cobre: 2mg, Iodeto de potássio: 15mg, Cloreto de zinco: 10mg, Cloreto de sódio: 42mg, Hipofosfito de cálcio: 1.500mg, Cloreto de magnésio: 210mg, Monoglutamato de sódio: 420mg, Ácido oléico: 375mg, Hidróxido de alumínio: 30mg - Frasco 100ml	5,20
61	8	Unid.	CÁLCIO + B12 – Cálcio coloidal 1,0g, Morruato de sódio 1,0g, Vitamina D2 (calciferol 20.000 UI) 50,0mg, Vitamina B12 (cianocobalamina) 50,0mg - Frasco 100ml	10,90
62	50	Unid.	COMPLEXO VITAMINICO INJ – Sulfato de mefenetina 600,0 mg, Vitamina B2 200,0 mg, Vitamina B6 500,0 mg, Nicotinamina 10.000,0 mg, Pantotenato de cálcio 500,0 mg - Frasco 10ml	6,30
63	6	Unid.	COMPLEXO VIT B – Vitamina B12(cianocobalamina) 5000 mcg, Vitamina B1 (cloridrato de tiamina) 500 mg, Vitamina B6 (cloridrato de piridoxina) 150 mg - Ampolas 5ml	7,40
64	1	Unid.	VITAMINA AVES – Vitamina A 15.000.000 UI; Vitamina D3 4.000.000 UI; Vitamina E 1.000 mg; Vitamina B1 4.000 mg; Vitamina B2 1.500 mg; Vitamina B6 2.000 mg; Vitamina B12 4.800 mcg; Nicotinamida 10.000 mg - Frasco 20ml	6,50
65	5	Unid.	ESTIMULANTE GASTROINTESTINAL – Cloreto de carbamilcolina 0,05mg - Ampola 5ml	4,90
66	70	Unid.	ESTIMULANTE RUMINAL – Solução de silicone a 30%, Suspensão de metilcelulose q.s.p - Frasco 100ml	7,20
67	8	Unid.	Sorbitol 50g - Frasco 100ml	10,80
68	5	Unid.	ESTIMULANTE DO RUMEM – Acetil tributil acetato - Frasco 150ml	38,70
69	5	Unid.	LAXANTE – Bicarbonato de Sódio 50g; Magnésia Calcina 25g; Carbonato de Cálcio 25g; Sulfato de Magnésio q.s.p. 500g - Pacote 500g	7,90
71	50	Unid.	CÁLCIO - Borogluconato de cálcio 20,15 g, Glicerofosfato de cálcio 2,5 g, Cloreto de magnésio 2,0 g, Veículo glicosado q.s.p. 100 ml - Frasco 200ml	8,90
75	8	Unid.	DIUTÉTICO 10ml – Furosemida 10mg - Frasco 10ml	8,00
77	4	Unid.	PILOCARPINA – Pilocarpina Cloridrato 2g - Frasco 10ml	40,00
78	2	Unid.	SORO ANTI-TETANICO – soro anti-tetânico liofilizado 5.000 UI - ampola liofilizada e diluente 5ml.	9,50
79	2	Unid.	SORO ANTIOFIDICO – solução de imunoglobulinas específicas dos gêneros Bothrops e Crotalus - ampola liofilizada e diluente 50 ml.	60,00
80	10	Unid.	GLICOSE – Solução de Glicose 5% - Frasco 500ml	6,00
81	1	Unid.	BRONCODILATADOR – Cloridrato de Clenbuterol 0,0025% - Frasco 250ml	56,00
82	1	Unid.	BRONCODILATADOR 500 ml– Cloridrato de Clenbuterol 0,0025% - Frasco 500ml	89,00
83	5	Unid.	BROMEXINA – Cloridrato de bromexina (300mg) - Frasco 50ml	15,90
84	6	Unid.	ESTRADIOL - Cipionato de Estradiol 2mg, Clorobutanol 5 mg - Frasco 10ml	10,30
86	40	Unid.	PROSTAGLANDINA – D (+) Cloprostenol 7,50 mg (prostaglandina) - Frasco 2ml	30,00
87	2	Unid.	ANTISSEPTICO CASCO – SULFATO DE ZINCO 5g; SULFATO DE COBRE 5g; ACETATO DE CHUMBO 10g; ÁCIDO ACÉTICO 6ML - Frasco 1L	58,90
89	5	Unid.	SORO DE VITAMINAS – Vitamina B1 3 mg, Vitamina B2 fosfato 20 mg, Vitamina B6 3 mg, Vitamina B12 2 mg, Nicotinamida 240 mg, Dextrose Anidra 6000 mg, Cloreto de Sódio 400 mg, Cloreto de Potássio 50 mg, Cloreto de Cálcio 2 H2O 39,8 mg, Cloreto de Magnésio 6 H2O 34,2 mg, DL Metionina 600 mg, Cloreto de Colina 300 mg, Água para injetáveis q.s.p 100 ml - Frasco 500ml	8,60
90	50	Unid.	SORO VITAMINADO – Frutose 50,00 g, Cloreto de sódio 4,30 g, Cloreto de potássio 0,42 g, Cloreto de cálcio 0,12 g, Cloreto de magnésio 0,10 g, Bicarbonato de sódio 0,24 g, Vitamina B-1 0,02 g, Vitamina B-2 0,06 g, Vitamina B-6 0,03 g, Vitamina B-12 8.000 mcg, Nicotinamida 2.000 mg, Inositol 4.000 mg - Frasco 500ml	9,50
91	20	Unid.	SORO RL – 130 mEq de sódio; 4 mEq de potássio; 3 mEq de cálcio; 109 mEq de cloreto; 28 mEq de lactato - Frasco 1000ml	6,90
92	5	Unid.	Borogluconato de cálcio 22,40g; Borogluconato de magnésio 6,75g; Cafeína 1,00g; Glicose 10,00g; Cianocobalamina (Vit. B12) 1.000,00mcg; Água para injeção q.s.p. 100,00ml - Frasco 500 ml	75,00
93	5	Unid.	TESTE CMT – Púrpura de bromocresol 0,02 mg - Frasco 500ml	5,30
94	5	Unid.	DESINFETANTE – Cloreto de benzalcônio 15g - Frasco 1000ml	55,00
95	40	Unid.	IODO – Iodopovidona 10% - Frasco 1000ml.	17,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura, localizada na Rua Ângelo Rubini 600, no Bairro Barra do Rio Cerro, somente nas terças, quartas e quintas feiras, no horário de expediente do município, ou seja, das 7:30 as 11:30hs e das 13:30 as 17:00 hs.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Ivan Andréias Wolter e Rita de Cássia Paes da Rosa.

Dieter Janssen Ivan Andréias Wolter
Prefeito Municipal Gestor do Froagro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016-Froagro

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do Froagro

CONTRATADA: AGROPECUÁRIA REAL LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 002/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Unid.	Quant.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
02	5	Unid.	SULFA + TRIMETOPRIM 100ml – Sulfadoxina 20g + Trimetoprim 4g – Frasco 100ml.	19,90
23	5	Unid.	ENROFLOXACINA LONGA AÇÃO – Enrofloxacin 10% - Frasco 50ml	79,60
25	70	Unid.	BISNAGA VS GENTAMICINA – Sulfato de gentamicina 677,00 mg - Seringa de 10 ml	16,00
26	30	Unid.	BISNAGA VS PENICILINA – Penicilina G-potássica 500.000 UI, Penicilina G-procaína 1.000.000 UI, Neomicina (equivalente a 500 mg) 0,735 g - Seringa de 9g	9,30
70	25	Unid.	MAGNÉSIO – hidróxido de magnésio 1200mg - Frasco 350 ml	11,20

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura, localizada na Rua Ângelo Rubini 600, no Bairro Barra do Rio Cerro, somente nas terças, quartas e quintas feiras, no horário de expediente do município, ou seja, das 7:30 as 11:30hs e das 13:30 as 17:00 hs.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Ivan Andréias Wolter e Raimundo Martignago.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Ivan Andréias Wolter
Gestor do Froagro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016-Froagro

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do Froagro

CONTRATADA: MEDICVET MED. VET. ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MEDICAMENTOS DE USO VETERINÁRIO ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 002/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Unid.	Quant.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
------	-------	--------	---------------------------	-----------------------------

03	60	Unid.	ENROFLOXACINA 10% - enrofloxacin 10g – Frasco c/ 50 ml.	7,50
05	200	Unid.	ESTREPTOMICINA – Sulfato de Dihidroestreptomicina 12,5g + Cloridrato de procaína 500mg – Frasco c/ 50 ml.	15,00
07	300	Unid.	OXITETRACICLINA LA – Oxitettraciclina (dihidratada) 20g – Frasco c/ 20ml	4,80
09	150	Unid.	SULFA + TRIMETOPRIM 50ml – Sulfametoxazol (20g) Trimetoprim (4g) – Frasco c/ 50 ml.	15,40
27	50	Unid.	VELA UTERINAC – Cloridrato de tetraciclina 1g Excipiente efervescente 7g - Envelope com 2 Tabletes 7g	11,10
29	100	Unid.	DEXAMETASONA 5MG – Dexametasona (5,0mg) - Frasco 10ml	5,30
45	5	Unid.	PÓ MÍASE – Coumaphós 3% Propoxur 2% - Frasco 200g	21,97
46	10	Unid.	VERMÍFUGO EQUINO – Ivermectina 1,87% - Seringa Dosadora 6,42 g	8,60
53	8	Unid.	SUPLEMENTO VITAMÍNICO ORAL – Triptofano 520 mg, DL-Metionina 21.430 mg, L-Carnitina, 20.000 mg, L-Lisina 37.900 mg, Prolina 24.566 mg, Cisteína 720 mg, Hidroxiprolina 14.706 mg, Valina 4.656 mg, Ácido Aspártico 10.323 mg, Ácido Glutâmico 18.646 mg, Tirosina 2.317 mg, Treonina 1.790 mg, Fenilalanina 4.129 mg, Histidina 2.149 mg, Colina 10.000 mg, Betaína 10.000 mg, Isoleucina 2.696 mg, Serina 3.055 mg, Arginina 11.293 mg, Glicina 44.856 mg, Alanina 16.138 mg, Leucina 6.278 mg, Glicose 200 g, Veículo q.s.p. 1.000 g - Frasco 1000ml	46,00
54	6	Unid.	SUPLEMENTO ANEMIA – Vitamina B1 1.500 mg, Vitamina B2 1.500 mg, Vitamina B12 15.000 mcg, Vitamina B6 1.200 mg, Vitamina K3 250 mg, Pantotenato de Cálcio 1.200 mg, Ácido Fólico 5.000 mg, Ácido Nicotínico 1.200 mg, Cobre 500 mg, Zinco 5.000 mg, Ferro 4.500 mg, Cobalto 100 mg, Glicose 200 g - Frasco 1000ml	67,04
57	6	Unid.	VIT E – Vitamina E 10g - Frasco 20 ml	13,00
58	20	Unid.	VIT B12 – Vitamina B12 0,1g - Frasco 20 ml	7,60
59	25	Unid.	VIT K – Vitamina K 0,217 g - Frasco 20 ml	5,00
72	8	Unid.	FERRO - "Ferro elementar (sob a forma de hidróxido férrico em complexo dextrânico) 10g" - Frasco 50ml	5,94
73	125	Unid.	ANTITÓXICO – antitóxico (Acetil DL-Metionina 5g, Cloreto de Colina 2g, Cloridrato de Tiamina 1g, Cloridrato de Piridoxina 0,04, Cloridrato de L-Arginina 0,6g, Riboflavina 0,02g, Nicotinamida 0,5g Pantotenato de Cálcio 0,2g, Glicose 20g - Frasco 100ml	17,00
76	3	Unid.	ATROPINA – Sulfato de atropina 10mg - Frasco 20ml	4,50
85	5	Unid.	OCITOCINA - Ocitocina Sintética Stantard Internacional (Correspondendo 10 U.I. = 1 mL) - Frasco 10ml	3,15

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PRAZO PARA ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo 10(dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura, localizada na Rua Ângelo Rubini 600, no Bairro Barra do Rio Cerro, somente nas terças, quartas e quintas feiras, no horário de expediente do município, ou seja, das 7:30 as 11:30hs e das 13:30 as 17:00 hs.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Ivan Andréias Wolter e Mauricio Bianchini Borge.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Ivan Andréias Wolter
Gestor do Froagro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: JULIO SILVESTRI FILHO ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS CORTANTES (lâminas, canto de lâminas, unhas, dentes e suporte) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 66/2016, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Quant.	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário por item (R\$)
05	40	UN	Suporte 20y70-14520 p/escavadeira hidráulica pc200 - dureza mínima 400hb com tratamento térmico.	89,00
7	27	UN	Dente fundido e157559 (carregadeira case w20) – dureza mínima 400hb com tratamento térmico	157,00
10	30	UN	Dente 21-2303 furo 5/8 p/carregadeira michigan 55c – dureza mínima 400hb com tratamento térmico.	155,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário para os exercícios de 2016 e 2017 será o seguinte:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.122.0300.2.302.3.3.90	Manutenção patrimonial/infraestrutura	3.3.90 – aplicações diretas	155	Próprios

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

PRAZO DE ENTREGA: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 10(dez) dias, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 7:30 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Júlio Silvestre Filho

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2016 e Processo 24/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de COMBUSTÍVEL (gasolina comum) ao longo de 12(doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 67/2016, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos produtos	Valor unitário litro R\$
03	272.880	Litros	Gasolina comum	3,25
04	30.320 10% do item 03	Litros	Gasolina comum	3,25

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Fundo Municipal de Saúde.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA: As entregas deverão ser efetuadas diretamente na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, sito a Rua Ângelo Rubini nº 600 – Bairro: Barra do Cerro, município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 28/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Claudinei Ferrari.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 75/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: DIOGO BARCHI MARQUEZINI EPP.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviço de impressão de Simulados (conjunto de folhas de papel impresso (páginas), refilado, dobrado, intercalado e grampeado), destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações e quantidades descritas no Anexo VII – Termo de Referência.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 30.797,20 (trinta mil setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos), pela totalidade dos serviços contratados.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO O recurso orçamentário decorrente dos objetos deste edital correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.109.3.3.90	Manut. das atividades e serv. do ensino fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	105	Salário Educação

DO PRAZO: PRAZO DE ENTREGA: O prazo para a execução do contrato será de até 30 (trinta) dias, devendo a empresa vencedora atender as exigências do Anexo VII – Termo de Referência. O prazo de vigência do contrato é igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

LOCAL DE ENTREGA: Na Diretoria Pedagógica, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Walter Marquardt, nº 1111, Bairro, Barra do Rio Molha, CEP 89.259-565, Jaraguá do Sul – SC no horário das 8h às 10h.

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Diego Salinas de Oliveira.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 231/2016 AO CONTRATO Nº 238/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 231/2016 AO CONTRATO Nº 238/2014

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 045/2014.

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARAGUÁ LTDA.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para construção do Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, em imóvel localizado na Rua 1070 – Cesare Valentini, no Bairro Rau/Três Rios do Sul, no município de Jaraguá do Sul, com área total de 2.699,89 m² (dois mil seiscentos e noventa e nove vírgula oitenta e nove metros quadrados), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 965.766,85 (novecentos e sessenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), correspondentes a 18,57% (dezoito inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) de supressão em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 1.031.566,82 (um milhão, trinta e um mil e quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), correspondentes a 19,84% (dezenove inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência da supressão e do acréscimo, o valor total da obra fica em R\$ 5.241.118,60 (cinco milhões, duzentos e quarenta e um mil cento e dezoito reais e sessenta centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
19.572.1255.5.252.4.4.90	Implantação do Distrito de Inovação	4.4.90 – Aplicações Diretas	300	Conv. Constr. Centro Inovação	1.029.441,88
19.572.1255.5.252.4.4.90	Implantação do Distrito de Inovação	4.4.90 – Aplicações Diretas	379	Contrap. c/ recursos Fundo Mun. Conserv. Patr. Público	2.124,94

COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel

cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 16 de agosto de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 4.1 deste termo aditivo contratual, competindo aos fiscais do contrato designados pelo Decreto Municipal nº 10.114/2014, servidor público Engenheiro Marcelo Gumboski a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Roland Walter Janssen.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 216/2016 AO CONTRATO Nº 337/2012

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 216/2016 AO CONTRATO Nº 337/2012

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 022/2012-FMS.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.245/91 e Lei Federal nº 8.666/93.

LOCADORA: SECULUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: O objeto do presente é a locação de imóvel construído em alvenaria, localizado na Rua João Planinscheck, 1571, lado par da rua 37, Jaraguá Esquerdo, com área de edificação 222,36 m², matriculado sob o nº 7.094 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul, cadastrado na PMJS/SC sob o nº 6.341, destinado ao funcionamento do Programa de Saúde da Mulher e demais subprogramas. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao Programa de Saúde da Mulher.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de execução dos serviços constantes no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 391/2013, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 319/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 310/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 10/07/2016 até 09/07/2017. O prazo de vigência será igual do prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 391/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 319/2014, permanece inalterado, sendo o valor mensal da locação de R\$ 2.836,31 (dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e um centavo), totalizando R\$ 34.035,72 (trinta e quatro mil, trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) pelo período de 12 meses.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0751.2.660.3.3.90	Assistência de Atenção Básica - PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	PAB

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 05/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Dalma Salai.

DIETER JANSSEN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 217/2016 AO CONTRATO Nº 306/2014 – FMS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 217/2016 AO CONTRATO Nº 306/2014 – FMS

PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2014-FMS.

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e nº 8.666/93.

LOCADORA: GIROLLA IMÓVEIS LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de imóvel com área total de edificação de 157,50m², composto da matrícula MI 3.850 (imóvel residencial), localizado na Rua 36 José Emmendoerfer nº 1837, no bairro Centro, no município de Jaraguá do Sul/SC, destinado exclusivamente ao funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial Infância Juvenil - CAPSi.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 356/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/08/2016 com término em 31/07/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador, o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, inalterado no item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 356/2015, permanece inalterado, sendo o valor mensal da locação de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

mil e oitocentos reais), totalizando o termo aditivo no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.701.3.3.90	Manut., das atividades do CAPS infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	93-Média alta complexidade

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 06/07/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Juliano Girolla.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

LEI Nº 7.242/2016

LEI Nº 7.242/2016

Denomina Via Pública.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Rua de Nº 1421, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Czerniewicz, passa a denominar-se CARMEN PIAZERA BREITHAUPT.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

RONIS ROBERTO BOSSE
Secretário Municipal do Urbanismo

PORTARIA Nº 704/2016

PORTARIANº 704/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1020/2016/Cogem, de 09/08/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, ALIENAÇÃO E OUTORGA DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE BENS PÚBLICOS, constituída pelo Decreto Municipal Nº 10.731/2016, de 15/02/2016, alterada pelo Decreto Municipal Nº 10.741/2016, de 24/02/2016, para orientação e instrução do Processo Administrativo Geral Nº 009/2016, instaurado pela Portaria Nº 538/2016, de 29/06/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 705/2016

PORTARIANº 705/2016

Designa Vice-Presidente e Secretário do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 012/2016/CMTE/JS, de 09/08/2016, do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR EMERSON LUIZ POGLIA, Vice-Presidente; e GABRIEL SEIFERT, Secretário, do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

SEMED - PORTARIA Nº 591/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 591/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 141/2016, de 14.03.2016, que admitiu JULIANA PATRÍCIO ILÍBIO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 592/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 592/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013,

de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 129/2016, de 14.03.2016, que admitiu JANAÍNA MONTAGNA FREIBERGER, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 593/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 593/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 144/2016, de 14.03.2016, que admitiu ROSANE HILZENDEGER KUTZKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 594/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 594/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 133/2016, de 16.03.2016, que admitiu CAROLINA TESSARO VOGEL, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 595/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 595/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 142/2016, de 16.03.2016, que admitiu PRISCILA PRANDO DE ÁVILA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 596/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 596/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 131/2016, de 14.03.2016, que admitiu NOEMIA FARIA, para em Caráter Temporário atuar como

Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 597/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 597/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 135/2016, de 14.03.2016, que admitiu MERY CARLA MATTOS DO NASCIMENTO, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 598/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 598/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 138/2016, de 16.03.2016, que admitiu GLACI MARIA SCHUSTER, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 599/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 599/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 140/2016, de 17.03.2016, que admitiu ANTÔNIO FRANCISCO DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

SEMED - PORTARIA Nº 600/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 600/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 063/2016, de 11.03.2016, que admitiu ARLETE DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, no período de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 06 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 14 DE 2016**RESOLUÇÃO Nº 14/2016**

AUTORIZA SERVIDOR DO PODER LEGISLATIVO A PARTICIPAR DO CURSO DE PRÁTICAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO EM OUVIDORIA.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, no uso e exercício de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o servidor MATEUS CIDRAL MACHADO, a participar do CURSO DE PRÁTICAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO EM OUVIDORIA, a ser realizado nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2016, em Porto Alegre/RS.

Art. 2º. Para as despesas relacionadas com diárias, aplicam-se os critérios da Resolução nº 6/2009.

Art. 3º. As despesas desta Resolução correrão por conta de dotação própria do Orçamento da Câmara Municipal, do corrente exercício.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2016.
JOCIMAR DOS SANTOS DE LIMA
PRESIDENTE "EM EXERCÍCIO"

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PL 66/2016/PMJ - PP 38/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 38/2016/PMJ, cujo extrato foi publicado em 10/08/2016, tendo por objeto o "Registro de Preços, visando eventuais aquisições futuras, para a locação, por hora trabalhada, de caminhão e máquinas, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de melhoramento de vias urbanas e rurais não pavimentadas do Município de Joaçaba, SC.":

1) Fica alterado o ANEXO I, do edital.

2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados para até as 14h do dia 26/08/2016;

3) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados para o dia 26/08/2016 a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 – Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 12 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES

ORDEM DE PARALISÇÃO Nº 18 - RUAS 7 DE SETEMBRO E DOMINGOS ZANINI

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 18/2016

Determino à empresa JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA a paralisação dos serviços relativos ao recapeamento em CAUQ de parte das Ruas 7 de Setembro e Domingos Zanini, bairro Centro, contrato nº 260/2015/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 78/2015/PMJ – Edital TP nº 15/2015/PMJ, homologado em 18/09/2015.

Fase necessária à paralisação, em função do processo licitatório PL 51/2016/PMJ - TP 11/2016/PMJ ter se tornado deserto, estamos encaminhando o projeto e planilha orçamentaria para análise e possível correção dos valores planilhados para o Engenheiro responsável pelo projeto, em razão da necessidade da execução da captação pluvial oriunda da Rua Domingos Zanini serem complementares para a boa execução dos serviços de pavimentação.

Após análise do mesmo estaremos encaminhando ao setor de compras para dar andamento a novo processo licitatório.

A paralisação acontecerá a contar de 04/08/2016 e perdurará por um período de 120 (cento e vinte) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 04 agosto de 2016

MUNICIPIO DE JOAÇABA

Venilton Rogerio Teles

JND CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA

CONTRATADA

Secretario de Infraestrutura

Fabiano Tarcisio Bello

PORTARIA Nº 6443

PORTARIA Nº 6.443 DE 11 DE AGOSTO DE 2016

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANDRESSA GERHARDT DALA LASTA durante o período de 01 de agosto de 2016 a 21 de dezembro de 2016, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 005/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no CEI Rosa Branco e CEI Tempo de Aprender em substituição de professores em licença médica e maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 11 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6444

PORTARIA Nº 6.444 DE 11 DE AGOSTO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) MICHEL PAGNO durante o período de 09 de agosto de 2016 a 08 de fevereiro de 2017, para exercer as funções de TÉCNICO DE

ENFERMAGEM SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Teste Seletivo n.º 01/2016/SMS, conforme memorando n.º 465/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6445

PORTARIA Nº 6.445 DE 11 DE AGOSTO DE 2016

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) GUSTAVO HENRIQUE DURAN, do cargo de Médico Otorrinolaringologista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através do processo n.º 1667/2016 de 10 de agosto de 2016, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 10 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6446

PORTARIA Nº 6.446 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

“NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE DE LEILOEIRO.”

O Prefeito de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o servidor TIAGO DUPONT GIUMBELLI para atuar como Leiloeiro no Processo de Leilão de bens considerados inservíveis com base em levantamento efetuado pela Gerência de Patrimônio e pela comissão nomeada pelas portarias n.º 4.537/2015 e 4.672/2015.

Art. 2º - Os serviços prestados pelo servidor ora nomeado, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em

vista o relevante interesse público.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6447

PORTARIA Nº 6.447 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo”, a fim de que se apure possível infração disciplinar do servidor Julio Tadeu Ribeiro, por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de sindicância instaurada pela portaria n.º 5.567/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6448

PORTARIA Nº 6.448 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do “Processo Administrativo”, a fim de que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente processo licitatório n.º 35/2014/PMJ, edital de Concorrência 02/2014/PMJ, contrato n.º 179/2014/PMJ.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6449

PORTARIA Nº 6.449 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", a fim de que se apure pedido de ressarcimento de danos causado por suposto acidente de trânsito, protocolado sob n.º 0001230/2016 de 28 de junho de 2016 da Sra. Janaina Fernanda da Costa, juntada da Boletim de Ocorrência n.º 00280-2016-01923, bem como, parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 30 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6450

PORTARIA Nº 6.450 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º. Tendo em vista decisão judicial proferida nos Autos n.º 0001480-05.2013.8.24.0037, acata-se a decisão e através deste ato anula-se o Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela portaria 3.495/2011 a partir da fl. 323 (inclusive), devendo-se realizar a tipificação e prosseguimento do rito na forma prevista na Lei Complementar n.º 76/2003.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVI-ZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 6451

PORTARIA Nº 6.451 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para apurar denúncia em relação ao servidor Rodrigo Pereira Silva, de fatos ocorridos no Abrigo Municipal Frei Bruno, conforme memorando da Diretoria de Proteção Especial de Alta Complexidade, memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, parecer jurídico e demais documentos apensados.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICCOLLI, JULIO CESAR BISSANI e TIAGO DUPONT GIUMBELLI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de agosto de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

HOMOLOGAÇÃO PL 58/2016/PMJ - TP 14/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 14/2016 - TP
	Processo Administrativo: 60/2016 Processo de Licitação: 58/2016 Data do Processo: 24/06/2016

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2016
b) Licitação Nr.: 14/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 12/08/2016
e) Data da Adjudicação: 12/08/2016 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	-------------	----------------	---------------

MORE SINALIZACAO E CONSTRUCAO LTDA (9055)

1 Execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).	VB	1	-	142.810,20	142.810,20
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 142.810,20

Total Geral: 142.810,20

Joaçaba, 12 de Agosto de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 14/2016 - TP**

Processo Administrativo: 60/2016
Processo de Licitação: 58/2016
Data do Processo: 24/06/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (134), 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (271), 2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (272),
2.036.4.4.90.00.00.00.00.00 (273)

Joaçaba, 12 de Agosto de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

Lages

PREFEITURA

PP 14-2016 FMAS E PP 66-2016 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 14-2016 FMAS

Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 02/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 209.636,28

Modalidade: PP 66-2016 PML

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 05/09/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 92.629,40

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de agosto de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 61-2016 PML**RERRATIFICAÇÃO Nº 02**

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016-PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS EXECUTIVOS PARA USO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 23/08/2016, para às 16:00 do dia 31/08/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 12 de agosto de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 166/2016 DE 09/08/2016 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n.166/2016

DE 09/08/2016

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCIELE BAGGIO BIFFI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal FRANCIELE BAGGIO BIFFI pelo prazo de 15 dias, de 15/08/2016 a 29/08/2016, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do mês.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 11 de março de 2015 a 10 de março de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 09 de agosto de 2016.

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

Leoberto Leal

PREFEITURA

PORTARIA Nº 073/2016

Portaria n.º 073, de 1º de julho de 2016.

“Contrata Médico do ESF e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor FABRICIO MARQUES CORREA, portador do CPF nº 848.171.199-34 e RG nº 5.098.467-5, para desempenhar as funções de Médico do ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato Administrativo em Caráter Temporário nº 025, de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de junho de 2016, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 074/2016

Portaria n.º 074, de 1º de julho de 2016.

“Contrata Médico Plantonista e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor FABRÍCIO MARQUES CORREA, portador do CPF nº 848.171.199-34 e RG nº 5.098.467-5, para desempenhar as funções de Médica Plantonista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos Em Caráter Temporário nº 024/2016, de 1º de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de junho de 2016, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 075/2016

Portaria n.º 075, de 1º de julho de 2016.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARISTELA LOPES KERTZENDORFF, portadora do CPF nº 098.316.389-80 e RG nº 5.748.253, aprovada no Processo Seletivo nº 003, de 07 de agosto 2015, homologado em 19 de novembro de 2015, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 026, de 09 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 09 de junho de 2016, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 076/2016

Portaria n.º 76, de 05 de julho de 2016.

“Contrata Motorista e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor ANDRÉ LUIZ HEIDERSCHIEDT, portador do CPF nº 081.814.349-51 e RG nº 5.748.252, para desempenhar as funções de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 027, de 05 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 077/2016

Portaria nº 077 de 05 de julho de 2016.

“ Concede Licença Premio aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418 de 10 de Agosto de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido Licença Prêmio, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor (a)	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	069	Marcio Lopes	2010 a 2012	04.07.16 a 02.08.16
02	583	Silvania C. Lopes	2007 a 2009	04.07.16 a 02.08.16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 04/07/2016, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 078/2016

Portaria nº 078 de 05 de julho de 2016.

“ Concede Férias aos Servidores Municipal
e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418 de 10 de Agosto de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	377	Cacilda B. Borges	2015 a 2016	04.07.16 a 02.08.16
02	1709	Cacilda B. Borges	2016 a 2017	04.07.16 a 02.08.16
03	1076	Cleusa Vermohlen. Knis	2014 a 2015	04.07.16 a 02.08.16
04	1519	Ivanor Coelho	2015 a 2016	04.07.16 a 02.08.16
05	1708	Janira Hoffmann	2015 a 2016	04.07.16 a 02.08.16
06	1522	Jean Carlos Truppel	2013 a 2014	04.07.16 a 02.08.16
07	1035	Mirele Ap. Filippus Leal	2015 a 2016	04.07.16 a 02.08.16
08	1562	Vorli José Guchert	2015 a 2016	04.07.16 a 02.08.16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativo a 04/07/2016, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 079/2016

Portaria n.º 079, de 05 de julho de 2016.

“Exonera servidor municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor JOSÉ AMAURI ALVES, servidor inscrito sob a matrícula nº 1701, ocupante do cargo em Comissão de Diretor Executivo, da localidade de Vargem dos Bugres e região, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, a partir de 1º de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º de julho de 2016, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 080/2016

Portaria n.º 080, de 13 de julho de 2016.

“Concede Adicional de Pós Graduação e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal LEANDRO GOEDERT, inscrito sob a matrícula nº 1656, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Médico Veterinário, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente o adicional de Pós Graduação, ao patamar de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002 e Processo nº 1220/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 13 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 081/2016

Portaria n.º 081, de 26 de julho de 2016.

“Conceder Licença sem Vencimento a Servidora Publica Municipal e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a partir de 26 de julho de 2016, Licença Sem Vencimento a servidora EMILY MEURER CUNHA DE CAMPOS, brasileira, casada, inscrita sob a matrícula nº 1053 ocupante do cargo em efetivo exercício de Odontologa, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, a partir 26 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011. Leoberto Leal, 26 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 082/2016

Portaria n.º 082, de 26 de julho de 2016.

“Conceder Licença Maternidade a Servidora Publica Municipal e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418/1990;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a partir de 12 de julho de 2016, Licença Maternidade a servidora DALVANA REGINA KNAUL DELL'AGNOLO, brasileira, casada, inscrita sob a matrícula nº 1737, admitida em caráter temporário – ACT, desempenhando as funções de Professora Nível II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, a partir 12 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 12 de julho de 2016 condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011. Leoberto Leal, 26 de julho de 2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.
DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TP 04/2016

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área de arquitetura para realização de projetos, no dia 01 de setembro de 2016, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de agosto de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2016, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 248/2016, de 11 de Agosto de 2016.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde no dia 11 de Agosto de 2016, ao Servidor Público Municipal João Da Rosa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 11 de Agosto de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Édem Luiz Tumelero

Auditor Interno

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de uniformes esportivos e materiais esportivos para campeonatos e treinamentos, destinados ao Departamento de Esportes através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 25/08/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 11 de agosto de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 086 /2016

DECRETO Nº 086 /2016

De 19/07/2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.087/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente CONVENIO DE REPASSE – SDR – XANXERÊ-SC (CONSTRUÇÃO DE PRAÇA DE CONVIVÊNCIA NO BAIRRO SOL NASCENTE), cfe. Convenio nº 2016 TR 001614, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 49.994,78 (Quarenta e nove mil novecentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 113 – ESTADO

Código	Secretaria/departamento			
0901	DEPARTAMENTO DE DESENV. COMUNITARIO			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
08.244.0801	1.017	OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	11.64	detalhe esp.	00	49.994,78

Art. 03º - Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de julho de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piaseski

Func. Designado

DECRETO Nº 088 /2016

DECRETO Nº 088 /2016

De 19/07/2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.087/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Excesso de arrecadação referente RECURSOS VINCULADOS REFERENTE PISO BASICO VARIÁVEL (SCFV). – FMAS, no comparativo do valor da arrecadação, conforme planilha em anexo, no valor de R\$ 20.700,00 (Vinte mil e setecentos reais).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA.

Reduzido 05 – VINCULADOS - SCFV

Código	Secretaria/departamento			
1601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
08.244.0801	2.053	MANUTENÇÃO PISO BASICO VARIÁVEL - SCFV		

Modalidade	Fonte	Dotação		
33.90000	11.35	detalhe esp.	35	20.700,00

Art. 03º - Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de julho de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado

DECRETO Nº 089 /2016

DECRETO Nº 089 /2016

De 19/07/2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, POR PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.087/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretada a utilização do Provável Excesso de arrecadação referente RECURSOS VINCULADOS ao Ministério das Cidades, com Proposta /Plano de Trabalho nº 13455/2016, no comparativo do valor da arrecadação, no valor de R\$ 245.850,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais).

Art. 2º- Com os Recursos Advindos do Art. 1º, deste Decreto, fica Suplementada a seguinte dotação orçamentária, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema/Ministério das Cidades, com Proposta /Plano de Trabalho nº 13455/2016

Reduzido 59 – VINCULADOS – MINISTERIO DAS CIDADES

Código	Secretaria/departamento			
0801	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA			
funcional	Proj./ativ.	Descrição		
15.451.1501	1.009	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS		
Modalidade	Fonte	Dotação		
44.90000	11.34	detalhe esp.	00	245.850,00

Art. 03º - Revogadas as disposições em contrário

Art. 04º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de julho de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Silvano Ciro Piasieski

Func. Designado

DECRETO Nº 87 /2016

DECRETO Nº 87 /2016

De 19/07/2016

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal, de Marema, ESTADO DE Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as leis nº 4.320/64 e Lei Municipal 1.087/2015 de 001de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º- Fica Decretado a utilização de parte do Superávit Financeiro apresentado no confronto do ativo financeiro (-) passivo financeiro do balanço patrimonial do Exercício de 2015 do MUNICIPIO DE MAREMA,, na ordem de recursos com valor R\$ 32.707,62 (TRINTA E DOIS MIL SETECENTOS E SETE REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

Art. 2º - Com os Recursos Advindos dos Art. 1º deste Decreto, ficam Suplementada as seguintes dotações orçamentárias, dentro do Orçamento Vigente do Município de Marema:

Reduzido 114 - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
03.01	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402	2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Modalidade	Fonte	Dotação
44.90.000	03.00	16.000,00

Reduzido 115 - SUPERAVIT

Código	Secretaria/departamento	
04.01	DEPARTAMENTO DE FAZENDA	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.123.0403	2.021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.50.000	03.00	16.707,62

Art. 3º- Revogadas as disposições em contrário

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 19 de julho de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designada

DECRETO N. 090/2016

DECRETO n. 090/2016

De 09/08/2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 024/2016 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 017/2016, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.024/2016 na Modalidade de Pregão Presencial n. 017/2016, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de uma mini carregadeira, compacta, nova.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto único ao proponente vencedor CANTEX PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP no valor total e R\$ 119.000,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de agosto de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 091/2016

DECRETO n. 091/2016

De 09/08/2016

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 025/2016 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 018/2016 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.025/2016 na Modalidade de Pregão Presencial n. 018/2016 – Sistema de Registro de Preço, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Serviço de Gerenciamento Eletrônico de Documento.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto único ao proponente vencedor NEW PAPER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA – ME no valor total e R\$ 18.000,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de agosto de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 092/2016

Decreto n. 092/2016

09 de agosto de 2016

“INSTITUIR E NOMEAR A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação do Município de Marema/SC, conforme a Lei n.º 1.074/2015 de 17/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do Município.

Art. 2.º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianaual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3.º Nomear, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Rosangela Donzelli Mascarello

b) Sandra Lunardi

c) Cleuza Tomé Foppa

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de agosto de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): RENIR PAULO MANFRIN EPP – VALOR REGISTRADO R\$ 9.758,42 (nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de troféus esportivos, destinados para premiação de competições esportivas organizadas pela Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 063/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 12 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO DISTRATO CONTRATO Nº. 006/2013/FMAS

EXTRATO RESCISÃO DO CONTRATO N.º 006/2013

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ (FMAS)

DISTRATADA: JOSEMÉRI POHL BECKER

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo tem como objeto a RESCISÃO do contrato firmado entre as partes em 07/03/2013, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Sexta, assim como posteriores aditivos. CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO: Fica rescindido de pleno direito, por acordo entre as partes, com efeitos a partir de sua assinatura. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo de rescisão decorre de solicitação da contratada e encontra amparo legal no artigo 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO: As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pelo Município de Mondaí, em favor da DISTRATADA, não sendo cabível, por parte da DISTRATADA, qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este instrumento. 2. Assim, pela assinatura do presente termo, concede-se plena quitação de todas as obrigações pactuadas ao DISTRATANTE, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa. CLÁUSULA QUINTA – DO FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Mondaí, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Mondaí – SC, 09 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 033/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação do tipo EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 033/2016 com registro de preços

TIPO: Menor Preço (por Item)

OBJETO: Aquisição de medicamentos controlados e de uso contínuo destinado para manutenção de Atividades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí pelo período de seis meses.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 25 de agosto de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h05min do dia 25 de agosto de 2016.

MONDAÍ (SC), 12 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 63/2016 - PR Processo Administrativo: 90/2016 Processo de Licitação: 90/2016 Data do Processo: 29/07/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 90/2016
b) Licitação Nr.: 63/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 12/08/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para eventual aquisição de troféus esportivos, destinados para premiação de competições esportivas organizadas pela Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

RENIR PAULO MANFRIN (11583)

- | | | | | | | |
|---|---|-----|-------|--------|-------|----------|
| 1 | TROFÉU RESINADO ENVELHECIDO PERSONALIZADO 35 CM - BASE 30/13/3 de mdf frisado com banho dourado envelhecido, acima ao fundo uma haste personalizada com 32 cm de altura e 30 de comprimento e 2,5 cm de espessura esta sustenta uma logomarca de rodeio de um cavaleiro laçando gado nelore estatueta esta fundida em material sintético com banho metalizado doura envelhecido estatueta esta em 3 d acima uma um circulo de 13 cm este em alto relevo pra gravação da logo do evento e brasão do município na base haste inclinada pra gravação do evento e classificação. - Marca: MANFRIN TROFÉUS | UN. | 35,00 | 0,0000 | 95,86 | 3.355,10 |
|---|---|-----|-------|--------|-------|----------|

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondaí - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 63/2016 - PR Processo Administrativo: 90/2016 Processo de Licitação: 90/2016 Data do Processo: 29/07/2016
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

RENIR PAULO MANFRIN (11583)

2 TROFEU RESINADO ENVELHECIDO PERSONALIZADO C/ 90 CM: Base 30/18/5 cm composta por duas bases, a superior c/ 25/13/3 cm. Esta com inclinação p/ dentro para aparecer melhor a gravação c/ dados e classificação do evento. Gravado em vinil aço escovado c/ arte colorida, sobre esta base uma haste de 58 cm de altura e de 20 de largura e 4 cm de espessura, cônico no centro e cavado na parte superior, acima uma peça em forma de bola c/ bandeira do Estado de SC e no centro da bandeira uma bola e uma estatueta de futebol esta em alto relevo, uma sobreposta a outra fundida em material sintético c/ banho dourado envelhecido bola com 27 cm e espessura de 3 cm em forma de 3D. Na base do troféu estatueta conforme modalidade, esta medindo 28 cm, no meio da haste um mapa de SC este medindo 25/18 cm, também em alto relevo e fundido em material sintético c/ banho dourado envelhecido e D c/ gravação em alto relevo este também em 3D fundido em material sintético e com banho dourado envelhecido. Troféu medindo no total 90 cm todo produzido em material sintético com banho envelhecido e as estatueta e brasões fundidos e com banhos envelhecidos, troféu todo personalizado em alto relevo 3D. - Marca: MANFRIN TROFÉUS	UN	18,00	0,0000	355,74	6.403,32
---	----	-------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 9.758,42

Total Geral: 9.758,42

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (127)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO 080/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 080/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE LOUÇAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS PARA COZINHAS, conforme anexo I. Data: 09/09/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO 081/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 081/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme anexo., conforme anexo I. Data: 08/09/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO

Navegantes, 12 de agosto de 2016.

O colégio de delegados da revisão do Plano Diretor de Navegantes torna público o CANCELAMENTO da publicação da audiência pública que estava marcada para o dia 16 de agosto de 2016.

Secretaria do Colegiado da revisão Plano Diretor de Navegantes

EXTRATO CONTRATO PMNN Nº 168/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 168/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: N A J EMPREITEIRA LTDA - ME

CNPJ: 10.980.713/001-12.

Vigência : Início: 11/08/2016 Término:. 09/11/2016.

Valor Total: R\$ 328.682,87 (trezentos e vinte e oito mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Licitação: TP nº 71/2016.

Recursos: Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM PAVIMENTO INTERTRAVADO TIPO PAVER, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DA RUA FLORZINA ROCHA COUTO, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 71/2016.

Navegantes, 11 de agosto de 2016.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 167/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº.: 167/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP

CNPJ: 75.862.946/0001-66.

Vigência : Início: 11/08/2016 Término:. 09/12/2016.

Valor Total: R\$ 496.920,50 (quatrocentos e noventa e seis mil novecentos e vinte reais e cinquenta centavos)

Licitação: TP nº 77/2016.

Recursos: Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DA RUA GERVASIO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA E DA RUA MANOEL NAZARIO ALVES, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 819390/2015, COM PARTICIPAÇÃO DE CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE, conforme Tomada de Preço Nº 77/2016.

Navegantes, 11 de agosto de 2016.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 71/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 71/2016

PROCESSO Nº 71/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM PAVIMENTO INTERTRAVADO TIPO PAVER, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DA RUA FLORZINA ROCHA COUTO, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

EMPRESA: N A J EMPREITEIRA LTDA - ME

VALOR: R\$ 328.682,87 (trezentos e vinte e oito mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Navegantes, 11 de agosto de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito Municipal

EXTRATO TP77/2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 77/2016

PROCESSO Nº 77/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIARIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DA RUA GERVASIO DE SOUZA, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA E DA RUA MANOEL NAZARIO ALVES, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 819390/2015, COM PARTICIPAÇÃO DE CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE.

EMPRESA:: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP

VALOR: R\$ 496.920,50 (quatrocentos e noventa e seis mil novecentos e vinte reais e cinquenta centavos)

Navegantes, 11 de agosto de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito Municipal

LEI 3120/2016 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA

LEI Nº 3120 DE 11 DE AGOSTO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESTABELECE”

Prefeito do Município de Navegantes, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante venda, o imóvel de propriedade do Município abaixo descrito, nos termos do artigo 82 da Lei Orgânica do Município e artigo 17 da Lei Federal nº 8.666/93:

I – Um terreno, sem benfeitorias, situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana deste Município de Navegantes/SC, na vigésima sexta quadra, do lado par, da Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, representado pela Área nº 05-B, do desmembramento sem

denominação oficial, com a área total de 1.834,482 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente que faz ao sudoeste, com a Avenida acima citada, onde mede 22,911 metros; fundos que faz ao nordeste, com o lado ímpar da Rua Doutor Rudolf Gair, onde mede 32,999 metros; estrema ao noroeste, com terras do Município de Navegantes, (lote nº 04), onde mede 62,00 metros, e ao sudeste, com terras do Município de Navegantes, (Área nº 05-A), onde mede 62,029 metros, área esta registrada sob a matrícula nº 10.087 do Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes.

Art. 2º. O preço mínimo a ser ofertado pela alienação de que trata o Art.1º desta Lei, é o do Laudo de Avaliação, a ser elaborado por Comissão do Município designada especificamente para esse fim, levando-se em conta as condições de mercado vigentes na ocasião. Parágrafo Único - O prazo para pagamento do imóvel, bem como as demais condições da Licitação serão estipuladas no respectivo processo de alienação, observada as legislações específicas vigentes.

Art. 3º. As despesas decorrentes de escrituras, registros, taxas, emolumentos, impostos, entre outras, que recaírem sobre a alienação do imóvel de que trata esta Lei, correrão por conta do adquirente vencedor da Concorrência Pública.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Palhoça

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 075/2016 - SUSPENSÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº075/2016

A Comissão Permanente de Licitação comunica que, por recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (RECOMENDAÇÃO n. 0002/2016/02PJ/PH) e Ofício do Tribunal de Contas de Santa Catarina nº Of. TCE/SEG nº 12.628/16, está SUSPENSO, por prazo indeterminado, o processo licitatório Concorrência Pública nº 075/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para gestão, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Palhoça, conforme os anexos. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 12 de agosto de 2016. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

PREGAO PRESENCIAL RP 100/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 100/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 30 de agosto de 2016, às 08:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP- Nº. 100/2016, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de divisórias, portas e vidros com instalação para suprir as necessidades do centro administrativo municipal de demais secretarias do município de Palhoça-SC,. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 11 de Agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 005-2016 - CMDCA - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS COM OS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PAPANDUVA – FIA.

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Papanduva – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE Papanduva, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1616 de 14 de Agosto de 2002, e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 08 de julho de 2016,

Considerando:

A importância de capacitação permanente e continuada para os profissionais que atendem crianças e adolescentes.

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas referente à capacitação permanente e continuada que será realizada pela técnica Janet Vieira, Assistente Social, atual Presidente da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares; no valor de R\$ 3.592,00 – três mil quinhentos e noventa e dois reais.

Art. 2º - Aprovar o pagamento das despesas com alimentação, referente aos quatro dias de capacitação no valor de R\$ 766,00 – setecentos e sessenta e seis reais.

Art. 3º - A referida capacitação acontecerá com a seguinte programação: dia 09/08 período da manhã conselheiros tutelares, conselheiros de direito e rede de atendimento, período da tarde conselheiros de direito e conselheiros tutelares; dia 10, 11 e 12 conselheiros tutelares.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 27 de julho de 2016.

Luciana L. de Medeiros

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente de Papanduva

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 283/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 283/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 029/2016, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Paula Faccin Araujo de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 079.361.799-50, Ensino Superior Completo, matrícula nº11256, para atuar no Cargo de Médico Plantonista a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 08/08/2016 até 05/11/2016 ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Agosto de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 284/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 284/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Nº 1609/2014 Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Daniela Nelza Cizino, brasileira, Ensino Superior Completo, residente e domiciliada na cidade de Paulo Lopes – SC, portadora do CPF nº 031.566.229-82, matrícula nº11257, para ocupar o Cargo em Comissão de Assessora de Planejamento e Projetos de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Agosto de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 285/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 285/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Heloisa Helena Sell, portadora do CPF nº 067.114.529-09, matrícula 11248, ocupante do Cargo de Farmacêutica, contratada pela Portaria nº 258/2016, em virtude do retorno do titular Saul Anderson Garcia de Athayde, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 10 de Agosto de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 286/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 286/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR, a Servidora Pública Municipal, DANIELA NELZA CIZINO, brasileira, ocupante do Cargo em Comissão de Assessora de Planejamento e Projetos de Saúde portadora do CPF nº 031.566.229-82, matrícula nº11257, nomeada pela Portaria nº 283/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Agosto de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 287/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 287/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Dalziza Rodrigues Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 767.887.769-20, matrícula nº 10273 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, até 31/08/2016 conforme benefício nº 6147486946.

Município de Paulo Lopes – SC, em 11 de Agosto de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 288/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 288/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Fernanda Dalosto Machado Durão, portadora do CPF nº 078.029.999-01, matrícula 11229, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 231/2016, em virtude do retorno da titular Clarissa Campos da Silva Bernardo a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 11 de Agosto de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

296

PORTARIA Nº 296/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 172/2016 (devastação ocasionada no local Ponta da Vigia), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 12 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PP34/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GALERIAS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 25/08/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 26/08/2016 às 10h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 12 de agosto de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 42/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 21/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 42/2016 – Pregão Presencial 21/2016.

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de mudas e sementes de plantas ornamentais, hortaliças, gramas e fertilizantes e materiais para manutenção dos jardins, praças e bosques, bem como implementação de aulas de cultivo junto as unidades de educação básica e projetos sociais do Município.

· Processo licitatório destinado exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou empreendedor individual.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 29/08/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 29/08/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 43/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 22/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 43/2016 – Pregão Presencial 22/2016.

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de materiais diversos para: reforma da Praça da Unidade Sanitária Gilberto Luiz Dallegrave Rua Frei Bonifácio esquina com Rua Senador Nereu Ramos - Centro – Peritiba; Reforma da residência de Noemi Leonhart Westhaus localizada na Linha Lageado Mirim, interior, Peritiba – SC; e pintura da Escola da Linha Lageado Mirim em uso pelo Clube de mães de Lageado Mirim.

· Processo licitatório destinado exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou empreendedor individual.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 30/08/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 30/08/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 447, DE 07 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 447, DE 07 DE agosto DE 2016.

EXONERA VIVIANE ANTUNES DE LIMA DO EXERCÍCIO Da função temporária DE professor de educação física.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando o retorno do servidor efetivo;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, VIVIANE ANTUNES DE LIMA, brasileira, inscrita no CPF n.º 082.905.319-07, da função temporária de "professor de educação física", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 415, de 05 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 07 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 055/2016 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 055/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 26/08/2016, licitação modalidade Pregão Presencial Registro de Preços n. 055/2016, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços com escavadeira hidráulica, serviço/máquina de escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo de 17.000 KG (dezessete mil quilogramas).

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 26/08/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiro-preto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.432, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.432, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 8.640,00 (Oito mil seiscentos e quarenta reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.53 - MANUTENÇÃO PISO ATENDIMENTO BÁSICA VARIÁVEL - ESTADO

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 138 - Transferência do SUS/União

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação apurado até 30 de julho de 2016 na fonte de recursos da Saúde - Cofinanciamento Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 01 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.433, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.433, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme artigo 6º da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de Novembro de 2015; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, a abrir crédito adicional suplementar por Convênio a proceder suplementação no valor de R\$ 159.890,00 (Cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa reais), vinculada a destinação de recursos na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 1.4 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SAÚDE
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 63 - Transferências de Convênios- Estado/Saúde

Total Suplementado
..... R\$ 159.890,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior ocorrerão a conta do Convênio nº 2016 TR 001182 Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira processo nº SDR09 001555/2016 – AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA, para o Município de Pinheiro Preto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 01 DE AGOSTO DE 2016.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 448, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº. 448, DE 08 DE agosto DE 2016.
EXONERA FABIANA KOPP BENQUE DO EXERCÍCIO Da função temporária DE professor regente para educação infantil e ensino fundamental.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando o retorno da servidora efetiva;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, FABIANA KOPP BENQUE, brasileira, inscrita no CPF n.º 041.104.099-50, da função temporária de “professor regente para educação infantil e ensino fundamental”, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 085, de 06 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de agosto de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 044/2016

TERMO ADITIVO 044/2016
CONTRATO ADITADO DE FORNECIMENTO 195/2016

Termo de Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA – PAVIMENTAÇÃO DE COM PEDRAS IRREGULARES NA LINHA NAVEGANTES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 121/2016 e Licitação n. 009/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME
CNPJ-MF n.º 07.481.358/0001-22
Endereço: Rua General Osório 382 – Bairro Aves do Paraíso – Vitorino/PR, CEP 85.520-000
Representada por: Célio Rodrigues

CLAUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO A SER ADITADO

O Município de Pinheiro Preto firmou contrato com a empresa RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME, na data de 131/05/2016, cujo objeto visa a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação de rua com pedras irregulares localizada na Linha Navegantes, na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 121/2016, Licitação n. 009/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

2.1 Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 009/2016 tem seu termo final para 31/07/2016.

2.3 Considerando a não liberação das duas últimas parcelas do recurso por parte do Governo do Estado;

2.4 Considerando que sem recurso, a empresa não consegue concluir a obra.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 195/2016, onde seu término será para 30/09/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 195/2016, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente termo aditivo, possui efeito retroativo a partir do dia 01/08/2016.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
RODRIGUES & DA SILVA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

Lei Municipal nº 0774/2016

LEI MUNICIPAL Nº 0774/2016, DE 02 DE AGOSTO DE 2016.

QUE FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA O QUADRIÊNIO DE 2017 A 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA seguinte Lei:

Art. 1º. Fica fixado o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 2º. Fica fixado o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Fica fixado o subsídio mensal dos Secretários Municipais em R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos mil reais), vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional ou abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único. O Secretário Municipal terá direito ao 13º salário e férias anuais remuneradas com 1/3 (um terço) a mais do valor do subsídio.

Art. 4º. Fica fixado o subsídio mensal dos Vereadores em R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais) e em R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais) o subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 1º. A cada falta injustificada aos trabalhos a que for convocado, incidirá ao Vereador faltante os seguintes descontos sobre seus respectivos subsídios:

I – 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões das Comissões;

II – 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões de estudos, audiências com autoridades, entidades ou pessoas da Comunidade;

III – 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões extraordinárias e solenes;

IV – 25% (vinte e cinco por cento) a cada falta nas reuniões ordinárias.

§ 2º. No caso de o Vereador faltar sem justificativa num único dia, a todas as reuniões a que tiver sido convocado, será aplicado desconto único de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º. Sobre a falta do presidente, incidirá desconto referente ao valor fixado a título de subsídio ao vereador, nos mesmos percentuais.

§ 4º. Considerar-se-á justificada a falta do vereador nos trabalhos a que for convocado:

I – Doença própria ou de familiar, comprovada por atestado médico;

II – Quando estiver em missão de representação da Câmara de Vereadores;

III – Caso fortuito ou força maior, comprovados;

IV – Por motivo de seu casamento;

V – Por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, parentes afins ou consanguíneos até o quarto grau;

VI – Por motivo de nascimento ou adoção de filhos.

Art. 5º. A revisão dos subsídios fixados por esta lei acontecerá no mesmo mês de revisão da remuneração dos servidores públicos municipais, com aplicação do mesmo índice de correção monetária.

Parágrafo único. No primeiro ano de mandato o percentual da revisão de que trata o caput será apurado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 até o mês em que for concedida tal revisão aos Servidores Públicos Municipais.

Art. 6º. As despesas decorrente da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre (SC), em 11 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 068 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 068 / 2016

Processo Administrativo n.º 052 / 2016.
Pregão Presencial n.º 023 / 2016 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.
Objeto: AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES E RECARGA DE GÁS DE COZINHA DE 13KG E 45KG (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO) PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$109.000,00 (cento e nove mil reais) – Lote 01 - Itens 01, 02, 03 e 04.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 09/08/2017.

Pomerode / SC, 10 de Agosto de 2016.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2013 RENOVAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012 / 2013
RENOVAÇÃO

Processo Administrativo n.º 015 / 2013.
Dispensa de Licitação n.º 003 / 2013.
Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Locador: I.R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Objeto: LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA LUIZ ABRY, NR. 259 – CENTRO, POMERODE/SC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PELA UNIDADE SANITÁRIA PREFEITO ALWIN KLOTZ E SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses.
Valor aluguel mensal – reajuste INPC – R\$12.637,34 (doze mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos).
Valor total – 12 meses – R\$151.648,08 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oito centavos).

Pomerode / SC, 27 de Julho de 2016.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 3.113 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.113 DE 09 DE AGOSTO DE 2016

TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, Art.10º e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 1º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) do Orçamento em vigor, da Unidade Gestora Prefeitura por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 – Rec.de Impostos e de Trans. Imp.Educ. R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020- Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022- Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 36.000,00

Art 2º - Os valores resultantes das transposições do Art. 1º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 – Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339100.00 – Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 – Rec.de Impostos e de Trans. Imp.Educ. R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020- Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339100.00 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022- Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339100.00 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 36.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 3º - Fica suplementado na importância de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380101 - SAMU - Serviço Atend. Móvel de Urgência R\$ 5.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209 - PMAQ - Progr. Melhr. Ações Qualidade R\$ 20.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380209 - PMAQ - Progr. Melhr. Ações Qualidade R\$ 30.000,00

TOTAL: R\$ 55.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 1.400,00 (um mil, quatrocentos reais) do Orçamento em vigor, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2042 – Manut.da Secr.de Saúde

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01020000 – Rec.de Imp. e de Transf.de Imp. – Saúde R\$ 1.400,00

TOTAL: R\$ 1.400,00

Art 5º - Os valores resultantes das transposições do Art. 4º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 10.301.0060.2042 – Manut.da Secr.de Saúde
Elemento: 339100.00 - Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01020000 – Rec.de Imp. e de Transf.de Imp. – Saúde R\$ 1.400,00

TOTAL: R\$ 1.400,00

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 09 de agosto de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 027 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 027 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 058 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E DIESEL S10 PARA ATENDER ESPECIFICAMENTE OS CONVÊNIOS CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE COM A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC E COM A POLÍCIA CIVIL DA COMARCA DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 26/08/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 26/08/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h00min. às 13h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 12 de Agosto de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2016 - ASSISTÊNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2016 - ASSISTÊNCIA

Processo Administrativo n.º 001 / 2016.

Pregão Presencial n.º 001 / 2016 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE.

Contratada: SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA A REALIZAÇÃO DE ENCONTROS,

CAPACITAÇÕES, PALESTRAS, CAMPANHAS, OFICINAS E EVENTOS COMUNITÁRIOS REALIZADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E BOLSA FAMÍLIA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$32.450,30 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta centavos) – Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 03/08/2017.

Pomerode / SC, 04 de Agosto de 2016.

LORAINÉ SILVEIRA AURÉLIO
Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 029 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 029 / 2016

Processo Administrativo n.º 035 / 2016.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 001 / 2016.

Dispensa de Licitação n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: Agricultor Familiar Sr. MARCELO NUNES SEIFERT.

Objeto: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR PESSOA FÍSICA, COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR, FORNECEDORES DE ALIMENTOS (VERDURAS, LEGUMES, FRUTAS, HORTALIÇAS, GELÉIAS ENTRE OUTROS), INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA A COMPLEMENTAR A MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO COMO SE TRANSCRITO FOSSE.

Item Credenciado – 18.

Valor total contratado: R\$19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

Prazo de vigência: 01/08/2016 à 31/12/2016.

Pomerode / SC, 28 de Julho de 2016.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030 / 2016

Processo Administrativo n.º 035 / 2016.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 001 / 2016.

Dispensa de Licitação n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: Agricultor Familiar Sr. SEBASTIÃO NUNES SEIFERT.

Objeto: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR PESSOA FÍSICA, COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR, FORNECEDORES DE ALIMENTOS (VERDURAS, LEGUMES, FRUTAS, HORTALIÇAS, GELÉIAS ENTRE OUTROS), INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA A COMPLEMENTAR A MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO COMO SE TRANSCRITO FOSSE.

Item Credenciado – 18.

Valor total contratado: R\$19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

Prazo de vigência: 01/08/2016 à 31/12/2016.

Pomerode / SC, 28 de Julho de 2016.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031 / 2016

Processo Administrativo n.º 035 / 2016.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 001 / 2016.

Dispensa de Licitação n.º 005 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Credenciado: Agricultor Familiar Sr. CLENIO SEIFERT.

Objeto: SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE AGRICULTOR FAMILIAR PESSOA FÍSICA, COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR, FORNECEDORES DE ALIMENTOS (VERDURAS, LEGUMES, FRUTAS, HORTALIÇAS, GELÉIAS ENTRE OUTROS), INTERESSADAS EM PARTICIPAR, DE FORMA A COMPLEMENTAR A MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA PARA O MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO COMO SE TRANSCRITO FOSSE.

Item Credenciado – 18.

Valor total contratado: R\$12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).

Prazo de vigência: 01/08/2016 à 31/12/2016.

Pomerode / SC, 28 de Julho de 2016.

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Pouso Redondo

PREFEITURA

CONTRATO 36/2016 - BETHA SISTEMAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 36/2016

MODALIDADE LICENCIAMENTO
DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Bairro Independência, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.681/0001-26, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Nair Goulart, portadora da Cédula de Identidade nº 7/R 723.584, inscrita no CPF 247.437.719-00, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, 134, 10º andar, Bairro Centro, CEP 88.801-530, Município de Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada legalmente pelo Sra. Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da Cédula de Identidade nº RG 4.141.785, inscrita no CPF 007.395.609-05 e pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, Advogado, portador da Cédula de Identidade nº RG 4.109.423, inscrito no CPF 004.770.259-19, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, justo e acordado o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

0. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- v. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- a. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- b. Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- c. Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- d. Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

0. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

2. Fluido o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "txt".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

4. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

5. O pagamento dos serviços técnicos eventuais de suporte técnico, treinamento de reforço ou alterações específicas do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

6. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

7. Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecidos.

8. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até 10 (dez) dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2003 – Manutenção da Secretaria de Administração

06 – 3390.39.11.00.00.00

2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório n.º 24/2016 E Pregão Presencial nº 12/2016, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).

4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:

a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no prazo avençado.

b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.

f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.

h. Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.

i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Caberá a CONTRATADA:

a. Quando contratados, conforme valores dispostos no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.

b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.

c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços, caso viável.

f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até cinco dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.

2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e sim como Treinamento de Reforço deverá ser faturado a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por

parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

1. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.
2. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
3. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
4. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
5. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
6. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
7. Desenvolver relatórios específicos.
8. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
9. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
10. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 5 da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:
 - a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
3. O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).
4. Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.
5. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
6. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
7. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

- a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
- b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Trombudo Central. Para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Pouso Redondo (SC), 03 de agosto de 2016

CONTRANTE

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA

DANIELA RAMOS SILVA

Advogada

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Advogado

Testemunhas:

MAIKEL VERDI

CPF 003.780.089-27

NEUMA ANDERLE FELIZARI

CPF 818.495.249-04

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 36/2016

MODALIDADE LICENCIAMENTO

DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

ANEXO I

1. Licenciamento de uso dos aplicativos na Prefeitura Municipal:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	Contabilidade Pública	7	2.013,08	24.156,96
0.	12	Mês	Planejamento	1	590,04	7.080,48
0.	12	Mês	Compras e Licitações	5	763,58	9.162,96
0.	12	Mês	Patrimônio	2	377,62	4.531,44
5.	12	Mês	Folha de Pagamento	3	926,71	11.120,52
6.	12	Mês	Tributação Pública	6	2.776,67	33.320,04
7.	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	4	1.249,49	14.993,88
8.	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	1	666,39	7.996,68
9.	12	Mês	Emissão de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	9999	1.607,11	19.285,32
10.	12	Mês	Ponto eletrônico	2	1.454,96	17.459,52
11.	12	Mês	Almoxarifado	2	448,44	5.381,28
12.	12	Mês	Recursos Humanos	2	763,06	9.156,72
13.	12	Mês	Atendimento ao servidor público via internet	9999	413,28	4.959,36
14.	12	Mês	Protocolo	1	305,44	3.665,28

15.	12	Mês	Gestão de Frotas	2	448,44	5.381,28
16.	12	Mês	Controle Financeiro	1	347,07	4.164,84
17.	12	Mês	Portal da Transparência	9999	326,26	3.915,12
18.	12	Mês	Procuradoria	2	700,00	8.400,00
19.	12	Mês	Gestão da Assistência Social	10	700,00	8.400,00
20.	12	Mês	Gestão Inteligente	2	800,00	9.600,00
21.	12	Mês	Relógio ponto via Internet	1	300,00	3.600,00
22.	12	Mês	Tesouraria	2	400,00	4.800,00
VALOR TOTAL R\$				196.374,72		

2.Licenciamento de uso dos aplicativos no Fundo Municipal de Saúde:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
23.	12	Mês	Contabilidade Pública	4	416,49	4.997,88
24.	12	Mês	Compras e Licitações	4	277,67	3.332,04
25.	12	Mês	Controle Financeiro	1	72,20	866,40
26.	12	Mês	Tesouraria	1	150,00	1.800,00
VALOR TOTAL R\$				10.996,32		

3.Licenciamento de uso dos aplicativos da Câmara Municipal de Vereadores:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
27.	12	Mês	Contabilidade Pública	1	347,07	4.164,84
28.	12	Mês	Compras e Licitações	1	209,64	2.515,68
VALOR TOTAL R\$				6.680,52		

4.Serviços Técnicos na Prefeitura Municipal::

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
29.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	79.800,00	79.800,00
30.	240	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	80,00	19.200,00
31.	2400	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,80	1.920,00
32.	30	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	151,00	4.530,00
VALOR TOTAL R\$				105.450,00	

5.Serviços Técnicos no Fundo Municipal de Saúde

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
33.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	10.640,00	10.640,00
34.	80	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	80,00	6.400,00
35.	800	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,80	640,00
36.	10	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	151,00	1.510,00
VALOR TOTAL R\$				19.190,00	

6.Serviços Técnicos na Câmara de Vereadores

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
37.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	3.990,00	3.990,00
38.	80	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	80,00	6.400,00
39.	800	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,80	640,00
40	10	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	151,00	1.510,00
VALOR TOTAL R\$				12.540,00	

Pouso Redondo (SC), 03 de agosto de 2016

CONTRANTE
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

CONTRATADA
BETHA SISTEMAS LTDA
DANIELA RAMOS SILVA
Advogada

CONTRATADA
BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR
Advogado

Testemunhas:

MAIKEL VERDI
CPF 003.780.089-27

NEUMA ANDERLE FELIZARI
CPF 818.495.249-04

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 83/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 13.447,53 (Treze mil quatrocentos e quarenta sete reais e cinquenta e três centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 84/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 7.933,75 (Sete mil novecentos trinta e três reais e setenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 85/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL EIRELI.
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 4.196,25 (Quatro mil cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 86/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 1.339,48 (Hum mil trezentos trinta e nove reais e quarenta e oito centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 87/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	POSSATO E POSSATO LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 3.019,09 (Três mil dezenove reais e nove centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 88/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	DENTAL OESTE EIRELLI EPP
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 1.212,86 (Hum mil duzentos doze reais e oitenta e seis centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 28/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	BRUNO MICHEL FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2016, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a serem atendidos de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos itens 312,342,462 e 463 do presente contrato.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 162.196,96 (cento e sessenta e dois mil, cento e noventa e seis reais, com noventa e seis centavos), para R\$ 164.420,80 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos), diante das quantidades acrescidas.
DATA:	10/08/2016 a 31/12/2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 32/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO Nº 32/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2016, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a serem atendidos de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos itens 192 e 318.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa R\$ 23.133,50 (Vinte e três mil cento e trinta e três reais, com cinquenta centavos) para R\$ 23.213,40 (Vinte e três mil duzentos e treze reais e quarenta centavos), diante das quantidades acrescidas.
DATA:	10/08/2016 a 31/12/2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 70/2015EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO N° 70/2015

CONTRATANTE:	O MUICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA
OBJETO:	O projeto original previa a sinalização horizontal executando duas faixas centrais na cor amarela. No entanto, com o objetivo de seguir a padronização existente nas demais ruas já pavimentadas do município, ficou acordado entre o poder público a empresa executora a execução de apenas uma faixa horizontal contínua na cor amarela.
VALOR:	Em razão da supressão na quantidade do item citado na cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 281.531,69 (Duzentos e oitenta e um reais quinhentos um e sessenta e nove centavos) para R\$ 280.939,69 (Duzentos e oitenta mil novecentos trinta e nove reais e sessenta e nove centavos).
VIGÊNCIA:	08/08/2016 a 31/12/2016.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 41/2016 - CÉSAR DE MOURA - ME

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: CÉSAR DE MOURA - ME

Contrato: 41/2016-PM

Processo Licitatório: 79/2016-PM

Dispensa de Licitação: 14/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Aquisição de LAVAGENS para veículos ÔNIBUS PLACAS MKM-3367 e OKG-2276, que realizam o transporte escolar no Município de Princesa"

Data da Assinatura: 11/08/2016

Data da Publicação: 12/08/2016

Vigência: de 11/08/2016 a 31/12/2016

Valor Unitário dos Itens: R\$ 100,00 (cem reais)

Valor Total previsto do contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PP Nº 0004/2016 - FUMAS

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Fundo de Assist.Social do Município de Rio das Antas

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2016 – FUMAS

A Gestora do Fundo de Assistência Social do Município de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0004/2016-FUMAS na Modalidade de Pregão Presencial nº 0004/2016-FUMAS, com o seguinte objeto: Estimativo referente nossa aquisição de cestas básicas, destinados a famílias carentes do Município. Conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 25/08/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas de Preço e Documentação de Habilitação, com início da sessão as 09h15min. TIPO: Menor Preço por item. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06, e demais legislação vigente para o objeto. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 12 de agosto de 2016/Claudia Valéria Dalazem dos Santos-Gestora do FUMAS

Rio do Sul

PREFEITURA

CHARLENE DA SILVA CORREA - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 286/2015, firmado em 11/05/2015, com término previsto para 08/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CHARLENE DA SILVA CORREA, portador(a) do CPF nº 045.560.339-18, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 286/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 286/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2016 e encerrando-se em 07/10/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CHARLENE DA SILVA CORREA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ETIANE MAIARA DOMINGOS - 9º TERMO ADITIVO

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 235/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 13/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ETIANE MAIARA DOMINGOS, portador(a) do CPF nº 067.225.669-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 235/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 235/2014, iniciando-se a prorrogação em 14/08/2016 e encerrando-se em 12/10/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 12/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ETIANE MAIARA DOMINGOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JANIA CARLA DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2016, firmado em 30/06/2016, com término previsto para 03/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 148/2016, iniciando-se a prorrogação em 04/08/2016 e encerrando-se em 06/09/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 02/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JULIANA SEBOLD - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 43/2016, firmado em 04/02/2016, com término previsto para 13/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 042.463.539-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 43/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 43/2016, iniciando-se a prorrogação em 14/08/2016 e encerrando-se em 12/10/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 12/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JULIANA SEBOLD
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2016, firmado em 21/03/2016, com término previsto para 02/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ, portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 134/2016, iniciando-se a prorrogação em 03/08/2016 e encerrando-se em 30/09/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 01/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RAQUEL WIGGERS - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2016, firmado em 12/05/2016, com término previsto para 16/08/2016.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAQUEL WIGGERS, portador(a) do CPF nº 007.057.349-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 144/2016, iniciando-se a prorrogação em 17/08/2016 e encerrando-se em 14/10/2016." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.
Rio do Sul, 12/08/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

RAQUEL WIGGERS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 336, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 336, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Altera o limite Sul do Bairro Bela Aliança do art. 499 da Lei Complementar nº 163 de 12 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Municipal, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o limite Sul do Bairro Bela Aliança do art. 499 da Lei Complementar nº 163 de 12 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Rio do Sul, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 499. ...

[...]

BAIRRO BELA ALIANÇA

[...]

SUL - Pelo limite do Perímetro Urbano, partindo do ponto P24, e seguindo os pontos P24a, estendendo-se 200 metros de cada lado da Estrada Geral Braço Bela Aliança a partir da intersecção com a Rua Julio Schulupp até a intersecção com Ribeirão, P25, P26 e P27. A partir deste último segue em direção ao P28, porém somente até o ponto rb16." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor após a sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

MARIO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 28/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016 FMS

OBJETO: Aquisição de equipamentos para Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até o dia 25/08/2016, às 08:30 horas.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00 horas do dia 25/08/2016.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

CONTATO: Luis Henrique Figueira de Oliveira
E-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal de Saúde

Rio Fortuna

PREFEITURA

FMS LIC 12 PR 08 GUIA FARMA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC, torna público aos interessados que fará realizar no dia 25 de agosto de 2016 às 09horas, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Sete de Setembro, nº 730, centro, Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das leis sob nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA. Informações e Edital com anexos poderão ser obtidos diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal ou pelo site www.riofortuna.sc.gov.br

Rio Fortuna, 12 de agosto de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.748/2016

DECRETO Nº 3.748/2016

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei DECRETA:

Art. 1º Pelo presente ficam nomeados os membros da Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Romelândia/SC, conforme a Lei n.º 1.145/2015 de 19/06/2015, e instituída pelo Decreto nº 3.744/2016 de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes servidores municipais para compor a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Romelândia/SC:

I- Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcia Melz Francescon

Suplente: Neide Maria Paula Fonseca

II – Conselho Municipal de Educação:

Titular: Clélia Dassoler

Suplente: Ivanete Furtado

III – Fórum Municipal de Educação:

Titular: Zilmar Perondi

Suplente: Adilce Furtado

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Romelândia (SC) em 12 de agosto de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

Santa Cecília

PREFEITURA

PORTARIA 062016

PORTARIA Nº 06/2016 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

“Dispõe sobre a concessão de licença de férias a servidor público da Câmara Municipal de Santa Cecília – SC e dá outras providências”.

JOÃO WILSON NAIRNI, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Cecília:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor GILVANE MACEDO DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, o gozo de 30 (trinta) dias de férias, a contar do dia 17/08/2016 até o dia 15/09/2016, com fundamento no art. 189 da lei complementar municipal 01/93.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua afixação ou publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se

Câmara Municipal de Santa Cecília, 12 de agosto de 2016.

JOÃO WILSON NAIRNI
Presidente da Câmara

Esta portaria foi registrada e publicada no átrio da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Cecília em ____/08/2016.

Neulágia Coning Stédile

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA PROPOSTA DE PREÇOS 064/2016

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Licitação nº 064/2016 – Tomada de Preços nº 064/2016

Às 15h00min(quinze) horas do dia doze de agosto de dois mil e dezesseis, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 18/2016 de 31 de Março de 2016, reuniu-se com o objetivo de abrir, analisar e julgar a proposta de preço ofertada pelas Licitantes habilitadas no processo licitatório nº 064/2016 – Tomada de Preços.

EMPRESA	REPRESENTANTE CREDENCIADO
BCL EMPREENDIMENTOS LTDA	Ausente
SETEP Construções S. A.	Presente
CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA	Ausente

1. Reuniu-se a comissão permanente de licitação para o Julgamento da Proposta de Preços.
2. Os envelopes contendo as propostas de preços circularam entre os presentes, para averiguação da inviolabilidade.
3. Na sequência a Presidente da Comissão Permanente de Licitação deu prosseguimento aos trabalhos, passando a abertura dos envelopes, já devidamente rubricados, contendo as propostas de preços.
4. As propostas de preços circularam entre a comissão de Licitação, para análise e rubrica.
5. Analisando-se as Propostas de Preços das empresas participantes, constatou-se que restaram classificadas, uma vez que cumpriram com os requisitos editalícios, resultando na seguinte ordem de classificação final das propostas de preços dos licitantes habilitados, na seguinte ordem de valor:

ORDEM	PROPONENTE	VALOR R\$
1º Lugar	CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA	965.651,54
2º Lugar	BCL EMPREENDIMENTOS LTDA	967.877,87
3º Lugar	SETEP Construções S. A.	997.576,16

6. Após análise das propostas de preços, constatou-se que há divergência entre o prazo de execução do Edital e dos Cronogramas físico-financeiros, onde o prazo correto é de 90(noventa) dias para execução a contar da Ordem de Serviço, e no Edital o prazo esta de 120(cento e vinte) dias.
7. A Empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA vencedora do Processo de Licitação nº 064/2016, constou em sua proposta o Prazo de 120(cento e vinte) dias conforme constava no edital.
8. A comissão abre prazo para interposição de recurso, pelo prazo de 05(cinco) dias uteis a contar da lavratura da Ata.
9. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão determinou o encerramento da Sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão e empresa presente.

Santa Rosa do Sul, 12 de Agosto de 2016.

Ana Regina Paulo de Borba
PresidenteRenato Souza de Matos
MembroWilfried Hemmer Célia Caetana
MembroPaulo de Borba Roxo
MembroMateus Antunes Fiera
SETEP Construções S. A.

ATA DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO 064/2016

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

Licitação nº 064/2016 – Tomada de Preços nº 064/2016

Às 16h00min(dezesseis) horas do dia onze de agosto de dois mil e dezesseis, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, conforme designada pelo decreto Nº 18/2016 de 31 de Março de 2016, reuniram-se com o objetivo de analisar os documentos de habilitação, contendo a documentação da Licitação nº 064/2016, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é contratação de empresa especializada para execução dos serviços de terraplenagem, drenagem, OAC, pavimentação asfáltica e sinalização viária das Ruas Ferminio Pedro Raupp e da Rua Vila Bitencourt, no município de Santa Rosa do Sul/SC.

1. Reuniu-se a comissão permanente de licitação a fim de julgar os documentos de habilitação.
2. Na sequência a Presidente da Comissão deu prosseguimento aos trabalhos.
3. Procede-se a análise dos documentos das empresas participantes, tal qual exigida pelo Edital.
4. Conforme mencionou a Empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA de que no Item 4.1.3, letra g.2, quanto a qualificação técnica, as empresas SETEP CONSTRUÇÕES S. A. e BCL EMPREENDIMENTOS LTDA não apresentaram os comprovantes de pagamento da ART do Plano Emergencial, a Comissão decide por validar as ART's, pois a fiscalização quanto ao pagamento compete ao CREA.
5. A Empresa BCL EMPREENDIMENTOS LTDA também mencionou que no Item 4.1.3, letra g.2, quanto a qualificação técnica, a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA apresentou a ART do Plano Emergencial vencida. Conforme contato da Comissão com o CREA, o vencimento da ART não invalida o Plano de Ação Emergencial.
6. Sendo assim a Comissão decide por habilitar a prosseguir no certame as empresas BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, SETEP CONSTRUÇÕES S. A. e CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.
7. A comissão Permanente de licitação decide por dar continuidade aos procedimentos, à abertura da proposta de preços será realizada no dia 12 de Agosto de 2016 as 15h00min.
8. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, então, anunciou o encerramento da presente sessão.
9. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, determinou a cientificação por e-mail do conteúdo da presente Ata às licitantes participantes do certame. Designando o encerramento da sessão e ordenou a lavratura da presente Ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos membros da Comissão.

Santa Rosa do Sul, 11 de Agosto de 2016.

Ana Regina Paulo de Borba
PresidenteRenato Souza de Matos
MembroWilfried Hemmer Célia Caetana
MembroPaulo de Borba Roxo
Membro

EDITAL DE LICITAÇÃO PR Nº 068/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 068/2016- PR 068/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento parcelado de gêneros alimentícios(merenda escolar) destinados ao programa de alimentação nas escolas e creches do município, durante o segundo semestre de 2016. Com entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17h00min do dia 25 de Agosto de 2016, início da sessão de credenciamento e abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do dia 26 de Agosto de 2016. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 12 de Agosto de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 172/2016 CELSO RIBEIRO

PORTARIA Nº 172/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerado, o senhor Celso Ribeiro, inscrito no CPF: 582.961.909-15, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 12 de Agosto 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

São Bento do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 12451/2016

PORTARIA Nº 12451, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga prazo para posse

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de CARLOS AUGUSTO PEREIRA WALGER, no cargo de Médico do Trabalho, do Concurso Público nº 003/2015, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 6036/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

PORTARIA IPRESBS Nº244/2016

PORTARIA IPRESBS Nº. 244/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelos períodos de 19/05/2016 a 19/05/2016 – 01/06/2016 a 01/06/2016 – 20/06/2016 a 21/06/2016 – 07/07/2016 a 07/07/2016 – 28/07/2016 a 28/07/2016 – 08/08/2016 a 08/12/2016, concedido ao servidor RAFAEL SCHROEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 074/2016. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/05/2016.

São Bento do Sul, 11/08/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº245/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 245/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/08/2016 a 04/10/2016, a servidora CRISTIANE MOURA ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/08/2016 a 18/08/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/08/2016.

São Bento do Sul, 11/08/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº246/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 246/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/08/2016 a 01/12/2016, concedido a servidora JUVITA LUCIA TIBURSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº 198/2016 conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/08/2016.

São Bento do Sul, 11/08/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº247/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 247/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/08/2016 a 01/10/2016, a servidora ADRIANA PIEKARSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/08/2016 a 15/08/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/08/2016.

São Bento do Sul, 11/08/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº248/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 248/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116

e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/08/2016 a 28/10/2016, concedido a servidora LUCINEIA KROHL SIQUEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 170/2016 conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/08/2016.

São Bento do Sul, 11/08/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº249/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 249/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/07/2016 a 08/09/2016, ao servidor SERGIO WOLFF ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 14/07/2016 a 28/07/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/07/2016.

São Bento do Sul, 11/08/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 170, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 170, de 12 de agosto de 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - PROMOVER, o servidor ADRIANO ALVES, ocupante do cargo efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, Grupo Ocupacional 03, com carga horária de 40 horas semanais, lotado nesta Autarquia Municipal, para a Classe “B”.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 07 de janeiro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 171, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 171, de 12 de agosto de 2016.

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, Analista de Saneamento I, lotado nesta Autarquia, a Gratificação de Função, nível FG-05, função de AGENTE DE DIVISÃO, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei nº 2864, de 23 de agosto de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 08 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DÉCIMO PRIMEIRO EDITAL CHAMAMENTO PARA MAGIS PROC. SEL. 001 2015 ANO 2016

DÉCIMO PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990 atualizada, pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar nº. 0042, de 04/04/2012, atualizada; Lei Complementar 0045, de 06/11/2012; e Lei Complementar nº 0043, de 26/07/2012; e:

· Considerando solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Iraci Inês Marmentini Walendorff;

· Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;

· Considerando o Decreto nº 2172 de 17 de fevereiro de 2016, que homologou resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2015, de 26 de dezembro de 2015;

· Considerando eventual vacância de cargo por exoneração de servidor público, seja a pedido, por aposentadoria ou outro motivo que ocorra durante o exercício de 2016;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1371, na data de 09 de agosto de 2016, através do qual a servidora pública municipal Marilene Santana Pantano, solicita dispensa do cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), admitida em caráter temporário 20 horas semanais, deste município;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1397, na data de 11 de agosto de 2016, através do qual a servidora pública municipal Adriana Cararo, solicita dispensa do cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), admitida em caráter temporário 20 horas semanais, deste município;

· Considerando que caso não haja candidatos interessados em assumir a vaga na lista dos classificados na área de Professor de Séries Iniciais, graduados e não graduados, segue a lista dos classificados de Professor de Educação Infantil, graduados e não graduados.

· Considerando Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Município e o Ministério Público da Comarca de São Domingos SC;

· Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

1. Realizar chamamento de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2015, de 26 de dezembro de 2015, Magistério Público do Município de São Domingos (SC), para a admissão de professor em caráter temporário (ACT).

2. Do Chamamento e demais disposições:

I - Chamamento: Conforme ordem de classificação;

II - Dia da Chamada: 18 de agosto de 2016 – quinta - feira;

III - Horário da Chamada: 08:30 horas;

IV - Local da Chamada: Na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Domingos;

V - Vencimento: Conforme lei municipal;

VI - Vagas:

02 (duas) vagas para o cargo de Professor de Séries Iniciais, carga horária de 20 horas semanais, para atuar no período Vespertino na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Nair Teixeira Morcheiser.

3. Área de atuação: Professor de Séries Iniciais.

3.1 Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará o Setor de Pessoal e a Secretaria de Administração para as providências cabíveis.

4. Fica estabelecida a data de até 19 de agosto de 2016, sexta - feira, até as 17h30m, para a apresentação no Setor de Pessoal do Município de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,
- Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;
- Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,
- Título de Eleitor,
- Cadastro de Pessoa Física (CPF),
- Numero de Inscrição no PIS/PASEP,
- Cédula de Identidade,
- 01 foto 3x4 recente,
- Número da Conta Bancária, no Banco de sua preferência, com Agência nesta cidade,
- Comprovante de escolaridade e habilitação na área,
- Endereço Oficial e Dados Pessoais,
- Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

5. Fica estabelecido que o início das atividades será no dia 22 de agosto de 2016, segunda - feira, no horário e local de trabalho conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

6. Os prazos de admissão são os estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/12, conforme o caso, e nos artigos 51 a 68 da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 12 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 106/2016

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 106/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 031/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 25 de agosto de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE NOX AUTOMOTIVO (ARLA-32), PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 09 de agosto de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 129/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 129/2016

Pregão Presencial 49/2016

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção, Alvenaria, Hidráulica e Elétrico para diversas Secretarias Municipais.

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Abertura: 25/08/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 724.716,34

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Pregão presencial 49/2016

Processo n.º 129/2016 – Aquisição de Materiais de Construção, Alvenaria, Hidráulica e Elétrico para diversas Secretarias Municipais.

A Prefeitura Municipal de São Joaquim esclarece para os devidos fins que, o Processo 129/2016 Pregão Presencial 49/2016 suspenso no dia 06/07/2016 foi remarcado para o dia 25/08/2016, alguns itens foram modificados alterando o valor orçamentário e incluindo novas dotações, sendo assim, juntamente com o edital será publicado um novo Anexo (itens) com as devidas modificações.

São Joaquim, 15 de julho de 2016

Humberto Luiz Brighent

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 006/2016 - Processo nº 357/2016 – Proc. Adm. 17626/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE 50 (CINQUENTA) RUAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 15 de setembro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 15 de setembro de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

Ao(s) 11 dia(s) do mês de Agosto do ano de 2016 às 09:35 h, foi lavrado o auto de infração e notificação para o(a) Sr.(a) Silvana da Silva dos Santos residente à Rua (Av.) endereço desconhecido devido o(a) mesmo(a) ter infringido o art. 1º, letra Q da Lei nº 3123 de 10 de Dezembro de 1997.

O(a) infrator(a) notificado(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias a contar desta, para efetuar o pagamento da multa de 04 URM ou no mesmo prazo ser apresentada defesa que tiver, como também regularizar a falta que originou a presente infração, sob pena de nova autuação e, consequentemente, aplicações das sanções previstas na Lei, ou seja, inscrição em dívida ativa.

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Endereço Rua Hamilton Ferreira, lote 06, quadra "D", loteamento Parque Residencial Fênix – inscrição imobiliária nº 02.03.440.0284.0.000 Bairro Areias

NATUREZA	OCUPAÇÃO	MATERIAL
() Construção	() Residencial	() Alvenaria
() Acréscimo	() Comercial	() Mista
() Reforma	() Industrial	() Madeira
() Muro	()	() Concreto
(X) Terreno	()	() Metálica

Nº Pav.: - Área aproximada: -

Observação da obra ou serviço:

Não atendimento à Intimação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição Nº 2011, de 08 de Junho de 2016, Página 482.

Pela não construção de calçada e pela não edificação de muros.

AUTUADO	Thaini de Almeida Agente de Fiscalização Edilícia - SUSP ____ Matrícula 0417033 _____ FISCAL
---------	---

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

Ao(s) 11 dia(s) do mês de Agosto do ano de 2016 às 09:37 h, foi lavrado o auto de infração e notificação para o(a) Sr.(a) Gilberto Jose Schmitz e Outra residente à Rua (Av.) endereço desconhecido devido o(a) mesmo(a) ter infringido o art. 1º, letra Q da Lei nº 3123 de 10 de Dezembro de 1997.

O(a) infrator(a) notificado(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias a contar desta, para efetuar o pagamento da multa de 04 URM ou no mesmo prazo ser apresentada defesa que tiver, como também regularizar a falta que originou a presente infração, sob pena de nova autuação e, consequentemente, aplicações das sanções previstas na Lei, ou seja, inscrição em dívida ativa.

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Endereço Rua Hamilton Ferreira, lote 07, quadra "B", loteamento Parque Residencial Fênix – inscrição imobiliária nº 02.03.427.0351.0.000 Bairro Areias

NATUREZA	OCUPAÇÃO	MATERIAL
() Construção	() Residencial	() Alvenaria
() Acréscimo	() Comercial	() Mista
() Reforma	() Industrial	() Madeira
() Muro	()	() Concreto
(X) Terreno	()	() Metálica

Nº Pav.: - Área aproximada: -

Observação da obra ou serviço:

Não atendimento à Intimação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição Nº 2011, de 08 de Junho de 2016, Páginas 483 e 484.

Pela não construção de calçada e pela não edificação de muros.

AUTUADO	Thaini de Almeida Agente de Fiscalização Edilícia - SUSP ____ Matrícula 0417033 _____ FISCAL
---------	---

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

Ao(s) 11 dia(s) do mês de Agosto do ano de 2016 às 09:40 h, foi lavrado o auto de infração e notificação para o(a) Sr.(a) Eugenio Leal da Silva residente à Rua (Av.) endereço desconhecido devido o(a) mesmo(a) ter infringido o art. 1º, letra Q da Lei nº 3123 de 10 de Dezembro de 1997.

O(a) infrator(a) notificado(a) terá um prazo de 15 (quinze) dias a contar desta, para efetuar o pagamento da multa de 04 URM ou no mesmo prazo ser apresentada defesa que tiver, como também regularizar a falta que originou a presente infração, sob pena de nova autuação e, consequentemente, aplicações das sanções previstas na Lei, ou seja, inscrição em dívida ativa.

IDENTIFICAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO

Endereço Rua Hamilton Ferreira, lote 13, quadra "B", loteamento Parque Residencial Fênix – inscrição imobiliária nº 02.03.427.0423.0.000 Bairro Areias

NATUREZA	OCUPAÇÃO	MATERIAL
() Construção	() Residencial	() Alvenaria

<input type="checkbox"/> Acréscimo	<input type="checkbox"/> Comercial	<input type="checkbox"/> Mista
<input type="checkbox"/> Reforma	<input type="checkbox"/> Industrial	<input type="checkbox"/> Madeira
<input type="checkbox"/> Muro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Concreto
<input checked="" type="checkbox"/> Terreno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Metálica

Nº Pav.: - Área aproximada: -

Observação da obra ou serviço:

Não atendimento à Intimação publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição Nº 2011, de 08 de Junho de 2016, Página 481.

Pela não construção de calçada e pela não edificação de muros.

AUTUADO	Thaini de Almeida Agente de Fiscalização Edilícia - SUSP _____ Matrícula 0417033 _____ FISCAL
---------	--

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2016 – PROCESSO Nº 328/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2016 – Processo nº 328/2016 – Proc. Adm. 14856/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO, COM FORNECIMENTO POR COMODATO DOS CILINDROS, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU E NOVAS UNIDADES A SEREM INAUGURADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 15 de agosto de 2016 às 18h00min até dia 25 de agosto de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 25 de agosto de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 072/2016 – PROCESSO Nº 281/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 072/2016 – Processo nº 281/2016 – Proc. Adm. 14331/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS, LABORATORIAIS E DE ENFERMAGEM PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE, POLICLINICAS, LABORATÓRIO MUNICIPAL, SAMU/SJ E DEMAIS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 25/08/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/08/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.96/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº96/2016
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº96/2016, Edital de Pregão Nº96/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TONER, CARTUCHOS DE TINTAS e TUBOS DE TINTA PARA USO NOS SETORES ADMINISTRATIVOS PREFEITURA MUNICIPAL. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 26/08/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016 - SRP - PR Nº 080/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 25/08/2016, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES PARA EVENTO COMEMORATIVO AO “DIA DA CRIANÇA” A SEREM DISTRIBUÍDOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de agosto de 2016.
GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.446, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5.446, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Determina o contingenciamento das dotações orçamentárias e movimentação financeira dos órgãos da administração direta e indireta do município de São Lourenço do Oeste, para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o artigo 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a lei orçamentária anual nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam contingenciadas as dotações orçamentárias com objetivo de adaptação das despesas de acordo com a arrecadação orçamentária, visando principalmente à transparência e o acompanhamento efetivo dos gastos públicos, conforme abaixo:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.066 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	68	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
12.364.4505.2.017 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000	72	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
12.361.4505.1.055 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	36	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
12.361.4505.1.085 4.5.9.0.00.00.00.00.0.1.0019	47	Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
12.365.4505.2.065 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	89	Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicações Diretas	R\$ 37.000,00
17.00	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
17.01	INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO - ICSL		
13.392.4516.2.031 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 2º Caso a receita possa suportar novas despesas, ainda que parciais, a recomposição das dotações dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas, nas respectivas fontes de recursos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de agosto de 2016.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 105/2016 – Pregão Presencial Nº 077/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO SEGUNDO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2016.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA – EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18.

VALOR: R\$ 1.150,80 (um mil, cento e cinquenta reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA – ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 2.704,10 (dois mil, setecentos e quatro reais e dez centavos).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 3.328,00 (três mil, trezentos e vinte e oito reais).

FORNECEDOR: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 05.340.608/0001-89.

VALOR: R\$ 2.123,00 (dois mil, cento e vinte e três reais).

FORNECEDOR: ROBERTO MISTURA ME - CNPJ: 10.292.359/0001-33.

VALOR: R\$ 2.170,00 (dois mil, cento e setenta reais).

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 07.814.016/0001-87.

VALOR: R\$ 2.040,40 (dois mil e quarenta reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: HB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME - CNPJ: 22.094.574/0001-09.

VALOR: R\$ 1.579,50 (um mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

TOTAL: R\$ 21.669,80 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/08/2016.

VIGÊNCIA: 11/08/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 16/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 1/7

Processo Nº.: 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/2016

No dia 10 do mês de Agosto do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, 210, bairro Centro, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2016, Processo Licitatório nº. 45/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de peças novas para concerto de veículos e máquinas da municipalidade, nas quantidades estimadas para o período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
655	AUTO MECANICA IVAL LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5
12	MECANICA BOAVISTENSE LTDA	6, 7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AUTO MECANICA IVAL LTDA ME	02.735.563/0001-53	CLAUDINEI STAUDT	020.762.699-59
MECANICA BOAVISTENSE LTDA	73.860.868/0001-35	CLECI MULLER	861.646.439-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de peças novas para concerto de veículos e máquinas da municipalidade, nas quantidades estimadas para o período de 01 (um) ano, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12 - MECANICA BOAVISTENSE LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Reparo central V IAB 3138 VW/FORD.	un	IAB	5,000	146,0000	730,00
7	Bucha tensor V IAB 3139 VW/FORD.	un	IAB	5,000	125,0000	625,00
8	Bobina válvula de freio motor.	un	PARKER	5,000	92,0000	460,00
9	Interruptor freio motor 2529060481 ônibus VW.	un	VOLKSWAGE	5,000	144,0000	720,00
10	Reator para lâmpada 24V DNI - 0874.	un	DNI	10,000	57,0000	570,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTAPágina: 2/7
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016**Fornecedor: 655 - AUTO MECANICA IVAL LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Relógio horímetro para Retroescavadeira JCB 3C Plus.	un	DNI	2,000	635,0000	1.270,00
2	Rolamento 907/08400 para retroescavadeira JCB 3C Plus.	un	NTN	5,000	158,0000	790,00
3	Retentor 904/50040 para retroescavadeira JCB 3C Plus.	un	JCB	5,000	135,0000	675,00
4	Interruptor 701/41600 para retroescavadeira JCB 3C Plus.	un	JCB	3,000	360,0000	1.080,00
5	Filtro da transmissão para retroescavadeira CAT 416E.	un	DONALDSON	5,000	164,0000	820,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/7
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 4/7
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/7
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 6/7
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACR SCIMOS E SUPRESS ES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 7/7
Processo N°.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL N°. 31/2016

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 10 de Agosto de 2016.

GILNEI ANTONIO GUT
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AUTO MECANICA IVAL LTDA ME

CNPJ: 02.735.563/0001-53

MECANICA BOAVISTENSE LTDA

CNPJ: 73.860.868/0001-35

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.698- FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO, DO LOTE URBANO Nº 07, QUADRA 02, COM ÁREA DE 300,425 M², SITO A RUA FREDERICO BOCK (ANTIGA RUA B), MATRÍCULA Nº 41.828 E LOTE Nº 08, QUADRA 02, COM ÁREA DE 300,425 M², SITO A RUA PROJETADA "A", , MATRÍCULA Nº 1.817, DE PROPRIEDADE DE ELOI ROST

DECRETO Nº 8.698/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, do lote urbano nº 07, quadra 02, com área de 300,425 m², sito a Rua Frederico Bock (Antiga Rua B), matrícula nº 41.828 e Lote nº 08, quadra 02, com área de 300,425 m², sito a Rua Projetada "A", , matrícula nº 1.817, Loteamento Casimiro Tonet, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste-SC, ambos de propriedade de Eloi Rost, lembrado os referidos imóveis entre si, formando um único imóvel com área total de 600,85m², passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações em conjunto:

REMEMBRAMENTO:

Lote urbano nº 07 com área de 300,425 m² e o Lote Urbano nº 08 com área de 300,425 m², Totalizando 600,85 m², confrontando-se: ao Norte com os Lotes nº 09 e Lote nº 10 por linha seca de 39,40 mts; ao Leste com a Rua José Zandoná, por linha seca de 15,25 mts; ao Sul com os Lotes nº 05 e Lote nº 06 por linha seca de 39,40 mts; ao Oeste com a Rua Frederico Bock por linha seca de 15,25 mts.

Art. 2º Ficam os proprietários a providenciar o registro junto ao Ofício do Registro de Imóveis do Desdobramento ora aprovado no prazo de 180 dias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 11 de agosto de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

DECRETO Nº 8.699/2016 - FICA APROVADO O REMEMBRAMENTO, PARTE DO LOTE URBANO Nº 01, COM ÁREA DE 402,77M², DE GILMAR JOSÉ SIMONETTI E PARTE DO LOTE URBANO Nº 45-I, COM ÁREA DE 75,88M² E PARTE DO LOTE URBANO Nº 01, COM ÁREA DE 194,86M², NUM TOTAL DE 270,74M², DE PROPRIEDADE DE RUDINEI KUMM

DECRETO Nº 8.699/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, Parte do Lote Urbano nº 01, com área de 402,77m², matrícula nº 20.345, sito na Rua Willy Barth, bairro Progresso, de propriedade de Gilmar José Simonetti; e parte do Lote Urbano nº 45-I, com área de 75,88m² e Parte do Lote Urbano nº 01, com área de 194,86m², num total de 270,74m², matrícula nº 21.086, Bairro Progresso, São Miguel do Oeste- SC, de propriedade de Rudinei Kumm, lembrado os referidos imóveis entre si, formando um único imóvel com área total de 673,51m², passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações em conjunto:

REMEMBRAMENTO:

Parte do Lote Urbano nº 01, com área de 402,77m²; e Parte do Lote Urbano nº 45-I e Parte do Lote Urbano nº 01, com área de 270,74m², totalizando uma área de 673,51m², confrontando em conjunto: Ao Norte: com a Rua Sebaldo Wunsch, medindo 18,70m; Ao Leste: com o Lote Urbano "Letra A", da subdivisão dos lotes nºs 01 e 45-I, por linha seca de 12,36m; Novamente ao Norte: com o Lote Urbano "Letra A", da subdivisão dos lotes nºs 01 e 45-I, por linha seca de 0,84m; Novamente ao Leste: com o mesmo Lote Urbano nº 01, Letras "A" e "B", por linha seca de 20,71m; Ao Sul: com parte dos Lotes Urbanos nºs 02 e 01, por linha seca de 28,02m; Ao Oeste: com a Rua Willy Barth, medindo 31,27m.

Art. 2º Ficam os proprietários a providenciar o registro junto ao Ofício do Registro de Imóveis do Desdobramento ora aprovado no prazo de 180 dias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 11 de agosto de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 062/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 062/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ISABELA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 091.719.189-73, residente a Rua Antônio José Raulino, nº 2395, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 12/08/2016, findando no dia 20/12/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

ISABELA ROSA

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO Nº123/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº123/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10-2.077 – Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 2.502,88

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.502,88

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.502,88

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 09 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA N.º 263/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 263/2016

Admite em Caráter Temporário ISABELA ROSA para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ISABELA ROSA para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contrato de trabalho nº. 062/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 93/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 93/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 42/2016-PMS

Processo nº. 142/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ZANDONÁ & PIVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.456.804/0001-50, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3246, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de cortinas, com colocação, para atender o Centro Infantil Municipal Cristiane Inês Zerbini da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CORTINA CORTA LUZ EM TECIDO 100% POLIÉSTER, NA COR CAMURÇA, NAS MEDIDAS DE 4,00 X 1,80 MTS, COLOCADA.	05	Unidade	301,00	1.505,00
02	CORTINA CORTA LUZ EM TECIDO 100% POLIÉSTER, NA COR CAMURÇA, NAS MEDIDAS DE 2,60 X 1,80 MTS, COLOCADA.	04	Unidade	120,00	480,00
TOTAL R\$					1.985,00

Valor do contrato: R\$ 1.985,00 (um mil novecentos e oitenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 12/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO INADIMPLENTO DO CONTRATO Nº 271/2015-PMS

NOTIFICAÇÃO

Processo de licitação nº. 147/2015 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 72/2015 – PMS

Fica a empresa TAYU QUIMICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 97.493.407/0001-30, estabelecida na Rua Juliete Waldrich nº 530, Nova Encano, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.130-000, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 271/2015-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordem de Compra, cujo empenho nº 1910/16 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
1910/16	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES SUPER-BRANCO PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 21X24,5 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS..	04/08/16	11/08/16.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 12 de agosto de 2016.

Andreia Nass Friedemann
Setor de Compras
Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

A
TAYU QUIMICA EIRELI
CNPJ sob o nº. 97.493.407/0001-30
(47) 3330-6155

TERMO ADITIVO Nº. A43/2016 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A43/2016 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 207/2015-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: PORTAL PCH LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.543.892/0001-20, estabelecida na Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf nº. 66, sala 03, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ivandel Hambus, inscrito no CPF sob o nº. 908.044.149-04.

Considerando o Contrato nº. 207/2015 – PMS, celebrado em 25 de agosto de 2015, Processo de licitação nº. 172/2015 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 88/2015 – PMS, para contratação de serviços de Internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Diretoria de Informática, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, para prorrogação de prazo da vigência do contrato para o período de 12 (doze) meses, sendo até 25 de agosto de 2017, no valor total R\$ 46.089,96 (quarenta e seis mil, e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II, c/c 65 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 14ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" aditivada a quantidade de 12 meses, totalizando o valor total R\$ 46.089,96 (quarenta e seis mil, e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos) e na Cláusula Quarta "do valor do contrato", item 4.1, alterando o valor total do contrato para R\$ 93.589,96 (noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos), conforme segue:

Item		Qtde	Unidade	Valor Atual Mensal	Valor Reajustado Mensal	Total
1	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload Local:ESF I - Schroeder I, Rua Guaramirim, 560, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-5497 Lat 26°27'1.52"S, Lon 49° 1'30.23"O	12	Meses	R\$ 180,00	R\$ 200,97	R\$ 2.411,64
3	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload Local:ESF III – Sossego, Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, CEP 89275-000, 47 3374-1107 / 47 3374-0632 Lat 26°23'41.01"S, Lon 49° 5'21.10"O	12	Meses	R\$ 180,00	R\$ 200,97	R\$ 2.411,64
5	Serviço de Internet Banda Larga – 10Mbps de Download e 1Mbps de Upload Local: ESF II, Rua Presidente Costa e Silva, 770, CEP 89275-000 Lat 26°25'20.78"S, Lon 49° 3'34.52"O	12	Meses	R\$ 180,00	R\$ 200,97	R\$ 2.411,64

7	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:Conselho Tutelar, Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-0489 Lat 26°24'27.78"S, Lon 49° 4'43.37"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
9	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:CRAE - Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado / NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família, Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, CEP 89275-000, 47 3373-3192 Lat 26°24'31.11"S, Lon 49° 4'40.72"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
11	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende e Jardim de Infância Crescer e Aprender, Rua Dom Pedro, 820, Rio Hern, CEP 89275-000, (47) 3276-3866 Lat 26°25'27.18"S, Lon 49° 3'27.54"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
13	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:CEIM Professora Cristiane Inês Zerbin, Rua Mario Zerbin, Rio Hern, 60, CEP 89275-000, (47) 3374-5472 Lat 26°25'17.89"S, Lon 49° 3'44.51"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
15	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:Escola Municipal Professor Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, 884, Tomaselli, CEP 89275-000, (47) 3374-0408 Lat 26°23'10.77"S, Lon 49° 3'36.52"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
17	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:CEIM Girassol, Rua Guilherme Zastrow, 58, Centro, CEP 89275-000, (47) 3374-1338 Lat 26°23'35.09"S, Lon 49° 5'20.95"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
19	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512Kbps de Upload Local:Escola Municipal Kismara Lislei Walkinir Moreira e Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho, Rua 03 de Outubro, 261, Centro, CEP 89275-000, (47) 3370 1698 Lat 26°23'32.69"S, Lon 49° 5'23.72"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
21	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local:ESF IV - Itoupava Açú, Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, CEP 89275-000, 47 3275-1362 Lat 26°21'6.28"S, Lon 49° 7'34.22"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
23	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: CEIM Ezélia Correia Lombardi, Rua Guaramirim, 313, Schroeder I, CEP 89275-000, 47 3374-2609 Lat 26°26'55.68"S, Lon 49° 1'22.84"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
25	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Frida Hein Krause e Jardim de Infância Branca de Neve, Rua Marechal Castelo Branco, 8382, Schroeder III, CEP 89275-000, 47 3273-7023 Lat 26°22'31.58"S, Lon 49° 6'29.73"O	12	Meses	R\$ 130,00	R\$ 145,15	R\$ 1.741,80
27	Serviço de Internet Banda Larga –2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt e Jardim de Infância Flor do Campo, Estrada Rancho Bom, 4426, Rancho Bom, CEP 89275-000, 47 3055-7795 Lat 26°21'5.33"S, Lon 49° 2'55.01"O	12	Meses	R\$ 115,00	R\$ 128,40	R\$ 1.540,80

29	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Castro Alves e Jardim de Infância Cantinho Alegre, Estrada Duas Mamas, 3000, Duas Mamas, CEP 89275-000, 47 3055-7707 Lat 26°23'14.60"S, Lon 49° 2'6.57"O	12	Meses	R\$ 115,00	R\$ 128,40	R\$ 1.540,80
31	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: Escola Municipal Professora Leonete Bauer Walz e Jardim de Infância Bondinho Alegre, Estrada Bracinho, 11076, Bracinho, CEP 89275-000, 47 3055-7887 Lat 26°21'5.09"S, Lon 49° 6'20.46"O	12	Meses	R\$ 115,00	R\$ 128,40	R\$ 1.540,80
33	Serviço de Internet Banda Larga – 2Mbps de Download e 512kbps de Upload Local: ETA - Estação de Tratamento de Água, Estrada Bracinho, 12426, Bracinho, CEP 89275-000, 3055-7888 Lat 26°20'26.42"S, Lon 49° 6'13.86"O	12	Meses	R\$ 115,00	R\$ 128,40	R\$ 1.540,80
35	Serviço de Internet Banda Larga – 35Mbps de Download e 3Mbps de Upload, Conexão através de Fibra Ótica Local:Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42.86"S, Lon 49° 4'33.61"O	12	Meses	R\$ 290,00	R\$ 323,79	R\$ 3.885,48
37	Serviço de Internet Banda Larga – 5Mbps de Download e 5Mbps de Upload, Conexão através de Fibra Ótica Local:Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, CEP 89275-000, 47 3374-6500 Lat 26°24'42.86"S, Lon 49° 4'33.61"O	12	Meses	R\$ 850,00	R\$ 949,03	R\$ 11.388,36
TOTAL R\$						46.089,96

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta “da vigência” no item 14.1, prorrogando-se para o período de 12 (doze) meses, sendo até 25 de agosto de 2017, a vigência do contrato.

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 207/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de agosto de 2016.
CONTRATADA:

PORTAL PCH LTDA.
Ivandel Hambus
CPF no 908.044.149-04
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 72/2016-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2016

Número do Registro de Preços: 57/2016		Data do Registro: 12/08/2016		Válido até: 12/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de madeira de pinus e madeira de lei para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambient							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Madeira serrada Peroba medindo 5 metros de comprimento X 16 centímetros de largura X 6 centímetros de espessura	UN	MADEIREIRA BOME LTDA - ME (6244)		0	129,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Padeleto	0	130,0000	2
2	Madeira serrada Peroba medindo 4 metros de comprimento X 16 centímetros de largura X 6 centímetros de espessura	UN	MADEIREIRA BOME LTDA - ME (6244)		0	103,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Padeleto	0	104,0000	2
3	Madeira serrada Peroba (metros corridos) , medido 20 centímetros de altura X 3,5 de espessura.	UN	MADEIREIRA BOME LTDA - ME (6244)		0	27,9000	1
			COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Padeleto	0	28,0000	2
4	Madeira de pinus medindo 2 centímetros de espessura X 20 centímetros de altura X 3 metros de comprimento	M²	COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073)	Lealine	0	12,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2016

Número do Registro de Preços: 57/2016		Data do Registro: 12/08/2016		Válido até: 12/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de madeira de pinus e madeira de lei para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambient							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MADEIREIRA BOME LTDA - ME (6244)		0	12,4500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 57/2016

Número do Registro de Preços: 57/2016		Data do Registro: 12/08/2016		Válido até: 12/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de madeira de pinus e madeira de lei para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambient							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016

PROCESSO Nº 132/2016

(6244) - MADEIREIRA BOME LTDA - ME

(9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP

Schroeder, 12 de Agosto de 2016.

DISPENSA 42/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2016 - DL**Processo Nr.: 142/2016
Data: 12/08/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: ZANDONA & PIVA LTDA - ME
Endereço: R MARECHAL CASTELO BRANCO,3246 - SALA 1
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 04.456.804/0001-50

Código: 9363

Inscrição Estadual: 254.226.027

Objeto da Compra: Aquisição de cortinas, com colocação, para atender o Centro Infantil Municipal Cristiane Inês Zerbini da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	CORTINA CORTA LUZ EM TECIDO 100% POLIÉSTER, NA COR CAMURÇA, NAS MEDIDAS DE 4,00 X 1,80 MTS, COLOCADA.	UN	301,00	1.505,00
2	4,00	CORTINA CORTA LUZ EM TECIDO 100% POLIÉSTER, NA COR CAMURÇA, NAS MEDIDAS DE 2,60 X 1,80 MTS, COLOCADA.	UN	120,00	480,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Visando a manutenção no atendimento com qualidade do CEIM Cristiane Inês Zerbini, que atende diariamente cerca de 100 crianças de 0 a 3 anos. Tendo o objeto solicitado na dispensa como de suma importância para abertura de nova sala de atendimento a crianças no centro de educação.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 12 de Agosto de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2016 - DL**Processo Nr.:** 142/2016
Data: 12/08/2016

Folha: 2/2

10/08/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Agosto de 2016

Valor da Despesa: 1.985,00 (um mil novecentos e oitenta e cinco reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

EXTRATO DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS DO MÊS DE JULHO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Extrato dos Contratos e Convênios do mês de Julho de 2016.

Contrato nº. 114/2016 – Pregão Presencial nº. 044/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Gente Seguradora Ltda, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02- Contratada. OBJETO: Contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. PRAZO: 12 meses. VALOR: R\$ 10.650,00. DATA DO CONTRATO: 04/07/2016.

Contrato nº. 115/2016 - Dispensa de Licitação nº. 019/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de SC – SEBRAE/SC, CNPJ 82.515.859/0001-06 – Contratado. OBJETO: Execução de 200 (duzentas) horas de consultoria especializada em turismo, destinadas às micro e pequenas empresas do município. PRAZO: 04 meses. VALOR: R\$ 10.000,00. DATA DO CONTRATO: 06/07/2016.

Contrato nº. 116/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 091/2016 – Dispensa de Licitação nº. 014/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Maroso Geoambiental Ltda – ME, CNPJ nº 23.088.390/0001-07 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 091/2016 em mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 15/07/2016. DATA DO CONTRATO: 12/07/2016.

Contrato nº. 117/2016 - Dispensa de Licitação nº. 020/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa Anderson Rodrigo Bordignon 03111910962 – Contratada. OBJETO: Fornecimento de materiais e mão de obra para execução de cobertura, com telhas de alumínio, conforme orçamento, na Escola Deolindo Zilio, nesta cidade de Seara. PRAZO: 10 dias. VALOR: R\$ 7.700,00. DATA DO CONTRATO: 22/07/2016.

Contrato nº. 118/2016 – Termo de Aditamento nº. 002/2016 ao Contrato nº. 106/2015 Tomada de Preços nº. 069/2015.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa ECGT Construções Ltda - EPP, CNPJ nº. 06.907.152/0001-59 - Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 106/2015 em mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28/07/2016. DATA DO CONTRATO: 27/07/2016.

Contrato nº. 119/2016 – Pregão Presencial nº. 049/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Betha Sistemas Ltda, CNPJ nº. 00.456.865/0001-67 - Contratada. OBJETO: Fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 14.407,00/mês. DATA DO CONTRATO: 28/07/2016.

Contrato nº. 120/2016 - Dispensa de Licitação nº. 021/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Cooperativa de Produção e Consumo dos Produtores e das Agroindústrias Familiares de Seara – COOPASE, CNPJ nº. 07.929.720/0001-85 - Contratada. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública nº. 002/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 46.619,00. DATA DO CONTRATO: 29/07/2016.

Contrato nº. 121/2016 - Dispensa de Licitação nº. 022/2016.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a Cooperativa Central Sabor Colonial, CNPJ nº. 12.720.068/0001-24 - Contratada. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, verba FNDE/PNAE, de acordo com a chamada pública nº. 002/2016. PRAZO: 31/12/2016. VALOR: R\$ 40.912,50. DATA DO CONTRATO: 29/07/2016.

Contrato nº. 122/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 133/2015 - Dispensa de Licitação nº. 099/2015

PARTES: O Município de Seara – Locatário, e Moacir Nadir Schneider, corretor de imóveis, CRECI nº 16984, CPF Nº. 541.321.429-49 – Locador. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da locação até 31/12/2016, e reajuste de valor. VALOR MENSAL: R\$ 328,48. DATA DO CONTRATO: 29/07/2016.

Contrato nº. 123/2016 - Termo de Aditamento nº. 001/2016 ao Contrato nº. 071/2013 – Tomada de Preços nº. 028/2013.

PARTES: O Município de Seara – Contratante, e a empresa E. U. Consultoria e Planejamento S/C, CNPJ nº. 04.986.007/0001-85 – Contratada. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato até 31/12/2016. DATA DO CONTRATO: 29/07/2016.

Termo Aditivo nº 01 ao Convênio nº 026/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e o Departamento Regional De Santa Catarina/Dr - Serviço Social Da Indústria-Sesi – Conveniente – CNPJ nº 03.777.341/0001-66. OBJETO: Adequação do valor do Convênio nº 026/2016 para R\$ 30.400,00. DATA DO CONVÊNIO: 08/07/2016.

Termo Aditivo nº 01 ao Convênio nº 018/2016.

PARTES: O Município de Seara – Concedente, e a Associação de Moradores Padre Lídio – Conveniente – CNPJ nº 03.812.251/0001-69. OBJETO: Adequação de meta no Plano de Trabalho que integra o Convênio nº 018/2016. DATA DO CONVÊNIO: 15.07.2016.

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS

Contrato nº. 017/2016-FMS - Termo de Rescisão Amigável ao contrato nº. 001/2014-FMS – Dispensa de Licitação nº. 003/2014-FMS.

PARTES: O Município de Seara, através do Fundo Municipal da Saúde – Locatário, e o Sr. Antonio Neuri Pozzebon, CPF nº. 195.821.299-72, e a Sra. Roseclair Inês Nardi Pozzebon, CPF nº. 347.382.829-72- Locadores. OBJETO: Rescisão amigável do contrato nº. 001/2014-FMS, e dos aditivos que o acompanham, com efeitos a partir da data de 31/07/2016. DATA DO CONTRATO: 29/07/2016.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FMES

Contrato nº. 006/2016–FMES – Dispensa de Licitação nº. 002/2016-FMES.

PARTES: A Fundação Municipal de Esportes de Seara – Contratante, e a empresa Cleonice Velozo-ME, CNPJ nº. 22.360.255/0001-06 Contratada. OBJETO: Aquisição de refeições (café, almoço, jantar) para os atletas e dirigentes que irão participar da etapa microrregional da OLESC, em Passos Maia, SC. PRAZO: 19/07/2016. VALOR: R\$ 3.600,00 (estimado). DATA DO CONTRATO: 11/07/2016.

Seara, SC, 12 de agosto de 2016.

Mirian L. Gabriel

Departamento de Licitações

Siderópolis

PREFEITURA

41/2016 AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 41/2016

TOMADA DE PREÇO PMS Nº 05/2016

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA

O Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que não houve interposição de recurso na fase de abertura das documentações. Sendo assim, fica designado o dia 19/08/2016 às 09h00min a reunião para abertura e análise dos documentos contendo a proposta de preço das licitantes habilitadas.

Siderópolis, 12 de agosto de 2016.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 319/2016

DECRETO Nº 319, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 65.404,47 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e sete centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

04.03 - DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS

2.033 - Conservação e Limpeza de Vias e Logradouros Públicos

3.3.90.00.00.00.00.0016(40) - Aplicações Diretas R\$ 30.404,47

05.04 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

2.028 - Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00082(78) - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso financeiro da fonte de recursos 16 e provável excesso da fonte de recursos 82.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de agosto de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 189/2016

DECRETO N°. 189, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

FICA DESIMCOMPATIBILIZADO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL MARCOS HENTZ E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal nº 384/2001 de 01.06.2001 e artigo 3º da Lei Municipal nº 385 de 01/06/2001, e artigo 41, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pleito eleitoral, considerando o descuido da Administração em não ater-se de que o servidor Marcos Hentz fazia parte como Membro da Comissão de Defesa Cível –COMDEC e Suplente do Conselho Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º. Fica desincompatibilizado o Servidor Publico Municipal, MARCOS HENTZ, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária com Lotação na Secretaria de Agricultura, Obras e Transportes pelo período de (03) três meses, a contar de 02 de julho de 2016, ficando assim desincompatibilizado como Membro da Comissão de Defesa Cível –COMDEC e Suplente do Conselho Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar 064/90 de 18.05.1990, devido a licença atividade política para concorrer ao cargo de Vice-Prefeito pelo Município de Sul Brasil, nas eleições municipais de 02 de outubro de 2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos desde 01 de julho, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 11 de agosto de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 177/2016

PORTARIA Nº. 177/2016. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. FATIMA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, convivente, portadora do CPF nº. 026.856.289-08, aprovado em 5º lugar no Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2014, conforme Decreto de Homologação nº 014-A/2014, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, devendo cumprir estágio probatório nos termos da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO SANTA CATARINA, EM 15 DE AGOSTO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em quinze de agosto de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 60 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 60/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, as licitantes EVERALDINO RICARDO 88979873972, CNPJ nº 21.583.759/0001-14 e PETRY SERV. DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 24.751.979/0001-06 a comparecer para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 22/08/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 12 de agosto de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 2015.96 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 2015/96

LOCATÁRIO: Município de Timbó.

LOCADOR: Jurandir Arthur Bonin e Jonas Arcibal Bonin.

OBJETO: Retificação do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 2015/96, revendo o reajuste do valor constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 2015/96 concedido em 10,6419% (correspondente a aplicação do índice IGPM/FGV abril/2016) para 12,2193% (correspondente a aplicação do índice IGPM/FGV junho/2016).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2016

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

JULGAMENTO DE RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 57 2016 PMT

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 57/2016 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção geral e elétrica (destinada aos tratores agrícolas), e manutenção mecânica (destinada aos implementos agrícolas), em atendimento às necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

RECURRENTE: IVONE IDA BRASILIA BARONI ME.

DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa IVONE IDA BRASILIA BARONI ME, contra a sua desclassificação no certame. Alega em síntese que, já na fase de credenciamento, o Pregoeiro desclassificou a licitante por não atender as exigências do item 6.6 do Edital, haja vista a sede empresa ultrapassar o limite de 80 km de distância da sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Sustenta que referido item refere-se à proposta, não exigindo a necessidade de comprovar a distância da sede da Secretaria à sede da empresa, não podendo, desta forma, ser utilizado como condição/restrrição de participação no certame.

Informa que trabalha com serviço de mecânica móvel, prestando atendimento in loco. Apresentou ainda em anexo, dois atestados de capacidade técnica.

DO MÉRITO

Inicialmente, importante destacar o que estabelece o item nº. 6.6 do edital, senão vejamos:

“6.6 – A Secretaria de Desenvolvimento Econômico fará o transporte dos equipamentos danificados até a oficina vencedora do certame, limitado a quilometragem não superior a 80 km de distância da sede da Secretaria, e se responsabilizará a retirá-los quando da execução completa dos serviços, quando, comprovadamente, não for possível o conserto na oficina da Secretaria.”

Além disso, o item 10.1.2 assim dispõe:

10.1.2 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico efetuará a solicitação de cada serviço ou de cada inspeção, por escrito, à licitante vencedora, sendo que está deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviado profissional técnico para análise e possibilidade de manutenção no local.

Nesta feita, considerando que em momento algum constou no edital a vedação da participação de empresas localizadas em um raio superior a 80 km de distância da sede da Secretaria, e tão somente restou claro no mesmo o fato de que o órgão municipal fará o transporte dos equipamentos danificados até a oficina vencedora, limitado a quilometragem supramencionada.

Conclui-se que, não é vedada a participação de empresas localizadas em distância superior à definida no item 6.6 do Edital, contudo, estas ficarão responsáveis pelo transporte dos equipamentos da quilometragem excedente, lembrando sempre que a preferência é de realização do conserto/manutenção no local. Ademais, vale ressaltar que, independente da localização, a licitante vencedora deverá cumprir com os prazos e demais exigências definidos no instrumento convocatório e anexos.

Ante o exposto, com fundamento nas razões acima, julgo PROCEDENTE o Recurso Administrativo interposto pela empresa IVONE IDA BRASILIA BARONI ME, classificando a proposta de preço da empresa no certame.

Publique-se, registre-se e intime-se.
Timbó, 12 de agosto de 2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Desenvolvimento Econômico

PORTARIA Nº 2059, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 2059, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Nomeia Servidora Pública Municipal para o exercício de cargo efetivo na Procuradoria Geral do Município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, com base nos arts. 11, inciso I, e 12 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e Lei Complementar nº 137, de 02/07/98, e alterações, a servidora abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público nº 01/2011:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
Cargo: Advogado Ref.Salarial: GP-89		
NOME	CPF	JORNADA SEMANAL
Dolores Wendland	496.500.500-78	35h

Art. 2º CONVOCAR a Servidora nomeada para, nos termos dos arts.19 à 22 da Lei Complementar nº 01, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98 c/c Edital de Concurso Público nº 01/2011, realizar o exame médico e comprovar o atendimento dos requisitos necessários a posse no cargo para o qual foi nomeada.

Parágrafo único. Torna-se automaticamente SEM EFEITO O PRESENTE ATO DE PROVIMENTO, se a servidora nomeada não cumprir no prazo legal, os requisitos necessários à efetiva posse no cargo.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de agosto de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 07 2016 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º 07/2016 – FUMTRAN
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Trânsito, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Tomada de Preço nº 07/2016 FUMTRAN, sofreu alteração na qualificação técnica exigida, conforme segue:

A exigência contida no subitem 7.1.6 fica alterada nas citações das letras "c" (c.I e c.II) e "d", para engenheiro mecânico e/ou engenheiro civil.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 31/08/2016 as 09h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 09h10min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbó/SC, 12 de agosto de 2016
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2016

EXTRATO DE CONTRATO 39/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: RICARDO LAZZARI (MEI)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de carpintaria e marcenaria para reparos, consertos, adaptações, manutenção preventiva de prédios públicos pertencentes ao Município de Treze Tílias.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2016: 05.01.2015.33.90.00.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 57.600,00. (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 51/2016.

VIGÊNCIA: O presente contrato é válido por 12 meses, contados da data de sua assinatura.

DATA ASSINATURA: 11/08/2016

TREZE TÍLIAS, 11/08/2016

PORTARIA 122/2016

PORTARIA Nº 122/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - PUBLICAR que os servidores abaixo descritos, após indicação do Poder Executivo (01 vaga) e indicação via eleição pelas respectivas secretarias e diretorias municipais (04 vagas), para compor o Conselho Diretor do Sistema Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais – SIMA, conforme art. 37 da Lei Complementar nº 045/2012 de 10 de maio de 2012 ficou assim formado:

- Ane Margarida Soerger Zaro (indicada pelo Poder Executivo – Portaria nº 090/16);
- Clarice Salete Brandalise (indicada pelas Sec. de Educação e Esporte);
- Marli Brandalise Bavaresco (indicada pelas Sec. da Saúde e Des. Comunitário);
- Vinícius Schirmann Mendes (indicado pela Sec. de Administração e Turismo);
- Sérgio Júnior Dresch (indicado pelas Sec. de Agricultura e Transportes e Obras);

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE AGOSTO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 50/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 50/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Regulamentar nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 50/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 25 de agosto de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 12:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 12 de agosto de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 51/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 51/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 51/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 26 de agosto de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 12 de agosto de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2016

Aviso de Licitação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

AMARILDO PAGLIA, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 31 de agosto de 2016, até às 08h45min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a seleção de empresa para a execução de obra referente à construção de uma Pista de Caminhada e Ciclovia no Município de Vargeão, SC, com área total de pista de caminhada de 580,00 m² e de ciclovia de 624,00 m², com fornecimento de materiais e mão de obra especializada. Qualquer informação relativa à licitação será prestada pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a Rua 7 de Setembro, 477, centro, na cidade de Vargeão, SC, pelo fone (49) 3434-0148, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:00 horas ou através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 12 de agosto de 2016.

Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.203/16

DECRETO Nº 13.203/16, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.378/16 de 10 de agosto de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Câmara Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

20 – Câmara Municipal de Vereadores
01 – Câmara de Vereadores
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 - Aplicações diretas 65.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 65.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

20 – Câmara Municipal de Vereadores
01 – Câmara de Vereadores
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100- Aplicações diretas 65.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 65.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.204/16

DECRETO Nº 13.204/16, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 560.000,00 (Quinhentos e sessenta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	560.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	560.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

LEI Nº 3.378/16

LEI Nº 3.378/16, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Câmara Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

20 – Câmara Municipal de Vereadores
01 – Câmara de Vereadores
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0100 - Aplicações diretas 65.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 65.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

20 – Câmara Municipal de Vereadores
01 – Câmara de Vereadores
2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0100- Aplicações diretas 65.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 65.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

LEI Nº 3.379/16

LEI Nº 3.379/16, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

Ratifica as Alterações Realizadas no Protocolo de Intenções, Consubstanciada no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciada no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal nº 2.070/2008.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei, que está publicado na página 1495 da edição nº 2005 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (edição de 31 de maio de 2016 - http://edicao.dom.sc.gov.br/1464722232_edicao_dom_2005.pdf).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

LEI N.º 3.379/16, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

ANEXO I

Contrato de Consórcio Público do CIGA - com as alterações realizadas até o momento:

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
CIGA

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios catarinenses listados no Anexo I, através de seus Prefeitos Municipais, reunidos na cidade de Penha, no dia 29 de novembro de 2007, resolvem formalizar o presente Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei n.º 11.107/05 e legislação municipal pertinente.

DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes, pelo presente Protocolo de Intenções e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Parágrafo Único. O CIGA adquirirá personalidade jurídica mediante a vigência das leis de ratificação de no mínimo três municípios subscritores do Protocolo de Intenções.

Art. 2º O CIGA é constituído pelos municípios subscritos no Anexo I e demais municípios do território nacional, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 03, de 2014)

§ 1º Somente será considerado consorciado o município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de dois anos, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após dois anos da subscrição do Protocolo de Intenções somente será válida após homologação da Assembléia Geral do CIGA.

§ 3º A ratificação poderá ser realizada com reserva, implicando em consorciamento parcial do ente, após aprovação de cada uma das reservas pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou, caso já constituído o consórcio público, pela Assembléia Geral.

§ 4º O consorciamento de município designado como possível integrante do consórcio se dará mediante lei municipal que autorize seu ingresso no consórcio e homologação da Assembléia Geral do CIGA.

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 4º A área de atuação do CIGA será formada pelo território dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CIGA vigorará por tempo indeterminado.

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 6º Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Art. 7º São finalidades do CIGA:

I - prestar, de forma direta ou indireta, serviços especializados em desenvolvimento, atualização, manutenção, suporte e fornecimento de

sistemas informatizados "softwares" em gestão pública municipal, nos serviços de processamento de dados e geração das informações, no âmbito de cada município consorciado e que permitam trazer benefícios para a administração e sociedade;

II - promover a implantação de sistemas de gestão pública municipal, treinamento, capacitação e suporte técnico aos municípios e aos usuários dos sistemas, diretamente com seus empregados, colaboradores, por meio da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, das respectivas associações microrregionais de municípios ou por intermédio de terceiros;

III - celebrar convênios ou contratos de parcerias que viabilizem o fornecimento de tecnologias, serviços e sistemas para a gestão pública municipal;

IV - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas para atendimento do objeto do Consórcio;

V - criar instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados aos municípios consorciados;

VI - viabilizar ações conjuntas, de acordo com a adesão de cada município consorciado, para a aquisição nacional ou internacional de equipamentos, softwares aplicativos, contratação de sistemas e serviços aplicados à gestão pública municipal; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

VII - representar os municípios que integram o CIGA, perante fornecedores, prestadores de serviços, autoridades, órgãos e instituições nos assuntos atinentes ao objeto do Consórcio;

VIII - prestar assessoria e consultoria na aquisição e implantação de sistemas e equipamentos de tecnologia da informação destinados ao desenvolvimento das atividades dos municípios consorciados;

IX - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

X - realizar estudos e pesquisas de tecnologias da informação relacionadas à gestão pública municipal, tanto no desenvolvimento de sistemas e aquisição de equipamentos quanto na inserção tecnológica dos municípios;

XI - promover a articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento tecnológico dos municípios, FECAM e associações de municípios catarinenses;

XII - propor políticas de inserção e desenvolvimento tecnológico dos consorciados, bem como a inclusão digital da sociedade;

XIII - desenvolver, contratar, fornecer ou manter sistemas, serviços e equipamentos de geração e transmissão de energia, iluminação pública convencionais ou sistemas inteligentes voltados a eficiência energética e energias renováveis; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XIV - planejar, coordenar, orientar, controlar e executar projetos de pesquisa e implantação de políticas de gestão territorial, geoprocessamento, cartografia e planejamento rural e urbano; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XV - instituir, através de resolução aprovada pelos consorciados, Fundo Intermunicipal para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de outros entes federados, bem como recursos provindos do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

XVI - receber, processar e disponibilizar entre os entes federados, dados cadastrais, tributários, econômicos ou analíticos de qualquer tipo, que possam ser utilizados direta ou indiretamente para acompanhamento ou fiscalização, incluindo dados de Notas Fiscais Eletrônicas, operações de crédito, inclusive de Cartões de Crédito, compra venda de mercadorias ou de prestações de serviços sujeitos ao ISSQN ou ICMS, inclusive serviços bancários, operação de vendas de bens móveis e imóveis e outras composições de informações que os sistemas fiscalizadores possam realizar cruzamentos ou auditorias. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

Parágrafo único. Para cumprir as suas finalidades o CIGA poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão ou não o seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou privados nacionais ou internacionais; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

III - prestar por seus empregados e colaboradores os serviços previstos no presente Protocolo a seus consorciados;

IV - requisitar técnicos de entes públicos, dos consorciados, FECAM e das associações microrregionais de municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIGA;

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

VII - adquirir produtos ou serviços em outros países, quando demonstrada a vantagem técnica do bem ou serviço, ou ainda, quando houver incorporação tecnológica para o CIGA e aos municípios consorciados. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 8º Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIGA;

IV - compor o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do CIGA nas condições estabelecidas pelo Protocolo de Intenções.

Art. 9º Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIGA, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e

colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do CIGA.

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 10. Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte das finalidades do CIGA dispostas no art. 7º deste Protocolo de Intenções, serão firmados entre o consórcio e cada ente consorciado.

§ 1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O CIGA poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei n.º 8.666/93.

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 11. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CIGA, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos financeiros ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIGA, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

DA ESTRUTURA

Art. 12. O CIGA estará organizado a partir da seguinte estrutura:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Conselho Fiscal;

IV - Diretoria Executiva.

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 13. A Assembléia Geral, instância máxima do CIGA, é um órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os municípios consorciados e será gerida por um Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos em Assembléia Geral, pela maioria simples dos prefeitos dos municípios consorciados, para o mandato de um ano, podendo ser reeleitos por mais um período.

§ 2º A eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal acontecerá entre o período do dia 1º (primeiro) de dezembro do exercício e 31 (trinta e um) de janeiro do ano seguinte.

§ 3º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.

§ 4º Poderão concorrer à eleição para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em no máximo três chapas completas para os dois órgãos.

§ 5º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembléia Geral, com direito a voz.

§ 6º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do município na Assembléia Geral, inclusive com direito a voto, mediante credencial, sendo vedada a substituição do titular nos cargos do CIGA.

§ 7º Ninguém poderá representar mais de um consorciado na mesma reunião da Assembléia Geral.

§ 8º A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua falta, pelo Primeiro Vice-Presidente.

Art. 14. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no período de 01 de dezembro a 31 de janeiro, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

§ 1º As convocações da Assembléia Geral serão publicadas no sítio do CIGA com antecedência mínima de 10 dias.

§ 2º A Assembléia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

§ 3º A Assembléia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 15. Cada município consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade aos servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

Art. 16. Compete à Assembléia Geral:

- I - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- II - homologar o ingresso no CIGA de município subscritor do Protocolo de Intenções que o tenha ratificado após dois anos da sua subscrição ou de município não subscritor que discipline por lei o seu ingresso;
- III - aprovar as alterações do Contrato de Consórcio Público;
- IV - aplicar a pena de exclusão ao ente consorciado;
- V - deliberar sobre a entrega mensal de recursos financeiros a ser definida em contrato de rateio;
- VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembléia Geral; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- VII - autorizar: (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
 - a) a realização de operações de crédito;
 - b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;
 - c) a mudança da sede;
- VIII - aprovar a extinção do consórcio;
- IX - deliberar sobre assuntos gerais do CIGA;
- X - aprovar as alterações do Estatuto; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 17. O quórum de deliberação da Assembléia Geral será de:

- I - unanimidade de votos de todos dos consorciados para as competências dispostas nos incisos III e VIII do artigo anterior;
- II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "c", do artigo anterior;
- III - maioria simples dos consorciados presentes às assembleias para as demais deliberações

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Art. 18. O Conselho de Administração do CIGA é formado pelos prefeitos dos municípios consorciados, constituído de:**

- I - Um Presidente;
- II - Um Primeiro Vice-Presidente;
- III - Um Segundo Vice-Presidente;
- IV - Um Primeiro Secretário;
- V - Um Segundo Secretário.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

- I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;
- II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;
- III - prestar contas ao órgão concedor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;
- IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;
- V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;
- VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;
- VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;
- VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;
- IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;
- X - autorizar a celebração de convênios;
- XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
- XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA; (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida; (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
- XV - aprovar, ad referendum da Assembléia Geral: (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)
 - a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
 - b) o Plano de Trabalho;
 - c) o Relatório Anual de Atividades;
 - d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;
 - e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

Art. 20. Ao Presidente do Conselho de Administração compete:

- I - convocar e presidir as Assembléias Gerais do CIGA, as reuniões do Conselho de Administração e manifestar o voto de minerva;
- II - tomar e dar posse aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- III - representar o CIGA ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Diretor Executivo;
- IV - ordenar as despesas e a movimentação financeira dos recursos do CIGA, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente ao Diretor Executivo;

Art. 21. Ao Primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho de Administração e promover todos os atos relativos à função do CIGA;

Art. 22. Aos demais prefeitos membros do Conselho de Administração compete substituir os titulares e colaborar para o funcionamento adequado do CIGA.

DO CONSELHO FISCAL

Art. 23. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CIGA e será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes.

Art. 24. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIGA;
- II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias;
- III - emitir parecer sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Executivo;
- IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Conselho de Administração.

Art. 26. Compete ao Diretor Executivo:

- I - promover a execução das atividades e gestão do CIGA;
- II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, mediante homologação do Presidente do CIGA;
- III - elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Trabalho a serem submetidos à apreciação da Assembléia Geral do CIGA;
- IV - elaborar a Prestação de Contas e o Relatório de Atividades a serem submetidos ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral do CIGA;
- V - elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao CIGA para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente;
- VI - movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do CIGA;
- VII - executar a gestão administrativa e financeira do CIGA dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- VIII - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIGA;
- IX - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembléia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- X - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;
- XI - autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços;
- XII - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIGA;
- XIII - instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27. O Regime de Trabalho dos empregados do CIGA é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com ingresso mediante aprovação em concurso público.

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 2º Os empregados do CIGA não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os empregados incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

§ 1º O emprego de Diretor Executivo do CIGA deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência em gestão pública municipal ou em tecnologia da informação, com formação de nível superior, e sua contratação se dará por livre admissão e demissão.

§ 2º Os empregos de Gerente Administrativo e Gerente de Tecnologias da Informação deverão ser ocupados por profissionais com comprovada experiência em suas respectivas áreas, com formação de nível superior, e suas contratações se darão por livre admissão e demissão.

§ 3º A remuneração, a qualificação e a descrição dos empregos estão definidas no Anexo II deste Protocolo de Intenções.

§ 4º Fica autorizado ao Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, a contratação de estagiários nos termos da Lei n.º 6.494/77.

§ 5º Os empregados não terão direito à estabilidade no emprego.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 29. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 30. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o CIGA mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 31. A execução das receitas e das despesas do CIGA obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 32. O patrimônio do CIGA será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do CIGA:

I - a entrega mensal de recursos financeiros dos consorciados, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos próprios serviços prestados;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 34. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei n.º 4.320/64 e Lei Complementar n.º 101/00.

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

Art. 37. O ingresso de novos consorciados será submetido à apreciação do Conselho de Administração e deverá atender ao disposto no § 4º do art. 2º deste Protocolo de Intenções.

Art. 38. Cada consorciado poderá se retirar do CIGA a qualquer momento, desde que denuncie sua retirada num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 41. A alteração e a extinção do Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações do Consórcio reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao CIGA.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e Prestação de Contas.

§ 1º Até 31 de Janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho de Administração, e este à deliberação da Assembléia Geral, o Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas para o exercício seguinte, o Relatório de Atividades, a Prestação de Contas, o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 43. A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do CIGA depende apenas da vontade de cada ente consorciado, sendo vedado a oferta de incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do CIGA;

III - transparência, facultado ao Poder Executivo ou Legislativo do ente consorciado ter acesso a qualquer reunião ou documento do CIGA;

IV - eficiência, exigindo que todas as decisões do CIGA tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo CIGA sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

Art. 44. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.

Art. 45. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados, considerando-se de alta relevância os serviços por eles prestados.

Art. 46. Os municípios consorciados ao CIGA respondem solidariamente pelo Consórcio.

Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração e o Diretor Executivo do CIGA não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo.

Art. 47. O CIGA será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por lei, deste Protocolo de Intenções.

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 48. O CIGA poderá delegar à Federação Catarinense de Municípios - FECAM a execução de atividades administrativas previstas neste Protocolo de Intenções até estruturação completa do Consórcio.

Art. 49. Os casos omissos ao presente Protocolo de Intenções serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.

Art. 50. As normas do presente Protocolo de Intenções entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br. (Redação dada pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio. (Incluído pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 04, de 2016)

Florianópolis, 29 de novembro de 2007.

Leonel José Martins
Prefeito Municipal de Balneário Piçarras

Antônio Coelho Lopes Junior
Prefeito Municipal de Capão Alto

Wanderley Agostini
Prefeito Municipal de Curitiba

João Romão
Prefeito Municipal de Garuva

Adilson Luis Schmitt
Prefeito Municipal de Gaspar

Nestor Sprícigo
Prefeito Municipal de Lauro Muller

Maria Carlesso Doré
Prefeita Municipal de Luzerna

Davio Leu
Prefeito Municipal de Massaranduba

Antoninho Tibúrcio Gonçalves
Prefeito Municipal de Monte Carlo

Ênio Reckziegel
Prefeito Municipal de Paraíso

Hugo Lembeck
Prefeito Municipal de Salete

Elio Pedro Hoss Godoy
Prefeito Municipal de São Carlos

José Milton Scheffer
Prefeito Municipal de Sombrio

LEI N.º 3.379/16, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

ANEXO II

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016 - a qual consolidou as alterações do Contrato de Consórcio Público aprovadas na 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA e definiu o encaminhamento das alterações do Contrato de Consórcio Público ao nobre Poder Legislativo para ratificação e consolidação:

Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA n.º 04, de 30 de maio de 2016.

Dispõe sobre o Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), no uso das competências que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público e Regimento Interno do CIGA, notadamente o artigo 16 do Contrato de Consórcio Público e o artigo 37, inciso I, do Regimento Interno;

Faço saber a seguinte Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA, aprovada, de forma unânime, por sua Assembleia Geral, nos termos do artigo 16, inciso III, do Contrato de Consórcio Público do CIGA, reunida na 14ª Assembleia Geral Ordinária, em 28 de janeiro de 2016:

Art. 1º. O Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), formalizado em 29 de novembro

de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 3º. O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA tem sua sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

[...]

DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 7º.

[...]

Parágrafo único.

[...]

V - realizar licitações para contratação de bens ou serviços em nome dos municípios consorciados, nos termos do §1.º do art. 112 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 19 do Decreto n.º 6.017/2007;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24 da Lei n.º 8.666/93;

[...]

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

[...]

Art. 9º. Constituem deveres dos consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial quanto à inserção no orçamento anual e o repasse de recursos financeiros previstos em contrato;

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIGA;

[...]

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14.

[...]

§ 3º A Assembleia Geral poderá se dar virtualmente, sendo obrigatório o uso de métodos que garantam a autenticidade da participação dos membros convocados e de seus respectivos votos.

[...]

Art. 16.

[...]

VI - homologar as decisões que o Conselho de Administração deliberou 'ad referendum' da Assembleia Geral;

VII - autorizar:

a) a realização de operações de crédito;

b) a alienação e a oneração de bens imóveis do CIGA;

c) a mudança da sede;

[...]

X - aprovar as alterações do Estatuto do CIGA.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[...]

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração do CIGA: (Renumerado por esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público)

I - nomear e exonerar o Diretor Executivo e tomar-lhe mensalmente as contas da gestão financeira e administrativa do CIGA, que atenda ao disposto na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005;

II - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIGA;

III - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CIGA venha a receber;

IV - contratar serviços de auditoria interna e externa;

V - autorizar a alienação de bens móveis inservíveis do consórcio;

VI - autorizar o Diretor Executivo a contratação de estagiários;

VII - autorizar o Diretor Executivo a contratar serviços terceirizados para atendimento das finalidades do CIGA;

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado ao CIGA;

IX - autorizar o Diretor Executivo do Consórcio a prover os empregos públicos previstos no Anexo II deste Protocolo de Intenções;

X - autorizar a celebração de convênios;

XI - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual da remuneração dos empregados do CIGA;

XII - a instituição de diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento e estada dos empregados públicos e em comissão do CIGA, bem como dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal que viajarem a serviço do Consórcio no Brasil ou no Exterior, nos valores e termos fixados no Estatuto do CIGA;

XIII - regulamentar a forma de custeio de despesas de deslocamento e estada pelos integrantes das Câmaras Técnicas, tendo em vista o interesse público na participação efetiva de seus integrantes;

XIV - autorizar a celebração de Contrato de Cota de Patrocínio de eventos que visem ao fortalecimento municipalista, mediante apresentação, pela Patrocinada, de Projeto, a ser aprovado pelo Conselho de Administração, e, após o término do evento, de Relatório de Execução do Evento, para comprovação do cumprimento da contrapartida;

XV - aprovar, ad referendum da Assembleia Geral:

a) o Orçamento anual do CIGA, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) o Plano de Trabalho;

- c) o Relatório Anual de Atividades;
- d) a prestação de contas, após a análise do Conselho Fiscal;
- e) a criação de câmaras técnicas, comitês, ou grupos de discussão com a participação da sociedade civil.

[...]

DA DIRETORIA EXECUTIVA

[...]

Art. 26.

[...]

XII – instituir Horário Flexível, Home Office, Banco de Horas e o regime de Sobreaviso.

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DO REGIME DE TRABALHO

Art. 27.

[...]

§ 1º As disposições complementares da estrutura administrativa do CIGA, obedecido o disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do CIGA.

[...]

Art. 28. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 34 (trinta e quatro) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Protocolo de Intenções.

[...]

DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

[...]

Art. 33.

[...]

X – o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CIGA, que atuará na qualidade de substituto tributário e com base na autonomia dos entes federativos, facultada a sua devolução aos entes federativos no caso de apuração de superávit no exercício anterior.

Parágrafo único. Será indevido recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CIGA, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal.

[...]

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 35. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelo CIGA e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato.

Art. 36. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CIGA os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato.

DO INGRESSO, RETIRADA E EXCLUSÃO DE CONSORCIADO

[...]

Art. 39. Será excluído do CIGA o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida de acordo com o respectivo contrato.

[...]

Art. 40. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente com as obrigações assumidas em contrato.

[...]

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

[...]

Art. 47.

[...]

Parágrafo único. O CIGA regulamentará em Estatuto, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público.

[...]

Art. 51. Fica instituído como órgão oficial de publicação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, veiculado por meio do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 52. Fica estabelecido o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio.

[...]

ANEXO I

[...]

Municípios consorciados ao Consórcio Público CIGA:

Abdon Batista/SC
Agrolândia/SC
Agronômica/SC
Água Doce/SC
Águas de Chapecó/SC
Águas Frias/SC
Alfredo Wagner/SC
Alto Bela Vista/SC
Anchieta/SC
Anita Garibaldi/SC
Anitápolis/SC
Antônio Carlos/SC
Arabutã/SC
Araquari/SC
Araranguá/SC

Armazém/SC
Arroio Trinta/SC
Arvoredo/SC
Ascurra/SC
Atalanta/SC
Aurora/SC
Balneário Arroio do Silva/SC
Balneário Barra do Sul/SC
Balneário Camboriú/SC
Balneário Gaivota/SC
Balneário Piçarras/SC
Balneário Rincão/SC
Barra Bonita/SC
Barra Velha/SC
Bela Vista do Toldo/SC
Belmonte/SC
Benedito Novo/SC
Biguaçu/SC
Blumenau/SC
Bocaina do Sul/SC
Bom Jardim da Serra/SC
Bom Jesus do Oeste/SC
Bom Jesus/SC
Bom Retiro/SC
Bombinhas/SC
Botuverá/SC
Braço do Norte/SC
Braço do Trombudo/SC
Brunópolis/SC
Brusque/SC
Caçador/SC
Caibi/SC
Calmon/SC
Camaçari/BA
Camboriú/SC
Campo Alegre/SC
Campo Erê/SC
Campos Novos/SC
Canelinha/SC
Canoinhas/SC
Capão Alto/SC
Capinzal/SC
Capivari de Baixo/SC
Catanduvas/SC
Caxambu do Sul/SC
Celso Ramos/SC
Chapadão do Lageado/SC
Chapecó/SC
Cocal do Sul/SC
Concórdia/SC
Cordilheira Alta/SC
Coronel Freitas/SC
Coronel Martins/SC
Correia Pinto/SC
Corupá/SC
Criciúma/SC
Cunha Porã/SC
Cunhataí/SC
Curitiba/PR
Curitibanos/SC
Descanso/SC
Dionísio Cerqueira/SC
Dona Emma/SC
Doutor Pedrinho/SC
Entre Rios/SC
Ermo/SC
Erval Velho/SC
Faxinal dos Guedes/SC
Flor do Sertão/SC

Formosa do Sul/SC
Forquilha/SC
Fraiburgo/SC
Frei Rogério/SC
Galvão/SC
Garopaba/SC
Garuva/SC
Gaspar/SC
Governador Celso Ramos/SC
Grão Pará/SC
Gravatal/SC
Guabiruba/SC
Guaraciaba/SC
Guaramirim/SC
Guarujá do Sul/SC
Guatambu/SC
Herval d'Oeste/SC
Ibiam/SC
Ibicaré/SC
Ibirama/SC
Içara/SC
Ilhota/SC
Imaruí/SC
Imbituba/SC
Imbuia/SC
Indaial/SC
Iomerê/SC
Iporã do Oeste/SC
Ipuaçu/SC
Ipumirim/SC
Irati/SC
Irineópolis/SC
Itá/SC
Itaiópolis/SC
Itajaí/SC
Itapema/SC
Itapiranga/SC
Itapoá/SC
Itu/SP
Ituporanga/SC
Jaborá/SC
Jacinto Machado/SC
Jaguaruna/SC
Jaraguá do Sul/SC
Jardinópolis/SC
Joaçaba/SC
João Pessoa/PB
Joinville/SC
José Boiteux/SC
Jupia/SC
Lacerdópolis/SC
Lages/SC
Laguna/SC
Lajeado Grande/SC
Lauro Muller/SC
Lebon Régis/SC
Leoberto Leal/SC
Lindóia do Sul/SC
Lontras/SC
Luiz Alves/SC
Luzerna/SC
Macieira/SC
Mafra/SC
Major Gercino/SC
Maracajá/SC
Maravilha/SC
Marema/SC
Massaranduba/SC
Meleiro/SC

Mirim Doce/SC
Modelo/SC
Mondaí/SC
Monte Carlo/SC
Monte Castelo/SC
Morro da Fumaça/SC
Morro Grande/SC
Navegantes/SC
Nova Erechim/SC
Nova Itaberaba/SC
Nova Trento/SC
Nova Veneza/SC
Novo Horizonte/SC
Orleans/SC
Otacílio Costa/SC
Ouro Verde/SC
Ouro/SC
Paial/SC
Painel/SC
Palhoça/SC
Palma Sola/SC
Palmeira/SC
Palmitos/SC
Papanduva/SC
Paraíso/SC
Passo de Torres/SC
Passos Maia/SC
Paulo Lopes/SC
Pedras Grandes/SC
Penha/SC
Peritiba/SC
Pescaria Brava/SC
Petrolândia/SC
Pinhalzinho/SC
Pinheiro Preto/SC
Piratuba/SC
Planalto Alegre/SC
Pomerode/SC
Ponte Alta do Norte/SC
Ponte Alta/SC
Ponte Serrada/SC
Porto Alegre/RS
Porto Belo/SC
Porto União/SC
Pouso Redondo/SC
Presidente Castello Branco/SC
Presidente Getúlio/SC
Presidente Nereu/SC
Princesa/SC
Quilombo/SC
Rancho Queimado/SC
Rio Branco/AC
Rio das Antas/SC
Rio do Campo/SC
Rio do Oeste/SC
Rio do Sul/SC
Rio dos Cedros/SC
Rio Fortuna/SC
Rio Negrinho/SC
Rio Rufino/SC
Riqueza/SC
Rodeio/SC
Romelândia/SC
Salete/SC
Salto Veloso/SC
Salvador/BA
Sangão/SC
Santa Cecília/SC
Santa Rosa de Lima/SC

Santa Rosa do Sul/SC
Santa Terezinha do Progresso/SC
Santa Terezinha/SC
Santiago Do Sul/SC
São Bento do Sul/SC
São Bernardino/SC
São Carlos/SC
São Cristóvão do Sul/SC
São Domingos/SC
São Francisco do Sul/SC
São João Batista/SC
São João do Itaperiú/SC
São João do Oeste/SC
São João do Sul/SC
São Joaquim/SC
São José do Cedro/SC
São José do Cerrito/SC
São José/SC
São Lourenço do Oeste/SC
São Ludgero/SC
São Martinho/SC
São Miguel da Boa Vista/SC
São Miguel do Oeste/SC
São Pedro de Alcântara/SC
Saudades/SC
Schroeder/SC
Seara/SC
Serra Alta/SC
Siderópolis/SC
Simões Filho/BA
Sombrio/SC
Sul Brasil/SC
Tangará/SC
Tigrinhos/SC
Tijucas/SC
Timbé do Sul/SC
Timbó Grande/SC
Timbó/SC
Três Barras/SC
Treviso/SC
Treze de Maio/SC
Treze Tilias/SC
Trombudo Central/SC
Tubarão/SC
Tunápolis/SC
Turvo/SC
União do Oeste/SC
Urubici/SC
Urupema/SC
Urussanga/SC
Vargeão/SC
Vargem Bonita/SC
Vargem/SC
Vidal Ramos/SC
Videira/SC
Vitor Meireles/SC
Witmarsum/SC
Xanxerê/SC
Xavantina/SC
Xaxim/SC
Zortéa/SC

[...]

ANEXO II

Empregados do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA:

Nome do emprego	Vagas	Forma de contratação	Remuneração	Carga Horária	Requisitos
Diretor Executivo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 11.375,12	40h	Ensino superior completo
Gerente Administrativo	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Gerente de Tecnologias da Informação	01	Livre admissão e demissão	R\$ 7.356,79	40h	Ensino superior completo
Analista de Sistemas	05	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino superior completo
Programador	10	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Ensino médio completo
Técnico em TI	10	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Contador	01	Concurso público	R\$ 4.071,28	40h	Superior completo e registro no órgão competente
Assistente Administrativo	03	Concurso público	R\$ 2.703,33	40h	Ensino médio completo
Controlador Interno	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)
Assessor Jurídico	01	Concurso público	R\$ 5.622,43	40h	Ensino Superior completo e registro no órgão competente (OAB) (Cargo criado pela Emenda ao Contrato de Consórcio Público n.º 02, de 2013)

[...]

Organograma da estrutura administrativa do CIGA:

Art. 2º. Esta Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIGA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 30 de maio de 2016.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal de Lebon Régis

Presidente do CIGA

LEI Nº 3.380/16

LEI Nº 3.380/16, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a receber Doação em Dinheiro que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber por doação, com encargo, da Associação Videira Música Viva - AVMV, a importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para ser empregado na revitalização, compreendendo ampliação e reforma, do Centro de Eventos Vitória - CEVI.

Parágrafo Único - A doação será formalizada mediante termo no qual deverá constar os encargos ao Município de Videira e a Associação Videira Música Viva - AVMV.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei serão consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na seguinte dotação seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.059 - Manutenção do CEVI
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas

Parágrafo Único - Fica proibida utilização do recurso em finalidade diversa da pactuada que não seja para revitalização do Centro de Eventos Vitória - CEVI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.355/10.

Videira, 10 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

MINUTA DO TERMO DE DOAÇÃO – LEI Nº 3.380/16

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM ASSOCIAÇÃO VIDEIRA MÚSICA VIVA - AVMV E O MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Pelo presente instrumento que entre si celebram a ASSOCIAÇÃO VIDEIRA MÚSICA VIVA - AVMV, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 07.857.930/0001-05, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 651, Centro, em Videira, SC, neste ato representado por sua presidente, Sra. Wladmar Goldbach, inscrita no CPF nº 949.638.279-72, doravante denominada DOADORA e de outro lado o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de público interno, inscrita no CNPJ sob n. nº 83.039.842/0001-84, com sede administrativa na Av. Manoel Roque, Alvorada, nesta cidade de Videira (SC), neste ato representado por seu representante legal, Sr. Wilmar Carelli, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 056.326.419-53, doravante denominado DONATÁRIO, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente termo, de acordo com as cláusulas e condições adiante transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a doação da importância de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para ser empregado na revitalização, compreendendo ampliação e reforma, do Centro de Eventos Vitória - CEVI, de propriedade do Município de Videira/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCARGOS

A DOADORA se obriga a entregar o recurso financeiro livre e desembaraçado de qualquer ônus, no valor líquido de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para fins de registros contábeis junto ao patrimônio do DONATÁRIO.

O DONATÁRIO, por sua vez, se obriga:

- Assegurar o uso exclusivo da sala construída para Banda e das salas reformadas, tudo conforme projeto, para atividades desempenhadas pela Escola de Música, por tempo indeterminado;
- Dar manutenção e readequações ao prédio para que permaneça em plenas condições de atender as necessidades da Escola de Música;
- Destinar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da Escola com a envergadura atual ou ampliando-a, seja, em número de alunos, seja na qualidade das aulas ministradas;
- Garantir a completa execução e conclusão das obras projetadas, ainda que demandem recursos extras ao montante ora doado, estes a serem providos pela Municipalidade;
- Autorizar a fiscalização, pela AVMV ou alguém por ela indicado, da aplicação dos recursos e do desempenho das atividades da Escola de forma ampla e irrestrita;
- Retornar a doação ora operacionalizada, devidamente atualizada pelo IGP-M, caso não sejam respeitadas as diretrizes estabelecidas, quais sejam:
 - Não execução da obra nos ditames do projeto ou do cronograma físico-financeiro, ressalvadas as hipóteses em que a municipalidade não tenha dado causa dolosamente pelo atraso e/ou descumprimento, desde que comprovadas que as providências legais cabíveis forma tomadas;
 - Minimização das atividades promovidas pela Escola

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Em caso de descumprimento de quaisquer dos encargos elencados acima, o presente termo encontra-se rescindido em sua plenitude.

A DOADORA, em caso de rescisão do termo por motivo de utilização para fins diversos de que não seja a revitalização do CEVI, que não os propostos na presente doação, reserva-se o direito de reclamar a restituição dos valores com a devida atualização pelo IGP-M, sem que o DONATÁRIO faça jus a qualquer indenização.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO

O DONATÁRIO por intermédio deste instrumento atesta plena e irrestritamente o recebimento do bem, objeto da presente doação.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente termo, com renúncia a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam a presente doação em 3 (três) vias de igual teor junto com duas testemunhas a tudo presentes.

Videira, de de 2016.

WLADMAR GOLDBACH Associação Videira Música Viva	WILMAR CARELLI Município de Videira
Testemunhas:	
Nome:	Nome:
CPF:	CPF

PORTARIA Nº 0647/16

PORTARIA nº 0647/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.338/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária (em frente ao Corpo de Bombeiros) e da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pela Igreja O Brasil para Cristo de Videira/SC, no dia 27 de agosto de 2016, das 14h00min às 16h00min para realização de evangelização com som e louvor.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigam-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Não extrapolar os parâmetros de som, bem como, não obstruir o trânsito de pedestres que circulam no local, a fim de não ferir os dispositivos inerentes à natureza do bem comum.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0648/16

PORTARIA nº 0648/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 13.904/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, por Clenir Carvalho – Orientadora do Método Kumon – Unidade de Videira, no dia 11 de novembro de 2016, no período noturno, para a realização da Reunião de Pais para Encerramento do Ano e entrega de Premiação aos alunos adiantados no Método Kumon – Unidade de Videira.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Não extrapolar os parâmetros de som, bem como, não obstruir o trânsito de pedestres que circulam no local, a fim de não ferir os dispositivos inerentes à natureza do bem comum.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0649/16

PORTARIA nº 0649/16

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.339/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pela Igreja O Brasil para Cristo de Videira/SC, no dia 03 de setembro de 2016, das 14h00min às 16h00min para realização de evangelização com som e louvor.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Não extrapolar os parâmetros de som, bem como, não obstruir o trânsito de pedestres que circulam no local, a fim de não ferir os dispositivos inerentes à natureza do bem comum.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0650/16

PORTARIA nº 0650/16

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores SILVANE DA ROCHA PINTO, CAMILA STRAPAZZON, WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, ELONI MARIA FRIGUETTO, MIRIAN ESTHER WUNSCH ROSTIROLLA, ROSANI LUIZA SCHNEIDER, RUBIA MARA PINO GOMES Buseti, RICARDO BURATTO, ADILES APARECIDA ZAGO CORRÊA, FRANCIELI DAL BOSCO FAZZIONI, KARINA DE SOUZA MOREIRA E RAQUEL FAUSTINO para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0728/2015.

Videira, 11 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016 – FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 29/2016 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PEÇAS PARA OS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, LABORATORIAIS E ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 08:30:00h do dia 29/09/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 08:30:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de agosto 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2016-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR AMPLIAÇÃO E REFORMA DA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DO C.E.M.E.I. IRMÃ CONCILIA (AMPLIAÇÃO: 66,08 M² E REFORMA GERAL: 449,28 M²), POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, restando vencedora a empresa Reger Engenharia e Construções Ltda EPP vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 239.075,55 (duzentos e trinta e nove mil e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 12 de agosto de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2016-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUIR QUADRA DE AREIA CERCADA COM ALAMBRADO DE TELA EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR, COM ÁREA DE 337,50M², NO BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Reger Engenharia e Construções Ltda EPP vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 59.693,06 (cinquenta e nove mil seiscentos e noventa e três reais e seis centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 12 de agosto de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2016 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADA a descrição dos itens 2.1 e 2.2 da Planilha Orçamentária, bem como fica ALTERADA as Especificações Técnicas do Memorial Descritivo referente ao edital de Tomada de Preços nº 15/2016 - PMV, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO GINÁSIO MUNICIPAL PADRE BRUNO POKOLM, COM ÁREA DE 1.435,00M², CONFORME PROJETO BÁSICO. Fica alterada também a data do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 02/09/2016 as 14h00min. O Edital retificado em inteiro teor

encontra-se à disposição dos interessados na home page: www.videira.sc.gov.br, link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 12 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0062/2016

Extrato de Contrato nº 0062/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Adservi Administradora de Serviços Ltda

Objeto: Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial nas Unidades Municipais Escolares Emeb Paul Harris e Emeb Pequeno Príncipe.

Valor mensal: R\$ 13.890,00 (treze mil e oitocentos e noventa reais)

Prazo: 12 meses

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2016. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0063/2016

Extrato de Contrato nº 0063/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Orbenk Administração e Serviços Ltda

Objeto: Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade Municipal Escolar Emeb Nossa Senhora Aparecida.

Valor mensal: R\$ 6.280,00 (seis mil e duzentos e oitenta reais)

Prazo: 12 meses

Xanxerê-SC, 11 de agosto de 2016. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

PORTARIA Nº AJG 252/2016

PORTARIA Nº AJG 252/2016

ALTERA REDAÇÃO DADA PELA PORTARIA Nº RH-AM 440/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, art. 69, inciso VI.

RESOLVE

Fica alterada a redação dada pela Portaria nº RH-AM 440/2006 de 01 de agosto de 2006, que passa a ter o seguinte teor:

ALTERAR a Portaria nº RH-AM 440/2006 de 01 de agosto de 2006, que concedeu Pensão por Morte do Sr. ALCIDES MOREIRA, conforme determinação Judicial nos autos nº 039.02.013.453-1, com provento de 2/3 (dois terços) do valor do último salário percebido pela vítima até a data em que o de cujus completaria 65 anos de idade, ou seja, até a data de 02.11.2034, aos dependentes Michel de Jesus Moreira, Davi de Jesus Moreira e a Sra. Maria Elizete de Jesus. Em decorrência do falecimento da Sra. Maria Elizabete de Jesus, foi determinada (conforme Execução de Sentença - autos n. 0013453-34.2002.8.24.0039/04) a guarda provisória de Davi de Jesus Moreira ao irmão MICHEL DE JESUS MOREIRA.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.07.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Agosto de 2016

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RG-AJG 244/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 244/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 09.08.2016 a 18.08.2016 a Servidora Pública Municipal Sra. SILVANIA MORETTO, nacionalidade brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 1.697.385 e CPF nº 714.832.259.68, nomeada conforme Decreto nº AM 108/02, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002966/2016, datado de 08.08.2016.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2012 a 07.06.2015

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH -AJG 249/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 249/2016

REDUZIR CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº BLB 3482/12 e Lei nº AJG 3680/2014.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3482/12 que assegura aos Servidores Públicos Municipais, quanto a filho portador de deficiência, no que se refere à redução de carga horária semanal;

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal a Sra. IVETE APARECIDA ALVES DE MELLO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da CI nº 12/C 3.288.353 e CPF nº 949.676.529-72, nomeada conforme Decreto

AM 048/04 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A redução de carga horária ocorrerá no período de 01 de julho de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002478/2016 datado de 01 de julho de 2016, e parecer jurídico datado de 14 de dezembro de 2015.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 01.07.2016. Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de Agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº RH-AJG 240/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 240/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 25.07.2016 a 03.08.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. JULIANA BASSO VANZIN, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 3.474.923 e CPF nº 004.998.579-50 nomeada conforme Decreto nº AM 223/08 no cargo de PSICÓLOGO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002715/2016 datado de 21.07.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2012 a 08.06.2015: 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 25.07.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 241/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 241/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 03.08.2016 a 01.10.2016 a

Servidora Pública Municipal, a Sra. VERA LUCIA PORTELLA BAGGIO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 1.785.702 e CPF nº 638.776.949.34 nomeada conforme Decreto nº JB. nº 69/96 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002909/2016 datado de 03.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

04.03.1996 a 03.03.2001 = 10 dias

04.03.2001 a 03.03.2006 = 50 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 243/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 243/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 11 (onze) dias a partir de 02.08.2016 a 12.08.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. SIMONE TOZZO BORDIN, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 2.426.261 e CPF nº 895.649.879-20 nomeada conforme Decreto JB. nº 135/95 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, e Decreto AM. nº 074/02 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002867/2016 datado de 01.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

04.05.2000 a 03.05.2005 = 11 dias

02.05.2002 a 24.07.2006 = 11 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 02.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 245/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 245/2016

REDUZIR CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei nº BLB 3482/12 e Lei nº AJG 3680/2014.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3482/12 que assegura aos Servidores Públicos Municipais, quanto a filho portador de deficiência, no que se refere a redução de carga horária semanal;

RESOLVE:

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal a Sra. BIANCA APARECIDA BELTRÃO CORTELINI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da CI nº 5.143.886-0 e CPF nº 058.764.049-93, nomeada conforme Decreto BLB 120/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A redução de carga horária ocorrerá no período de 01 de agosto de 2016 a 01 de fevereiro de 2017.

O deferimento atende ao requerimento datado de 08 de julho de 2016, e parecer jurídico datado de 15 de julho 2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 11.07.2016. Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de Agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº RH-AJG 246/2016

PORTARIA Nº RH-GS 026/2016

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais do Decreto BLB 043/2011 da Servidora Pública Municipal, Sra. KAREM CRISTINA DE LIMA VENDRUS-COLO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 2.691.971-0 e inscrita no CPF sob o nº 789.308.809-59, nomeada conforme Decreto nº

BLB 043/2011 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 03.02.2016 até 02.08.2016.

Esta redução de carga horária atende o requerimento protocolado sob o nº 0192/2016 datado de 22.01.2016.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 03.02.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Janeiro de 2016.

GELSON SAIBO

Prefeito Municipal Em Exercício

PORTARIA Nº RH-AJG 247/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 247/2016

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER ATIVIDADES NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei nº HW 1.776/91 Art. 37 parágrafo 1º; Lei 3528/2013

CONSIDERANDO a necessidade de se dotar órgãos, entidades ou setores da Administração Pública quer seja da esfera federal, estadual ou municipal, bem como de outros Poderes Constituídos, com um quadro de pessoal capaz de atender a demanda dos serviços;

RESOLVE

DESIGNAR a partir de 01.08.2016 a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA CASSIA LOPES MAZOCCO, brasileira, casada, portadora da CI nº 1.699.875 e do CPF nº 705.534.679-72 nomeada conforme Decreto nº JB 26/94, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer atividades na Biblioteca Pública Municipal.

DETERMINAR que esta designação vigore, conforme Ofício nº SME/M 234/2016, a partir de 01 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a designação a partir de 01.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de agosto de 2016

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 248/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 248/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 08.08.2016 a 06.10.2016 a Servidora Pública Municipal Sra. ILIZETE ALVES DE MELLO, nacionalidade brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 2.723.842 e CPF nº 763.553.659-15, nomeada conforme Decreto nº BLB 101/09, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002972/2016, datado de 09.08.2016.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de:

08.06.2009 a 07.06.2012: 30 dias

08.06.2012 a 07.06.2015: 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 10 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 250/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 250/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 15.08.2016 a 24.08.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. LUCIVÂNIA ROSA DALEASTE, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 5.940.292-7 e CPF nº 886.014.479-53 nomeada conforme Decreto nº AM. nº 077/03 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO/CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003022/2016 datado de 11.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

06.03.2003 a 24.07.2006: 10 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 11 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 251/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 251/2016

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.776/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 03.08.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. SIRLEI MULINARI AIOLFI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 1.128.307 e CPF nº 400.816.219-49, nomeada conforme Decreto nº JB 170/95 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 1753910436 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 03.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 253/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 253/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando laudo médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da servidora;

RESOLVE

READAPTAR a servidora pública municipal a Sra. DILCEIA REIS DE PAULA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 2.074.416 e CPF nº 796.629.869-87, nomeada conforme Decreto nº AM nº 064/2006 no cargo de PROFESSOR DE MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a readaptação na função SEGUNDA PROFESSORA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 255/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 255/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 04.03.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. ELIS REGINA CUNICO CARNEIRO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2.073.076-4 e CPF nº 867.735.009-82, nomeada conforme Decreto nº JB 52/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de BIBLIOTECÁRIA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 256/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 256/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. IRACI PERONDI HEIMBURG, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 13/R-2. 352.978 e CPF nº 024.933.429-17, nomeada conforme Decreto nº BLB 071/09 no

cargo de COZINHEIRA com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de COZINHEIRA COM AUXILIAR devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 242/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 242/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 78 (setenta e oito) dias a partir de 15.08.2016 a 31.10.2016 a Servidora Pública Municipal, a Sra. MARIVANIA APARECIDA BIASUZ SCANAGATTA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 2.425.419-3 e CPF nº 893.239.479-20 nomeada conforme Decreto JB. nº 62/94 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, e Decreto AM. nº 030/03 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002910/2016 datado de 03.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

Mat. 590

17.02.1999 a 16.02.2004 = 27 dias

16.02.2004 a 24.07.2006 = 45 dias

24.06.2006 a 22.05.2009 = 6 dias Total 78 dias

Mat. 2432

24.07.2006 a 22.05.2009 = 18 dias

24.05.2009 a 21.05.2012 = 30 dias

22.05.2012 a 21.05.2015 = 30 dias Total 78 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir desta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 254/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 254/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. LILIANE DE FATIMA CARVALHO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 3.232.872 e CPF nº 893.223.339-34, nomeada conforme Decreto nº AM 064/02 no

cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de SEGUNDA PROFESSORA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 3861/2016

LEI Nº 3861 / 2016

(Origem Projeto de Lei Nº 21/2016 – Legislativo)

DENOMINA DE “EZEQUIEL BASSO”, O PARQUE LINEAR NO LOTEAMENTO POPULAR PARQUE HORIZONTE AZUL, NO MUNICÍPIO DE XANXERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica denominado de “Ezequiel Basso”, o Parque Linear localizado no Loteamento Popular Parque Horizonte Azul, matrícula nº 6.441.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

10 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 080/2016

DECRETO Nº 080/2016

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE XAVANTINA – CMDR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 4º da Lei nº 1.174, de 28 de abril de 2011;

Considerando a necessidade de atualização de alguns membros que fazem parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina (CMDR), uma vez que não integram mais os respectivos órgãos e/ou entidades que representavam;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Xavantina (CMDR), a saber:

I – O Chefe do Poder Executivo Municipal

Titular: Claudi Babinski

Suplente: Jaime Cezar Masiero

II – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Lady Cris

Suplente: Rosiani Pelisson

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Titular: Jéssica Paula Pinssetta

Suplente: Adilson Chiossi

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Thuane Gandolfi

Suplente: Sylvania Rabaioli Canesso

V – Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo

Titular: Zeolcir Forest

Suplente: João Henrique Fiorese

VI – Representante do Poder Legislativo Municipal

Titular: Elizandro Scalco

Suplente: Antoninho Brandelero

VII – Representante do SINTRAF – Xavantina

Titular: Neri Trevisan

Suplente: Clenice Formagini Busnello

VIII – Representante da EPAGRI

Titular: Viviana Bittencourt da Silva

Suplente: Rafael Antônio Presotto

IX – Representante da CIDASC

Titular: Gonzaga Ribeiro Pires

Suplente: Vanessa Ribeiros

X – Representante das Instituições Financeiras do Município

Titular: Hermando Tossatti

Suplente: Vanessa Cristina de Cezare

XI – Representante das Cooperativas de Crédito do Município

Titular: Alexandro Juliano Pontal

Suplente: Nilclésio Gabiatti

XII – Representante da ACIX – Associação Comercial e Industrial de Xavantina

Titular: Givanildo Rizzi

Suplente: Maria Eduarda Canesso

XIII – Representante da ACSX – Associação dos Criadores de Suínos de Xavantina

Titular: Eliseo Pinsetta

Suplente: Gilberto Pavan

XIV – Representante da Copérdia

Titular: Alcedir Corso

Suplente: Julio Fernando Holz

XV – Representante de agricultores ou agroindústrias familiares

Titular: Maicon Pozzer

Suplente: Davi Cenci

XVI – Representante dos Clubes de Mães

Titular: Luciane Caviglion

Suplente: Eliane Geremias

XVII – Representante dos Grupos de Jovens

Titular: Onei Polli

Suplente: Edivim Scalco

XVIII – Representante dos Grupos da Terceira Idade

Titular: Alceu Testa

Suplente: Milton Triaca

XIX – Representante da Comunidade de Medianeira

Titular: Alfrindo da Veiga

Suplente: Maritania da Veiga Reck

XX – Representante da Comunidade de Divisa das Águas

Titular: Edvin Scalco

Suplente: Cristiano Gazola

XXI – Representante da Comunidade de São Miguel

Titular: Élio Pinzetta

Suplente: Diego Pinzetta

XXII – Representante da Comunidade de Quatro Irmãos

Titular: Rodrigo Gandolfi

Suplente: Miguel Gandolfi

XXIII – Representante da Comunidade de Alto Irani

Titular: Vanderlei Babinski

Suplente: Eleandro Balen

XXIV – Representante da Comunidade de Tiradentes

Titular: Neudi Benetti

Suplente: Itamar Chiossi

XXV – Representante da Comunidade de Plano Alto

Titular: Cidimar Demartini

Suplente: Ademir Carpes

XXVI – Representante da Comunidade de Passo das Antas

Titular: Roberto Chiossi

Suplente: Amilcar Fantin

XXVII – Representante da Comunidade de Guararapes

Titular: Paulo Caron

Suplente: Danimar Cenci

XXVIII – Representante da Comunidade de Reduto

Titular: Sadi Garbin

Suplente: Alexandro Fávero

XXIX – Representante da Sede do Município

Titular: Ana Gandolfi Caon

Suplente: Neudi Busnello

XXX – Representante da Comunidade de Pinhal Preto

Titular: Jacir Canesso

Suplente: Ademir Lovatto

XXXI – Representante da Comunidade de Sete de Setembro

Titular: Cristian Scalco

Suplente: Izete Peretti

XXXII – Representante do Distrito de Linha das Palmeiras

Titular: Claudio Guerini

Suplente: Leonir Triaca

XXXIII – Representante da Comunidade de Rio Claro

Titular: Gabriel Parisotto

Suplente: Leonir Marostega

XXXIV – Representante da Comunidade de Santa Terezinha

Titular: Jovenir Buratti

Suplente: Edis Buratti

Art. 2º A participação no conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 10 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1533/2016

LEI Nº 1533, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 6.700,00 (seis mil e

setecentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063 (CR 56)	
R\$	6.700,00
TOTAL	6.700,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0063 (CR 58)	
R\$	6.700,00
TOTAL	6.700,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 12 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 081/2016

DECRETO Nº 081/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.533, de 12 de Agosto de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0063 (CR 56)	
R\$	6.700,00
TOTAL	6.700,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
--	--

Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Projeto Atividade: 2.025 – Índice de Gestão Descentralizada – PBF e SUAS	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0063 (CR 58)	
R\$	6.700,00
TOTAL	6.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 12 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 127/2016

PORTARIA Nº 127/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. RAQUEL COSMANN para ocupar a função de Professor/Auxiliar – CEMEI, Período Vespertino, com carga de 20 horas/semanais, com efeitos a contar de 03 de agosto de 2016, até 21 de Dezembro de 2016, tendo como local de trabalho o CEMEI - Centro Municipal de Educação Infantil (Xavantina).

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 128/2016

PORTARIA Nº 128/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei

Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Edivani Talaska, em virtude do falecimento de seu pai, senhor Avelino Talaska;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. Edivani Talaska, em virtude do falecimento de seu pai, senhor Avelino Talaska, ocorrido em 05 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 05 de agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 129/2016

PORTARIA Nº 129/2016

INTERROMPE PARCIALMENTE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, e a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 114/2016, que concedeu 30 (trinta) dias de férias remanescente ao servidor Público Municipal Sr. Lady Gris;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado o SR. LADY GRIS, ocupante do cargo efetivo de Médico Veterinário, para fins de iniciar trabalhos indispensáveis à administração pública municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 08 de agosto de 2016, sendo que os 11 (onze) dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 08 de agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 130/2016

PORTARIA Nº 130/2016

DESIGNA RESPONSÁVEL PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a licença para a atividade política concedida ao Servidor Flademir Adauto Da Silva, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitarista e responsável pela Vigilância Sanitária do Município de Xavantina, SC.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Público Municipal, Sr. DIRCEU RAVADELLI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Agropecuário, para responder pela Vigilância Sanitária do Município de Xavantina, SC, porquanto perdurar o afastamento do servidor público municipal Senhor Flademir Adauto Da Silva.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 08 de Agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 289

DECRETO Nº. 289/2016.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº. 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, TERESINHA FERNANDES CANCI, CPF: 777.439.709-49, para exercer o cargo de COZINHEIRA, código 002, categoria AGG (Atividades de Apoio Geral), nível 009, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº. 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 15 de agosto de 2016, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Moras
Secretário Municipal de Administração

Decreto 290

DECRETO Nº. 290/2016.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 165.086.992-1.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 12 de agosto de 2016, a servidora municipal NAIR NESPOLO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 462, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de agosto de 2016.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO TCU

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 008/2016. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Xaxim. OBJETO: Cessão do veículo marca M. BENZ, modelo 415 CDI SPR TCA AMB, tipo Caminhão/Especial/Ambulância, combustível Diesel, 2015/2016, cor vermelha, chassi nº 8AC906633GE113640, placa QHA-4139. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: XAXIM, 11 de Agosto de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Idacir Antonio Orso, pelo Município.

Associações

AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

RESOLUÇÃO Nº 006/2016

Revoga o item 4 da Resolução DIR Nº 07/2012, altera as Resoluções DIR Nº 016/2011, DIR Nº 09/2012, DIR Nº 10/2012 e revoga as Resoluções DIR Nº 03/2012, DIR Nº 017/2008 e DIR Nº 015/2009.

O Presidente da AMAVI, no uso de suas atribuições estatutárias, visando organizar os atos atinentes à execução das atividades da Associação, estabelece:

Art. 1º Fica revogado o item 4 da Resolução DIR Nº 07/2012.

Art. 2º A Resolução DIR Nº 016/2011, sem alterar seus efeitos jurídicos já produzidos relativos ao exercício da função de Diretor Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Para desempenhar as atividades inerentes à função de Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, na forma do Convênio de Cooperação firmado entre a AMAVI e o CIM-AMAVI, fica designado o funcionário Agostinho Senem, para o que perceberá gratificação mensal equivalente a 20% dos seus vencimentos básicos.”

Art. 3º A Resolução DIR Nº 09/2012, sem alterar seus efeitos jurídicos já produzidos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Para desempenhar atividades de contabilidade e recursos humanos do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, na forma do Convênio de Cooperação firmado entre a AMAVI e o CIM-AMAVI, fica designada a funcionária Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli, para o que perceberá gratificação mensal equivalente a 20% dos seus vencimentos básicos.”

Art. 4º A Resolução DIR Nº 10/2012, sem alterar seus efeitos jurídicos já produzidos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Para desempenhar atividades de compras e atos administrativos do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, na forma do Convênio de Cooperação firmado entre a AMAVI e o CIM-AMAVI, fica designada a funcionária Walcy Mees da Rosa, para o que perceberá gratificação mensal equivalente a 20% dos seus vencimentos básicos.”

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções DIR Nº 003/2012, DIR Nº 017/2008, DIR Nº 015/2009.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

Silvio Venturi

Presidente da AMAVI

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 009/2016 - REVISÃO SALARIAL ANUAL 2016

RESOLUÇÃO Nº 009/2016

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, Prefeita de Camboriú, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1- Autorizar a revisão salarial no percentual de 9,82%, correspondente ao Índice Nacional de Preços do Consumidor - INPC acumulado do período de junho de 2015 até maio de 2016, a ser aplicada a partir do mês de julho de 2016.

2- Reajustar os valores de Vale Refeição para 387,00 (trezentos e oitenta e sete reais) e Vale Alimentação para R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais) a partir dos créditos relativos a agosto de 2016.

3- Ratificar a permanência do pagamento dos planos de saúde dos funcionários da FECAM sendo,

a) Os planos de saúde disponibilizados pela FECAM são os oferecidos pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis (CDL Florianópolis);

b) O valor mínimo patronal pago pela FECAM será de R\$ 100,00 (cem reais) e o máximo será de 50% (cinquenta por cento) do valor do plano em que o colaborador optar;

- c) Os 50% (cinquenta por cento) estabelecidos no item b) somente serão concedidos aos titulares dos planos não se estendendo a seus dependentes;
- d) Os colaboradores que optarem por não aderir ao plano de saúde receberão em pecúnia o valor mínimo estabelecido no item b);
- e) Os colaboradores cuja os 50% (cinquenta por cento) patronal não alcançarem o piso estabelecido no item b) receberão a diferença em pecúnia.

4- Esta resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Florianópolis, SC, 30 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita de Camboriú

Presidente da FECAM

Consórcios

ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 258/2013 - ILHOTA - DECISÃO Nº 038/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 258/2013

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 95/2013

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE ILHOTA

OBJETO: NÃO CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 038/2016

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu Termo de Notificação nº 95/2013 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Ilhota – RF – SAA 01/2013, com as seguintes não conformidades:

RF-SAA-ILHOTA-001/2013		
ITENS	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO (em dias)
I	QUANTO A CAPTAÇÃO	
01	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatado que a passarela de acesso ao ponto de captação do Sistema Principal está em estado inadequado de conservação; b. Foi constatado que os dois conjuntos motobombas da captação do Sistema Principal apresentam vazamento de água; c. Foi constatada a inexistência de pintura de proteção na base (assoalho), guarda-corpo, tubulações e nos conjuntos motobombas da captação do Sistema Principal; d. Foi constatado que as tubulações pertencentes à captação do Sistema Principal estão oxidadas – em estado inadequado de conservação; e. Foi constatado que o quadro de comando da bomba de captação do Sistema Pedra de Amolar está instalado de forma improvisada junto a um poste e exposto às intempéries climáticas.	150
02	Há falha que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: foi constatada a inexistência de guarda corpo na passarela de acesso ao ponto de captação do Sistema Principal.	60
03	Há falhas quanto à limpeza e organização: a. Foi constatado que a caixa de proteção do sistema de macromedição de água da captação do Sistema Principal está em condições inadequadas de limpeza; b. Foi constatado que o entorno da captação do Sistema Pedra de Amolar está em condições inadequadas de limpeza.	60
04	Há falha quanto à segurança e/ou proteção: foi constatada a inexistência de dispositivo de segurança – cerca do tipo tela alambrado, muro ou grade que impeça o acesso de pessoas estranhas ao sistema de captação de água do Sistema Pedra de Amolar.	150
05	Há falha que coloca em risco a continuidade do abastecimento de água: foi constatada a inexistência de conjunto motobomba reserva junto à captação de água do Sistema Pedra de Amolar.	150
II	QUANTO A ERAB	
06	Há falha quanto à limpeza e organização: foi constatada a existência de sucata depositada no pátio da ERAB 01 (Sistema Pedra de Amolar).	60
07	Há falha que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: foi constatada a inexistência de guarda corpo na escada de acesso a ERAB 01 (Sistema Pedra de Amolar).	60
08	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatado que a pintura da ERAB 01 (Sistema Pedra de Amolar) está em condições inadequadas de conservação; b. Foi constatado que a caixa de proteção do registro de manobras da ERAB 01 (Sistema Pedra de Amolar) está em condições inadequadas de conservação; c. Foi constatado que a cerca de proteção da ERAB 01 (Sistema Pedra de Amolar) está em condições inadequadas de conservação.	150
III	QUANTO AO TRATAMENTO	

09	Há uso de tecnologia defasada: a. Foi constatado que a tecnologia dos sistemas de dosagem (de sulfato de alumínio, de flúor e de polímero) de produtos químicos da ETA do Sistema Principal é defasada; b. Foi constatado que a tecnologia do colorímetro e do clorímetro utilizados nas análises laboratoriais realizadas na ETA do Sistema Principal é defasada; c. Foi constatado que a tecnologia do colorímetro utilizado nas análises laboratoriais realizadas na ETA do Sistema Pedra de Amolar é defasada.	150
10	Há falhas quanto à limpeza e a organização: a. Foi constatado o armazenamento de materiais diversos e entulhos no depósito de produtos químicos da ETA do Sistema Principal; b. Foi constatada a inexistência de livre acesso entre às diferentes pilhas de produtos químicos armazenados no depósito de produtos químicos da ETA do Sistema Principal; c. Foi constatada a existência de tábuas e pedras junto a um dos decantadores da ETA do Sistema Principal; d. Foi constatado que no pátio da ETA há tubulações expostas às intempéries climáticas.	60
11	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatado que o sistema de dosagem de flúor da ETA do Sistema Principal está instalado de forma improvisada; b. Foi constatado que o sistema de dosagem de polímero da ETA do Sistema Principal está instalado de forma improvisada; c. Foi constatado que as bordas da abertura de inspeção da câmara de contato da ETA do Sistema Principal estão a menos de 0,10 m da superfície do piso do laboratório; d. Foi constatado que o módulo de tratamento de água do Sistema Pedra de Amolar está completamente oxidado – em condições inadequadas de conservação; e. Foi constatado que a laje da câmara de contato da ETA do Sistema Pedra de Amolar está em condições inadequadas de conservação; f. Foi constatado que a tampa da abertura de inspeção da câmara de contato do Sistema Pedra de Amolar é improvisada e não permite a vedação adequada; g. Foi constatado que a pintura da câmara de contato do Sistema Pedra de Amolar está em condições inadequadas de conservação; h. Foi constatado que na casa de química da ETA do Sistema Pedra de Amolar as mangueiras condutoras de produtos químicos estão embutidas na parede sem encamisamento; i. Foi constatado que a bancada de sustentação das bombas dosadoras instaladas na casa de química do Sistema Pedra de Amolar está em condições inadequadas de conservação.	150
12	Há falhas que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: a. Foi constatado que as passarelas do módulo de tratamento de água do Sistema Pedra de Amolar estão deterioradas, colocando em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais; b. Foi constatado que na casa de química da ETA do Sistema Pedra de Amolar há fiação elétrica exposta.	60
13	Há falha quanto à segurança e/ou proteção: foi constatada a inexistência de dispositivo de proteção – cerca do tipo tela alambrado, muro ou grade no entorno da ETA do Sistema Pedra de Amolar.	150
IV	QUANTO A RESERVAÇÃO	
14	Há falhas que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou a movimentação de materiais: a. Foi constatada a inexistência de guarda corpo na cobertura dos reservatórios R 01; b. Foi constatada a inexistência de escada fixa de acesso à cobertura da unidade em fibra de vidro dos reservatórios R 01; c. Foi constatada a inexistência de guarda corpo na cobertura do reservatório R 03.	150
15	Há falha quanto à manutenção e/ou conservação: a. Foi constatada a inexistência de telas de proteção que impeçam o acesso de insetos e limitem a entrada de poeira nos reservatórios R 01; b. Foi constatado que a cerca de proteção dos reservatórios R 01 está em condições inadequadas de conservação; c. Há rachaduras e infiltrações no reservatório R 03; d. Foi constatado que a pintura do reservatório R 03 está em condições inadequadas de conservação; e. Foi constatado que a caixa de proteção dos registros de manobras do reservatório R 03 está em condições inadequadas de conservação; f. Foi constatado que as bordas da abertura de inspeção do reservatório R 03 estão a menos de 0,10 m da superfície da cobertura do reservatório; g. Foi constatada a inexistência de telas de proteção que impeçam o acesso de insetos e limitem a entrada de poeira no reservatório R 03.	150
16	Há falha quanto à segurança e/ou proteção: foi constatada a inexistência de dispositivos de travamento das tampas das aberturas de inspeção dos reservatórios R 01.	150
V	QUANTO A DISTRIBUIÇÃO	
17	Há falhas quanto à segurança e/ou proteção: a. Foi constatada a inexistência de dispositivo de proteção – cerca do tipo tela alambrado, muro ou grade no entorno do Booster Itajaí; b. Foi constatada a inexistência de dispositivo de proteção – cerca do tipo tela alambrado, muro ou grade no entorno do Booster Gaspar; c. Foi constatada a inexistência de dispositivo de proteção – cerca do tipo tela alambrado, muro ou grade no entorno do Booster Ilhotinha.	150

18	Há situação que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e a movimentação de materiais: foi constatada a existência de fiação elétrica exposta no Booster ETA.	60
19	Há falha que coloca em risco a continuidade do abastecimento de água: a. Foi constatada a inexistência de bomba reserva no Booster ETA; b. Foi constatada a inexistência de bomba reserva no Booster Itajaí; c. Foi constatada a inexistência de bomba reserva no Booster Gaspar; d. Foi constatada a inexistência de bomba reserva no Booster Ilhotinha.	150
VI	QUANTO AOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS	
20	Não há cadastro georreferenciado das unidades do SAA.	270
21	Não há planta de pressões da rede de abastecimento de água.	360
22	Não há anotação de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe do responsável pelo sistema de abastecimento de água.	90
23	Não há planos de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água.	90
24	Não há outorga de uso da água nos mananciais supridores do SAA.	270
25	Não há licenciamento ambiental do SAA.	270
26	Não há plano de limpeza de reservatórios.	90

Devidamente notificada, a CASAN por meio do CT/Comitê 005, apresentou, tempestivamente, resposta (fls. 74/104).

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual, na sua totalidade. Assim, as não conformidades de nºs 1a, 1c, 1d, 3, 4, 5, 8b, 8c, 9a, 11b, 11d, 11e, 11f, 11h, 11i, 12a, 12b, 14a, 14b, 14c, 17, 19, 21, 25 e 26, elencadas no Termo de Notificação nº 95/2013 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o Relatório de Fiscalização nº 004/2016, entre outros documentos anexados aos autos. Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fl.318) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Ilhota, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades elencadas, no prazo legal.

As razões apresentadas pela CASAN, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 003, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Processo Administrativo nº 258/2013.

Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não conformidades identificadas nos itens acima.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 1.747/2013, que autorizou o ingresso do Município de Ilhota e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra ou serviço;

IV - intervenção administrativa; e

V - declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º - Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º - Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenas anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, XI, XII; 12, XIV, XIX, XX da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens nºs 1a, 1c, 1d, 3, 4, 5, 8b, 8c, 9a, 11b, 11d, 11e, 11f, 11h, 11i, 12a, 12b, 14a, 14b, 14c, 17, 19, 21, 25 e 26, elencadas no Termo de Notificação nº 95/2013.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 258/2013.

Florianópolis, 10 de agosto de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIM-AMAVI

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 12/08/2016

RESOLUÇÃO 05, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre o exercício da função de Diretor Executivo.

SILVIO VENTURI, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI, no exercício de suas atribuições legais, considerando o Convênio de Cooperação que entre si firmaram a AMAVI e o CIM-AMAVI e a Resolução da AMAVI DIR Nº 016/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar a nomeação do Sr. Agostinho Senem como Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI, sem ônus para o Consórcio.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos jurídicos a partir da data de designação realizada pela Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI (Resolução DIR Nº 016/2011).

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

Silvio Venturi

Presidente do CIM-AMAVI

CIMVI

AVISO DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI torna público que recebeu da FATMA - Fundação do Meio Ambiente, a Licença Ambiental de Operação – LAO nº 6003/2016, com validade de 48 meses, para a atividade 34.41.10 - Tratamento e ou Disposição de Resíduos Sólidos Urbanos em Aterro Sanitário, com instalações na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Publicação em conformidade com a Resolução CONAMA 006/86

LICITAÇÃO Nº 014/2016 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ- CIMVI
ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2016

Às 14h10min do dia 10/08/2016, no escritório do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, situado na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, cidade de Timbó, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, cujo objeto é a aquisição de 01 (um) veículo terrestre automotor do tipo utilitário esportivo (SUV), 0km (zero quilômetro), cor branco para atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, do tipo menor preço por item. Presentes a pregoeira Patricia Barbaresco, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ANDRÉ MORO DA SILVA
JAMES SCHMITT

Que estes subscrevem designados pela Resolução nº 144-16 publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Dando início à sessão, o pregoeiro recebeu os envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, os quais foram encaminhados via correio pela empresa licitante, não havendo, portanto, representantes presentes à sessão de abertura. Em seguida o pregoeiro abriu os envelopes contendo as propostas de preços e realizou a classificação, cujos valores apresentados foram os seguintes:

ITEM 00001 – VEÍCULO TERRESTRE AUTOMOTOR DO TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV), 0KM (ZERO QUILOMETRO), COR BRANCO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

Fornecedor	Proposta
BARI IMPORTS VEICULOS LTDA	73.000,00

Submetidas as propostas à análise do Pregoeiro e da respectiva Equipe de Apoio, nenhuma falha foi observada em relação as mesmas, aferindo-se sua total conformidade com as disposições editalícias.

Em virtude do não comparecimento de representantes da empresa licitante, não foi possível abrir-se a fase de lances verbais, ficando determinado o seguinte valor final:

Item	Vencedor	Valor final
01	BARI IMPORTS VEICULOS LTDA	73.000,00

Ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação da licitante, no qual atestou-se o atendimento das exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 014/2016, com exceção da Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal exigida no item 7.1, II, a do Edital de Pregão Presencial nº 014/2016, a qual não foi apresentada pela empresa licitante.

Nesse sentido, considerando-se que:

- trata-se o presente certame de repetição da licitação nº 011/2016 em virtude de a mesma ter sido declarada deserta naquela oportunidade por ausência de interessados;
- a Administração Pública deve observar aos princípios da razoabilidade, economicidade, supremacia do interesse público, dentre outros previstos na legislação constitucional e infraconstitucional;
- em sendo declarada a inabilitação da empresa BARI IMPORTS VEICULOS LTDA, em virtude da ausência de Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, o presente certame seria declarado deserto, repetindo-se novamente a licitação para atendimento da necessidade pública, em virtude da inabilitação de todos os licitantes, procedimento este que violaria aos princípios citados acima, pois inevitavelmente prejudicaria as atividades do Consórcio Público, em razão da urgente necessidade de um veículo para transporte interno de materiais, equipamentos, produtos, e cargas de pequeno vulto, bem como para viabilizar o deslocamento de seus empregados para cursos, reuniões, assembleias com segurança e conforto, na forma do Termo de Referência constante do Edital de Pregão Presencial nº 014/2016;
- nos termos do que dispõe o art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 em conjunto com o art. 9º da Lei nº 10.520/02, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis;

Decide-se pela suspensão da presente sessão de abertura e julgamento concedendo-se o prazo de 08 (oito) dias úteis à empresa BARI IMPORTS VEICULOS LTDA para que apresente a Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, conforme exigido no item 7.1, II, a do Edital de Pregão Presencial nº 014/2016.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 14h30min. Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada, inclusive os licitantes presentes.

Assinantes	
Comissão do Pregão	Assinatura
ANDRÉ MORO DA SILVA	
JAMES SCHMITT	
PATRICIA BARBARESCO	

CIS/AMMVI**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E BLUSAUDE CLINICA MÉDICA LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Carlos Cesar da Silva, inscrito no CPF sob o nº 312.767.419-87, doravante denominado CISAMVI e, de outro, BLUSAUDE CLINICA MÉDICA LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Amazonas, nº 560 – Térreo – Salas 02 a 07, bairro Garcia, na cidade de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 18.695.150/0001-22, neste ato representado por Roberto Almada Demarchi, portador da Carteira de Identidade nº 5.894.952 e inscrito no CPF sob o nº 048.490.229-60, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

Código	Nome	Tot. Amb. R\$	Tot. Hosp. R\$
0201010372	BIOPSIA DE PELE E PARTES MOLES	25.83	25.83
0202030288	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	17.16	0.00
0209010029	COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	112.66	112.66
0209010037	ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	48.16	48.16
0303070048	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESOFAGO	49.50	0.00
0303070056	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO ESTOMAGO / DUODENO	47.25	0.00
0407010254	RETIRADA DE POLIPO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	29.84	29.84

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento ficarão adstritos à vigência dos respectivos créditos orçamentários, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE/REVISÃO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por consulta, procedimento ambulatorial ou exame de diagnóstico realizado, de acordo com os valores constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS".

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" vigente na data da realização do procedimento, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 - Fica assegurada a revisão de preços dos serviços de saúde a qualquer tempo, conforme ocorra revisão de preços na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos realizados, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal).

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

I - Relatório dos atendimentos, fornecido pelo CREDENCIADO, contendo data do atendimento, nome do paciente, município de origem, procedimento/exame realizado, valor unitário e valor total; e

II – Requisição do CISAMVI recebida pelo CREDENCIADO, contendo assinatura do paciente ou responsável (para confirmar o atendimento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI**5.1 – Compete ao CISAMVI:**

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes na “Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS” na forma e prazo previsto neste Contrato;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições de consultas, de procedimentos ambulatoriais e de exames de diagnose, para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**6.1 – Compete ao CREDENCIADO:**

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas neste Contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CISAMVI;
- c) Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Contrato, acompanhado do relatório e das respectivas requisições assinadas pelo usuário do SUS ou seu acompanhante (devidamente identificado);
- e) Prestar o atendimento de retorno médico nos casos de reavaliação ou apresentação de exames quando ocorrer no prazo de até 30 dias da consulta anterior, sem a cobrança de nova consulta;
- f) Em relação aos exames de diagnose, apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- i) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- j) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- k) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO**7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:**

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 001/2016 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 001/2016 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, a tudo presente.

Blumenau (SC), 01 de julho de 2016.

CISAMVI

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo

CREDENCIADO

Roberto Almada Demarchi

CPF: 048.490.229-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Carlos Cesar da Silva, inscrito no CPF sob o nº 312.767.419-87, doravante denominado CISAMVI e, de outro, HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, pessoa jurídica, com sede na Rua Hermann Weege, nº 2727, bairro Centro, na cidade de Pomerode, inscrita no CNPJ sob o nº 85.461.093/0005-38, neste ato representado por Heinz Guenther, portador da Carteira de Identidade nº 522.648 e inscrito no CPF sob o nº 258.640.259-68, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

Código	Nome	Tot. Amb. R\$	Tot. Hosp. R\$
0204030030	MAMOGRAFIA	22.50	0.00
0204030188	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	45.00	0.00
0211070149	EMISSOES OTOACUSTICAS EVOCADAS P/ TRIAGEM AUDITIVA	13.51	0.00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento ficarão adstritos à vigência dos respectivos créditos orçamentários, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE/REVISÃO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por consulta, procedimento ambulatorial ou exame de diagnóstico realizado, de acordo com os valores constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS".

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" vigente na data da realização do procedimento, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 - Fica assegurada a revisão de preços dos serviços de saúde a qualquer tempo, conforme ocorra revisão de preços na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos realizados, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal).

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

I - Relatório dos atendimentos, fornecido pelo CREDENCIADO, contendo data do atendimento, nome do paciente, município de origem, procedimento/exame realizado, valor unitário e valor total; e

II – Requisição do CISAMVI recebida pelo CREDENCIADO, contendo assinatura do paciente ou responsável (para confirmar o atendimento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" na forma e prazo previsto neste Contrato;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições de consultas, de procedimentos ambulatoriais e de exames de diagnose, para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao CREDENCIADO:

a) Executar os serviços nas condições estipuladas neste Contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

b) Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CISAMVI;

c) Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Contrato;

d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Contrato, acompanhado do relatório e das respectivas requisições assinadas pelo usuário do SUS ou seu acompanhante (devidamente identificado);

e) Prestar o atendimento de retorno médico nos casos de reavaliação ou apresentação de exames quando ocorrer no prazo de até 30 dias da consulta anterior, sem a cobrança de nova consulta;

f) Em relação aos exames de diagnose, apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame;

g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;

h) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

i) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

j) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

k) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 001/2016 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 001/2016 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, a tudo presente.

Blumenau (SC), 01 de julho de 2016.

CISAMVI

Carlos Cesar da Silva

Diretor Executivo

CREDENCIADO

Heinz Guenther

CPF: 258.640.259-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E RENATO DA SILVA - ME.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Carlos Cesar da Silva, inscrito no CPF sob o nº 312.767.419-87, doravante denominado CISAMVI e, de outro, RENATO DA SILVA - ME, pessoa jurídica, com sede na Rua Celso Ramos, nº 4400, bairro Centro, na cidade de Benedito Novo, inscrita no CNPJ sob o nº 83.633.362/0001-47, neste ato representado por Renato da Silva, portador da Carteira de Identidade nº 653.506-4 e inscrito no CPF sob o nº 057.123.359-72, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 001/2016, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

Código	Nome	Tot. Amb. R\$	Tot. Hosp. R\$
0201020041	COLETA DE MATERIAL P/ EXAME LABORATORIAL	0.00	0.00
0202010023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	2.01	0.00
0202010031	DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	15.65	0.00
0202010040	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	3.63	0.00
0202010058	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5 DOSAGENS)	6.55	0.00
0202010066	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (4 DOSAGENS)	3.68	0.00
0202010074	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	10.00	0.00
0202010082	DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	3.51	0.00
0202010090	DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	3.51	0.00
0202010104	DOSAGEM DE ACETONA	1.85	0.00
0202010112	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	2.01	0.00
0202010120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1.85	0.00
0202010139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	9.00	0.00
0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	3.68	0.00
0202010155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	3.68	0.00
0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	3.68	0.00
0202010171	DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	3.68	0.00
0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	2.25	0.00
0202010198	DOSAGEM DE AMONIA	3.51	0.00
0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2.01	0.00
0202010210	DOSAGEM DE CALCIO	1.85	0.00
0202010228	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	3.51	0.00
0202010236	DOSAGEM DE CAROTENO	2.01	0.00
0202010252	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	3.68	0.00
0202010260	DOSAGEM DE CLORETO	1.85	0.00

0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3.51	0.00
0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3.51	0.00
0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1.85	0.00
0202010309	DOSAGEM DE COLINESTERASE	3.68	0.00
0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	1.85	0.00
0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3.68	0.00
0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	4.12	0.00
0202010341	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	3.51	0.00
0202010350	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	3.51	0.00
0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3.68	0.00
0202010376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	3.68	0.00
0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	15.59	0.00
0202010392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	3.51	0.00
0202010406	DOSAGEM DE FOLATO	15.65	0.00
0202010414	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	2.01	0.00
0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2.01	0.00
0202010430	DOSAGEM DE FOSFORO	1.85	0.00
0202010449	DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	2.01	0.00
0202010457	DOSAGEM DE GALACTOSE	3.51	0.00
0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3.51	0.00
0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	1.85	0.00
0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	3.68	0.00
0202010490	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	3.68	0.00
0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7.86	0.00
0202010511	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	3.68	0.00
0202010520	DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	3.51	0.00
0202010538	DOSAGEM DE LACTATO	3.68	0.00
0202010546	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	3.51	0.00
0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	2.25	0.00
0202010562	DOSAGEM DE MAGNESIO	2.01	0.00
0202010570	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	2.01	0.00
0202010589	DOSAGEM DE PIRUVATO	3.68	0.00
0202010597	DOSAGEM DE PORFIRINAS	3.51	0.00
0202010600	DOSAGEM DE POTASSIO	1.85	0.00
0202010619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1.40	0.00
0202010627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1.85	0.00
0202010635	DOSAGEM DE SODIO	1.85	0.00
0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA	2.01	0.00
0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2.01	0.00
0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4.12	0.00
0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3.51	0.00
0202010686	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	3.51	0.00
0202010694	DOSAGEM DE UREIA	1.85	0.00
0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	15.24	0.00
0202010716	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	3.68	0.00
0202010724	ELETROFORESE DE PROTEINAS	4.42	0.00
0202010740	PROVA DA D-XILOSE	3.68	0.00
0202010759	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS	6.55	0.00
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	15.24	0.00
0202010775	DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	1.53	0.00

0202010783	ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	3.04	0.00
0202020010	CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	6.48	0.00
0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	2.73	0.00
0202020037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	2.73	0.00
0202020045	DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	2.73	0.00
0202020053	DETERMINACAO DE ENZIMAS ERITROCITARIAS (CADA)	2.73	0.00
0202020061	DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	2.73	0.00
0202020070	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	2.73	0.00
0202020088	DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	2.73	0.00
0202020096	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	2.73	0.00
0202020100	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	9.00	0.00
0202020118	DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	5.79	0.00
0202020126	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	2.85	0.00
0202020134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5.77	0.00
0202020142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2.73	0.00
0202020150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	2.73	0.00
0202020169	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	4.11	0.00
0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	6.48	0.00
0202020185	DOSAGEM DE FATOR II	5.31	0.00
0202020193	DOSAGEM DE FATOR IX	7.61	0.00
0202020207	DOSAGEM DE FATOR V	4.73	0.00
0202020215	DOSAGEM DE FATOR VII	8.09	0.00
0202020223	DOSAGEM DE FATOR VIII	6.63	0.00
0202020231	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	15.00	0.00
0202020240	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	18.91	0.00
0202020258	DOSAGEM DE FATOR X	6.66	0.00
0202020266	DOSAGEM DE FATOR XI	9.11	0.00
0202020274	DOSAGEM DE FATOR XII	10.51	0.00
0202020282	DOSAGEM DE FATOR XIII	6.66	0.00
0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	4.60	0.00
0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	1.53	0.00
0202020312	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	2.73	0.00
0202020320	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	2.73	0.00
0202020339	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	2.73	0.00
0202020347	DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	4.11	0.00
0202020355	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	5.41	0.00
0202020363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	2.73	0.00
0202020371	HEMATOCRITO	1.53	0.00
0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	4.11	0.00
0202020398	LEUCOGRAMA	2.73	0.00
0202020401	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	25.00	0.00
0202020410	PESQUISA DE CELULAS LE	4.11	0.00
0202020428	PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	2.73	0.00
0202020436	PESQUISA DE FILARIA	2.73	0.00
0202020444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2.73	0.00
0202020452	PESQUISA DE PLASMODIO	0.00	0.00
0202020460	PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	2.73	0.00
0202020487	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	4.11	0.00
0202020495	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	2.73	0.00

0202020509	PROVA DO LACO	2.73	0.00
0202020517	RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	2.73	0.00
0202020525	TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	12.00	0.00
0202020533	TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	2.73	0.00
0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	2.73	0.00
0202030016	CONTAGEM DE LINFOCITOS B	15.00	0.00
0202030024	CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	15.00	0.00
0202030032	CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	15.00	0.00
0202030040	DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	65.00	0.00
0202030059	DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	96.00	0.00
0202030067	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	9.25	0.00
0202030075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	2.83	0.00
0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9.25	0.00
0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	15.06	0.00
0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16.42	0.00
0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	13.55	0.00
0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	17.16	0.00
0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	17.16	0.00
0202030148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	2.83	0.00
0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17.16	0.00
0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	9.25	0.00
0202030172	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG)	0.00	0.00
0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17.16	0.00
0202030199	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	9.25	0.00
0202030202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2.83	0.00
0202030210	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	298.48	0.00
0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	17.16	0.00
0202030237	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	80.00	80.00
0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	10.00	0.00
0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	10.00	0.00
0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	8.67	0.00
0202030288	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	17.16	0.00
0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	85.00	0.00
0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	10.00	0.00
0202030318	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	18.55	0.00
0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	17.16	0.00
0202030334	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	5.74	0.00
0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	17.16	0.00
0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	18.55	0.00
0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	18.55	0.00
0202030377	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	9.25	0.00
0202030385	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	10.00	0.00
0202030393	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	9.25	0.00
0202030407	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	3.70	0.00
0202030415	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	5.83	0.00
0202030423	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	10.00	0.00
0202030431	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEIX SUPRARENAL	17.16	0.00
0202030440	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	9.25	0.00
0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	10.00	0.00
0202030466	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	9.70	0.00

0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	2.83	0.00
0202030482	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	10.00	0.00
0202030504	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	10.00	0.00
0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	10.00	0.00
0202030520	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	17.16	0.00
0202030539	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	4.10	0.00
0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	5.50	0.00
0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	17.16	0.00
0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	17.16	0.00
0202030571	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	17.16	0.00
0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	17.16	0.00
0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	17.16	0.00
0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	17.16	0.00
0202030610	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	10.00	0.00
0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	17.16	0.00
0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	18.55	0.00
0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	18.55	0.00
0202030652	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	7.78	0.00
0202030660	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	9.71	0.00
0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	18.55	0.00
0202030687	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	18.55	0.00
0202030695	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	9.25	0.00
0202030709	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	4.10	0.00
0202030717	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESPIRATORIO	18.55	0.00
0202030725	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	17.16	0.00
0202030733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	2.83	0.00
0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11.00	0.00
0202030750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	9.25	0.00
0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16.97	0.00
0202030776	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	9.25	0.00
0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	18.55	0.00
0202030792	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS	30.00	0.00
0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18.55	0.00
0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17.16	0.00
0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17.16	0.00
0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	17.16	0.00
0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	17.16	0.00
0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11.61	0.00
0202030865	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	10.00	0.00
0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18.55	0.00
0202030881	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	9.25	0.00
0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	18.55	0.00
0202030903	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS	20.00	0.00
0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18.55	0.00
0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17.16	0.00

0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	17.16	0.00
0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	17.16	0.00
0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	17.16	0.00
0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	13.35	0.00
0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	18.55	0.00
0202030989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	18.55	0.00
0202030997	PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	60.00	0.00
0202031004	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	2.83	0.00
0202031012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	4.10	0.00
0202031020	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	10.00	0.00
0202031039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	9.25	0.00
0202031047	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	10.00	0.00
0202031055	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	1.77	0.00
0202031063	PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	1.77	0.00
0202031071	QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	18.00	0.00
0202031080	QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	168.48	0.00
0202031098	REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	4.10	5.00
0202031101	REACAO DE MONTENEGRO ID	2.83	0.00
0202031110	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	2.83	0.00
0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10.00	0.00
0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10.00	0.00
0202031144	TESTES ALERGICOS DE CONTATO	1.77	0.00
0202031152	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	1.77	0.00
0202031179	VDRL P/ DETECAAO DE SIFILIS EM GESTANTE	2.83	0.00
0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	18.55	0.00
0202031195	DOSAGEM DA FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	17.16	0.00
0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	9.00	9.00
0202031217	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	13.35	0.00
0202031241	GENOTIPAGEM DO HIV	0.00	0.00
0202040011	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	1.65	0.00
0202040020	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	3.04	0.00
0202040038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	3.04	0.00
0202040046	IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	1.65	0.00
0202040054	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1.65	0.00
0202040062	PESQUISA DE EOSINOFILOS	1.65	0.00
0202040070	PESQUISA DE GORDURA FECAL	1.65	0.00
0202040089	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	1.65	0.00
0202040097	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	1.65	0.00
0202040100	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	1.65	0.00
0202040119	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	1.65	0.00
0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	1.65	0.00
0202040135	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	10.25	0.00
0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1.65	0.00
0202040151	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	1.65	0.00
0202040160	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	1.65	0.00
0202040178	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	1.65	0.00
0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	3.70	0.00
0202050025	CLEARANCE DE CREATININA	3.51	0.00
0202050033	CLEARANCE DE FOSFATO	3.51	0.00

0202050041	CLEARANCE DE UREIA	3.51	0.00
0202050050	CONTAGEM DE ADDIS	2.04	0.00
0202050068	DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	3.70	0.00
0202050076	IDENTIFICAÇÃO DE GLICÍDIOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	3.70	0.00
0202050084	DOSAGEM DE CITRATO	2.01	0.00
0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8.12	0.00
0202050106	DOSAGEM DE OXALATO	3.68	0.00
0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2.04	0.00
0202050122	DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	3.04	0.00
0202050130	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	3.70	0.00
0202050149	PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	3.70	0.00
0202050157	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	2.04	0.00
0202050165	PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	3.70	0.00
0202050173	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	2.04	0.00
0202050181	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	2.40	0.00
0202050190	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	2.04	0.00
0202050203	PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	2.04	0.00
0202050211	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	3.70	0.00
0202050220	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	2.04	0.00
0202050238	PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	2.04	0.00
0202050246	PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	3.36	0.00
0202050254	PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA	0.00	0.00
0202050262	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	2.04	0.00
0202050270	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	2.04	0.00
0202050289	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	3.70	0.00
0202050297	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	2.04	0.00
0202050300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	4.44	0.00
0202050319	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	2.04	0.00
0202050327	PROVA DE DILUICAO (URINA)	2.04	0.00
0202060012	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	12.54	0.00
0202060020	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	12.54	0.00
0202060039	DETERMINACAO DE T3 REVERSO	14.69	0.00
0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	10.20	0.00
0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	6.72	0.00
0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	6.72	0.00
0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	6.72	0.00
0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	14.12	0.00
0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	11.89	0.00
0202060101	DOSAGEM DE AMP CICLICO	12.01	0.00
0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	11.53	0.00
0202060128	DOSAGEM DE CALCITONINA	14.38	0.00
0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL	9.86	0.00
0202060144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	11.25	0.00
0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	11.71	0.00
0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	10.15	0.00
0202060179	DOSAGEM DE ESTRIOL	11.55	0.00
0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	11.12	0.00
0202060195	DOSAGEM DE GASTRINA	14.15	0.00
0202060209	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	15.35	0.00

0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	7.85	0.00
0202060225	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	10.21	0.00
0202060233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	7.89	0.00
0202060241	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8.97	0.00
0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8.96	0.00
0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	10.17	0.00
0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	43.13	0.00
0202060284	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	15.35	0.00
0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10.22	0.00
0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	10.15	0.00
0202060314	DOSAGEM DE RENINA	13.19	0.00
0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15.35	0.00
0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	13.11	0.00
0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10.43	0.00
0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	13.11	0.00
0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15.35	0.00
0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8.76	0.00
0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11.60	0.00
0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8.71	0.00
0202060403	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	12.01	0.00
0202060411	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	12.01	0.00
0202060420	TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APOS GONADORRELINA	12.01	0.00
0202060438	TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	12.01	0.00
0202060446	TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	12.01	0.00
0202060454	TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	12.01	0.00
0202060462	TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	8.43	0.00
0202060470	PESQUISA DE MACROPROLACTINA	12.15	0.00
0202070018	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	2.06	0.00
0202070026	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	2.23	0.00
0202070034	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	3.68	0.00
0202070042	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	2.04	0.00
0202070050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	15.65	0.00
0202070069	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	3.51	0.00
0202070077	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	2.01	0.00
0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO	27.50	0.00
0202070093	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	10.00	0.00
0202070107	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	10.00	0.00
0202070115	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	10.00	0.00
0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS	13.13	0.00
0202070131	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	13.48	0.00
0202070140	DOSAGEM DE CADMIO	6.55	0.00
0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	17.53	0.00
0202070166	DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	4.11	0.00
0202070174	DOSAGEM DE CHUMBO	8.83	0.00
0202070182	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	58.61	0.00
0202070190	DOSAGEM DE COBRE	3.51	0.00
0202070204	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	8.97	0.00
0202070212	DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	15.65	0.00
0202070220	DOSAGEM DE FENITOINA	35.22	0.00
0202070239	DOSAGEM DE FENOL	2.05	0.00

0202070247	DOSAGEM DE FORMALDEIDO	3.51	0.00
0202070255	DOSAGEM DE LITIO	2.25	0.00
0202070263	DOSAGEM DE MERCURIO	2.04	0.00
0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	4.11	0.00
0202070280	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	10.00	0.00
0202070298	DOSAGEM DE METOTREXATO	10.00	0.00
0202070301	DOSAGEM DE QUINIDINA	10.00	0.00
0202070310	DOSAGEM DE SALICILATOS	2.01	0.00
0202070328	DOSAGEM DE SULFATOS	3.51	0.00
0202070336	DOSAGEM DE TEOFILINA	15.65	0.00
0202070344	DOSAGEM DE TIOCIANATO	3.68	0.00
0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	15.65	0.00
0202080013	ANTIBIOGRAMA	4.98	0.00
0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	13.33	0.00
0202080030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	13.33	0.00
0202080048	BACIOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	4.20	0.00
0202080056	BACIOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSEIASE)	4.20	0.00
0202080064	BACIOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	4.20	0.00
0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	2.80	0.00
0202080080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5.62	0.00
0202080099	CULTURA DO LEITE HUMANO (POS-PASTEURIZAÇÃO)	5.62	0.00
0202080102	CULTURA P/ HERPESVIRUS	4.33	0.00
0202080110	CULTURA PARA BAAR	5.63	0.00
0202080129	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	10.25	0.00
0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	4.19	0.00
0202080145	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2.80	0.00
0202080153	HEMOCULTURA	11.49	0.00
0202080161	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	5.63	0.00
0202080170	PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	4.33	0.00
0202080188	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	2.80	0.00
0202080196	PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	4.33	0.00
0202080200	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	2.80	0.00
0202080218	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	4.33	0.00
0202080226	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	2.80	0.00
0202080234	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	5.04	0.00
0202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES	5.62	0.00
0202090019	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	1.89	0.00
0202090027	ADENOGRAMA	5.79	0.00
0202090035	CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	4.33	0.00
0202090043	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	4.33	0.00
0202090051	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	1.89	0.00
0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	1.89	0.00
0202090078	DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	6.56	0.00
0202090086	DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	1.89	0.00
0202090094	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	2.01	0.00
0202090108	DOSAGEM DE FRUTOSE	2.01	0.00
0202090116	DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	2.01	0.00
0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1.89	0.00
0202090132	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1.89	0.00

0202090159	ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	5.23	0.00
0202090167	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	6.56	0.00
0202090175	ESPLENOGRAMA	5.79	0.00
0202090183	EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	1.89	0.00
0202090213	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	9.70	0.00
0202090221	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	2.01	0.00
0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	1.89	0.00
0202090248	PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	1.89	0.00
0202090264	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	4.80	0.00
0202090272	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1.89	0.00
0202090280	PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	9.70	0.00
0202090299	PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIPOS A, B, C)	1.89	0.00
0202090302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	1.89	0.00
0202090310	REACAO DE PANDY	1.89	0.00
0202090329	REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	1.89	0.00
0202090337	TESTE DE CLEMENTS	1.89	0.00
0202090345	TESTE DE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	4.69	0.00
0202090353	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	4.69	0.00
0202100014	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICA DE BANDAS)	32.48	32.48
0202100022	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TECNICA DE BANDAS)	32.48	32.48
0202100030	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS)	32.48	32.48
0202110010	DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	8.80	0.00
0202110028	DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	66.00	0.00
0202110036	DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	66.00	0.00
0202110044	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	5.50	0.00
0202110052	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	12.10	0.00
0202110060	DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA	20.90	0.00
0202110079	DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA	5.50	0.00
0202110087	DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	13.20	0.00
0202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO	8.00	0.00
0202110109	DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO	5.50	0.00
0202110117	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO	137.00	0.00
0202110125	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA	66.00	0.00
0202110133	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE	66.00	0.00
0202110141	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	150.00	0.00
0202120015	DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	10.65	0.00
0202120023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1.37	0.00
0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	2.73	0.00
0203010019	EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA	6.97	0.00
0203010035	EXAME DE CITOLOGIA (EXCETO CERVICO-VAGINAL)	10.65	10.65
0203020014	DETERMINACAO DE RECEPTORES TUMORAIS HORMONAIS	65.55	0.00
0214010040	TESTE RAPIDO PARA DETECCAO DE HIV EM GESTANTE	1.00	1.00
0214010058	TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE INFECÇÃO PELO HIV	1.00	1.00

0214010074	TESTE RÁPIDO PARA SÍFILIS	1.00	0.00
------------	---------------------------	------	------

Obs: Ocorrendo a hipótese de algum(s) dos serviços elencados constarem com valor zerado na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", estes não serão realizados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento ficarão adstritos à vigência dos respectivos créditos orçamentários, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE/REVISÃO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por consulta, procedimento ambulatorial ou exame de diagnóstico realizado, de acordo com os valores constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS".

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" vigente na data da realização do procedimento, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 - Fica assegurada a revisão de preços dos serviços de saúde a qualquer tempo, conforme ocorra revisão de preços na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos realizados, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal).

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

I - Relatório dos atendimentos, fornecido pelo CREDENCIADO, contendo data do atendimento, nome do paciente, município de origem, procedimento/exame realizado, valor unitário e valor total; e

II - Requisição do CISAMVI recebida pelo CREDENCIADO, contendo assinatura do paciente ou responsável (para confirmar o atendimento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 - Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS" na forma e prazo previsto neste Contrato;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições de consultas, de procedimentos ambulatoriais e de exames de diagnose, para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 - Compete ao CREDENCIADO:

a) Executar os serviços nas condições estipuladas neste Contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

b) Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CISAMVI;

c) Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Contrato;

d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Contrato, acompanhado do relatório e das respectivas requisições assinadas pelo usuário do SUS ou seu acompanhante (devidamente identificado);

e) Prestar o atendimento de retorno médico nos casos de reavaliação ou apresentação de exames quando ocorrer no prazo de até 30 dias

da consulta anterior, sem a cobrança de nova consulta;

f) Em relação aos exames de diagnose, apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame;

g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;

h) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

i) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

j) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

k) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 001/2016 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 001/2016 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, a tudo presente.

Blumenau (SC), 14 de julho de 2016.

CISAMVI
Carlos Cesar da Silva
Diretor Executivo
CREDENCIADO
Renato da Silva
CPF: 057.123.359-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E ECOMAX CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo, Carlos Cesar da Silva, inscrito no CPF sob o nº 312.767.419-87, doravante denominado CISAMVI e, de outro, ECOMAX CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Tiradentes, nº 303, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau (SC), inscrita no CNPJ nº 79.364.642/0001-20 neste ato representado por Marco Antonio Rodacki, portador da carteira de identidade nº 4.907.976-0 e CPF nº 218.984.309-00, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 003/2016, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

Código	Descrição	R\$
0201010216	BIOPSIA DE FIGADO POR PUNCAO	400,00
0201010410	BIOPSIA DE PROSTATA	250,00
0201010470	BIOPSIA DE TIREOIDE OU PARATIREOIDE - PAAF	250,00
0201010534	BIOPSIA ESTEREOTAXICA	600,00
0201010542	BIOPSIA PERCUTANEA ORIENTADA POR TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA / ULTRASSONOGRAFIA / RESSONANCIA MAGNETICA / RAO X	250,00
0201010585	PUNCAO ASPIRATIVA DE MAMA POR AGULHA FINA	400,00
0201010607	PUNCAO DE MAMA POR AGULHA GROSSA	250,00

Os procedimentos serão prestados nas seguintes instalações:

- Ecomax Bom Retiro: Rua Tiradentes, nº 303, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau (SC);
- Ecomax Mulher: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 350 – Edifício Augusta Pradi, 4º andar, bairro Centro, na cidade de Blumenau (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento ficarão adstritos à vigência dos respectivos créditos orçamentários, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE/REVISÃO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2016, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 - O valor dos procedimentos não sofrerá reajuste no período de vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos realizados, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal) e apresentados ao CISAMVI até o último dia útil do mês.

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

I - Relatório dos atendimentos, contendo data do atendimento, nome do paciente, município de origem, procedimento/exame realizado, valor unitário e valor total;

II – Requisição do CISAMVI, assinado pelo paciente ou responsável (para confirmar o atendimento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no “Termo de Referência – Anexo –I”;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao CREDENCIADO:

a) Executar os serviços nas condições estipuladas neste Contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;

b) Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CISAMVI;

c) Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Contrato;

d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Contrato, acompanhado do relatório constando nome do paciente, procedimento e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CISAMVI e assinadas pelo paciente;

e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame;

f) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;

g) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;

d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 003/2016 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 003/2016 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau (SC), 28 de julho de 2016.

CISAMVI
Carlos Cesar da Silva
Diretor Executivo

CREDENCIADO
Marco Antonio Rodacki